



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA

ÉRICK SILVA DE MELO

**Trajatória da Agroindústria Canavieira em Alagoas: Desindustrialização e os Impactos
do Regime Neoliberal desde a Década de 1990**

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2024

ÉRICK SILVA DE MELO

Trajectoria da Agroindústria Canaveira em Alagoas: Desindustrialização e os Impactos do Regime Neoliberal desde a Década de 1990

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia (PROPEC) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), na linha de pesquisa: Cultura e Desenvolvimento, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Verlane Aragão Santos

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2024

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

M528t Melo, Érick Silva de
Trajetória da agroindústria canaveira em Alagoas:
desindustrialização e os impactos do regime neoliberal desde a
década de 1990 / Érick Silva de Melo; Orientadora: Verlane Aragão
Santos. – São Cristóvão, SE, 2024.
194 f. : il.

Dissertação (mestrado profissional em Economia) –
Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Economia. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Agroindústria
canaveira – Alagoas. 4. Desindustrialização – Alagoas. 5.
Agricultura e Estado. 6. Disparidades econômicas regionais. 7.
Neoliberalismo. I. Santos, Verlane Aragão, orient. II. Título.

CDU 330.341.426(813.5)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE

MESTRANDO(A): Érick Silva de Melo

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: **TRAJETÓRIA DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA EM ALAGOAS: DESINDUSTRIALIZAÇÃO E OS IMPACTOS DO REGIME NEOLIBERAL DESDE A DÉCADA DE 1990**

DATA DA DEFESA: dia 26 de agosto de 2024

EXAMINADORES:

1. **Profa. Dra. Verlaine Arago Santos (Orientadora)**
PROPEC/Universidade Federal de Sergipe
2. **Profa. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos**
PROPEC/Universidade Federal de Sergipe
3. **Prof. Dr. Cid Olival Feitosa**
Universidade Federal de Alagoas - UFAL

PARECER COMPREENSIVO:

Depois de avaliarmos o projeto da dissertação intitulada: “TRAJETÓRIA DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA EM ALAGOAS: DESINDUSTRIALIZAÇÃO E OS IMPACTOS DO REGIME NEOLIBERAL DESDE A DÉCADA DE 1990” e realizados os ritos acadêmicos da defesa, em que o(a) candidato(a) apresentou em sessão pública o seu projeto e respondeu às nossas observações críticas, nós, os examinadores, decidimos, em sessão privada, que o(a) candidato(a) foi (X) aprovado(a) / () reprovado(a) na Atividade de Defesa a que se submeteu em conformidade com os regulamentos deste Programa.

Documento assinado digitalmente
gov.br VERLAINE ARAGAO SANTOS
Data: 26/08/2024 21:38:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Verlaine Arago Santos (Orientadora)



Documento assinado digitalmente
CHRISTIANE SENHORINHA SOARES CAMPOS
Data: 30/08/2024 19:31:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos



Documento assinado digitalmente
CID OLIVAL FEITOSA
Data: 30/08/2024 20:03:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Cid Olival Feitosa



Documento assinado digitalmente
ERICK SILVA DE MELO
Data: 31/08/2024 19:47:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Érick Silva de Melo

São Cristóvão, 26 de agosto de 2024

AGRADECIMENTOS

Iniciar estas palavras de agradecimento é uma tarefa enriquecedora, e, portanto, expresse minha gratidão a Deus, a fonte primordial de sabedoria, por guiar-me até a conclusão satisfatória deste trabalho. Sem o seu cuidado e proteção incessantes, nada disso seria possível. Seu sopro de vida em mim não apenas foi sustento, mas também infundiu coragem para questionar realidades e delinear um novo horizonte de possibilidades. Sua presença, sentida durante toda a jornada desta pesquisa, tornou cada passo mais significativo.

Dedico esta dissertação à minha família, alicerce fundamental em minha jornada. A meu Pai, José Antônio, expresse meu profundo reconhecimento por seu amor e apoio incondicionais nos momentos desafiadores da vida. Seu carinho, afeto, dedicação e cuidado inestimáveis simplificaram sobremaneira minha trajetória acadêmica. À memória da minha querida Mãe, Maria José, que foi o maior exemplo de integridade e ética como ser humano e professora. Tenho a certeza de que, de onde estiver, ela se orgulha ao ver seus dois filhos trilhando o caminho do conhecimento. À memória do meu Tio João, que infelizmente também faleceu, mas contribuiu para a formação dos meus princípios e valores. Meus agradecimentos estendem-se também às minhas Tias, Maria e Cícera, cuja responsabilidade na minha criação e educação moldou o meu caráter. À minha irmã, Soraya, e meu sobrinho, Arthur, agradeço por compreenderem os momentos de minha ausência durante este Mestrado. As conquistas ganham maiores significado quando compartilhadas com aqueles que amamos.

Por fim, expresse minha profunda gratidão a todos os professores e a equipe do PROPEC/UFS, como também aos colegas de turma. Em especial ao Professor Dr. Luciano Barbosa que foi o Orientador da minha Monografia da Graduação em Ciências Econômicas na UFAL (2019), ele foi alguém que sempre tive admiração e serviu de inspiração para me impulsionar a seguir a vida acadêmica. Em particular, agradeço à Professora Dra. Verlaine pela orientação dedicada. Sua paciência, disponibilidade e gentileza ao esclarecer minhas dúvidas foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. À Universidade Federal de Sergipe – UFS, agradeço a oportunidade de realizar este curso. Agradeço também a minha amiga Paula Roberto, uma grande parceira nas viagens de Alagoas a Sergipe. Por último, reservo um agradecimento especial aos meus alunos do curso Técnico de Administração da Escola Padre Antônio Duarte e a minha Coordenadora Josenilda, com ela aprendi a promover um ambiente de aprendizagem positivo e garantir a participação ativa dos alunos.

RESUMO

Em um contexto nacional caracterizado por disparidades regionais, observa-se em Alagoas diversos problemas no cenário Agroindustrial Canavieiro, devido às políticas neoliberais que se intensificaram a partir da década de 1990. Essas políticas introduziram um novo paradigma na região, impactando negativamente o CAC. A desregulamentação comercial, a ênfase na competitividade internacional e a desvalorização do real desencadearam um processo de desindustrialização. Em meio aos desafios, uma oligarquia agroindustrial canavieira ascendeu ao poder, concentrando riquezas e influência política. Essa elite, beneficiada pelas políticas neoliberais, perpetuou a desigualdade social e a exploração laboral, relegando trabalhadores à miséria e ao desemprego. O pós-Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) foi marcado por uma reestruturação produtiva comandada por grandes conglomerados. Essa reestruturação, priorizando a ultraspecialização no setor sucroenergético, aprofundou os desequilíbrios e a dependência da monocultura. As intervenções estatais no setor agroindustrial, moldadas pelas políticas neoliberais, geraram impactos diretos no desenvolvimento econômico local. A exploração ambiental desenfreada, a degradação do solo e a poluição das águas se agravaram, ameaçando a sustentabilidade do setor e a qualidade de vida da população. A desindustrialização do CAC se configura como um fenômeno, cujos efeitos transcendem o âmbito local. Câmbio, importações, exportações e outros fatores econômicos foram profundamente impactados, desencadeando em diversas consequências negativas. O setor sucroalcooleiro não se resume à mera produção de commodities. No entanto, com a implementação das políticas neoliberais, esse potencial foi reprimido, agravando a pobreza e a desigualdade. A pesquisa teve por objetivo fazer uma análise da evolução do setor agroindustrial canavieiro alagoano a partir de 1990, diagnosticando problemas e propondo soluções para um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. Os objetivos específicos são: (1) analisar as mudanças estruturais no setor agroindustrial canavieiro, (2) examinar os indicadores de desigualdade e suas relações com as transformações do setor, (3) investigar a regulação do setor agroindustrial, (4) identificar as políticas neoliberais que afetaram essa regulação, e (5) analisar os impactos da desindustrialização no desenvolvimento regional. A pesquisa foca na diversificação produtiva, valorização da agricultura familiar, acesso a crédito e tecnologia para pequenos produtores, proteção ambiental e promoção de cadeias produtivas mais justas e equitativas. Desse modo, esse trabalho adotou metodologias explicativas para desvendar os principais problemas que moldam o CAC em Alagoas. Os desdobramentos dessa investigação incluem a promoção da diversificação da produção agrícola para reduzir a dependência da monocultura da cana-de-açúcar, implementação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do setor agroindustrial, combate à exploração laboral com melhorias nas condições de trabalho, proteção ambiental mais rigorosa e estímulo à pesquisa e inovação tecnológica. Estes resultados visam não só entender, mas também propor soluções práticas para os desafios enfrentados pelo setor em Alagoas.

Palavras-chave: Políticas Neoliberais, Agroindústria Canavieira de Alagoas, Desenvolvimento Regional, Desindustrialização.

ABSTRACT

In a national context characterized by regional disparities, Alagoas faces various problems within its Sugarcane Agroindustrial Complex (CAC), primarily due to neoliberal policies that intensified from the 1990s onward. These policies introduced a new paradigm in the region, negatively impacting the CAC. Trade deregulation, an emphasis on international competitiveness, and the devaluation of the Brazilian real triggered a process of deindustrialization. Amidst these challenges, an agroindustrial sugarcane oligarchy rose to power, concentrating wealth and political influence. This elite, benefitting from neoliberal policies, perpetuated social inequality and labor exploitation, relegating workers to poverty and unemployment. The post-Sugar and Alcohol Institute (IAA) period was marked by a productive restructuring led by large conglomerates. This restructuring, prioritizing ultra-specialization in the sugar-energy sector, deepened imbalances and dependence on monoculture. State interventions in the agroindustrial sector, shaped by neoliberal policies, generated direct impacts on local economic development. Unrestrained environmental exploitation, soil degradation, and water pollution worsened, threatening the sector's sustainability and the population's quality of life. The deindustrialization of the CAC is a phenomenon whose effects transcend local boundaries. Exchange rates, imports, exports, and other economic factors were profoundly affected, leading to various negative consequences. The sugar-alcohol sector is not limited to mere commodity production; however, with the implementation of neoliberal policies, this potential was suppressed, exacerbating poverty and inequality. This research aims to analyze the evolution of the Alagoan sugarcane agroindustrial sector since 1990, diagnosing problems and proposing solutions for a more inclusive and sustainable development. The specific objectives are: (1) to analyze structural changes in the sugarcane agroindustrial sector, (2) to examine inequality indicators and their relations to sector transformations, (3) to investigate the regulation of the agroindustrial sector, (4) to identify the neoliberal policies that affected this regulation, and (5) to analyze the impacts of deindustrialization on regional development. The research focuses on productive diversification, valuing family farming, access to credit and technology for small producers, environmental protection, and promoting fairer and more equitable productive chains. Thus, this work adopted explanatory methodologies to uncover the main problems shaping the CAC in Alagoas. The outcomes of this investigation include promoting agricultural production diversification to reduce dependence on sugarcane monoculture, implementing public policies for sustainable agroindustrial development, combating labor exploitation with improvements in working conditions, stricter environmental protection, and stimulating research and technological innovation. These results aim not only to understand but also to propose practical solutions to the challenges faced by the sector in Alagoas.

Keywords: Neoliberal Policies, Sugarcane Agroindustry of Alagoas, Regional Development, Deindustrialization.

Não é o crítico que conta; nem aquele que aponta onde foi que o homem tropeçou ou como o autor das façanhas poderia ter feito melhor. O crédito pertence ao homem que está por inteiro na arena da vida, cujo rosto está manchado de poeira, suor e sangue; que luta bravamente; que erra, que decepciona, porque não há esforço sem erros e decepções; mas que, na verdade, se empenha em seus feitos; que conhece o entusiasmo, as grandes paixões; que se entrega a uma causa digna; que na melhor das hipóteses, conhece no final o triunfo da grande conquista e que, na pior, se fracassar, ao menos fracassa ousando grandemente. Trecho do discurso “Cidadania em uma República” (ou o “Homem na Arena”), proferido na Sorbonne por Theodore Roosevelt, em 23 de abril de 1910 (Brown, 2019).

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 - Elasticidade de longo prazo industrial em relação ao câmbio: 1994:7 - 2010:6.....	28
Tabela 2 - Indicadores Econômicos da Indústria em Alagoas (2020).....	56
Tabela 3 - Composição Setorial da Indústria em Alagoas (2020).....	57
Tabela 4 - Exportações Industriais por Setor em Alagoas (2022).....	57
Tabela 5 - Distribuição de Empresas e Empregos na Indústria em Alagoas (2021).....	57
Tabela 6 - Educação e Mercado de Trabalho na Indústria de Alagoas (2021).....	58
Tabela 7 - Produção de Cana-de-Açúcar em Alagoas (2021).....	58
Tabela 8 - Evolução dos Empregos Formais em Alagoas - Setor Sucroenergético – Anos de Estudos 1995 a 2021.....	103
Tabela 9 - Evolução dos Empregos Formais em Alagoas - Setor Sucroenergético – Sexo 1995 a 2021.....	105
Tabela 10 - Evolução dos Empregos Formais em Alagoas - Setor Sucroenergético – Raça/Cor 1995 a 2021.....	106
Tabela 11 - Produção Brasileira de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol - Safra 2021/2022 – Unidades da Federação e Regiões.....	107
Tabela 12 - Evolução da produção de cana-de-açúcar 1990/1991 a 2021/2022.....	109
Tabela 13 - Número de Estabelecimentos que cultivavam Cana-de-açúcar em Alagoas em 2021.....	113
Tabela 14 - Quantidade de Estabelecimentos com Vínculos Ativos que cultivavam Cana-de-açúcar em Alagoas em 2021.....	117
Tabela 15 - Usinas e Destilarias Operantes e Inoperantes em Alagoas em 2023.....	121
Tabela 16 - Alagoas produção do setor sucroalcooleiro (1999/2007).....	127
Tabela 17 - Ranking do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano dos Estados Brasileiros em 2021.....	138
Tabela 18 - Produtos da Indústria Sucroalcooleira – Estimativa da produção de Açúcar – Safras 2022/23 e 2023/24.....	169
Tabela 19 - Produtos da Indústria Sucroalcooleira – Estimativa da produção de Etanol Total a partir da cana-de-açúcar – Safras 2022/23 e 2023/24.....	171
Tabela 20 - Brasil – Safras 2022/2023 e 2023/2024 – Estimativa da área, produtividade e produção.....	173
Gráfico 1 - Participação da indústria no PIB brasileiro ao longo do tempo (1948 a 2020).....	21
Gráfico 2 - Índice de Desindustrialização Relativa Regional – Região Nordeste (1996 a 2013).....	24
Gráfico 3 - Salário Médio no Brasil - Economia total vs. Indústria (2007 a 2021).	25
Gráfico 4 - Brasil em Desindustrialização: Desaceleração do Crescimento e Aumento da Desigualdade (1948-2018).	27
Gráfico 5 - Exportações para a China e importações da China, em US\$ bilhões, 1997-2022.....	29
Gráfico 6 - Exportações do agronegócio, de 2000 a 2023, valores em dólares correntes.....	39
Gráfico 7 - Importações do agronegócio por país, de 2000 a 2023, valores em dólares correntes.....	40

Gráfico 8 - Evolução dos Empregos Formais em Alagoas - Setor Sucreenergético – Anos de Estudos 1995 a 2021	102
Gráfico 9 - Evolução dos Empregos Formais em Alagoas - Setor Sucreenergético – Sexo 1995 a 2021	104
Gráfico 10 - Evolução dos Empregos Formais em Alagoas - Setor Sucreenergético – Raça/Cor 1995 a 2021	106
Gráfico 11 - Evolução da produção de cana-de-açúcar 1990/1991 a 2021/2022.....	112
Gráfico 12 - Número de Estabelecimentos que cultivavam Cana-de-açúcar em Alagoas em 2021.....	116
Gráfico 13 - Quantidade de Estabelecimentos com Vínculos Ativos que cultivavam Cana-de-açúcar em Alagoas em 2021.....	120
Gráfico 14 - Usinas e Destilarias Operantes e Inoperantes em Alagoas em 2023	123
Gráfico 15 - Distribuição de pessoas Empregadas - Vínculos Ativos por Sexo - 2022: Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados.....	127
Gráfico 16 - Remuneração Média por Faixa Etária e Sexo no Setor Agropecuário de Alagoas – Sexo Masculino – Até três Salários-Mínimos (3.000,00 R\$) – Ano base: 2022	129
Gráfico 17 - Remuneração Média por Faixa Etária e Sexo no Setor Agropecuário de Alagoas – Sexo Feminino – Até três Salários-Mínimos (3.000,00 R\$) – Ano base: 2022.....	130
Gráfico 18 - Remuneração Média Total por Faixa Etária e Sexo no Setor Agropecuário de Alagoas – Sexo Feminino e Masculino – Até três Salários-Mínimos (3.000,00 R\$) – Ano base: 2022.....	130
Gráfico 19 - Índice de Gini do Brasil, 1990-2024.....	133
Gráfico 20 - Índice de Gini do Nordeste, 1990-2024.....	135
Gráfico 21 - Índice de Gini de Alagoas, 1990-2024.....	135

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 - Evolução Histórica do Setor Sucroenergético Brasileiro (1520 a 2023)	51
Quadro 2 - Cana-de-Açúcar em Alagoas: Evolução Econômica - Da Tradição do Engenho à Vanguarda Sucroalcooleira (Século XVI - 2023)	61
Quadro 3 - Evolução da Relação Brasil-Banco Mundial: Marcos Históricos e Impactos nas Décadas de 1940 a 1990.....	63
Quadro 4 - Crise Bancária em Alagoas na Década de 1990: Uma análise integrada.....	65
Quadro 5 - Instrumentos para a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental – SGA, para o Setor Sucroalcooleiro de Alagoas	74
Quadro 6 - Transformações Políticas e Sociais no Brasil: Da Autonomia Sindical à Desilusão Política (Década de 1980 a Década de 2000).....	81
Quadro 7 - Usinas que fecharam em Alagoas ao longo dos séculos XX e XXI	95
Quadro 8 - Evolução dos Empregos Formais em Alagoas - Setor Sucroenergético - Faixa Etária 1995 a 2021.....	102
Quadro 9 - 2022/2023 e 2023/2024 - Estimativa da área, produtividade e produção	167
Figura 1 – Mapa: Localização do Estado de Alagoas - Brasil.....	9
Figura 2 - Nuvem de Conceitos-Chave	12
Figura 3 - Transformação Tecnológica na Colheita de Cana-de-açúcar em Alagoas: o avanço da Maquinização	20
Figura 4 - Trabalhador cortando cana-de-açúcar com Facão: reflexões sobre o Trabalho na Agroindústria Canavieira de Alagoas	56
Figura 5 - Usina Coruripe em Alagoas em 2024.....	59
Figura 6 - Engenho Patrocínio em Atalaia - AL em 1924 - Século XX.....	59
Figura 7 Alagoas - Ocupação no século XIX.....	62
Figura 8 - Logomarca Sindaçúcar - AL, criado em 1944.....	63
Figura 9 - Mapa Mental: Impactos das Políticas Neoliberais no Setor Canavieiro de Alagoas na Década de 1990: Um estudo aprofundado das mudanças socioeconômicas e ambientais.....	68
Figura 10 - Logomarca: Comissão Pastoral da Terra.....	80
Figura 11 - Complexo lagunar Mundaú-Manguaba: Pesquisadores do IMA/UFAL percorrem a extensão do Complexo, para identificar os principais problemas ambientais em 2016.....	84
Figura 12 - Fogo em Canavial ainda é uma prática corriqueira na Agroindústria Alagoana ...	86
Figura 13 - Programa Nacional do Alcool – Proálcool em 1975	88
Figura 14 - Usina Utinga Leão em 1921	90
Figura 15 - Usina Utinga Leão em 2023	91
Figura 16 - Porcentagem da área ocupada por cana-de-açúcar (%) em Alagoas em 2018	114
Figura 17 - Número de Estabelecimentos que cultivavam Cana-de-açúcar em Alagoas em 2021.....	116
Figura 18 - Quantidade de Estabelecimentos com Vínculos Ativos que cultivavam Cana-de-açúcar em Alagoas em 2021.....	119
Figura 19 – Mapa: Quantidade de Estabelecimentos com Vínculos Estatuários que cultivavam Cana-de-açúcar em Alagoas em 2021	120
Figura 20 - Infográfico: Usinas e Destilarias - Operantes em Alagoas em 2023	123

Figura 21 - Infográfico: Usinas e Destilarias – Inoperantes em Alagoas em 2023.....	124
Figura 22 – Mapa: Usinas e Destilarias de Cana-de-Açúcar do Estado de Alagoas em 2018	126
Figura 23 - Mapa: Estrutura Geomorfológica do Estado de Alagoas: destaque para o relevo da região dos tabuleiros.....	175
Figura 24 - Mapa: Microregiões geográficas em Alagoas	176
Figura 25 - Mapa: O Estado de Alagoas no Contexto Regional Nordestino.....	176
Figura 26 – Mapa: Clima do Estado de Alagoas – 2010.....	177
Figura 27 - Usina Caeté em construção no ano de 1944 – São Miguel dos Campos – AL....	178
Figura 28 - Usina Caeté em São Miguel dos Campos – AL em 2023.....	178
Figura 29 – Mapa: Índice de Desenvolvimento Humano de Alagoas em 2021	179

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
AL	Alagoas
AM	Amazonas
BA	Bahia
BBC	British Broadcasting Corporation
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAC	Complexo Agroindustrial Canavieiro
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNDI	Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONLUTAS	Coordenação Nacional de Lutas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DST	Divisão Sexual do Trabalho
ELC	Estatuto da Lavoura Canavieira
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ES	Espírito Santo
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GO	Goiás
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IAA	Instituto do Alcool e do Açúcar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISO	International Organization for Standardization
ISSO	Organização Internacional do Açúcar
MA	Maranhão
M³	Metros Cúbicos
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MG	Minas Gerais

MP	Medida Provisória
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NE	Nordeste
OMC	Organização Mundial do Comércio
PA	Pará
PICE	Política Industrial e de Comércio Exterior
PIB	Produto Interno Bruto
PI	Piauí
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRODUBAN	Banco do Estado de Alagoas
PROEX	Programa de Financiamento às Exportações
PSI	Processo de Substituição de Importações
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SINDAÇÚCAR	Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Alagoas
SISCOMEX	Sistema Integrado de Comércio Exterior
SP	São Paulo
STN	Sistema Tributário Nacional
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SWOT	Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças
TEC	Tarifa Externa Comum
TO	Tocantins
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNICADATA	Sistema de informações da Organização das Nações Unidas
US\$	Dólares Americanos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS.....	14
1.1 O Processo de Desindustrialização e suas Ramificações Econômicas	19
1.2 Impacto da Política Cambial na Desindustrialização Brasileira	28
1.3 Radiografia da Produção Industrial Brasileira a partir de 1990.....	31
1.3.1 Dinâmica do Comércio Exterior: Impacto nas Exportações, Importações e Desindustrialização	34
1.4 Avaliação das Estratégias Governamentais a partir de 1990: Um Exame Crítico (Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Dilma Rousseff, Michel Temer, Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva).....	41
2. O PAPEL DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NA ECONOMIA BRASILEIRA.....	48
2.1 Contribuição da Agroindústria Canavieira no Panorama Nacional.....	49
2.2 Trajetória da Agroindústria Canavieira em Alagoas	54
2.3 A Influência Política no Setor Canavieiro de Alagoas: Contradições, Resistência e Perspectivas de Mudança.....	89
2.4 A Intervenção Estatal na Indústria Açucareira: Do Instituto do Alcool e Açúcar (IAA) à Desregulamentação	93
2.4.1 Estratégias de Ultraespecialização como respostas à necessidade de Diversificação	96
3. DESIGUALDADES NO SETOR AGROINDUSTRIAL ALAGOANO	99
3.1 Indicadores de Desigualdade em Alagoas	99
3.1.1 Indicadores Econômicos do setor Agroindustrial Canavieiro de Alagoas	100
3.1.2 Análise Aprofundada do Índice de Gini	131
3.1.3 Posicionamento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Contexto Regional	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS	147
APÊNDICE 1	167
APÊNDICE 2	175

INTRODUÇÃO

O Brasil, embora seja um país industrializado e capitalista, ainda mantém vínculos significativos com as nações desenvolvidas, refletindo uma economia dependente e periférica. Esta dependência se manifesta tanto em termos tecnológicos quanto econômicos, com a reprodução de técnicas e tecnologias dos países centrais. A fragilidade comercial, tanto interna quanto externa, é evidente, agravada por disparidades sociais marcantes. A concentração de renda nas mãos de uma pequena parcela da população contrasta fortemente com a realidade vivida pela maioria, que enfrenta desigualdades consideráveis e luta para sobreviver com recursos escassos. Este cenário é remanescente das desigualdades históricas, como apontado por Arroxelas Galvão (1993), ao descrever o Nordeste brasileiro no início do século XX. A região enfrentava desvantagens competitivas, altos índices de pobreza e crises nos setores agrícolas, notadamente no algodão e no açúcar.

Guimarães Neto (1997) oferece uma análise temporal da distribuição espacial da atividade produtiva no Brasil, identificando três momentos distintos. O primeiro, de 1950 a 1975, caracteriza-se pela concentração econômica espacial. O segundo, de 1975 a 1985, representa um período de desconcentração, com impactos significativos na região nordeste, incluindo a implementação e consolidação de complexos econômicos, como as Agroindústrias. No terceiro momento, de 1985 a 1995, observa-se um esgotamento desse processo de desconcentração. Essa análise histórica ressalta a complexidade do panorama socioeconômico do Brasil, evidenciando desafios persistentes e a necessidade de estratégias cuidadosamente planejadas para enfrentar as disparidades e promover o desenvolvimento sustentável.

A desconcentração ocorrida representou, em síntese, a implantação e a consolidação de complexos econômicos, pólos ou áreas de modernização nas economias regionais menos industrializadas, que se integraram mais intensamente, por meio de determinadas especializações, com o restante da economia nacional, em particular com as regiões mais desenvolvidas economicamente (Guimarães Neto, 1997 p. 60).

De acordo com Cano (2018), após o amadurecimento da industrialização nos países desenvolvidos na década de 1970, a economia internacional enfrentou uma crise. O aprofundamento da hegemonia americana, apoiada pela Inglaterra, deu origem ao que ficou conhecido como "neoliberalismo e globalização". A política industrial está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento da estrutura produtiva de um país, abrangendo um conjunto de atividades industriais nacionais relacionadas a mudanças e inovações na economia. Segundo Cano (2018), o desenvolvimento é o desdobramento de um processo prolongado de crescimento econômico,

marcado por um notável aumento na produtividade média, tornando-se assim um fator preponderante para impulsionar a taxa de investimento e promover a diversificação da estrutura produtiva e emprego.

O processo descrito por Cano (2018) evidencia a dinâmica da industrialização e urbanização, que influenciou as estruturas sociais e políticas do país em questão, enquanto também modernizou os hábitos e os costumes da sociedade. Por outro lado, o fenômeno do subdesenvolvimento é delineado como uma resultante das relações capitalistas de produção que afetaram os países periféricos, coexistindo, porém, com relações pré-capitalistas predominantes, sem suplantarem a maioria delas.

A modernização tecnológica na agricultura canavieira e na produção de açúcar durante as três décadas anteriores à grande depressão é identificada como um catalisador desse processo de transformação. Antigos engenhos foram transformados em fábricas mecanizadas, marcando um avanço substancial na eficiência produtiva e na escala de produção. Esse processo não apenas modernizou os métodos de produção, mas também reconfigurou as relações de trabalho, com o Estado, em conjunto com uma estrutura social frágil, facilitando o acesso dos grandes proprietários rurais a uma mão-de-obra barata. Isso, por sua vez, consolidou o domínio desses proprietários sobre o mercado de trabalho, perpetuando desigualdades estruturais.

Essa conjuntura histórica define as conexões entre a modernização econômica, as transformações sociais e políticas, e a persistência de desigualdades estruturais, demonstrando como a trajetória de desenvolvimento de um país é moldada pela interação de fatores históricos, econômicos e sociais. Ademais, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN tentou compreender as dificuldades de industrialização na região, através da proposta de uma política de desenvolvimento. A análise desse espaço geográfico revela uma divisão em duas sub-regiões: litoral oriental, com produção açucareira, e interior semiárido, com pecuária. A exportação agrícola na região litorânea alcançou alta produtividade durante o período colonial, impulsionando a expansão dos canaviais em terras de grandes latifundiários (GTDN, 1959, p. 7-12).

O GTDN (1959) analisa sucintamente o problema representado pelo Nordeste no contexto do desenvolvimento econômico nacional. Suas recomendações, se implementadas, poderiam proporcionar soluções para a região, abordando disparidades de renda, ritmo de crescimento econômico, compreensão dos problemas regionais, fluxo de renda, exportações, papel do Setor Público, carga tributária, economia na zona semiárida, combate aos efeitos da seca e um plano de ação estruturado. O GTDN foi um documento que propôs estratégias para impulsionar a economia

do Nordeste, ressaltando a importância de metas baseadas na mensuração dos problemas e na criação de um plano efetivo.

A história revela que os trabalhadores rurais nordestinos enfrentaram condições precárias no final do século XIX e na primeira metade do século XX. Em Alagoas, a partir do século XVIII, a predominância absoluta da cana-de-açúcar transformou a província em um cenário onde os grandes latifundiários detinham poder econômico e político. Entretanto, a concentração de terras nas mãos da classe dominante resultou na exclusão social dos pequenos produtores, que viviam sob a dependência dos senhores de engenho.

Lira (2007) argumenta que, apesar da falta de educação formal e do escasso capital social, os pequenos produtores rurais têm potencial para se tornarem empreendedores. No entanto, a concentração de terras nas mãos dos latifundiários tem sido prejudicial para esses produtores, criando um ambiente desfavorável para o desenvolvimento de micro empreendimento. A agroindústria canavieira em Alagoas é citada como um exemplo desse contexto desafiador, onde as condições de trabalho apresentavam-se ao longo da história frequentemente degradantes, resultado do sistema de exploração capitalista.

Alves et al. (2018) argumentam que determinadas famílias consolidaram sua posição dominante na sociedade ao se apropriarem do trabalho alheio e dos recursos públicos. Esta minoria privilegiada sempre desfrutou de benefícios que foram negados à maioria da população, perpetuando um ciclo de desigualdade que impede a mobilidade social, cultural e econômica das camadas menos favorecidas. Tal dinâmica evidencia a urgência de políticas e iniciativas voltadas ao fortalecimento dos pequenos empreendedores rurais. A agroindústria sucroalcooleira brasileira, em particular, desenvolveu-se de forma dependente em Alagoas, beneficiando-se dos recursos públicos que foram sistematicamente canalizados para sustentar a classe oligárquica canavieira.

No final do século XX, Alagoas emergiu como o principal produtor de açúcar e álcool no Nordeste, superando Pernambuco já em 1980. Contudo, as transformações tecnológicas na década de 90 desencadearam uma série de desafios para o setor. O fechamento de usinas, o distanciamento dos fornecedores de cana, o aumento do desemprego e a agitação social tornaram-se realidades preocupantes. Segundo Soutinho et al. (2017), a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) durante essa época marcou um ponto de virada. Os principais grupos empresariais alagoanos viram-se compelidos a buscar novas oportunidades no centro-sul do país. Seu objetivo era escapar da regulamentação governamental e expor-se a um ambiente de maior

competitividade. Essa mudança estratégica obrigou o setor a evoluir rapidamente, resultando em impactos econômicos e sociais significativos na região.

A implementação de políticas neoliberais teve um impacto notável no desenvolvimento econômico da indústria canavieira em Alagoas, contribuindo para aumentar as disparidades sociais. A crescente mecanização resultou em um aumento do desemprego, enquanto a falta de diversificação e descentralização na produção se mostraram obstáculos para mudanças econômicas positivas na região. A resistência dos grandes proprietários de terras destinadas à cana-de-açúcar, aliada à escassez de suporte institucional aos produtores locais, têm perpetuado essas dificuldades (Seplag, 2017, p. 19-23).

Este trabalho de dissertação selecionou sete políticas neoliberais que tiveram impacto no setor canavieiro de Alagoas na década de 1990, considerando sua relevância histórica, impacto direto, contexto local, controvérsias acadêmicas, disponibilidade de dados e alinhamento com os objetivos da pesquisa. Ao abordar essas políticas, analisamos como influenciaram a estrutura e operação do setor canavieiro, ampliando a compreensão dos desafios enfrentados pelas agroindústrias canavieiras em Alagoas. Algumas das políticas consideradas para discussão incluem:

1. Abertura Comercial e Competitividade Internacional: Na década de 1990, a abertura comercial impactou o setor agroindustrial canavieiro em Alagoas, conforme Miranda (2001). Isso gerou assimetrias entre exportações e importações, resultando em aumento da competição internacional e influenciando os preços das commodities. A necessidade de se adaptar a padrões globais surgiu, mas muitas empresas não priorizaram a inserção no comércio internacional. Isso causou desequilíbrio na balança comercial, com forte aumento nas importações, enquanto as exportações não acompanharam o mesmo ritmo. A falta de ênfase na expansão internacional limitou oportunidades para algumas empresas e criou desafios para se ajustar aos padrões globais.

2. Privatizações e Desregulamentação: Segundo o estudo de Vitor Versore et al. (2013), na década de 1990, o Brasil passou por reformas econômicas que incluíram a privatização do setor canavieiro em Alagoas. Antes dominado por empresas estatais, o processo resultou na transferência para o setor privado, buscando maior eficiência. Isso proporcionou maior autonomia nas decisões empresariais, porém, levantou preocupações sobre a distribuição de terras e recursos, afetando comunidades locais e trabalhadores rurais. A desregulamentação associada às privatizações trouxe mudanças estruturais, refletindo em transformações na

propriedade e gestão das empresas canavieiras, impactando tanto positiva quanto negativamente o setor.

3. Políticas de Austeridade Fiscal: Nos anos 1990, a agroindústria canavieira de Alagoas foi impactada por medidas de austeridade fiscal no contexto do controle da inflação. Essas ações, visando a liberalização de preços e a redução da intervenção estatal, resultaram em cortes de investimentos e subsídios governamentais. A transição do intervencionismo para a regulação, conforme apontado pelo IPEA (2016), refletiu uma busca por políticas mais alinhadas com princípios de mercado, buscando eficiência e controle fiscal. No entanto, tais medidas também trouxeram desafios, comprometendo a modernização e competitividade do setor. Entre os possíveis impactos: tivemos as restrições orçamentárias que podem ter afetado os subsídios ao setor, bem como os programas de desenvolvimento rural e os investimentos em infraestrutura.

4. Flexibilização Trabalhista: Em 1990, o setor canavieiro passou por mudanças, incluindo reformas trabalhistas no Brasil. Estas reformas, como a Lei nº 8.212/91, buscaram flexibilizar as relações de trabalho. No estudo de Plancherel, Albuquerque e Melo (2007), é discutido como a flexibilização no setor canavieiro pode ter impactado a forma de contratação, condições de trabalho e relações entre empregadores e empregados, refletindo nas práticas laborais e na dinâmica econômica regional. Entre os possíveis impactos: Podemos notar as alterações nas condições de emprego no setor canavieiro, como também mudanças nos contratos de trabalho, na jornada de trabalho e nas relações sindicais.

5. Incentivos Fiscais e Estímulos ao Investimento: Na década de 1990, o setor canavieiro em Alagoas passou por transformações significativas, enfrentando desafios com a desregulamentação e reestruturação produtiva. Albuquerque Lopes (2018) salienta que os produtores locais optaram por modernizar o plantio, utilizando tanto a mecanização quanto a concentração de terras. Essa estratégia impulsionou Alagoas a se destacar como principal produtor nordestino na segunda metade da década, contrariando a crise econômica nacional. Pelo visto a modernização foi necessária para posicionar o estado como um protagonista inovador no cenário da produção canavieira. Entre os possíveis impactos: podemos considerar a atração de investimentos estrangeiros, a modernização tecnológica no setor e o possível impacto na concentração de propriedade.

6. Políticas Ambientais e Sustentabilidade: Santos, Pereira e Cavalcanti (2009), afirmam que na década de 1990, a agroindústria canavieira em Alagoas passou por reestruturação devido à desregulamentação estatal. Para sobreviver, reduziu custos, buscou

certificações ambientais e adotou práticas socioambientais. Atualmente, Alagoas é um dos maiores produtores de cana-de-açúcar no Brasil, mas a expansão monocultora causou danos ambientais nos tabuleiros costeiros. Apesar da busca por sustentabilidade, persistem desafios diante dos impactos ambientais gerados. Possíveis Impactos: Exigências ambientais mais rigorosas, necessidade de adaptação a práticas mais sustentáveis e investimentos em tecnologias verdes.

7. Descentralização e Redução do Papel do Estado: Monteiro Neto (2006) argumenta que na década de 1990, a crise financeira levou a uma reavaliação da intervenção estatal no Brasil. Após um período de desconcentração espacial, surgiram preocupações com uma possível reconcentração regional. A expansão agrícola para o Centro-Oeste e Norte foi vista como contraponto, em que poderia fragmentar o mercado interno. As mudanças na intervenção estatal buscaram impulsionar o crescimento, levantando questões sobre desigualdade regional. No setor canavieiro de Alagoas, medidas como privatizações foram adotadas para descentralizar funções do governo e reduzir sua intervenção. Possíveis Impactos: Mudanças na regulação do setor canavieiro, com impactos na fiscalização ambiental, sanitária e de práticas agrícolas.

A pesquisa sobre a trajetória do setor agroindustrial de Alagoas a partir da década de 1990, especialmente sob o contexto das políticas neoliberais e do processo de desindustrialização é de suma importância para compreendermos as disparidades econômicas e sociais que têm caracterizado essa região ao longo do tempo. Ao longo das últimas décadas, as políticas neoliberais têm influenciado significativamente a economia brasileira, impactando diretamente setores como o agroindustrial. Em Alagoas, essas políticas podem ter contribuído para a intensificação das desigualdades econômicas e sociais, tendo em vista o contexto específico do estado, suas características socioeconômicas e estrutura produtiva.

Compreender os desafios enfrentados pelo setor agroindustrial em Alagoas não apenas permite diagnosticar problemas, mas também visa propor soluções e diretrizes para promover um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. Isso envolve a formulação de políticas públicas que incentivem a diversificação produtiva, valorizem a agricultura familiar, facilitem o acesso a crédito e tecnologia para pequenos produtores, promovam a proteção ambiental e fomentem cadeias produtivas justas e equitativas. Dessa forma, a pesquisa não só contribui para um entendimento aprofundado da realidade econômica e social da região, mas também oferece subsídios fundamentais para a implementação de políticas e ações que melhorem significativamente as condições de vida e trabalho.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a evolução do setor agroindustrial canavieiro alagoano a partir de 1990, diagnosticando problemas e propondo soluções para promover um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. O principal problema investigado é o impacto das políticas neoliberais e da desindustrialização, sobre o setor agroindustrial alagoano desde a década de 1990. Ao longo do estudo, foram discutidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar os impactos da Desindustrialização no Desenvolvimento Regional.
- b) Analisar as mudanças estruturais no setor Agroindustrial Canavieiro Alagoano.
- c) Como ocorreu a regulação do setor Agroindustrial?
- d) Quais políticas neoliberais afetaram o acompanhamento da regulação do setor agroindustrial Alagoano?
- e) Analisar os indicadores de desigualdade e relacioná-los com as transformações no setor agroindustrial.

Furtado (2009) enfatiza o "problema metodológico fundamental" enfrentado pelos Economistas, que reside na definição do nível de generalidade válido para uma relação explicativa de valor. O materialismo histórico é a abordagem metodológica escolhida para esta pesquisa, proporcionando uma análise das transformações produtivas e tecnológicas nas agroindústrias alagoanas durante a década de 90. O foco é compreender as causas das mudanças nesse setor econômico, explorando tanto o processo histórico quanto o contemporâneo sugerindo mudanças para seu percurso.

A pesquisa, classificada como explicativa, promove o diálogo interdisciplinar entre diversas áreas do conhecimento, tais como economia, história e sociologia, proporcionando uma análise crítica das políticas neoliberais e seus impactos na economia agroindustrial canavieira alagoana, sob a perspectiva da interdisciplinaridade. A abordagem quali-quantitativa é adotada, conforme sugerido por Zanella (2011, p. 95), que refere que “o método quantitativo busca objetividade, validade e confiabilidade por meio de métodos dedutivos e técnicas estatísticas”. Complementarmente, “o método qualitativo, originado na antropologia, será empregado para a descoberta e descrição detalhada e aprofundada” (Zanella, 2011, p. 95).

Para realizarmos essa pesquisa foi preciso primeiramente fazermos uma análise crítica das mudanças estruturais, para isso examinamos detalhadamente as transformações no Complexo Agroindustrial Canavieiro Alagoano a partir de 1990, focando não apenas nos aspectos quantitativos, mas nas implicações qualitativas dessas mudanças. Adotamos uma lente crítica para avaliar como as alterações na estrutura do setor influenciaram as relações de poder, as dinâmicas de emprego e as condições de trabalho.

A escolha de focalizar nas políticas implementadas a partir da década de 1990 se justifica pela ampla adoção de diretrizes neoliberais no Brasil durante esse período. Essas políticas trouxeram mudanças significativas nas estruturas econômicas, afetando de maneira expressiva o setor agroindustrial canavieiro. A escolha se baseia na necessidade de compreender as raízes e os desdobramentos das decisões políticas tomadas na época, que moldaram o cenário atual. A Desigualdade Socioeconômica foi o principal ponto de partida. Utilizamos índices de desigualdade, como o Gini, não apenas como métricas isoladas, mas também para fazermos uma análise mais profunda das disparidades regionais e setoriais, explorando os fatores subjacentes. Também buscamos discutir sobre políticas e regulação.

Assim, realizamos uma análise detalhada das políticas neoliberais que delinearam o ambiente regulatório do setor Agroindustrial Canavieiro Alagoano, como foco no seu impacto na dinâmica de poder entre empresas e trabalhadores. Foi fundamental compreender como essas políticas influenciaram as desigualdades socioeconômicas e a capacidade de diversificação produtiva na região. Além disso, avaliamos se a busca pela eficiência econômica acarretou perdas significativas em termos de variedade e sustentabilidade.

Refletimos criticamente sobre o futuro do desenvolvimento em Alagoas, identificando lacunas deixadas pelas políticas neoliberais, para isso propomos direções alternativas para a recuperação econômica e social. Para embasar nossa análise, integramos elementos das teorias críticas de diversos autores, visando proporcionar uma abordagem densa e contextualizada. Na Figura 1, é possível visualizarmos a localização exata do Estado de Alagoas.

Figura 1 – Mapa: Localização do Estado de Alagoas - Brasil



Fonte: Alagoas em Mapas (2024)¹.

Nota: Este mapa traz a localização do Estado de Alagoas. No primeiro nível de zoom localiza-se a região Nordeste dentro do Brasil, que por sua vez está destacado em relação aos demais países do mundo. No segundo zoom Alagoas é mostrado tendo como plano de fundo imagens do satélite LANDSAT 8.

A dissertação analisou relatórios anuais de empresas do setor, documentos oficiais sobre políticas públicas e dados socioeconômicos relevantes para a região. Dentre os indicadores examinados, destaca-se o índice de Gini, que mede a desigualdade socioeconômica. Esse indicador foi calculado com base em dados de diferentes períodos, a partir da década de 1990, possibilitando uma análise aprofundada das transformações ocorridas ao longo do tempo. Os dados qualitativos foram organizados em temas-chave, como desigualdades, regulação e desenvolvimento econômico.

Para compreender os impactos das políticas neoliberais no setor agroindustrial canavieiro em Alagoas buscamos elucidar como tais políticas influenciaram de maneira distinta áreas metropolitanas e rurais, destacando as disparidades regionais na experiência desse setor essencial para o desenvolvimento de Alagoas. Exploramos dados que evidenciam o processo de desindustrialização e seus efeitos desde a década de 1990. Utilizamos uma abordagem que

¹ ALAGOAS EM MAPAS. **Mapas de Caracterização Territorial**. Disponível em: <<https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/mapas-de-caracterizacao-territorial/resource/b8229c82-76a8-4dfb-bccd-b8a32eacdb9d>>. Acesso em: 04 mai. 2024.

combina pesquisa bibliográfica sobre as agroindústrias canavieiras locais, e fizemos uma análise das transformações socioeconômicas específicas do setor canavieiro alagoano nos anos que sucederam a adoção dessas políticas, que foi um período marcado pelo início de diversas reformas econômicas, além do mais foi efetuado um levantamento documental para estudar o impacto dessas políticas neoliberais no setor industrial de Alagoas.

Também incorporamos indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice de Gini, além de dados estatísticos, para quantificar e qualificar os impactos territoriais das políticas neoliberais. Nosso objetivo é não apenas compreender as razões por trás do agravamento das desigualdades regionais, mas também propor soluções que promovam um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável para o setor agroindustrial canavieiro em Alagoas. Portanto, a Dissertação está estruturada da seguinte forma:

Introdução: Esta parte apresenta o tema da pesquisa, a justificativa, a metodologia utilizada e os objetivos do estudo.

Desenvolvimento: Esta parte apresenta os resultados da pesquisa, divididos em três capítulos:

Capítulo I: Desindustrialização no Brasil: No primeiro capítulo, mergulhamos sobre as principais vertentes da desindustrialização. Discute-se suas origens, motivos e os efeitos econômicos que têm gerado no Brasil, no Nordeste e no Estado de Alagoas. A análise abrange desde mudanças na política cambial até o impacto direto nas exportações, importações e, por consequência, na própria desindustrialização do país. A desindustrialização como faceta do neoliberalismo é destacada neste contexto devido às políticas econômicas adotadas a partir da década de 1990, que promoveram a desregulamentação, a abertura comercial e a ênfase na competitividade internacional. Essas políticas impactaram negativamente o Complexo Agroindustrial Canavieiro (CAC) em Alagoas, levando ao declínio das indústrias associadas ao setor sucroalcooleiro e à concentração na monocultura da cana-de-açúcar. A reestruturação produtiva incentivada pelas políticas neoliberais priorizou a eficiência econômica e a especialização produtiva em detrimento da diversificação agrícola e industrial. Isso resultou na perda de diversidade econômica, empregos industriais e capacidade de resposta a choques econômicos externos, caracterizando assim a desindustrialização como um fenômeno central desse período.

Capítulo II: O Papel da Agroindústria Canavieira na Economia Brasileira: A segunda parte da dissertação concentra-se na agroindústria canavieira, uma peça-chave na economia brasileira, especificamente em Alagoas. Aqui, exploramos sua trajetória histórica, desde as

intervenções estatais, exemplificadas pelo Instituto do Alcool e Açúcar (IAA), até a desregulamentação. Mostramos também as estratégias adotadas para enfrentar os desafios de diversificação e os impactos dessa indústria no panorama nacional.

Capítulo III: Desigualdades no Setor Agroindustrial Canavieiro de Alagoas: Na última parte da dissertação, abordamos as desigualdades dentro da agroindústria canavieira em Alagoas. Utilizando indicadores econômicos como o Índice de Gini e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), investiga-se a distribuição de renda e bem-estar para o desenvolvimento regional, analisando quem são os principais beneficiários e como essas desigualdades impactam a sociedade local.

Nas Considerações Finais desta dissertação, concluímos que as políticas neoliberais implementadas desde 1990 contribuíram para a desindustrialização no Brasil, afetando negativamente a agroindústria canavieira em Alagoas. A abertura econômica e a liberalização cambial reduziram a competitividade da indústria nacional e aprofundaram as desigualdades regionais. Em Alagoas, a falta de diversificação produtiva e a concentração de renda foram intensificadas. Para amenizar esses impactos, é necessário desenvolver estratégias que incentivem a diversificação da produção e fortaleçam a agricultura familiar, além de facilitar o acesso a tecnologias e crédito para os pequenos produtores.

As referências utilizadas nesta dissertação estão listadas na seção de Referências ao final do documento. O Apêndice 1 apresenta os dados de estimativa que fundamentam a análise do estudo, oferecendo uma base quantitativa essencial para a interpretação dos resultados, com tabelas e gráficos que complementam o texto. O Apêndice 2 traz mapas que ilustram as áreas e contextos relevantes para a pesquisa, essenciais para a visualização da distribuição geográfica e das características espaciais abordadas. Esta pesquisa analisou a trajetória do setor agroindustrial canavieiro de Alagoas, com ênfase nos impactos da desindustrialização e das políticas neoliberais a partir da década de 1990, contribuindo significativamente para o entendimento da economia regional e das políticas industriais.

Primeiramente, ao focar na desindustrialização, a pesquisa busca entender como políticas neoliberais, implementadas a partir da década de 1990, afetaram profundamente a estrutura econômica regional. Estas políticas, caracterizadas pela desregulamentação e abertura comercial, incentivaram uma reestruturação produtiva que privilegiou a eficiência econômica e a especialização no setor sucroalcooleiro. Este enfoque não apenas demonstra como a economia alagoana se adaptou às mudanças globais, mas também revela os impactos sociais e ambientais dessa transição.

Além disso, a pesquisa oferece uma análise inédita dos efeitos da desindustrialização no desenvolvimento regional. Ao examinar como a perda de diversidade econômica e a concentração na monocultura da cana-de-açúcar afetaram empregos, desigualdade social e sustentabilidade ambiental, ela fornece dados concretos dos principais desafios enfrentados pela região. Esses aspectos são fundamentais para a formulação de políticas públicas mais eficazes que promovam um crescimento econômico inclusivo e sustentável.

A pesquisa também contribui para o avanço teórico ao conectar a desindustrialização com o contexto específico das políticas neoliberais. Ao identificar como essas políticas moldaram não apenas o setor agroindustrial, mas também a estrutura política e social local, ela oferece uma compreensão mais profunda das dinâmicas econômicas e sociais em Alagoas. Isso é necessário não só para acadêmicos e pesquisadores, mas também para formuladores de políticas interessados no desenvolvimento regional e na sustentabilidade.

Sendo assim, essa pesquisa não apenas responde à questão sobre a desindustrialização como fenômeno do neoliberalismo, mas também oferece novas perspectivas e soluções práticas para os desafios enfrentados pelo setor agroindustrial canavieiro em Alagoas. Ao destacar a importância de uma abordagem interdisciplinar e empiricamente fundamentada, ela contribui significativamente para o conhecimento e para o desenvolvimento de estratégias que visem um futuro mais justo, equitativo e sustentável para a região. Desse modo, foi importante discutirmos as implicações desses eventos para o referido setor, abordando tanto os desafios quanto as possíveis oportunidades que surgiram.

Figura 2 - Nuvem de Conceitos-Chave



Fonte: Elaboração própria.

Nota: Feito através do Word Cloud².

A nuvem de conceitos-chave na Figura 2 acima oferece uma representação visual dos elementos fundamentais da dissertação. Gerada por um aplicativo de visualização de texto, *Word Cloud*² podemos visualizar a partir dela, alguns termos como "Políticas Neoliberais", "Complexo Agroindustrial Canavieiro", "Desenvolvimento Econômico", "Desigualdade Regional", "Economia de Alagoas" e "Acumulação de Capital" etc. Esses termos foram escolhidos estrategicamente com base em sua relevância e frequência no trabalho, refletindo a ênfase nos conceitos essenciais abordados na pesquisa. Ao observar a nuvem, observa-se que a Figura 2, proporciona uma visão rápida do escopo da pesquisa.

A representação gráfica não apenas apresenta os elementos essenciais, mas também fornece uma visão ampla da estrutura conceitual da dissertação. Funciona como um guia visual, permitindo aos leitores compreenderem rapidamente os temas centrais sem a necessidade de uma análise detalhada do resumo. Para Senas et al. (2022, p. 75), “a ferramenta Nuvem de Palavras, pode aliar-se às práticas pedagógicas interativas e corroborar para a inclusão digital, mediação do conhecimento, apropriação e construção de saberes em diferentes áreas”.

² WORD CLOUDS. **Nuvem de Palavras**. Disponível em: <<https://www.wordclouds.com/>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

1. DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

A desindustrialização no Brasil é um fenômeno amplamente analisado por economistas e cientistas sociais. Este capítulo da dissertação examina as causas e consequências desse processo nas últimas décadas. Historicamente, o Brasil tem experimentado uma redução gradual da participação da indústria em sua economia. A abertura comercial, por exemplo, ao reduzir tarifas e facilitar a importação de bens manufaturados, intensificou a concorrência para as indústrias nacionais, especialmente para aquelas com menor competitividade.

Outro fator importante são as políticas monetárias adotadas, com taxas de juros elevadas e política cambial restritiva, que aumentaram os custos de financiamento para as empresas industriais, desencorajando investimentos em modernização e expansão. Todavia, problemas crônicos na infraestrutura brasileira, como transporte deficiente e altos custos logísticos, têm prejudicado a competitividade das indústrias nacionais frente aos concorrentes internacionais.

As consequências da desindustrialização são significativas. A redução da participação da indústria no emprego formal tem contribuído para o aumento do desemprego estrutural, especialmente entre os trabalhadores menos qualificados. Além disso, há impactos regionais desiguais, com algumas áreas do país, especialmente aquelas dependentes de indústrias tradicionais, enfrentando um declínio econômico mais acentuado.

Socialmente, a desindustrialização pode intensificar desigualdades sociais e regionais, afetando o desenvolvimento humano e a qualidade de vida em diversas comunidades. Diante desse cenário, torna-se importante discutirmos e propormos estratégias políticas que possam reverter ou mitigar os efeitos da desindustrialização, promovendo um desenvolvimento mais equitativo e sustentável para o Brasil no futuro.

No início da discussão da dissertação, investigamos o processo de desindustrialização, um tema recorrente e de grande relevância para economistas, políticos e a sociedade civil no Brasil. Analisamos também as implicações econômicas, sociais e políticas desse fenômeno, destacando seus impactos sobre o crescimento econômico, o emprego, a distribuição de renda e a competitividade internacional do país. O capítulo inicial estabelece as bases para as discussões subsequentes, proporcionando uma compreensão sólida sobre a desindustrialização e suas ramificações no contexto brasileiro.

A desindustrialização no Brasil transcende as estatísticas econômicas, impactando profundamente a estrutura produtiva e as dinâmicas sociais, culturais e identitárias do país. Analisar as causas e consequências dessa redução gradual da participação industrial exige uma

abordagem que considere a intersecção entre desenvolvimento econômico e cultura, reconhecendo como esse processo reconfigura não apenas a economia, mas também as relações sociais e o próprio sentido de identidade nacional.

Como pontuado por Sachs (2005, p. 151), "o desenvolvimento e a cultura são dois conceitos situados na intersecção de várias disciplinas, que conquistaram um lugar central nas ciências sociais do século XX pelo seu caráter pluridimensional". Esta citação não apenas ressalta a importância de abordagens multidisciplinares para compreendermos fenômenos complexos como a desindustrialização, mas também nos convida a refletir sobre como mudanças econômicas profundas reverberam através das estruturas culturais e sociais de uma sociedade.

Neste contexto, ao explorar as razões por trás da desindustrialização no Brasil e suas implicações, é essencial reconhecer que esse processo, iniciado especialmente após a década de 1990 com a adoção de políticas neoliberais, não afeta apenas indicadores econômicos, como o PIB industrial e o nível de emprego no setor. Ele também reconfigura identidades locais, práticas sociais e o tecido cultural de comunidades inteiras, particularmente nas regiões mais afetadas, como o Sudeste e o Nordeste industrializados. A abertura econômica e as mudanças estruturais ocorridas durante o governo Collor (1990-1992), com a redução de barreiras tarifárias e a entrada de produtos estrangeiros, intensificaram a perda de competitividade da indústria nacional, acelerando o processo de desindustrialização.

Essa interrelação entre desenvolvimento econômico e cultura é fundamental para uma compreensão mais rica do fenômeno, pois ela destaca como a redução da atividade industrial também transforma o cotidiano e as tradições de comunidades que, durante décadas, dependiam dessa estrutura produtiva. As fábricas, muitas vezes, não são apenas locais de trabalho, mas centros de vida social e símbolos de identidade local. A perda desse eixo produtivo, portanto, afeta profundamente as dinâmicas sociais e culturais dessas regiões, gerando desemprego, migração e desagregação social.

Ao longo deste capítulo, exploraremos como esses aspectos se entrelaçam, oferecendo uma visão ampla e profunda das causas estruturais e das consequências sociais da desindustrialização no Brasil, com atenção especial a eventos marcantes como a implementação do Plano Real (1994) e suas implicações para a economia industrial. A citação de Sachs serve não apenas como ponto de partida intelectual, mas também como um convite à reflexão crítica sobre o futuro do desenvolvimento econômico e cultural do país. Ela nos desafia a considerar

que políticas públicas integradoras e resilientes devem contemplar tanto os aspectos econômicos quanto os culturais para enfrentar os desafios da desindustrialização.

O Economista polonês, naturalizado francês, Ignacy Sachs amplia o conceito de desenvolvimento além do mero crescimento econômico. Ele enfatiza que, para caracterizar verdadeiramente o desenvolvimento, precisamos considerar indicadores que vão além da simples taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Sachs (2005) coloca a qualidade de vida como um elemento central, priorizando-a em relação às metas puramente quantitativas. Ele argumenta que embora essas metas sejam essenciais, não são suficientes por si só para promover um desenvolvimento genuíno e sustentável.

Segundo Sachs (2005, p. 159), "a formulação de um processo de desenvolvimento implica um processo de invenção do futuro, o que o torna naturalmente tributário da cultura". Para consolidar a identidade nacional, é importante formular um projeto que se baseie na cultura comum, pois o desenvolvimento nacional é um ato cultural e de libertação. No contexto brasileiro, o domínio imperialista historicamente impôs uma opressão cultural, tornando ainda mais necessário que qualquer iniciativa de desenvolvimento derive das realidades culturais de cada nação.

Conforme Sachs (2005, p. 151), "para os antropólogos, a cultura se define como o complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes, ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade". Todavia, ao formular um projeto de desenvolvimento, é essencial considerar não apenas os aspectos econômicos e tecnológicos, mas também os elementos culturais que definem a identidade e os valores de uma sociedade.

Dessa forma, um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e inclusivo requer não apenas políticas econômicas e sociais, mas também um respeito e fortalecimento das manifestações culturais locais. Isso não só promove uma identidade nacional forte, mas também contribui para um desenvolvimento mais humano e integrado, refletindo as necessidades e aspirações da população.

Complementarmente, Furtado (2009) trata da teoria do desenvolvimento econômico, buscando explicar numa perspectiva macroeconômica o aumento da produtividade do trabalho e como ela repercute na organização da produção, bem como sua distribuição e como se utiliza do produto social. Em um primeiro momento, o autor busca entender como predominam as formulações abstratas, ou seja, como ocorre o processo de crescimento econômico, partindo da compreensão dos esquemas dos sistemas econômicos existentes e sua relação estrita com as

variáveis quantitativas. O segundo parte do princípio histórico, onde através de uma análise crítica o autor age em confronto com a análise abstrata e afirma que é importante não somente a construção desse modelo abstrato como é necessário explicar de que maneira ele funciona. É importante também verificar a eficácia desse modelo em confronto com a realidade histórica.

De acordo com Furtado (2009), a teoria do desenvolvimento econômico não se encaixa de forma geral nas categorias de análise econômica tradicionais. Em outras palavras, a análise econômica convencional tem suas limitações em explicar plenamente a dinâmica das mudanças sociais. No entanto, é importante salientar que, mesmo com essas limitações, ela ainda consegue identificar algumas relações entre variáveis quantificáveis no processo de desenvolvimento econômico. Enquanto a teoria econômica pode oferecer informações valiosas sobre certas relações dentro do desenvolvimento econômico, ela não é totalmente capaz de abranger toda a complexidade das transformações sociais associadas a esse processo. Portanto “o processo de desenvolvimento se realiza seja através de combinações novas de fatores existentes no nível da técnica conhecida, seja através de inovações técnicas” (Furtado, 2009, p. 85).

As regiões consideradas desenvolvidas são aquelas onde a produtividade só pode ser aumentada através da adoção de novas técnicas, devido à ausência de desocupação nos fatores de produção. Em contrapartida, as regiões em que a produtividade pode ser incrementada pela implementação de técnicas já conhecidas são classificadas em diversos graus de subdesenvolvimento. Economias desenvolvidas prosperam graças à acumulação de novos conhecimentos científicos e à aplicação de tecnologias avançadas, enquanto as economias subdesenvolvidas crescem predominantemente pela assimilação de técnicas já existentes em épocas determinadas, resultando em deficiências no uso dos fatores de produção disponíveis (Furtado, 2009, p. 85).

Bolaño (2015, p. 168-169), acrescenta que “Wilson Cano é quem tem insistido no pioneirismo de Furtado na reflexão sobre a problemática ecológica do desenvolvimento”. Ele destaca a contribuição de Furtado desde 1999, quando publicou “*Furtado: a questão regional e a agricultura itinerante no Brasil*”. Neste livro ele trata o GTDN e a Operação Nordeste, como uma análise competente da economia ecológica do semiárido. De acordo com Cano (2015, *apud* Bolaño, 2002), a expansão da economia açucareira demonstra o deslocamento da economia de subsistência para o Agreste e Sertão e refere o aumento do desmatamento e da precipitação das chuvas que geraram diminuição da produção alimentar devido a aridez do solo.

Bolaño (2015) ainda salienta que Furtado em “*O mito do desenvolvimento econômico*”, faz uma discussão pertinente sobre a questão da ecologia, a qual adquire maior importância

com os estudos abordados nesse documento que traz considerações além das especificidades da economia do semiárido nordestino ou da pecuária itinerante. Para Bolaño (2015), a principal crítica que Furtado faz nessa obra é a da visão idealizada que alguns Economistas fazem a respeito do impulso dinâmico da Economia. O problema, portanto, é complexo e se apresenta em dois planos, o cultural/social e o ecológico. Em relação a esse último plano, foi visto que ele está ligado ao processo de predação da civilização, engendrado pela revolução industrial. Sabemos que entre as consequências temos a geração de *valor econômico* do mundo físico, que está por trás do processo de degradação.

Ao analisarmos as discussões iniciais do texto, destacam-se os impactos econômicos e sociais das políticas neoliberais implementadas a partir de 1990, bem como o processo de desindustrialização no setor agroindustrial canavieiro de Alagoas. As mudanças estruturais no setor revelam como essas políticas influenciaram sua organização, manifestando-se, por exemplo, na concentração da produção e da propriedade, na redução do número de trabalhadores assalariados e no aumento do uso de tecnologias. Em relação à desindustrialização, o declínio contínuo da produção nacional gera crescente preocupação para a indústria brasileira.

Os indicadores de desigualdade também nos mostram que eles são ferramentas importantes para avaliarmos os impactos sociais das políticas neoliberais e da desindustrialização. O aumento da desigualdade pode ser observado, por exemplo, no aumento da pobreza, no aumento da concentração de renda e no aumento da vulnerabilidade social. Em relação à regulação do setor, ela é importante para entendermos como as políticas neoliberais afetaram o papel do Estado no setor agroindustrial. A redução da regulação pode ser observada, por exemplo, na redução do controle sobre os preços, na redução do controle sobre o meio ambiente e na redução do controle sobre as relações de trabalho.

Para compreender como as políticas neoliberais impactaram o setor agroindustrial em Alagoas, é essencial analisar medidas como a desregulamentação dos mercados e a abertura comercial. A privatização visava transferir a gestão de empresas do estado para o setor privado, alterando o contexto competitivo e operacional. A desregulamentação reduziu as normas governamentais sobre o setor, buscando promover maior flexibilidade e eficiência, mas também afetando padrões de qualidade e segurança. A abertura comercial implicou na redução de tarifas e barreiras para importações, aumentando a competição externa e exigindo adaptações rápidas das empresas locais. Essas políticas foram implementadas com o objetivo de promover um

ambiente econômico mais dinâmico, mas também geraram desafios significativos para a sustentabilidade e competitividade local.

Assim, as questões levantadas no texto proposto são relevantes para compreender os impactos econômicos e sociais das políticas neoliberais no setor Agroindustrial Canavieiro Alagoano a partir de 1990. Essas questões permitem analisar as mudanças estruturais no setor, os indicadores de desigualdade, a regulação do setor e as políticas neoliberais que afetaram o setor alagoano.

No contexto das reflexões sobre desenvolvimento econômico e cultural no Brasil, a desindustrialização emerge como uma das ramificações econômicas significativas. Enquanto autores como Sachs (2005) e Furtado (2009) exploram os desafios e complexidades do desenvolvimento nacional, destacando a importância da cultura e da inovação para moldar o futuro, a desindustrialização representa uma realidade que requer análise cuidadosa.

A transição de uma economia industrial para uma baseada em serviços apresenta diversas implicações, não apenas para a estrutura econômica, mas também para a distribuição de renda, o emprego e a competitividade no mercado global. Nesse sentido, compreendermos o processo de desindustrialização e suas ramificações econômicas torna-se essencial para avaliarmos o impacto das políticas econômicas, como as neoliberais, no setor agroindustrial e em outras esferas da economia brasileira.

1.1 O Processo de Desindustrialização e suas Ramificações Econômicas

A análise da evolução da industrialização no Brasil e seus impactos ao longo do tempo foi realizada a partir de várias perspectivas. Nesse contexto, Cano (2012) ressalta a relevância da industrialização, examinando o crescimento do PIB nacional desde a década de 1970, especialmente nos setores de bens de capital e tecnologia avançada. Contudo, a diminuição da participação da indústria no PIB nos últimos anos sinaliza um processo de desindustrialização, influenciado por fatores como a valorização do câmbio, a abertura comercial, a alta taxa de lucros no setor financeiro e o aumento do investimento direto estrangeiro em áreas de menor tecnologia. Além disso, a desindustrialização é acentuada pela falta de inovação tecnológica, pela fragilidade da infraestrutura e pela insuficiência de políticas públicas eficazes para o fomento à indústria, bem como pela desaceleração da economia global desde 2007.

Almeida (2018) enriquece essa discussão ao analisar o fenômeno da maquinização, que tem influenciado significativamente a demanda por mão de obra na produção industrial. O autor

destaca que as cadeias produtivas exercem um papel crucial no desenvolvimento econômico, enfatizando a importância de considerar não apenas a autonomia da indústria, mas também as alternativas de produção e o comércio exterior para atender às demandas sociais. Dessa forma, a desindustrialização emerge como resultado de uma interação complexa entre fatores internos e externos que impactam a competitividade e a estrutura produtiva do país.

Figura 3 - Transformação Tecnológica na Colheita de Cana-de-açúcar em Alagoas: o avanço da Maquinização



Fonte: Sindaçúcar (2023)³.

Oliveira Neto et al. (2021) também examinam minuciosamente as transformações socioeconômicas no Estado de Alagoas, e evidenciam as principais disparidades que interferiram diretamente no desenvolvimento industrial, bem como as consequências da reestruturação do capitalismo nessa região. Eles avaliam a mudança na composição econômica de Alagoas, com o setor de serviços ascendendo em importância no Produto Interno Bruto (PIB), o que reflete uma alteração significativa na dinâmica regional, a qual impacta diretamente a absorção de mão de obra e a oferta de empregos fixos nas áreas urbanas.

Hettwer (2022) enfatiza a dinâmica histórica do desenvolvimento e subdesenvolvimento, destacando como esses processos são influenciados pela evolução dos instrumentos de produção e pelas relações de classe, que são fundamentais na formação da estrutura social. Ele analisa a era Kubitschek, reconhecendo os avanços econômicos alcançados

³ SINDAÇÚCAR ALAGOAS. **Safra 23/24 conta com maioria das usinas em operação**. 2023. Disponível em: <<https://www.sindacucar-al.com.br/safra-23-24-counta-com-maioria-das-usinas-em-operacao/>>. Acesso em: 03 abr. 2024.

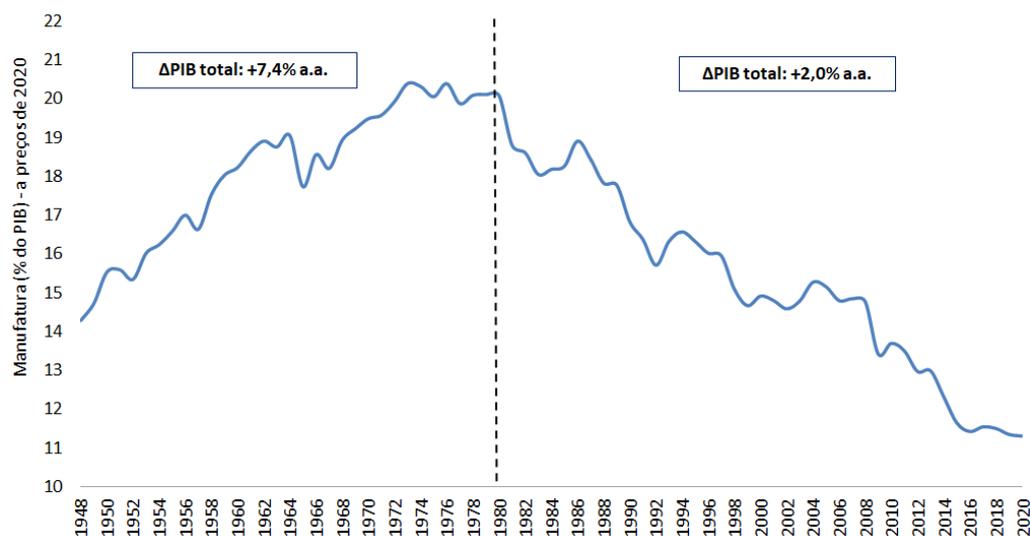
durante esse período, mas também apontando as desigualdades ampliadas pela predominância de empresas estrangeiras.

Hettwer (2022) aponta desafios persistentes à competitividade industrial no Brasil, evidenciados pela entrada significativa de Investimento Estrangeiro Direto (IED) no país. Esse fenômeno, embora possa impulsionar o desenvolvimento econômico, também levanta questões sobre a sustentabilidade e a equidade desse crescimento. O autor destaca a urgência de implementar estratégias que não apenas fomentem a atração de IED, mas que também promovam um crescimento econômico inclusivo e equilibrado. Tais estratégias devem considerar a valorização da capacidade produtiva interna, a inovação tecnológica e a formação de capital humano, a fim de garantir que os benefícios do crescimento sejam distribuídos de maneira mais equitativa entre os diversos segmentos da sociedade. Assim, a construção de um ambiente econômico que favoreça tanto o investimento quanto a inclusão social torna-se fundamental para o fortalecimento da competitividade industrial no Brasil.

Atualmente, a desindustrialização no Brasil, conforme Hettwer (2022), enfrenta desafios históricos que incluem a resistência à adoção de projetos nacionais capazes de reverter a queda no crescimento econômico. A predominância de investimentos estrangeiros tem gerado problemas significativos para a competitividade da indústria brasileira, refletidos na entrada massiva de Investimento Estrangeiro Direto (IED). Essa situação se traduz em aumento do desemprego e na diminuição da participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB), evidenciando os sérios desafios econômicos que o Brasil enfrenta.

No Gráfico 1, podemos observar que ao longo de um extenso período, que vai do final dos anos 1940 até aproximadamente 1980, que a indústria brasileira expandiu sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) do país, aumentando de cerca de 14% para mais de 20%. O ápice ocorreu por volta de 1978. No entanto, desde 1980 a indústria diminuiu como proporção do PIB nacional. Na prática, isso indica uma estagnação geral da indústria brasileira, enquanto a economia como um todo continuou crescendo (IEDI, 2022).

Gráfico 1 - Participação da indústria no PIB brasileiro ao longo do tempo (1948 a 2020)



Fonte: IEDI (2022).

Scatolin et al. (2007) analisam a desindustrialização no Brasil, associando-a ao declínio progressivo da participação da indústria no PIB e no emprego ao longo do tempo. Eles ressaltam que esse fenômeno está intrinsecamente ligado a fatores como produtividade, políticas macroeconômicas e liberalização comercial. No contexto latino-americano, a desindustrialização ocorreu precocemente, sendo particularmente influenciada pelas políticas macroeconômicas implementadas na região. Utilizando o modelo de Kaldor como referencial, os autores demonstram que a participação da indústria no PIB brasileiro experimentou um crescimento contínuo até 1985, seguido por um declínio constante até 2000.

Entre os fatores críticos identificados, destacam-se o hiato tecnológico e a taxa de câmbio, que impactam significativamente a competitividade industrial. Esses elementos são considerados barreiras substanciais ao crescimento econômico de longo prazo, resultando em um efeito adverso na capacidade do Brasil de sustentar um desenvolvimento industrial sustentável. Assim, a análise de Scatolin et al. (2007) aborda a inter-relação entre políticas econômicas e a trajetória da indústria brasileira, enfatizando a necessidade de estratégias mais efetivas para reverter a desindustrialização e promover um crescimento econômico inclusivo.

Scatolin et al. (2007) afirmam que a desindustrialização no Brasil é impulsionada não apenas por fatores internos, mas também pela inserção do país na economia global. Políticas de liberalização comercial e ajustes macroeconômicos fragilizaram a competitividade industrial. A análise dos autores sugere que, para reverter esse processo, é crucial implementar políticas que fortaleçam a inovação tecnológica, melhorem a competitividade externa e criem um

ambiente macroeconômico propício ao desenvolvimento industrial. Essas medidas são essenciais para revitalizar o setor e garantir um crescimento econômico sustentável.

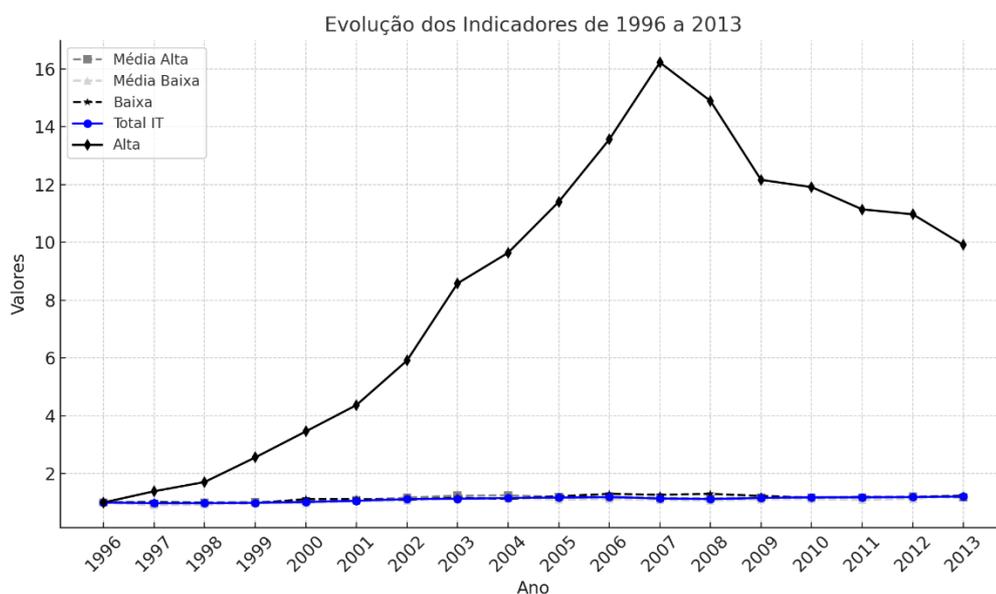
Santos (2019) acrescenta destacando a redução da participação da indústria de transformação no PIB nacional, que passou de 35,9% em meados da década de 1980 para 15,8% em 2010. Para o autor a desindustrialização está relacionada a fatores como abertura econômica, valorização cambial e custos internos. Santos (2019) ainda argumenta que a desindustrialização vai além da redução da produção, para ele é extremamente necessário que sejam discutidos sobre a perda da capacidade da indústria em liderar o crescimento econômico, influenciada por fatores como a política cambial pós-Plano Real e a abertura comercial.

Sampaio (2017) faz uma abordagem sobre a crise econômica brasileira no cenário global de 2008 e na desindustrialização desde os anos 1980, ele investigou a queda da participação da indústria no PIB brasileiro. Para isso o autor analisou diferentes perspectivas relacionadas à desindustrialização, considerando fatores macroeconômicos e microeconômicos, e ampliou o debate incluindo aspectos relacionados ao Desenvolvimento Regional no Brasil, debatendo sobre divergentes modelos de desenvolvimento produtivo em países desenvolvidos e em desenvolvimento.

A desindustrialização está diretamente relacionada à intensidade tecnológica dos setores produtivos. Setores de alta e média-alta tecnologia tendem a ser mais resilientes, pois possuem maior capacidade de inovação, produtividade e valor agregado. No entanto, quando a expansão desses setores começa a diminuir, como observado no Nordeste após 2006, isso pode sinalizar o início de um processo de desindustrialização. A redução do investimento em tecnologia e inovação compromete a competitividade, limitando o crescimento sustentável e impulsionando a desindustrialização, especialmente em economias regionais dependentes de setores mais dinâmicos.

Enquanto isso, os setores de baixa e média baixa tecnologia continuaram a crescer, embora o ritmo tenha diminuído após 2010. No geral, a indústria do Nordeste se consolidou com base em setores de tecnologia mais baixa, refletindo as etapas iniciais do desenvolvimento industrial na região (Pereira et al., 2018). No entanto, entre 1996 e 2013, o Nordeste enfrentou um processo de desindustrialização marcado pela perda de participação dos setores industriais mais dinâmicos e intensivos em tecnologia, devido a fatores como a concorrência internacional e a falta de políticas regionais eficazes (Pereira et al., 2018), conforme ilustrado no gráfico mencionado.

Gráfico 2 - Índice de Desindustrialização Relativa Regional – Região Nordeste (1996 a 2013)



Fonte: Reelaborado a partir de Pereira et al. (2018, p. 11).

De acordo com Silva (2019), na década de 1990, as políticas neoliberais foram introduzidas, substituindo as políticas regionais de desenvolvimento pelas políticas de mercado. Isso dinamizou ainda mais as regiões competitivas, enquanto o Sudeste começou a perder competitividade devido à abertura comercial e à valorização do Real. Isso levou a uma perda de participação tanto em emprego quanto em produção industrial na região. Essa tendência continuou nos anos 2000, apesar de um retorno das políticas regionais de desenvolvimento.

Silva (2019) ainda argumenta que entre 2007 e 2014, houve uma perda de 2,3 pontos percentuais (p.p.) no emprego industrial no Brasil e uma perda de 5,8 p.p. na produção industrial. No Nordeste, a participação da produção e do emprego industrial permaneceu estável, mas houve uma perda de participação mais acentuada em termos de produção do que de emprego. Especificamente em Alagoas, houve uma perda significativa de participação tanto na produção quanto no emprego industrial.

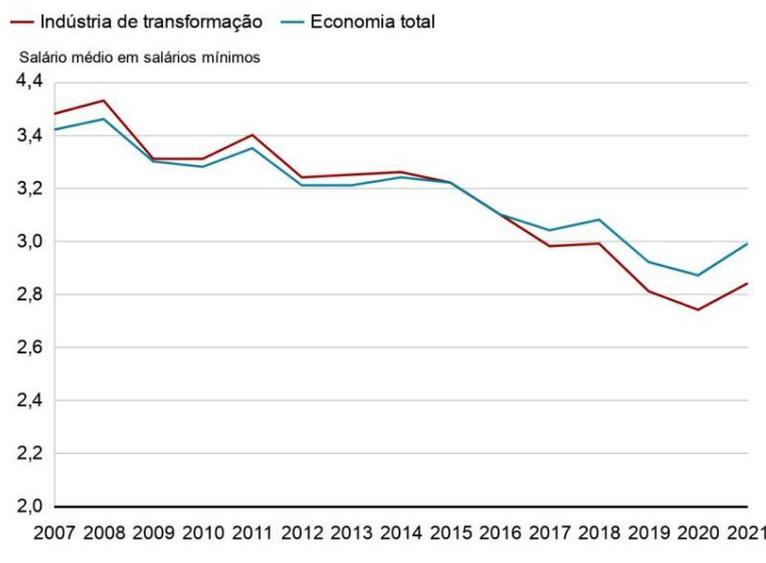
Pra Silva (2019) entre 2002 e 2014, quase metade da perda de 1,4 p.p. na participação do emprego industrial no Nordeste veio de Alagoas. Essas perdas foram atribuídas a vários fatores, incluindo a perda de competitividade do setor sucroalcooleiro, a mecanização das usinas, a desaceleração da economia brasileira e a falta de acesso a crédito. Todos esses elementos contribuíram para a desindustrialização em Alagoas e na região Nordeste como um todo.

A desindustrialização no Brasil, conforme Sampaio (2017), revela rearticulações territoriais significativas pós-1990, marcadas pela ascensão dos interesses de mercado, especialmente financeiros e internacionais. Essa mudança impactou profundamente a dinâmica urbano-regional, migratória e produtiva, ampliando as heterogeneidades sociais e regionais e moldando de maneira significativa a formação econômica do país. A discussão sobre a desindustrialização no Brasil reflete disputas políticas e conduz caminhos diferentes para o desenvolvimento econômico.

A desindustrialização no Brasil esteve como assunto em pauta nos estudos de vários autores ao longo das décadas. Desde a ascensão do neoliberalismo nos anos 1980 até os dias atuais, essa questão envolve fatores macroeconômicos, como política cambial, e dinâmicas microeconômicas e regionais. Autores como Cano (2012) e Scatolin et al. (2007) alegam que a política cambial tem forte influência na competitividade da indústria brasileira, afetando diretamente o crescimento econômico de longo prazo.

A valorização da moeda, conforme observado por Santos (2019), contribuiu para a diminuição da participação da indústria no PIB nacional ao longo das décadas. Isso ocorre porque uma moeda forte torna as exportações mais caras e as importações mais baratas, o que pode prejudicar a competitividade da indústria nacional, levando a uma redução na sua participação no PIB em relação a setores como serviços e agricultura.

Gráfico 3 - Salário Médio no Brasil - Economia total vs. Indústria (2007 a 2021).



Fonte: BBC Brasil (2023).

Nota: Elaborado a partir de dados do Portal RAIS, por Paulo Moreira e Vicente Toledo.

O Gráfico 3 da BBC Brasil (2023) retrata a trajetória dos salários médios, em salários-mínimos, tanto na economia total quanto na indústria de transformação do Brasil ao longo de 15 anos, de 2007 a 2021. Notavelmente, o salário médio na economia total demonstrou um crescimento gradual, com picos de maior expansão entre 2007 e 2013, seguido por uma ligeira queda entre 2014 e 2016 e uma recuperação gradual posteriormente, chegando a 3,8 salários-mínimos em 2021.

Por outro lado, o salário médio na indústria de transformação também cresceu gradualmente, porém em um ritmo mais moderado em comparação com a economia total, atingindo 3,6 salários-mínimos em 2021. Durante todo o período, a diferença entre os salários médios na economia total e na indústria de transformação variou entre 0,2 e 0,4 salários-mínimos, sendo de 0,2 salários-mínimos em 2021. Isso evidencia que, embora ambos os setores tenham experimentado um aumento nos salários médios ao longo do tempo, os trabalhadores na economia total consistentemente perceberam remunerações mais altas em comparação com aqueles na indústria de transformação.

De acordo com Araújo (2019), nos últimos anos, o Brasil enfrentou uma desindustrialização ascendente, levando a uma quase estagnação econômica. Isso foi impulsionado pela retomada do receituário neoliberal e agravado pelo golpe contra a Presidenta Dilma. A queda no nível de produção industrial foi acompanhada pela substituição de produtos nacionais por importados, resultando em um déficit significativo na balança comercial de manufaturas. Essa estratégia resultou em uma política pró-cíclica super ortodoxa adotada a partir de 2015, que reduziu o investimento público para cerca de 1% do PIB.

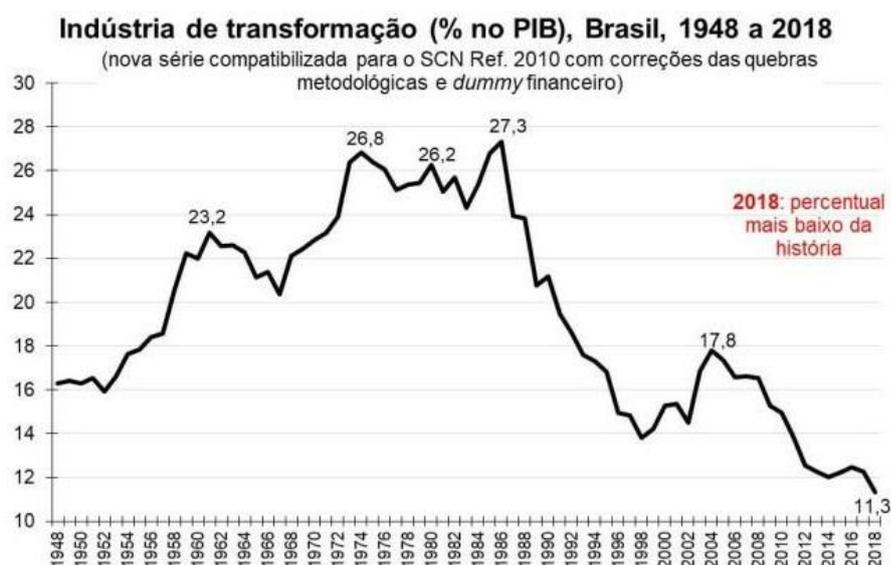
Conforme Araújo (2019) os dados acerca da desindustrialização, percebe-se que ela foi alimentada por vários fatores, que inclui a necessidade de ajuda para as grandes empresas estatais durante a crise da dívida externa, a privatização de empresas estatais lucrativas e o aumento dos gastos com juros pagos pelo Estado. Foi visto também que ocorreu um corte sobre os recursos públicos não financeiros, enquanto as funções estatais e os serviços públicos foram transformados em negócios explorados privadamente. O desmantelamento das políticas em defesa da produção nacional e dos estímulos aos investimentos, promovido pelos governos de Temer e de Jair Bolsonaro comprometem ainda mais as “tentativas de reindustrialização” do país, colocando em risco seu desenvolvimento econômico futuro.

O Gráfico 4 mostra a participação da indústria de transformação no PIB brasileiro entre 1948 e 2018. O gráfico revela duas ondas de desindustrialização, segundo Araújo (2019): Primeira onda (1986-1999): a primeira onda de desindustrialização brasileira teve início em

1986 e se estendeu até 1999. Nesse período, a participação da indústria no PIB caiu de 26,8% para 17,8%. Segunda onda (2004-presente) a segunda onda de desindustrialização brasileira teve início em 2004 e se estende até hoje. Nesse período, a participação da indústria no PIB caiu de 23,2% para 11,3%.

Portanto, é necessário estudarmos sobre a desindustrialização no Brasil, pois ela leva ao fechamento de fábricas, a perda de empregos, como também aumenta a desigualdade social e contribui para a queda do crescimento econômico. A partir da visualização do Gráfico 4 podemos notar um declínio mais acentuado a partir da década de 1990.

Gráfico 4 - Brasil em Desindustrialização: Desaceleração do Crescimento e Aumento da Desigualdade (1948-2018).



Fonte: Araújo (2019).

Nota: Elaborado por Paulo Morceiro.

Um fator crucial que merece uma discussão aprofundada é a interação entre a taxa de câmbio e o setor industrial. Araújo e Garcia (2011) evidenciam uma mudança significativa nessa relação a partir de 2003. Ao segmentar a amostra em dois períodos distintos 1994-2002 e 2003-2010 observa-se um padrão interessante. No primeiro período, uma desvalorização cambial demonstrava uma associação positiva com a produção industrial, indicando que a competitividade externa favorecia o aumento da atividade industrial. No entanto, essa dinâmica se reverteu no segundo período, onde a desvalorização cambial passou a estar inversamente

relacionada à produção industrial, sugerindo que os impactos adversos, como aumento dos custos de insumos e insatisfação com a qualidade, podem ter contribuído para uma desaceleração na produção. Essa transformação na relação é destacada na Tabela 1, que ilustra claramente a correlação entre a desvalorização da moeda e o desempenho industrial nos dois períodos analisados. Essa evidência sugere a necessidade de uma reavaliação das políticas cambiais, considerando não apenas a competitividade, mas também a resiliência e a capacidade de adaptação do setor industrial às flutuações cambiais.

Tabela 1 - Elasticidade de longo prazo industrial em relação ao câmbio: 1994:7 - 2010:6

Período	Coefficiente LOGCAMBIO (C)	Erro Padrão	Estatística t
1994:7 - 2002:12	0.160915	0.017563	9.161951
2003:1 - 2010:6	-0.415437	0.032995	-12.59080

Fonte: Adaptado de Araújo e Garcia (2011, p. 10).

A relação entre desindustrialização e política cambial é fundamental para entender os desafios enfrentados pela indústria brasileira, como observado no subtópico 1.2. Hettwer (2022) e Sampaio (2017) ressaltam que a desindustrialização não se limita à redução da produção industrial, mas também implica na perda da capacidade da indústria em impulsionar o crescimento econômico. Nesse sentido, a política cambial após o Plano Real e a abertura comercial, discutidas por Santos (2019), tiveram um impacto considerável sobre a competitividade da indústria nacional. Entretanto, a política cambial é um dos principais elementos na dinâmica da desindustrialização brasileira.

1.2 Impacto da Política Cambial na Desindustrialização Brasileira

Neste subtópico, aborda-se a influência da política cambial brasileira, com destaque para a adoção do câmbio valorizado a partir do Plano Real, como um dos principais catalisadores da desindustrialização no país. Discute-se como as reformas liberalizantes e a estabilização econômica resultaram em um câmbio excessivamente valorizado, desencadeando uma série de efeitos prejudiciais à competitividade da indústria nacional.

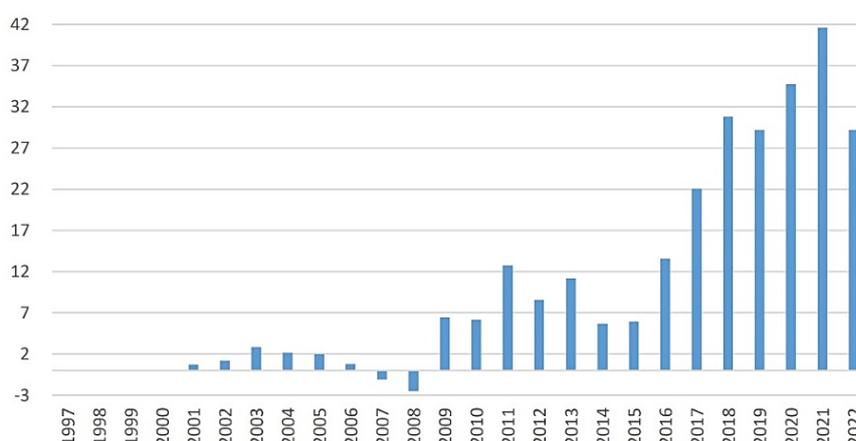
A análise revela a inter-relação entre a política de câmbio, as elevadas taxas de juros e a âncora fiscal, evidenciando como esse conjunto de fatores contribuiu para a perda de competitividade internacional da indústria brasileira em comparação a outros países. A conexão

entre o câmbio valorizado e a crescente vulnerabilidade da indústria nacional diante da concorrência internacional é explorada, detalhando os impactos da política de câmbio sobre as exportações industriais brasileiras. Essa situação resultou na perda de mercado em tradicionais destinos, como os Estados Unidos, enquanto o deslocamento da produção para a China intensificou os efeitos negativos. Além disso, compreende-se os principais fatores internos que favoreceram a desindustrialização no Brasil. Essa análise proporciona uma compreensão crítica dos mecanismos que levaram à atual fragilidade do setor industrial brasileiro, revelando a necessidade de reavaliação das políticas econômicas adotadas ao longo das últimas décadas.

Lima (2023) apresenta (Gráfico 5) a evolução do período de 1997 a 2022, onde houve um aumento substancial no comércio entre o Brasil e a China, incluindo também Hong Kong e Macau. As exportações brasileiras para a China aumentaram significativamente, passando de US\$ 1,5 bilhões em 1997 para US\$ 90,7 bilhões em 2022, representando um crescimento de 58 vezes. Da mesma forma, as importações do Brasil da China aumentaram de US\$ 1,5 bilhões para US\$ 61,5 bilhões no mesmo período, um aumento de 39 vezes.

Isso confirma que a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil tanto em exportações quanto em importações, sendo um grande protagonista no saldo comercial positivo brasileiro. Esse aumento no comércio bilateral também resultou em uma entrada significativa de divisas para o Brasil, o que é benéfico para a conta de transações correntes e ajuda a reduzir as restrições externas ao crescimento econômico decorrentes do balanço de pagamentos.

Gráfico 5 - Exportações para a China e importações da China, em US\$ bilhões, 1997-2022



Fonte: Lima (2023)⁴.

⁴ LIMA, Pedro Garrido da Costa. **Evolução do Balanço Fiscal Brasileiro**. 2023. Câmara dos Deputados do Brasil. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/41211/evolucao_balanca_lima.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>. Acesso em: 03 abr. 2024.

A desindustrialização no Brasil é exacerbada pela incapacidade do país em desenvolver um setor terciário robusto, além da sua dependência em exportações de commodities (Oreiro; Feijó, 2010). Esse fenômeno, caracterizado pela redução da participação da indústria na economia, é pouco abordado na literatura, dificultando sua análise, pois os indicadores relevantes são raramente disponibilizados (Squeff, 2012, p. 6). Essa realidade reflete a fragilidade da estrutura econômica nacional, que não consegue diversificar suas atividades produtivas e promover um crescimento sustentável.

Rowthorn e Ramaswamy (1999) explicam que a desindustrialização ocorre devido a fatores internos e externos a uma determinada economia. Entre os fatores internos, destacam-se a mudança na relação entre a elasticidade renda da demanda por produtos manufaturados e serviços, além do crescimento mais rápido da produtividade na indústria do que no setor de serviços. Já entre os fatores externos, podemos citar o grau de integração comercial e produtiva das economias, ou seja, o estágio alcançado pelo processo de globalização. Nessa conjuntura, diferentes países podem se especializar na produção de manufaturados, como China e Alemanha, ou na produção de serviços, como Estados Unidos e Reino Unido.

Cano (2012) relata que no Brasil, a desindustrialização aconteceu de forma precoce e nociva, o que conferiu um caráter regressivo ao progresso econômico do país. Entre as principais justificativas, destacam-se: a partir do Plano Real, instaurou-se uma política cambial que, com reformas liberalizantes e políticas de estabilização, manteve o câmbio excessivamente valorizado como âncora dos preços. Essa prática é apoiada por juros reais altos e uma âncora fiscal rigorosa. Esse contexto contribuiu para o pagamento dos juros da dívida pública, resultando na crescente perda de competitividade internacional da indústria nacional. Por exemplo, um dólar mais barato facilita a importação de produtos manufaturados estrangeiros, enquanto dificulta a exportação dos produtos brasileiros, que se tornam mais caros no mercado internacional.

Desde 1989, o Brasil passou por várias fases de abertura comercial, reduzindo tarifas e mecanismos protecionistas. Isso começou no governo Sarney, intensificou-se no governo Collor em 1990 (Oreiro; Feijó, 2010). Essa desregulamentação, juntamente com o câmbio valorizado, reduziu drasticamente a proteção da indústria nacional frente à concorrência internacional. Produtos manufaturados brasileiros, como máquinas e equipamentos, enfrentam dificuldade para competir com produtos estrangeiros mais baratos.

A elevada taxa de juros no Brasil tem um impacto significativo sobre os investimentos na indústria. Segundo Marx e Keynes, empresários frequentemente comparam a taxa de juros disponível com a taxa de lucro esperada para decidir onde investir. No Brasil, a taxa Selic, que historicamente se mantém acima de 8%, muitas vezes leva os empresários a preferirem investir no setor financeiro (Banco Central, 2012). Isso ocorre porque neste setor os lucros tendem a ser mais altos e considerados mais seguros em comparação aos investimentos na indústria.

Essa preferência pelo setor financeiro reduz os investimentos na indústria, limitando a capacidade do país de competir com empresários estrangeiros. Como resultado, a indústria nacional pode enfrentar dificuldades em expandir, modernizar e inovar, o que contribui para um crescimento econômico mais fraco e uma perda de competitividade no mercado global. Para mitigar esse efeito, algumas políticas econômicas podem ser consideradas, como a redução das taxas de juros, incentivos fiscais para investimentos industriais e políticas específicas para fortalecer a competitividade da indústria nacional.

Um câmbio valorizado torna os produtos brasileiros caros no mercado internacional, reduzindo a competitividade das exportações. Por exemplo, um fabricante de calçados no Brasil enfrenta dificuldades para vender seus produtos no exterior, pois os custos de produção em reais, quando convertidos para dólares, tornam os calçados mais caros do que os produzidos em países com moeda desvalorizada.

Além disso, a dependência de commodities na pauta exportadora agrava a situação. Alguns produtos são vendidos em grandes quantidades, mas têm baixo valor agregado. A falta de diversificação e a pouca ênfase em produtos manufaturados de alto valor agregado enfraquecem a indústria brasileira, que perde espaço no mercado global para países com economias mais diversificadas e tecnologicamente avançadas.

Entretanto, para reverter a desindustrialização e promover um crescimento sustentável, o Brasil ainda precisa adotar políticas que incentivem o desenvolvimento industrial, como a valorização da educação, ciência e tecnologia, além de revisar sua política cambial e juros. Somente com um ambiente econômico favorável será possível fortalecer a indústria nacional, aumentar a competitividade internacional e assegurar um futuro econômico mais próspero e equilibrado.

1.3 Radiografia da Produção Industrial Brasileira a partir de 1990

A análise da desindustrialização brasileira a partir de 1990 revela uma trajetória de profundas transformações econômicas. Com a implementação do Plano Real, a política cambial adotada impactou decisivamente a indústria nacional, afetando sua competitividade no mercado internacional. Esse contexto propiciou uma desindustrialização precoce, caracterizada pela perda de competitividade das exportações, pelo deslocamento de parte da produção para países como a China e pela diminuição da participação da indústria de transformação no valor agregado da economia (Rodrigues; Schmidt Filho, 2017). Assim, entender a situação da produção industrial em 1990 é crucial para analisar os desafios e dinâmicas que moldaram a desindustrialização, ressaltando a interconexão entre as políticas macroeconômicas e os resultados na estrutura produtiva nacional.

De acordo com Castro (2019) no cenário de recessão, o ano econômico de 1990 definiu-se por sua atipicidade. Um ano em que houve a troca de governo, pode ter sido considerado também melancólico e turbulento, pois aconteceu o fim do Governo Sarney, que, além de seu descrédito, político-administrativo se caracterizou por apresentar o início de um processo hiperinflacionário. Essa hiperinflação exigiu do novo governo o mais radical e violento "choque econômico" de quantos já se fizeram no país.

Para Castro (2019) a característica básica dos processos hiperinflacionários são o descrédito na moeda e a conseqüente corrida para ativos reais. Contudo, no ano de 1989, já havia um processo de desarticulação nas relações econômicas, o Brasil acabou o ano com um balanço bastante positivo dentro daquela realidade. O PIB – Produto Interno Bruto, mostrou taxa de crescimento anual de 3,6% com a indústria crescendo 3,9%. Em seguida, o nível de desemprego foi relativamente baixo, variando em torno de 3% da População Economicamente Ativa (PEA).

No mês de março de 1990, a implementação da política econômica resultou em uma estratégia de aperto fiscal e monetário, acompanhada de um rigoroso controle salarial, com o objetivo de conter o rápido aumento dos preços. Essas medidas contribuíram para o desaquecimento da atividade produtiva (Campos; Ficher, 1991).

Vale ressaltar que, as primeiras indústrias brasileiras (indústrias de base) foram criadas pelo governo, portanto, eram indústrias estatais, pertencendo ao Estado e que durante muito tempo foram desenvolvendo suas atividades na década de 1990. Elas foram concedidas ao capital estrangeiro, ou seja, houve nessa década o que nós chamamos de a era ou momento das privatizações e privatizar é justamente conceder a empresa estatal ao capital estrangeiro. Isso

fez com que o governo, de certa forma, incentivasse os estrangeiros, resultando na fragilidade e extinção de algumas indústrias nacionais (Rodrigues; Schmidt Filho, 2017).

As tais reformas não somente ajudaram no estabelecimento de novas condições para a condução da política macroeconômica de controle da inflação, a qual foi conduzida na década de 1990, fortemente baseada em juros elevados, câmbio valorizado e metas de superávit primário, como também foram fundamentais para proporcionar a eficiência do setor industrial do país tanto em termos produtivos como em termos tecnológicos, permitindo, assim, o aumento da sua competitividade no mercado mundial (Rodrigues; Schmidt Filho, 2017).

Na década de 1990, as privatizações no Brasil foram implementadas com o objetivo de aumentar a eficiência e a produtividade das empresas, visando melhorar a qualidade dos produtos e serviços. No entanto, apesar do aumento na receita e das melhorias na qualidade dos produtos, essas mudanças não resultaram na redução significativa da pobreza. Muitos brasileiros não tinham condições financeiras para acessar os produtos aprimorados, o que acabou intensificando a desigualdade social.

Bertolli e Medeiros (2002) apontam que, na indústria nacional, a partir da década de 1990, ocorreu um processo de reestruturação industrial. Esse processo foi marcado mais por ajustes produtivos focados na redução de custos e na otimização da produção, como o "enxugamento" da produção e ajustes "defensivos", do que por avanços significativos na capacitação tecnológica da estrutura produtiva industrial brasileira. Dessa forma, a reestruturação não contribuiu de maneira efetiva para o desenvolvimento tecnológico da indústria nacional.

Lamonica e Feijó (2011) explicam que o aumento da produtividade industrial durante os anos 90 foi principalmente impulsionado pela busca por melhorias nas instituições e modernização, sem necessariamente envolver investimentos significativos em infraestrutura física. Segundo os autores, a manutenção de altas taxas de juros internas foi um dos principais fatores que limitaram os investimentos, que em média ficaram em torno de 18,5% ao longo dessa década.

Sendo que a partir de 1994 o País passou por um rápido e marcante grau de abertura comercial da economia, sob a alegação de proporcionar a modernização, a eficiência produtiva e tecnológica e a competitividade da indústria do Brasil. Além disso, é relevante mencionar que, a partir de 1995, a entrada de capitais internacionais no país triplicou. Entretanto, ao ser basicamente estimulada pelo processo interno de privatizações, não se materializou em uma elevação da taxa de investimento da economia. Assim, há diversos fatores locais

brasileiros que são atrativos para as indústrias: mão de obra abundante; recursos naturais; redes de transporte e comunicações e incentivos fiscais.

Portanto na década de 1990, Calzolaio (2019) afirma que ocorreu o impacto da institucionalização da Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) e do Programa Nacional de Desestatização (PND), abrindo o mercado brasileiro e reduzindo barreiras comerciais. No entanto, a suspensão da política industrial teve consequências negativas em setores de alta tecnologia, levando a uma diminuição da participação do Brasil no mercado internacional e aumentando o déficit na balança comercial.

1.3.1 Dinâmica do Comércio Exterior: Impacto nas Exportações, Importações e Desindustrialização

A compreensão da radiografia da produção industrial brasileira em 1990 é fundamental para contextualizar a dinâmica do comércio exterior e seus impactos nas exportações, importações e desindustrialização. No cenário pós-Plano Real, a política cambial valorizada e as reformas liberalizantes impactaram a estrutura industrial, resultando em efeitos prejudiciais à competitividade. A abertura desregulamentada e o aumento das importações, juntamente com a transferência de parte da produção para outros países, agravaram a vulnerabilidade da indústria nacional, contribuindo para a desindustrialização precoce. Apesar das privatizações aumentarem a receita, não contribuíram significativamente para a redução da pobreza, mantendo a desigualdade social. Desse modo a reestruturação industrial na década de 1990 refletiu mais um processo de ajuste defensivo do que avanços tecnológicos, enquanto as altas taxas de juros limitaram os investimentos.

Ao analisar a evolução histórica da economia brasileira, Lucena (2008) descreve que nos anos de 1950, a indústria nascente justificou a política de substituição de importações na América Latina. Já na década de 1980, a necessidade de promover as exportações tornou-se necessária para equilibrar o balanço de pagamentos. A abertura comercial, componente essencial nos anos 1990, levou países como Argentina e Brasil a dependerem do fluxo de capital externo para financiar déficits em conta corrente, enquanto o Chile se destacou pelo crescimento econômico sustentável impulsionado por exportações. No Brasil, a adoção do Plano Real em 1994 priorizou o controle da inflação, mas as condições macroeconômicas desafiadoras afetaram o setor exportador.

Moreira e Correa (1997) realizaram estudos sobre o processo evolutivo ocorrido no Brasil, especialmente durante o período de 1988 a 1993, caracterizado por um movimento de

liberalização comercial. Esse período testemunhou não apenas a redução das barreiras tarifárias, mas também das não-tarifárias, resultando em um impacto significativo na proteção da indústria nacional. A implementação da Política Industrial de Comércio Exterior (PICE) em 1990 foi importante nesse processo, pois não apenas reduziu as barreiras não-tarifárias, mas também estabeleceu um cronograma para a gradual redução das tarifas de importação até 1994. No Governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1998, foi lançado um programa agressivo de incentivo às exportações, incluindo o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Prado (1998), em sua pesquisa, investigou a influência de programas como a PICE, analisando de que maneira essas políticas contribuíram para melhorias na capacidade tecnológica do país. Ao examinar esses aspectos, o autor faz um debate crítico sobre como as políticas comerciais implementadas durante esse período impactaram o desenvolvimento tecnológico e industrial do Brasil. Sarquis (2011) também argumenta que o Brasil experimentou benefícios significativos com o comércio internacional na década de 1990. É importante notarmos que a trajetória do comércio e do crescimento econômico brasileiro não foi uniforme. Em seu estudo, Winters (2004) também aborda esse tema, destacando os períodos de crescimento econômico variável que ocorreram antes da abertura comercial dos anos 90. Isso aponta para os desafios econômicos enfrentados pelo país durante essa fase.

Machado, Silva e Bispo (2021) mencionam que o Brasil buscou fortalecer a sua economia interna e tentou reaproximar-se da Ásia nos anos 90. A crise na Ásia em 1998 impactou as exportações brasileiras. Lucena (2008) também estuda as iniciativas que foram utilizadas para promover o comércio exterior e internacionalizar as empresas brasileiras. Em relação à balança comercial, o Brasil apresentou um saldo negativo a partir de 1995, tornando-se positivo somente em 1999 com a desvalorização do real, superando o impacto do programa de incentivo às exportações adotado a partir de 1998 (Brasil, 2004).

Quando falamos sobre exportações e importações, é importante lembrarmos da Economista e Matemática luso-brasileira Maria da Conceição Tavares, que criticou o processo de industrialização por substituição de importações. Na história da América Latina, o desenvolvimentismo teve seu início e seu fracasso ligados à ascensão e queda desse modelo de industrialização. A ideia de que a industrialização poderia ser a base de um sistema econômico respondia às necessidades de construção de uma identidade nacional. Porém, ao longo do tempo, essa estratégia mostrou-se insustentável e não atendeu às demandas da sociedade. Conforme a Figura 4 “a análise da substituição de importações como modelo foi realizada

principalmente pelos Economistas Cepalinos, como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto e Maria da Conceição Tavares, nas décadas de 1950 e 1960” (Fonseca, 2009, p. 14).

Como nos apresenta Fonseca (2009), a origem da indústria brasileira remonta às últimas décadas do século XIX, tendo continuidade ao longo da República Velha. No ano de 1930, o crescimento industrial foi impulsionado e passou por uma diversificação, nesse momento começou o Processo de Substituição de Importações – PSI. Especificamente na República Velha, o país começou a produzir com mais intensidade dentro do setor externo o que antes só importava.

Tavares (2000) ao falar sobre o auge e o declínio do processo de substituição de importações no Brasil, afirma que o termo “substituição por importações” é um termo que significa a diminuição ou o desaparecimento de certas importações que são substituídas pela produção interna e designa o processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. É uma operação simples e limitada que visa retirar ou diminuir componentes da pauta de importações, substituindo-os por produtos nacionais.

Para Tavares (2000), o processo de substituição de importações não visa diminuir a quantidade de importações globais. Uma vez que essa diminuição acontece com restrição do setor externo e não desejada. Essas restrições visam produzir alguns bens internamente que antes se importavam. Em decorrência disso temos bens que são substituídos com o aumento da demanda derivada de importações que resultam em dependência exterior. Quando há uma restrição, surge uma diminuição absoluta de alguns grupos de produtos na pauta e quando isso não se verifica, ocorre uma diminuição que fica oculta por trás da substituição aparente. Não havendo modificação na composição das importações, em termos absolutos ou relativos, não poderá haver uma modificação na quantidade dos principais grupos de produtos. Nesse caso não existe uma substituição aparente. Entretanto pode ocorrer um processo de substituição.

De acordo com Tavares (2000), outro caso muito recorrente nos países da América Latina é a diminuição de produtos considerados essenciais que decorrem de uma política cambial discriminatória, onde as restrições estimulam a produção interna desses bens. Nessas situações vemos a produção da substituição real logo depois da produção aparente. Sendo que a substituição real ou efetiva é geralmente menor que a aparente. A economia em termos de quantidade muda para a economia de qualidade em relação a essa dependência. Existem diferenças estruturais entre as exportações e as importações dos países centrais e periféricos. Nos países centrais, as exportações são importantes, mas não determinam o nível de renda e de emprego, como nas economias periféricas.

Além do mais, o foco da análise de Maria da Conceição Tavares está na afirmação de que “a dinâmica do processo de desenvolvimento pela via de substituição de importações pode atribuir-se, em síntese, a uma série de respostas aos sucessivos desafios colocados pelo estrangulamento do setor externo” (Tavares, 2000, p. 231).

Ao analisar Tavares (2000), é fundamental destacar que, mesmo antes da década de 1990, as economias globais líderes em exportação enfrentam desafios pouco compreendidos em relação aos efeitos dessas exportações no sistema econômico. Países centrais, conhecidos por sua inovação e tecnologia, lideram o mercado internacional, influenciando diretamente a produtividade tanto interna quanto externa. Em contrapartida, países periféricos enfrentam uma dinâmica onde a produção interna diverge consideravelmente da externa, refletindo as disparidades no progresso tecnológico.

No contexto do Sistema Tributário Nacional (STN), a legislação sobre Impostos sobre Importação desempenha um papel relevante para o comércio exterior. Conforme o Artigo 19⁵, o imposto federal sobre a importação de produtos estrangeiros é acionado no momento da entrada desses produtos no território nacional. Este imposto não apenas regula, mas também sustenta a entrada de mercadorias estrangeiras, sendo um elemento essencial na política econômica nacional.

Segundo Tavares (2000), de 1948 a 1952 em relação à capacidade de importar, esta estaria ligada ao aumento das exportações. Logo depois em 1954 essa capacidade foi compensada pelo endividamento externo e pelas entradas de capitais. Resumidamente pode-se dizer que o Estrangulamento Externo fez com que o Brasil se endividasse, comprometendo a capacidade necessária de importação que é imprescindível para o processo de desenvolvimento econômico. Isso também comprometeu o futuro das Importações brasileiras, uma vez que esse serviço precisa ser pago, bem como, a dívida do Balanço de Pagamentos.

Podemos ver a fórmula de acordo com Fonseca (2009), para calcular a Capacidade de Importação de cada país:

a) Cálculo da Capacidade de Importação:

$$\text{Capacidade de Importar} = Q_x \cdot P_x/P_m;$$

Sendo: Q_x = quantidade exportada;

⁵ BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compilado.htm>. Acesso em: 18 jul. 2024.

P_x = preço médio das exportações;

P_m = preço médio das importações.

Segundo Fonseca (2009) o Estrangulamento Externo das Economias Latino-americanas é uma questão recorrente, forçando essas nações a uma posição declinante. As importações dos países centrais contrastaram com as dos países periféricos. Dessa forma, os primeiros importam basicamente produtos primários e matérias-primas, enquanto os segundos buscam no exterior bens de consumo industriais, bens de capital e intermediários.

Fonseca (2009, p. 17) discorre sobre o “modelo agroexportador que condenava os países Latino-americanos à estagnação e ao subdesenvolvimento”. Onde temos o Estrangulamento externo fazendo com que os países fossem forçados a produzir internamente bens que antes eram apenas importados. Isso deu início ao processo de substituição de importações. Ademais, na última década do século XX, o cenário internacional passou por profundas transformações econômicas e políticas, impactando significativamente o comércio exterior e as relações globais.

O período de 1991 a 2000, foi marcado por uma série de eventos e políticas que moldaram a ordem econômica mundial e influenciaram diretamente o Brasil. De acordo com o Ministério da Economia (2022), em 1991, o Brasil implementou uma ampla abertura comercial, reduzindo tarifas de importação e reformulando incentivos à exportação. Esse movimento coincidiu com a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O MERCOSUL tinha como objetivo consolidar uma união aduaneira e estabelecer uma Tarifa Externa Comum – TEC. No mesmo ano, foi criado o Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) no Brasil, informatizando os procedimentos administrativos relacionados às exportações e agilizando os processos. Isso refletiu a busca do país por uma maior inserção na economia global e uma modernização dos processos comerciais.

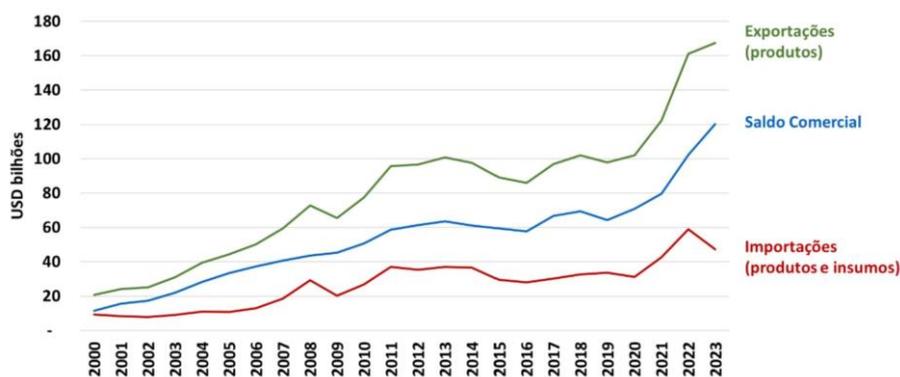
Também em 1994, ainda de acordo com o Ministério da Economia (2022), a Ata de Marrakesh concluiu a Rodada Uruguai e estabeleceu a Organização Mundial do Comércio (OMC) no ano seguinte. A OMC substituiu o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e passou a regular o comércio internacional, incluindo acordos sobre comércio de bens, serviços e propriedade intelectual. Já no final da década de 1990 o Brasil enfrentou desafios significativos devido a crises financeiras internacionais, como a Crise Asiática em 1997 e a Crise Russa em 1998. Essas crises afetaram a economia brasileira, levando a uma

desvalorização da moeda e a uma diminuição das reservas cambiais. Para lidar com os efeitos dessas crises, o governo brasileiro adotou políticas de ajuste econômico, como a flexibilização cambial e o aumento das taxas de juros. Essas medidas ajudaram a estabilizar a economia e a recuperar as reservas cambiais do país. Ao longo da década de 1990 o comércio exterior brasileiro passou por um período de intensificação dos fluxos comerciais, com exportações totais de US\$ 451.033 bilhões e importações totais de US\$ 425.878 bilhões. Os principais produtos de exportação incluíram produtos metalúrgicos, máquinas e equipamentos, materiais de transporte, soja e produtos químicos.

Os principais mercados de destino das exportações brasileiras foram a Europa, os Estados Unidos, a América do Sul e a Ásia, conforme ressaltado pelo Ministério da Economia (2022). Essa diversificação de mercados refletiu a busca do Brasil por uma maior inserção na economia global e uma redução da dependência de mercados específicos. Portanto a década de 1990 foi um período de mudanças significativas no comércio exterior brasileiro, marcado pela abertura comercial, a integração regional, a estabilização econômica e a busca por uma maior inserção na economia global. Essas transformações moldaram o cenário econômico do país e influenciaram suas relações comerciais internacionais.

Complementando a análise das exportações e importações, é possível perceber que o cenário econômico brasileiro, especialmente na última década do século XX, foi marcado por uma série de mudanças estruturais que impactaram diretamente o comércio exterior do país. No entanto, apesar dos esforços para promover uma maior inserção na economia global e diversificar os mercados de exportação, o Brasil ainda enfrentou desafios, especialmente em momentos de crises financeiras internacionais, como a Crise Asiática e a Crise Russa. Essas crises provocaram oscilações na economia brasileira, levando a uma desvalorização da moeda e a um impacto nas reservas cambiais do país (Ministério da Economia, 2022).

Gráfico 6 - Exportações do agronegócio, de 2000 a 2023, valores em dólares correntes

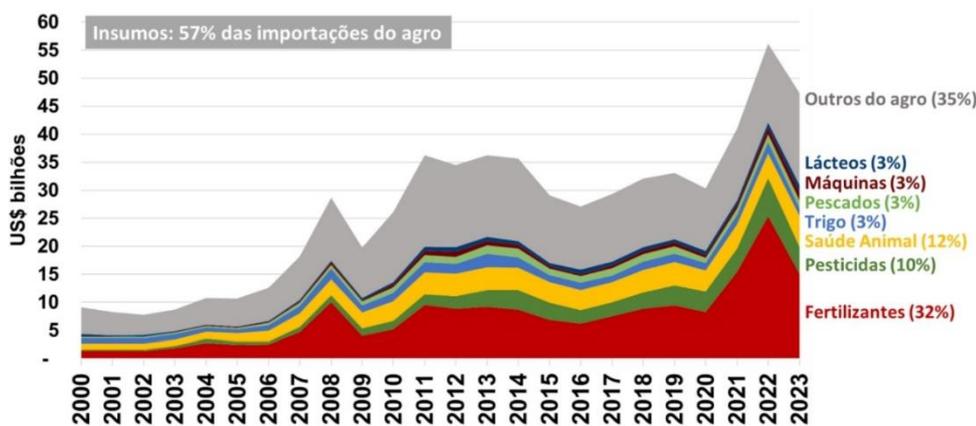


Fonte: Insper (2023).

Diante desse cenário, é importante enfatizar que o setor agroindustrial é indispensável para as exportações brasileiras, com produtos como soja, produtos químicos, máquinas e equipamentos, entre outros, contribuindo para a balança comercial do país. A diversificação dos mercados de exportação, com destaque para Europa, Estados Unidos, América do Sul e Ásia, demonstra uma estratégia de diminuição dos riscos e busca por oportunidades em diferentes regiões do mundo.

Segundo o Insper (2023), as importações do Agronegócio brasileiro caíram 16% em relação a 2022, com direção para uma forte queda correspondendo a 37% nas importações de trigo. Além disso, houve uma redução nas importações de insumos essenciais, que passaram de US\$ 38 bilhões para US\$ 27 bilhões. Apesar da queda, os números ainda permanecem altos em comparação com anos anteriores, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 7 - Importações do agronegócio por país, de 2000 a 2023, valores em dólares correntes



Fonte: Insper (2023).

Ao retomarmos nossa análise para a década de 1990, é notório que as políticas macroeconômicas voltadas para estabilização, como controle da inflação e taxas de câmbio realistas, impulsionaram o crescimento do setor agrícola no Brasil. Entre 1990 e 2017, o saldo da balança agrícola aumentou cerca de dez vezes, atingindo US\$ 81,7 bilhões em 2017, contribuindo significativamente para o superávit da balança comercial. O intenso processo de modernização das cadeias produtivas do agronegócio também foi essencial, elevando a importância dos elos anteriores e posteriores às atividades agrícolas no PIB (Embrapa, 2024).

Já na década de 2000, o ano de 2016 teve grande impacto no agronegócio representando 23% do PIB e 46% do valor das exportações, empregando aproximadamente 19 milhões de pessoas. A agroindústria, os serviços relacionados e o segmento de insumos do agronegócio foram grandes geradores de emprego. Em relação ao comércio exterior, o setor agrícola brasileiro também contribuiu para o equilíbrio das contas externas com grandes exportações e uma menor dependência de importações (Embrapa, 2024).

Entre os principais desafios da economia contemporânea, a desindustrialização merece destaque, pois a transferência de parte da produção industrial para outros países pode impactar não apenas a competitividade da indústria nacional, mas também as dinâmicas de exportação e importação. A diminuição da capacidade produtiva interna em determinados setores pode resultar em maior dependência de importações, enquanto a perda de competitividade no mercado internacional afeta as exportações.

Nas últimas décadas, os governos brasileiros têm implementado diversas políticas econômicas que influenciaram significativamente o setor industrial do país. Durante as administrações de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Dilma Rousseff, Michel Temer, Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, foram adotadas estratégias que variaram desde a abertura comercial e políticas de ajuste fiscal até programas de incentivo à industrialização e desregulamentação.

No entanto, uma análise crítica dessas abordagens revela que nem sempre foram eficazes em promover um desenvolvimento industrial sustentável. Por exemplo, a abertura comercial iniciada nos anos 90, sob a presidência de Fernando Collor de Mello e continuada por seus sucessores, pode ter contribuído para o aumento da competição estrangeira e para o avanço da desindustrialização no país. Além disso, as políticas de ajuste fiscal frequentemente resultaram em cortes nos investimentos em infraestrutura e em setores estratégicos, comprometendo a capacidade produtiva nacional.

1.4 Avaliação das Estratégias Governamentais a partir de 1990: Um Exame Crítico (Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Dilma Rousseff, Michel Temer, Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva)

A análise de Isoppo (2009) destaca um período crítico na história econômica do Brasil durante os anos 90, caracterizado por profundas transformações que redefiniram o cenário industrial e econômico do país. Nesse contexto, a abertura econômica implementada pelo governo federal promoveu uma integração mais intensa do Brasil com o mercado global, o que

incluiu a adoção de políticas de concessões e privatizações. Essas mudanças, além de facilitar a entrada de investimentos estrangeiros, resultaram em um processo de financeirização e desnacionalização da economia.

O setor da construção civil, um dos pilares da economia brasileira, sofreu um impacto significativo, entrando em um estado de inatividade quase total. Esse fenômeno pode ser atribuído à saturação do mercado nacional, que, por sua vez, foi exacerbada por uma superprodução que não encontrou demanda suficiente, resultando em um excessivo estoque de imóveis e projetos não concluídos. As indústrias catarinenses, em particular, sentiram os efeitos devastadores dessa nova realidade. Embora tenham enfrentado crises severas e dificuldades de adaptação, é notável que nenhuma dessas indústrias tenha sido adquirida por capitais internacionais, o que sugere uma resistência local e uma tentativa de manutenção da identidade econômica regional. Essas transformações, portanto, não apenas afetaram a dinâmica industrial, mas também tiveram repercussões sociais e econômicas mais amplas, refletindo a complexidade e os desafios enfrentados pelo Brasil na busca por um desenvolvimento sustentável e equilibrado em um cenário de globalização intensa.

Diante desse cenário, Isoppo (2009) afirma que as indústrias de cerâmica em Santa Catarina se viram obrigadas a reavaliar suas estratégias e operações. Muitas passaram por um processo de reestruturação organizacional, profissionalização da gestão e modernização do parque fabril. Até o início da década de 1990, essas indústrias eram altamente verticalizadas, centralizando a cadeia de produção. Contudo, a reestruturação produtiva levou muitas delas a se retirarem de algumas etapas da produção, buscando redução de custos, aumento da qualidade e produtividade. Em contraste, as indústrias catarinenses perderam competitividade para as de São Paulo, que ofereciam revestimentos a preços mais competitivos, especialmente para o mercado popular da autoconstrução. Diante dessa concorrência, as empresas catarinenses optaram por estratégias competitivas baseadas em produtos com design diferenciado e alto valor agregado.

Conforme Novaes (2022), após o regime militar, a abertura política permitiu a eleição de Collor em 1989. O cenário econômico foi marcado por medidas neoliberais, como a queda das tarifas de importação, abertura comercial e privatizações. Essas mudanças resultaram em uma recessão, destruindo mais de 1 milhão de empregos na indústria de transformação. Muitos trabalhadores foram empurrados para a informalidade e para o setor de serviços, com contratos de baixa qualificação e salários.

Novaes (2022) acrescenta que o desemprego e as demandas por trabalho fragilizaram a legislação trabalhista da Era Vargas. O preceito neoliberal de modernização levou a reformas agressivas, especialmente na flexibilização da seguridade social. O Brasil enfrentou mudanças significativas na economia devido à substituição de importações e à transição do modelo taylorista/fordista de industrialização. Essas transformações levaram à necessidade de flexibilidade no mercado de trabalho, considerando os direitos sociais e laborais como rígidos e onerosos.

Novaes (2022) também destaca que a regulação prevista pela Constituição Federal de 1988 foi alvo de reformas para eliminar o que era considerado rígido e oneroso. Durante o governo Collor, medidas foram tomadas para desregulamentar a legislação trabalhista, promovendo uma flexibilização que persiste até hoje. A visão empresarial e governamental se alinhou para desfuncionalizar a legislação trabalhista em prol da competitividade do país. A instabilidade econômica, as repercussões sociais e políticas desencadearam debates sobre a regulação do trabalho, resultando em reformas durante os governos seguintes, incluindo o de Itamar Franco e logo mais o de Fernando Henrique Cardoso.

Segundo Rodrigues e Jurgenfeld (2021), o governo de Itamar Franco é frequentemente subestimado, principalmente devido à sua breve duração de apenas dois anos, que se seguiu ao impeachment de Fernando Collor de Mello. No entanto, negligenciar a análise da política econômica desse período é ignorar medidas significativas que foram tomadas para avançar o neoliberalismo no Brasil. Um marco importante desse governo foi o início do Plano Real, embora seja um aspecto muitas vezes esquecido, com Itamar Franco expressando descontentamento sobre isso até o final de sua vida. Sob sua liderança, o Brasil ampliou a abertura ao capital estrangeiro, permitindo investimentos em maior escala nas empresas estatais privatizadas. O legado de Itamar também inclui a consolidação das privatizações no setor siderúrgico nacional, desestatização no setor petroquímico e de fertilizantes, além da controversa venda de uma das maiores e mais importantes empresas nacionais, a Embraer.

Carvalho (2023), alega que o governo de FHC se caracterizou pela retirada da política industrial da pauta, considerada geradora de instabilidade e enfrentando resistência por parte do Ministério da Fazenda. Os Fóruns de Competitividades, estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, revelaram-se ineficazes, como evidenciado pela instabilidade institucional entre 1999 e 2002.

Diante disso, Novaes (2022) descreve o governo de Fernando Henrique Cardoso, como um período de reformas estruturais no Brasil, marcado pela desregulamentação e flexibilização

das relações de trabalho. Segundo o autor, tais medidas foram implementadas para enfrentar desafios econômicos, como o desemprego crescente. Durante esse período, houve uma mudança no papel do Estado, que deixou de ser o articulador do desenvolvimento socioeconômico, passando a privilegiar o mercado e as grandes corporações. Novaes (2022) ainda discute sobre a pulverização das negociações coletivas, a flexibilização da contratação e a desindexação salarial como aspectos que contribuíram para um desmonte dos direitos de proteção do trabalho. Apesar disso, o autor menciona a implementação de programas destinados a preservar empregos e combater a discriminação de gênero como iniciativas positivas.

Magalhães (2009) relata que após um hiato de duas décadas, o governo Lula, em 2004, anunciou uma nova política industrial. O objetivo da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior era modernizar e inovar a indústria nacional, estabelecendo uma colaboração entre entidades governamentais, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Ministério da Fazenda e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Essa política, embora de longo prazo, não teve efeitos surpreendentes, mas reposicionou a indústria nacional no centro das políticas públicas.

Cano e Silva (2010) relatam que, no governo Lula, foram adotadas diversas iniciativas, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para bens de capital, a criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), a Lei de Inovação, a Lei do Bem e a Política de Desenvolvimento Produtivo. Esta última, formulada em cooperação com diversos ministérios e o BNDES, buscava estimular o crescimento econômico, a inovação e a internacionalização do Brasil. Para Cano e Silva (2010), apesar de manter uma política econômica com juros altos e câmbio de mercado, o governo Lula apoiou a inovação, o crédito público e mudanças normativas, que se mostraram eficazes como medidas contra crises após 2008. O período foi marcado por sucessivos aumentos do Produto Interno Bruto (PIB) e favoreceu o setor de revestimentos cerâmicos brasileiro.

Oliveira e Herscovici (2022), ao falar do governo Dilma Rousseff, abordam a nova matriz econômica que foi implementada e que inicialmente recebeu amplo apoio da burguesia industrial. No entanto, no segundo semestre de 2013, houve uma mudança de posicionamento, com empresários passando a criticar as medidas e diretrizes da política econômica, resultando em uma transição para uma postura mais opositora. Além do mais, Novaes (2022) complementa o debate, através da análise sobre as dinâmicas dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), enfatizando um período repleto de

avanços, contradições, continuidade e complementaridade na relação entre capital e trabalho no Brasil.

Lula, ao assumir a presidência em 2003, buscou atender às expectativas dos trabalhadores com propostas de redução da jornada de trabalho, valorização salarial e a criação do Fórum Nacional do Trabalho. Segundo Novaes (2022), a dualidade de seu governo ficou evidente, pois, enquanto implementava políticas voltadas para a ampliação de direitos, também enfrentava a pressão do capital global por maior flexibilidade no trabalho. Essa dualidade persistiu na gestão subsequente de Dilma Rousseff, que, mesmo iniciando seu governo com heranças das políticas anteriores, não contestou as medidas flexibilizadoras adotadas por FHC e Lula, mostrando concordância e continuidade nesse sentido. As ações governamentais resultaram em melhorias no mercado de trabalho, mas a flexibilização persistiu, indicando uma coexistência de avanços e contradições na relação capital-trabalho.

Durante o governo de Michel Temer, que se iniciou após o impeachment de Dilma Rousseff, observou-se uma forte tendência ao neoliberalismo, destacando-se pela privatização de empresas estatais. De acordo com Pochmann (2018), essas ações contribuíram para a fragilização da indústria nacional. Essa abordagem gerou preocupações sobre a soberania do Brasil, especialmente em áreas estratégicas como a exploração do pré-sal pela Petrobrás, que poderia ser impactada negativamente pelas privatizações. Já no governo de Jair Bolsonaro, houve um crescimento inicial na produção industrial devido a medidas do seu plano de governo, porém a pandemia da COVID-19 interrompeu esse progresso, causando impactos adversos significativos.

Novaes (2022) analisa como as administrações de Temer e Bolsonaro contribuíram para retrocessos nas relações de trabalho no Brasil. A reforma trabalhista de 2017, por exemplo, flexibilizou leis, legitimando práticas como terceirização e trabalho temporário, o que, na prática, aumentou a vulnerabilidade dos trabalhadores e reduziu sua proteção e poder de negociação. Essas políticas econômicas, apesar de justificadas como maneiras de reduzir custos e estimular o mercado, ampliaram a desigualdade e a precarização do mercado de trabalho, privilegiando os interesses empresariais em detrimento dos trabalhadores.

Novaes (2022) ainda discorre que no governo Bolsonaro, as políticas neoliberais foram intensificadas, incluindo a Reforma da Previdência, a MP da Liberdade Econômica e o Contrato Verde e Amarelo, que aprofundaram a precariedade nas relações de trabalho. A pandemia do novo coronavírus foi utilizada como justificativa para medidas como a MP 936, que permitiu redução de jornada e salários, contrariando recomendações da Organização Internacional do

Trabalho (OIT) de ampliar a proteção social. As ações dos governos refletem uma abordagem estatal voltada para o lucro a qualquer custo, banalizando a vida humana e desconsiderando os impactos sociais das políticas implementadas.

Segundo Brasil (2023) em 2023, o atual presidente Lula declarou a necessidade de uma nova revolução industrial no Brasil, manifestando a intenção do governo de criar condições para isso. Durante a reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), o governo demonstrou interesse em construir uma nova política industrial, após sete anos sem reuniões. A avaliação da política industrial nos governos Lula revela uma busca por inovação e crescimento econômico de longo prazo.

As transformações econômicas e políticas ocorridas no Brasil a partir da década de 1990 tiveram impactos significativos em diversos setores, incluindo a agroindústria canavieira. Enquanto as políticas neoliberais implementadas pelos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso buscavam a abertura econômica e a flexibilização das relações de trabalho, o setor sucroalcooleiro foi afetado por mudanças estruturais e desafios de competitividade.

Durante os anos 90, as privatizações e a abertura comercial levaram a transformações na economia brasileira, afetando indústrias tradicionais e estratégicas. Enquanto algumas empresas buscavam se adaptar às novas condições do mercado, outras enfrentavam dificuldades, como no caso das indústrias cerâmicas em Santa Catarina, que precisaram reavaliar suas estratégias diante da concorrência e das mudanças econômicas. No contexto da política industrial, a análise dos governos posteriores, especialmente o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, revela uma tentativa de reposicionar a indústria nacional no centro das políticas públicas. Iniciativas como a Política de Desenvolvimento Produtivo e a redução de impostos para bens de capital buscaram estimular o crescimento econômico e a inovação, favorecendo setores como o de revestimentos cerâmicos.

De acordo com as nossas abordagens, percebe-se que em governos subsequentes, como os de Michel Temer e Jair Bolsonaro, os desafios persistiram e políticas neoliberais foram adotadas. A flexibilização das leis trabalhistas e as reformas que priorizaram os interesses empresariais em detrimento dos direitos dos trabalhadores impactaram negativamente as relações de trabalho e a indústria nacional. Isso resultou na precarização do mercado de trabalho e na fragilização de setores industriais. A partir de 1990, o Brasil passou por diversas mudanças políticas e econômicas, com vários presidentes ocupando o cargo e influenciando o desenvolvimento do país.

Diante desse cenário, a agroindústria canavieira também enfrentou desafios e oportunidades como descrito logo mais no Capítulo 2 da dissertação. Como um dos setores-chave da economia brasileira, a produção de cana-de-açúcar e seus derivados determinam a geração de empregos e a balança comercial do país. No entanto, as políticas governamentais e as condições do mercado influenciaram sua dinâmica e competitividade ao longo do tempo. Assim, a avaliação das estratégias governamentais a partir da década de 1990 e o funcionamento da agroindústria canavieira na economia brasileira revelam as transformações econômicas e políticas do país, bem como os desafios enfrentados por diferentes setores diante dessas mudanças.

2. O PAPEL DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NA ECONOMIA BRASILEIRA

Shikida (2014) destaca a importância econômica e cultural da cana-de-açúcar, que não é apenas uma fonte primária de alimento, como o açúcar, mas também fornece uma ampla gama de derivados com diversas aplicações. A agroindústria canavieira é fundamental para a economia, assegura a segurança energética por meio da produção de açúcar e etanol. O Brasil se sobressai globalmente na produção de cana-de-açúcar e açúcar, sendo o segundo maior produtor mundial de etanol. Na safra 2012-2013, o país alcançou números impressionantes: 588,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, 38,2 milhões de toneladas de açúcar e 23,2 bilhões de litros de etanol. Esses números consolidam a posição do Brasil como um dos principais exportadores no setor sucroalcooleiro.

Compreender como foi a evolução da Agroindústria Canavieira no contexto regional e seu papel na transformação do panorama econômico e social é de suma importância. Para entender as questões em foco, é essencial analisar os fenômenos que marcaram a trajetória do setor agroindustrial ao longo de sua história. Vamos investigar o papel do Estado na condução da economia, tanto em curto quanto em longo prazo. Esta análise se torna ainda mais necessária ao considerarmos os eventos históricos a partir de 1990, um período que testemunhou os impactos das políticas neoliberais no Brasil.

Nessa perspectiva, é relevante aprofundar a discussão por meio das abordagens marxistas. Ao examinarmos as dinâmicas de exploração e dependência que caracterizam as economias subdesenvolvidas, podemos ampliar nossa compreensão não apenas dos desafios enfrentados pela Agroindústria Canavieira, mas também das estruturas mais amplas que moldam a economia brasileira e sua posição no sistema econômico global. Dessa forma, ao conectar a análise da Agroindústria Canavieira com as discussões sobre o papel do Estado e as abordagens marxistas, podemos traçar um novo rumo para as dinâmicas econômicas e sociais que permeiam o Brasil contemporâneo.

Portanto o Capítulo 2: O Papel da Agroindústria Canavieira na Economia Brasileira: tem como objetivo analisar a relevância e o impacto da agroindústria canavieira na economia brasileira, com foco especial em Alagoas. Estuda-se a trajetória histórica do setor, desde sua contribuição no panorama nacional até os desafios enfrentados em nível regional. Além disso, explica-se as dinâmicas políticas e regulatórias que influenciaram significativamente seu desenvolvimento, desde a intervenção estatal até a desregulamentação, e examinaremos estratégias de mercado como resposta às mudanças econômicas e ambientais.

2.1 Contribuição da Agroindústria Canavieira no Panorama Nacional: Analisamos como produtos como açúcar e etanol não apenas sustentam uma parte da economia nacional, mas também influenciam diretamente indicadores macroeconômicos como exportações e balança comercial. Além disso, apresentamos dados concretos que ilustram a magnitude dessa contribuição ao longo do tempo.

2.2 Trajetória da Agroindústria Canavieira em Alagoas: Aqui, mergulhamos na história e desenvolvimento específico da indústria canavieira em Alagoas. Examinamos os fatores regionais que moldaram seu crescimento e os desafios que enfrentou ao longo das décadas. Comparando com outras regiões do país, destacamos as particularidades que tornam o cenário alagoano único dentro do contexto nacional.

2.3 A Influência Política no Setor Canavieiro de Alagoas: Contradições, Resistência e Perspectivas de Mudança: Este subcapítulo aborda como as decisões políticas moldaram a dinâmica do setor canavieiro em Alagoas. Exploramos as complexidades dos interesses envolvidos, desde grandes produtores até agricultura familiar, e como essas políticas influenciaram diretamente a sustentabilidade e adaptação do setor. Além disso, discutimos as resistências locais e as possíveis mudanças futuras neste contexto.

2.4 A Intervenção Estatal na Indústria Açucareira: Do Instituto do Álcool e Açúcar (IAA) à Desregulamentação: Neste ponto, traçamos a evolução das políticas governamentais desde a era do Instituto do Álcool e Açúcar até a atual desregulamentação. Analisamos os impactos dessas intervenções no mercado e na competitividade das usinas, além das estratégias adotadas pelo setor para se adaptar às novas realidades regulatórias.

2.4.1 Estratégias de Ultraespecialização como Respostas à Necessidade de Diversificação: Finalmente, investigamos como algumas usinas responderam às pressões econômicas através de estratégias de ultraespecialização. Exploramos os benefícios e as principais dificuldades enfrentadas por essas iniciativas, evidenciando a importância da diversificação como uma estratégia para a sustentabilidade e competitividade no mercado globalizado.

2.1 Contribuição da Agroindústria Canavieira no Panorama Nacional

Ao longo de sua história, o Brasil passou por diversos desafios na produção de açúcar e cana, implementou estratégias decisivas. Segundo Bolaño (2015, apud Furtado, 1978) o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) adotou medidas como o aumento dos preços aos

produtores e a definição de uma taxa de conversão de 44 litros de álcool por saco de açúcar de 60 quilos. Para complementar, Rissardi Junior (2015) afirma que essa abordagem visava estimular a produção direta de álcool, desfavorecendo a tradicional produção de açúcar acrescido do álcool residual derivado do melaço. A iniciativa mais significativa ocorreu em novembro de 1975, com a criação do Programa Nacional do Álcool, Proálcool. Justificando-se oficialmente como um substituto viável para a gasolina automotiva e aliviando as pressões sobre a balança comercial devido aos aumentos nos preços internacionais do petróleo, conforme a perspectiva de Shikida e Azevedo (2015).

A cana-de-açúcar teve uma responsabilidade significativa, indicando que o Proálcool não era apenas uma resposta à crise energética, mas uma alternativa estratégica para a agroindústria canavieira. No âmbito institucional, Shikida e Bacha (2019) discutem sobre a criação da Comissão Nacional do Álcool e a atribuição à Petrobrás de absorver e distribuir toda a produção de álcool combustível. Linhas de crédito especiais foram estabelecidas para destilarias anexas e autônomas, com condições favoráveis subsidiadas por empréstimos externos, incluindo do Banco Mundial.

De acordo com Ramos (2016) para sustentar essa expansão, a agroindústria canavieira do país necessitava de um forte apoio do governo federal, formalizado por meio de três programas importantes: (1) o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (Planalsucar) - 1975; (2) o Programa de Racionalização da Indústria Açucareira - 1979; (3) e o Programa de Apoio à Indústria Açucareira - 1985. Shikida e Bacha (2019) relatam que a indústria, ao expandir-se para diversas regiões do Brasil, diversificou suas atividades, incluindo a produção de etanol e cogeração de energia. No entanto, desafios como a expansão desordenada, questões ambientais e sociais, e flutuações nos preços internacionais do açúcar persistem.

Chagas (2019) destaca a trajetória do ramo agroindustrial canavieiro, ressaltando transformações econômicas, sociais e tecnológicas do Brasil. Apesar dos desafios, a indústria canavieira continua sendo a principal força propulsora para a matriz energética brasileira, contribuindo para o desenvolvimento econômico e a busca por alternativas sustentáveis. O futuro do setor dependerá da capacidade de inovação, enfrentamento de desafios socioambientais e sua continuidade como pilar fundamental na matriz produtiva nacional.

A resposta a esses incentivos resultou em um rápido crescimento na produção de álcool, especialmente do álcool anidro adicionado à gasolina. Esse aumento, de mais de 50% em cinco anos, decorreu não apenas da plena utilização da capacidade instalada da agroindústria

canavieira, mas também da sua expansão para além dos níveis alcançados na primeira metade da década de 1970. Uma consequência importante foi a ampliação da diferença entre os volumes de produção do Centro-Sul e do Nordeste.

Shikida e Bacha (2019) afirmam que o Estado de São Paulo, em particular, distanciou-se muito do resto do país, concentrando dois terços da produção de álcool após o início do Proálcool. Outros estados da mesma região, até então sem grande tradição na produção açucareira, como Paraná, Goiás e Mato Grosso, também começaram a expandir suas culturas de cana (principalmente para produzir álcool), contribuindo para reduzir ainda mais a participação no mercado interno dos produtores do Nordeste. No Quadro 1 abaixo podemos ver a história do setor sucroenergético brasileiro de 1520 até 2023:

Quadro 1 - Evolução Histórica do Setor Sucroenergético Brasileiro (1520 a 2023)

Ano/Período	Acontecimento
1520-1526	Surgimento dos primeiros Engenhos Brasileiros.
1630-1650	Crise devido à produção nas Antilhas.
1875	Brasil Império: subsídios diretos e indiretos; contribuição para a fundação de engenhos.
1878	A instalação do primeiro engenho paranaense em Morretes/PR: em 1532, foi a responsável pelo início da produção de açúcar, e pela diversificando da economia local.
1902-1908	Conferências açucareiras e conflitos sobre o preço do açúcar.
1931	Etanol aditivado e limitação da produção açucareira.
1932	Limitação da produção açucareira e incentivo a "álcool motor".
1933	Criação do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA).
1941	Estatuto da Lavoura Canavieira.
1942	Criação da Coordenação de Mobilização Econômica (CME).
1959	Nasce a Copersucar: Lançamento do Programa Nacional do Álcool (Proálcool).
1960	Embargo dos EUA a Cuba; Superprodução Mundial de açúcar.
1963	IAA; Financiamento para instalação de novas usinas; Evolução tecnológica.
1964-1974	Crises de superprodução.
1973	1º choque do Petróleo.

1975	Criação do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL).
1979	Carros a Etanol: Fiat 147, primeiro carro movido a etanol.
1986-1995	Desaceleração e crise do Proálcool; Início da bioeletricidade.
1990	Extinção do IAA, do Proálcool e Planalsucar.
1992	Rio 92 e o Etanol: Apresentação do papel do etanol na redução de emissões.
1995	Brasil torna-se o maior exportador de açúcar do mundo.
2000	Plástico Biodegradável: Início da produção derivada de cana-de-açúcar.
2003	Carro flex: Carros com motor flex fuel chegam ao mercado.
2004	Aviação a etanol: Lançamento do primeiro avião comercial movido a etanol.
2005	Primeiro leilão de energia nova; Potencial de produção de bioeletricidade.
2006	Crédito de carbono para cogeração de bagaço de cana.
2008	O convênio entre a APEX e a ÚNICA promove o etanol brasileiro em um cenário de crise mundial. O etanol 2G, produzido a partir de resíduos agrícolas e biomassa não comestível, oferece uma alternativa sustentável, diversificando a matriz energética e reduzindo as emissões de gases de efeito estufa.
2009	Desenvolvimento do etanol; Projeto RenovAção; Zoneamento Agroecológico.
2010	Etanol brasileiro classificado como biocombustível avançado pela EPA.
2011	Certificação Bonsucro; Ônibus a etanol da Scania circulam em São Paulo.
2015	A primeira planta comercial de etanol 2G no Brasil foi inaugurada em 2014 pela GranBio em Alagoas; Mistura de etanol na gasolina chega a 27,5%.
2017	Renovabio e protocolo agroambiental; Reconhecimento internacional.
2018	Lançamento do Programa Rota 2030; Aprovação de cana geneticamente modificada.
2019	Toyota lança o primeiro veículo híbrido flex do mundo.
2020	Primeiro ano efetivo do RenovaBio; 80% do etanol certificado; 14,5 milhões de CBios negociados.
2021	Criação do movimento MSBC para mobilidade sustentável.
2022-2023	Brasil lidera mundialmente na produção de cana-de-açúcar, e é o segundo maior produtor de etanol.

Fonte: Elaborado/Readaptado a partir de dados da ÚNICA (2024) e de Cunha, Shikida e Lages (2023).

A linha do tempo apresentada na análise geral do Quadro 1 abrange eventos que delineiam a evolução da produção de cana-de-açúcar, açúcar e etanol no Brasil, desde o período colonial até os anos mais recentes. Inicialmente, o surgimento dos primeiros engenhos durante o período de 1520-1526 marca o início da atividade açucareira no Brasil, desempenhando um papel vital na economia colonial.

A crise nas Antilhas entre 1630-1650 destaca a competitividade do mercado açucareiro e a influência de fatores externos na economia brasileira. No contexto do Brasil Imperial em 1875, subsídios diretos e indiretos para a fundação de engenhos demonstram a importância econômica do setor açucareiro. O período entre 1902 e 1908 é marcado por conferências açucareiras e conflitos sobre o preço do açúcar, ilustrando a sensibilidade do setor às dinâmicas de mercado. O Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), criado em 1933, foi vital para regular o setor sucroenergético, organizando a produção e comercialização do açúcar e etanol, além de proteger produtores e estimular inovações, garantindo a sustentabilidade da indústria.

O Proálcool, lançado em resposta ao primeiro choque do petróleo em 1975, foi importante para impulsionar a produção de etanol como alternativa energética. A introdução de veículos movidos a etanol em 1979 e a posterior adoção dos carros flex fuel em 2003 refletem os esforços para diversificar a matriz energética e promover soluções sustentáveis. Contudo, o período entre 1986 e 1995 foi marcado pela desaceleração e crise do Proálcool, enfrentando desafios significativos no setor sucroenergético.

A extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e do Proálcool em 1990 indicou uma reorganização nas políticas e regulamentações, respondendo às novas demandas e desafios do setor. A introdução da bioeletricidade em 2006 representou um avanço na busca por fontes renováveis, refletindo uma adaptação às exigências por práticas mais sustentáveis na matriz energética. A crise global de 2008 também impactou profundamente o setor sucroenergético brasileiro, sublinhando a interconexão global da economia.

A história da agroindústria canavieira no Brasil é marcada por diversos fatores e momentos, desde seus primórdios até os dias atuais. Desde a introdução da cana-de-açúcar pelos portugueses em 1500, essa cultura se tornou uma peça fundamental na economia do país, especialmente com o advento do Proálcool em 1975, que impulsionou a produção de álcool como alternativa energética. Ao longo das décadas, o setor enfrentou crises, reorganizações

políticas e desafios econômicos, mas também demonstrou resiliência e capacidade de adaptação.

O desenvolvimento da agroindústria canavieira não apenas reflete a busca por soluções energéticas alternativas, mas também evidencia a capacidade do Brasil de inovar e se posicionar como líder global na produção de biocombustíveis. O surgimento de programas como o Planalsucar e o Proálcool, assim como a expansão para novas regiões do país, contribuíram para a consolidação desse setor como um pilar base na matriz energética brasileira. A introdução de tecnologias mais sustentáveis, como a produção de bioeletricidade, demonstra o compromisso em antecipar as demandas futuras por práticas ambientalmente amigáveis.

2.2 Trajetória da Agroindústria Canavieira em Alagoas

A trajetória da agroindústria canavieira em Alagoas está intrinsecamente ligada ao panorama nacional apresentado no subtópico 2.1. Desde os primórdios da colonização, a cana-de-açúcar desempenhou um papel fundamental na economia brasileira, e Alagoas não foi exceção. Ao longo dos séculos, Alagoas enfrentou desafios semelhantes aos do restante do país, incluindo crises de superprodução, mudanças nas políticas governamentais e flutuações nos mercados internacionais. A implementação do Proálcool em 1975, por exemplo, teve um impacto significativo na indústria canavieira de Alagoas, incentivando a produção de álcool como alternativa energética e impulsionando o desenvolvimento do setor.

Assim como em outras regiões do Brasil, a agroindústria canavieira de Alagoas passou por transformações ao longo das décadas. A criação de programas governamentais como o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (Planalsucar) e o Programa de Apoio à Indústria Açucareira também teve um impacto direto na região, fornecendo apoio financeiro e técnico para o desenvolvimento do setor. No entanto, assim como em outras partes do país, a agroindústria canavieira de Alagoas enfrentou desafios como a expansão desordenada, questões ambientais e sociais, e flutuações nos preços internacionais do açúcar.

Para os autores Plancherel et al. (2007), a atividade açucareira é para Alagoas uma base econômico-social fundamental na qual se assentam o predomínio político do capital agroindustrial e formas de socialização e de estruturação e desestruturação do trabalho. As relações laborais na produção agroindustrial açucareira remetem a um universo no qual o capital nunca teve limites de exploração, nem dos recursos naturais e nem das condições humanas de vida.

A reestruturação produtiva remete a um processo que agrava as condições de vida do canavieiro. Entre os impactos da reestruturação produtiva para a classe trabalhadora canavieira, tivemos por exemplo: “agravos na saúde, à concorrência entre si, o desemprego estrutural e a informalidade do trabalho” (Santos, 2016, p. 2). A cana de açúcar tornou-se uma cultura presente que impacta toda a região como atividade econômica, onde temos uma civilização particular que começou a definir as estruturas de poder dentro desse espaço geográfico.

A monopolização das terras desencadeou um cenário marcado por diversas desigualdades sociais que dificultam o surgimento e implantação de outras atividades econômicas. Dessa forma os pequenos produtores trabalharam nas lavouras de cana, temporariamente. Isso resultou em vários tipos de desemprego, friccional, fixo, temporário, sazonal, cíclico, oculto etc. Que formou no cenário industrial um excedente de força de trabalho, um exército agrícola de reserva.

Segundo Plancherel et al. (2007, p. 122), “a condição temporária do trabalho na atividade agroindustrial açucareira na safra 1994-1995 apresenta-se, em toda a região Nordeste, cerca de 50% superior àquele efetivamente permanente”. É bom destacar que os Canavieiros também eram um grupo assalariados sazonalmente. Os autores relatam a importância do Professor Paulo Décimo de Arruda Mello que investigou a reestruturação produtiva na ação dos Sindicatos e o papel dos movimentos sociais rurais em Alagoas a partir de 1985. Esse Movimento Social teve extrema relevância, pois lutou frente às políticas neoliberais da época e a elite agrária, permitindo que o setor sucroalcooleiro passasse por um processo de transformação. Por conseguinte, houve uma expansão das áreas plantadas e uma reorganização da classe trabalhadora. Os pequenos moradores desapropriados das suas casas e das suas terras, começaram a migrar para áreas urbanas e começaram a prestar serviços como trabalhadores alugados para as usinas. Desse modo, os centros urbanos passaram a agregar os trabalhadores de cana.

O universo canavieiro alagoano desenvolve-se a partir da modernização. A incorporação de técnicas e tecnologias avançadas permitiram que Alagoas atendesse às exigências e expectativas do mercado global. Nesse momento também se ampliou a exploração dos trabalhadores que passaram a atuar em um ambiente produtivo mais rigoroso. Isso gerou uma degradação da questão social ao invés de melhorar as condições de vida do trabalhador e da população. A fertilidade da terra e o trabalhador foram afetados, através desse modelo de produção capitalista que exauriu essas duas fontes principais de riqueza.

Segundo Plancherel et al. (2007, p. 121), “a política neoliberal de desregulamentação da economia, em especial, rebete na própria desregulamentação do capital agroindustrial açucareiro”. Contudo, a flexibilidade dos contratos também desregulamenta a força de trabalho na qual se assenta a acumulação e a reprodução ampliada do capital agroindustrial. Além do mais, a sazonalidade natural dos produtos agrícolas foi quem caracterizou o trabalho assalariado temporariamente.

Figura 4 - Trabalhador cortando cana-de-açúcar com Facão: reflexões sobre o Trabalho na Agroindústria Canavieira de Alagoas



Fonte: Sindaçúcar (2021)⁶.

Diante do exposto, os autores Santa Rita et. al. (2014, p.119) ainda enfatizam sobre a importância da inovação para as empresas alagoanas que, mesmo com o processo de modernização, sempre estiveram em uma posição retardaria no cenário econômico nacional. Por isso temos que potencializar a capacidade inovativa da região, para que seja impulsionado o desenvolvimento local.

Tabela 2 - Indicadores Econômicos da Indústria em Alagoas (2020)

Indicador	Dados
PIB Industrial (2020)	R\$ 7,4 bilhões (0,5% do PIB nacional)
População	3,4 milhões (10º estado menos populoso)

⁶ SINDAÇÚCAR-AL. **Assalariados rurais conquistam reajuste salarial de 11%**. 2021. Disponível em: <https://www.sindacucar-al.com.br/assalariados-rurais-conquistam-reajuste-salarial-de-11/>. Acesso em: 02 abr. 2024.

Empregos na Indústria	94.215
Exportações Industriais (2022)	US\$ 447 milhões (0,3% das exportações brasileiras)

Fonte: Portal da Indústria (2023).

A tabela 2 acima resume os principais indicadores econômicos da indústria de Alagoas em 2020, incluindo o PIB industrial, população, empregos na indústria e exportações industriais.

Tabela 3 - Composição Setorial da Indústria em Alagoas (2020)

Setor Industrial	Participação (%)
Construção	32,0%
Alimentos	28,1%
Serviços Industriais de Utilidade Pública	6,7%

Fonte: Portal da Indústria (2023).

A tabela 3 mostra a composição setorial da indústria de Alagoas em 2020, destacando os principais setores como construção, alimentos e serviços industriais de utilidade pública.

Tabela 4 - Exportações Industriais por Setor em Alagoas (2022)

Setor	% do Total Exportado
Alimentos	93,21%

Fonte: Portal da Indústria (2023).

A tabela 4 apresenta a distribuição das exportações industriais de Alagoas em 2022, destacando o setor de alimentos como responsável pela maior parte das exportações.

Tabela 5 - Distribuição de Empresas e Empregos na Indústria em Alagoas (2021)

Tamanho da Empresa	% de Empresas	% de Empregos Industriais
Microempresas (até 9 empregados)	70,8%	8,1%
Pequenas empresas (10-49 empregados)	22,8%	17,3%
Médias empresas (50-249 empregados)	5,1%	19,1%
Grandes empresas (250+ empregados)	1,2%	55,4%

Fonte: Portal da Indústria (2023).

A tabela 5 detalha a distribuição de empresas e empregos na indústria de Alagoas em 2021, também demonstra a predominância de micro e pequenas empresas no número de estabelecimentos e a concentração de empregos nas grandes empresas.

Tabela 6 - Educação e Mercado de Trabalho na Indústria de Alagoas (2021)

Indicador	Dados
Salário Médio na Indústria	R\$ 1.928,50
% de Trabalhadores com Ensino Médio Completo	43,7%
IDEB do Ensino Médio (2021)	3,60 (Alagoas) vs 4,20 (média nacional)

Fonte: Portal da Indústria (2023).

A tabela 6 apresenta dados sobre educação e mercado de trabalho na indústria de Alagoas em 2021, incluindo salário médio, nível de escolaridade dos trabalhadores e o IDEB do ensino médio comparado à média nacional.

Tabela 7 - Produção de Cana-de-Açúcar em Alagoas (2021)

Indicador	Dados
Valor da Produção	R\$ 1.651.373 mil
Produção Total	17.419.082 toneladas
Área Colhida	290.462 hectares
Rendimento Médio	59.970 Kg por hectare
Número de Estabelecimentos	3.109 unidades

Fonte: IBGE (2021).

A tabela 7 resume os principais indicadores da produção de cana-de-açúcar em Alagoas em 2021, incluindo valor da produção, quantidade produzida, área colhida, rendimento médio e número de estabelecimentos produtores. Na Figura 7 podemos visualizar as instalações da Usina Coruripe⁷ em Alagoas.

⁷ A Usina Coruripe foi fundada no início do século 20, em 12 de fevereiro de 1925, a partir da união de diversos engenhos, que já expressavam àquela época a vocação canavieira do município de Coruripe, a 120 quilômetros de Maceió, Alagoas (Usina Coruripe, 2024).

Figura 5 - Usina Coruripe em Alagoas em 2024



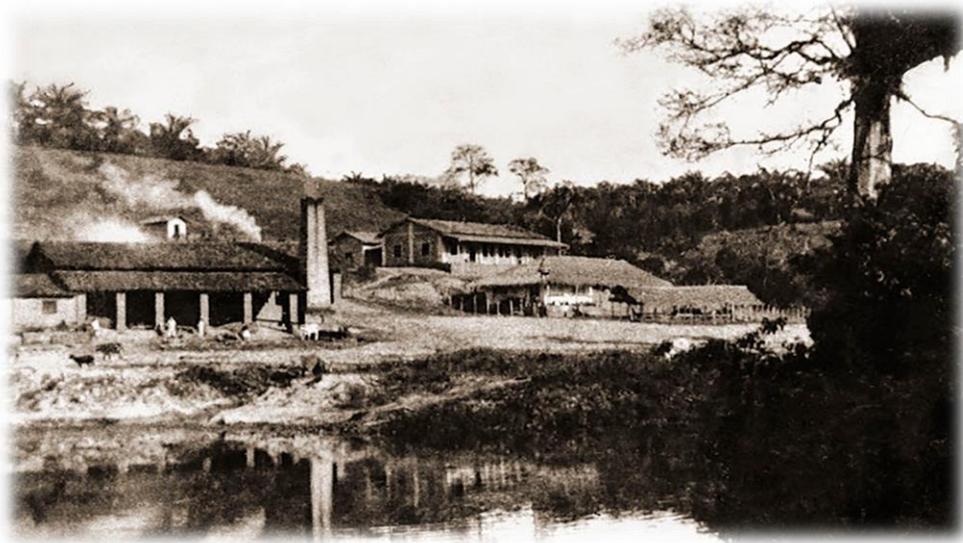
Fonte: Usina Coruripe (2024)⁸.

De acordo com Lima (2021) a agroindústria canavieira em Alagoas desempenhou um papel significativo ao longo dos anos, moldando a economia, a sociedade e a paisagem do estado. Desde os primeiros ciclos açucareiros até os desafios e inovações contemporâneos, a evolução desse setor reflete não apenas as transformações econômicas, mas também as dinâmicas sociais e ambientais. A introdução da cana-de-açúcar em Alagoas remonta ao período colonial, quando os portugueses iniciaram plantações nas terras férteis da região. Esse movimento foi parte do ciclo açucareiro, que inicialmente floresceu na zona litorânea alagoana, consolidando a economia baseada no trabalho escravo.

Segundo Lima (2021), durante o ciclo do açúcar, Alagoas experimentou um crescimento econômico expressivo, com a construção de engenhos e a expansão das plantações de cana. Esse período deixou marcas profundas na estrutura social do estado, com a concentração de terras e o estabelecimento de uma elite agrária. O declínio do ciclo açucareiro, ocorrido no final do século XIX, marcou uma transição para atividades agrícolas alternativas. No século XX, a agroindústria canavieira renasceu com a produção de álcool combustível. Em Alagoas, a diversificação da produção de cana-de-açúcar incluiu a fabricação de açúcar e etanol, contribuindo para a modernização do setor.

Figura 6 - Engenho Patrocínio em Atalaia - AL em 1924 - Século XX

⁸ USINA CORURIBE. **Usina Coruripe atinge novamente resultados recordes na safra 2023/2024.** Disponível em: <<https://www.usinacoruripe.com.br/noticias/usina-coruripe-atinge-novamente-resultados-recordes-na-safra-20232024>>. Acesso em: 02 abr. 2024.



Fonte: História de Alagoas (2023)⁹.

Na década de 1950, observou-se uma notável expansão da agroindústria canavieira em nível nacional, marcando também a consolidação da transferência da hegemonia produtiva da região Norte/Nordeste para a região Centro/Sul, com destaque para o Estado de São Paulo como principal produtor. Lima (2021) ainda salienta que as intervenções governamentais pós-II Guerra não foram capazes de conter a mudança regional na liderança produtiva na atividade canavieira, pois a dinâmica mais ampla da economia no período desempenhou um papel determinante nesse processo.

Lima (2021) fala que ao longo da história a busca por inovações tem sido intensa. A modernização dos processos, a adoção de tecnologias sustentáveis e a diversificação das atividades, como a cogeração de energia, destacam-se como estratégias para enfrentar as demandas contemporâneas. Além de sua importância econômica, a agroindústria canavieira é necessária para as dinâmicas sociais e econômicas de Alagoas. Gera empregos, movimentando cadeias produtivas e contribui para a arrecadação de impostos, impactando diretamente o desenvolvimento regional.

Podemos considerar que a trajetória da agroindústria canavieira em Alagoas é uma história de contínua adaptação às mudanças nos cenários econômicos e sociais ao longo do tempo. A busca pela sustentabilidade e inovação torna-se fundamental para garantir a prosperidade desse setor. O equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação

⁹ HISTÓRIA DE ALAGOAS. **O meio geográfico do açúcar em Alagoas**. 2023. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/o-meio-geografico-do-acucar-em-alagoas.html>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

ambiental é essencial para assegurar que a agroindústria canavieira em Alagoas continue a contribuir positivamente para a economia do Estado. É importante tratarmos da sua evolução, desde os tempos coloniais até os dias atuais, pois é um processo e requer uma discussão crítica e reflexiva. De uma tradição centrada nos engenhos de açúcar do século XVI, o setor passou por um processo de modernização e industrialização, culminando na ascensão da vanguarda sucroalcooleira até 2023, conforme retratado no Quadro 3, “Cana-de-Açúcar em Alagoas: Evolução Econômica”.

Quadro 2 - Cana-de-Açúcar em Alagoas: Evolução Econômica - Da Tradição do Engenho à Vanguarda Sucroalcooleira (Século XVI - 2023)

Ano	Evento/Desenvolvimento
Século XVI	Cristovão Lins funda os primeiros engenhos em Alagoas.
Século XIX	Surgimento dos primeiros engenhos de cana-de-açúcar em Porto Calvo.
1891	Barão de Vendesment funda a usina Brasileiro em Atalaia.
Década de 1930	Carlos Benigno Lyra introduz tecnologia do álcool em Serra Grande.
1942	Início das atividades no Porto de Maceió para escoar açúcar.
1944	Fundação do Sindaçúcar-AL, representando o setor sucroalcooleiro.
Década de 1990	Últimos grandes investimentos na infraestrutura do Porto.
Década de 2000	Porto de Maceió opera mais de 2 milhões de toneladas de açúcar; Produção sucroalcooleira cresce; Atividade canavieira evolui; Sindaçúcar-AL promove diversidade e desenvolvimento.
Anos recentes: 2022-2023	Safra apresenta bons resultados; reunião com o governador Paulo Dantas; Unicafes Alagoas em audiências sobre biocombustíveis; Destaque para o 32º Simpósio da Agroindústria Canavieira em julho de 2023.

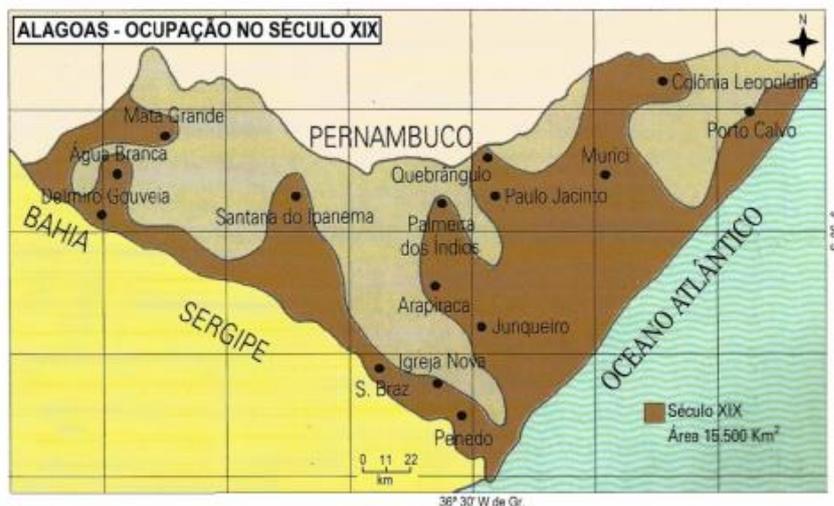
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do G1 Globo (2017), Gazeta de Alagoas (2023) e do Sindaçúcar-AL (2024).

O Quadro 3 mostra que desde os primórdios com a fundação dos primeiros engenhos por Cristovão Lins no século XVI até os anos mais recentes, representados pelos eventos em 2022-2023.

Como podemos observar (Quadro 3) o século XVI marca o início da presença da indústria açucareira na região, evidenciado pela fundação dos primeiros engenhos por Cristovão Lins. Ao longo do século XIX, observa-se uma expansão dessa atividade com o surgimento de

engenhos em Porto Calvo, indicando um crescimento gradual e a consolidação da produção de cana-de-açúcar na área. Na Figura 9, também possibilita um maior entendimento em relação a como o território Alagoano foi ocupado durante o século XIX.

Figura 7 Alagoas - Ocupação no século XIX



Fonte: Silva e Calheiros (2019).

Em 1891, tivemos um marco histórico, através da fundação da usina Brasileiro em Atalaia pelo Barão de Vendesment, representando um ponto de destaque na história da indústria sucroalcooleira local, sugerindo a intensificação da produção e a necessidade de infraestrutura para suportar o setor. Já a década de 1930 introduziu a tecnologia do álcool em Serra Grande por Carlos Benigno Lyra, indicando um avanço significativo no processo de produção. Ademais, a década de 1940 é marcada pelo início das atividades no Porto de Maceió para escoar açúcar, demonstrando uma preocupação com a logística e exportação dos produtos, o que se torna essencial para o crescimento da indústria.

A criação do Sindaçúcar-AL (2024)¹⁰, em 1944, representa um marco organizacional importante para o setor sucroalcooleiro, demonstrando a necessidade de uma representação oficial. Nos anos seguintes, especialmente na década de 1990, os investimentos na infraestrutura do Porto refletem esforços contínuos para fortalecer a logística associada à indústria. O crescimento notável na produção na virada do século, conforme evidenciado pelos volumes operados no Porto de Maceió, sugere uma prosperidade contínua na indústria. Ao

¹⁰ SINDAÇÚCAR-AL. **História**. 2024. Disponível em: <<https://www.sindacucar-al.com.br/historia/>>. Acesso em: 06 maio 2024.

mesmo tempo, a diversificação e o desenvolvimento promovidos pelo Sindaçúcar-AL apontam para uma visão ampla e progressista do setor.

Figura 8 - Logomarca Sindaçúcar - AL, criado em 1944



Fonte: Sindaçúcar-AL (2023).

Segundo o Sindaçúcar-AL (2023) os anos mais recentes, 2022-2023, revelam uma safra bem-sucedida e interações significativas, como reuniões com o governador e audiências sobre biocombustíveis. O destaque para o 32º Seminário Internacional ISSO – Organização Internacional do Açúcar (OIA) em 2023 indica a importância de eventos específicos na promoção do intercâmbio de conhecimentos e no estímulo ao desenvolvimento setorial.

Ao longo desse processo de evolução na agroindústria canavieira de Alagoas, um elemento chave que impulsionou seu desenvolvimento foram os setores financeiros. Na década de 1990, os bancos desempenharam um papel estratégico no fortalecimento do setor agroindustrial em todo o Brasil, incluindo Alagoas. Essa colaboração financeira não apenas sustentou as operações das usinas canavieiras, mas também introduziu inovações e práticas sustentáveis. Gomes (1991) conduziu uma análise crítica sobre a evolução da relação entre o Brasil e o Banco Mundial, abrangendo o período de 1949 a 1983.

Quadro 3 - Evolução da Relação Brasil-Banco Mundial: Marcos Históricos e Impactos nas Décadas de 1940 a 1990

Década	Eventos e Contextos
1949-1959:	Brasil participa modestamente no Banco Mundial, focando em energia e transportes.
1960-1964:	Crises prejudicam relações entre Brasil e Banco Mundial.

1964-1970:	Golpe militar facilita reconciliação, promovendo mudanças no Estado.
Década de 1970:	Banco Mundial investe US\$ 3.431 milhões em projetos diversos; Banco Mundial aumenta investimentos na agricultura na América Latina.
Década de 1990:	Crise da dívida leva FMI a impor condicionalidades, impactando países subdesenvolvidos. Bancos essenciais para crescimento da agroindústria canavieira, sustentando financeiramente usinas e impulsionando inovações sustentáveis em Alagoas.

Fonte: Elaborado a partir de informações de Gomes (1991) e Gomes (2004).

A análise do setor sucroalcooleiro em Alagoas revela não apenas os desafios econômicos enfrentados, mas também a capacidade de mobilização e influência dos usineiros. Essa dinâmica é claramente exemplificada nos eventos da década de 1990, quando questões financeiras e jurídicas culminaram em uma demonstração clara de poder econômico e político. Segundo o Portal História de Alagoas (2020), a crise financeira que atingiu o segmento canavieiro, marcada pela execução de dívidas, mobilizou uma resposta estratégica dos usineiros, políticos e do sistema bancário.

A promulgação da lei nº 4.418, em 1982, que estabeleceu a obrigatoriedade do recolhimento do ICM sobre a cana-de-açúcar, provocou um descontentamento significativo entre os usineiros. Este descontentamento levou à busca por restituições e, posteriormente, a ações judiciais que culminaram em uma decisão favorável do STF em setembro de 1987. Este desfecho não apenas reforçou a posição dos usineiros, mas também destacou sua influência nas esferas econômica e política, consolidando sua relevância como protagonistas no desenvolvimento do estado.

O embate entre o governador Fernando Collor e os usineiros acirrou-se em 1988, quando Paulo César Farias, enviado por Collor, surpreendeu ao concordar em pagar US\$ 112 milhões aos usineiros, resultando no chamado “Acordo dos Usineiros”. Este acordo, assinado em julho de 1988, converteu a dívida do governo estadual em crédito fiscal, com pagamento em 120 parcelas mensais. Contudo, o contexto político-econômico se agravou em novembro de 1988, com a liquidação extrajudicial do Banco do Estado de Alagoas - Produban, instituição que foi de grande relevância para o financiamento do setor sucroalcooleiro. Criado em 2 de julho de 1963, o Produban teve por objetivo incentivar a economia estadual, apoiando e financiando às atividades rurais, industriais e comerciais no Estado (História de Alagoas, 2020).

De acordo com o Portal História de Alagoas (2020), a intervenção no Produban trouxe à tona um cenário de má gestão e descasamento de ativos. Em 1989, após mobilização dos bancários e intensas negociações, os usineiros concordaram com condições favoráveis para o pagamento da dívida, estabelecendo um prazo de dez anos e encargos reduzidos. Contudo, as idas e vindas nas negociações levaram a novos episódios, como o incêndio nos escritórios da Usina Terra Nova em 1989 e o anúncio de fechamento do Produban em 1991. Em 1995, uma segunda intervenção no Produban e a subsequente liquidação evidenciaram a fragilidade do sistema financeiro regional. As dificuldades econômicas do Estado de Alagoas e a falta de interesse de investidores levaram à transformação do Produban em Agência de Desenvolvimento em 1996, mas a crise persistiu.

Todavia, a década de 1990 em Alagoas pode ser considerado um período turbulento, caracterizado por crises políticas e econômicas que deixaram marcas profundas no setor sucroalcooleiro e no sistema bancário local. As discussões e disputas entre usineiros, políticos e instituições financeiras delinearam um panorama complexo e desafiador, evidenciando a estreita interdependência entre o setor econômico e político na região. O Quadro 5 oferece uma visão detalhada dessa interconexão complexa, exibindo os eventos e fatores que contribuíram para a crise e suas consequências de longo prazo.

Quadro 4 - Crise Bancária em Alagoas na Década de 1990: Uma análise integrada

1. Contexto Geral:
Liquidação extrajudicial do Banco do Estado de Alagoas em 1988.
Intervenção no Produban e suas subsidiárias devido a uma crise financeira.
2. Desafios e Resistência:
Manifestações sindicais e resistência dos funcionários contra decisões do Banco Central.
Mobilizações marcaram o período tenso, refletindo a tensão no setor bancário.
3. Acordos e Intervenções Recorrentes:
"Acordo dos Usineiros" em 1988 não impediu intervenções posteriores.
Bancos, como o Produban, passaram por intervenções em 1995 e 1998.
4. Impactos Econômicos:
Fragilidade estrutural dos bancos evidenciada por empréstimos sem garantias.
A crise afetou não apenas o setor bancário, mas também a economia estadual.
5. Reflexões e Legado:

CPI apontou má gestão, influência prejudicial dos usineiros e empréstimos irresponsáveis.

A década de 1990 deixou um legado de instabilidade e intervenções, gerando reflexões sobre a estrutura financeira em Alagoas.

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do Portal História de Alagoas (2020).

A discussão apresentada por Araújo Júnior (2005) sobre as políticas neoliberais adotadas no Brasil durante os anos 90 é relevante para compreendermos o contexto em que o setor sucroenergético de Alagoas se desenvolveu. O autor enfatiza a fragilização da economia nacional decorrente da abertura comercial e das privatizações, que concentraram o controle em grandes grupos internacionais. Ele destaca a importância das políticas estatais no desenvolvimento econômico, criticando as privatizações, especialmente nos setores estratégicos.

A análise de Araújo Júnior (2005) ressalta as consequências das políticas adotadas, como a desaceleração do crescimento do PIB, o influxo de capital especulativo em detrimento de investimentos produtivos e os desafios como o desequilíbrio externo e a sobrevalorização cambial. Ele alerta para a necessidade contínua de políticas nacionais diante da crescente presença de empresas multinacionais, evidenciando os riscos de desequilíbrios na balança de pagamentos e a vulnerabilidade externa.

No contexto específico do setor sucroenergético de Alagoas, ao longo do tempo, foi necessário adotar diversas estratégias para fortalecer sua estrutura. Diante disso, torna-se imprescindível realizar um levantamento das características que permeiam seu desenvolvimento e das dificuldades enfrentadas. Uma abordagem útil para isso seria a utilização de uma Matriz FOFA/SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), que permite uma análise sistêmica dos aspectos internos e externos que impactam o setor. Dessa forma, a compreensão do contexto econômico e das políticas adotadas no país, aliada à análise específica do setor sucroenergético de Alagoas por meio de ferramentas como a Matriz SWOT, contribuirá para a formulação de estratégias mais eficazes e sustentáveis para seu desenvolvimento.

a) Forças: têm como base econômico-social fundamental a atividade açucareira que é fundamental para a economia e para a geração de empregos em Alagoas. Podemos enfatizar também a Modernização e a Inovação: através da adoção de tecnologias avançadas para atender demandas globais. Outro aspecto importante é a participação significativa na economia: o setor

canavieiro exerce forte influência no PIB industrial do estado; além disso, também temos as Exportações Industriais que contribuem expressivamente para as exportações, especialmente em alimentos.

b) Fraquezas: entre as fragilidades temos a precarização do meio ambiente e do trabalho: uma região marcada por um histórico de grandes impactos ambientais e condições precárias em relação ao mundo do trabalho; além do mais a Monopolização das terras que intensificam a geração de desigualdades sociais, devido à concentração de terras, bem como a Flexibilização dos Contratos que conforme estudado, geralmente se apresentavam flexíveis, afetando a estabilidade e as condições dos trabalhadores.

c) Ameaças: entre as ameaças, temos os impactos da reestruturação produtiva que pelo visto ofereceu riscos à saúde, a concorrência e o desemprego, em relação as mudanças na produção; como também a crise do sistema de moradia, onde houve intensificação do processo de deslocamento que forçou os moradores a migrar para áreas urbanas; conforme o material bibliográfico levantado, podemos perceber que as políticas neoliberais desregulamentaram as condições de trabalho e colaboraram para a acumulação de capital.

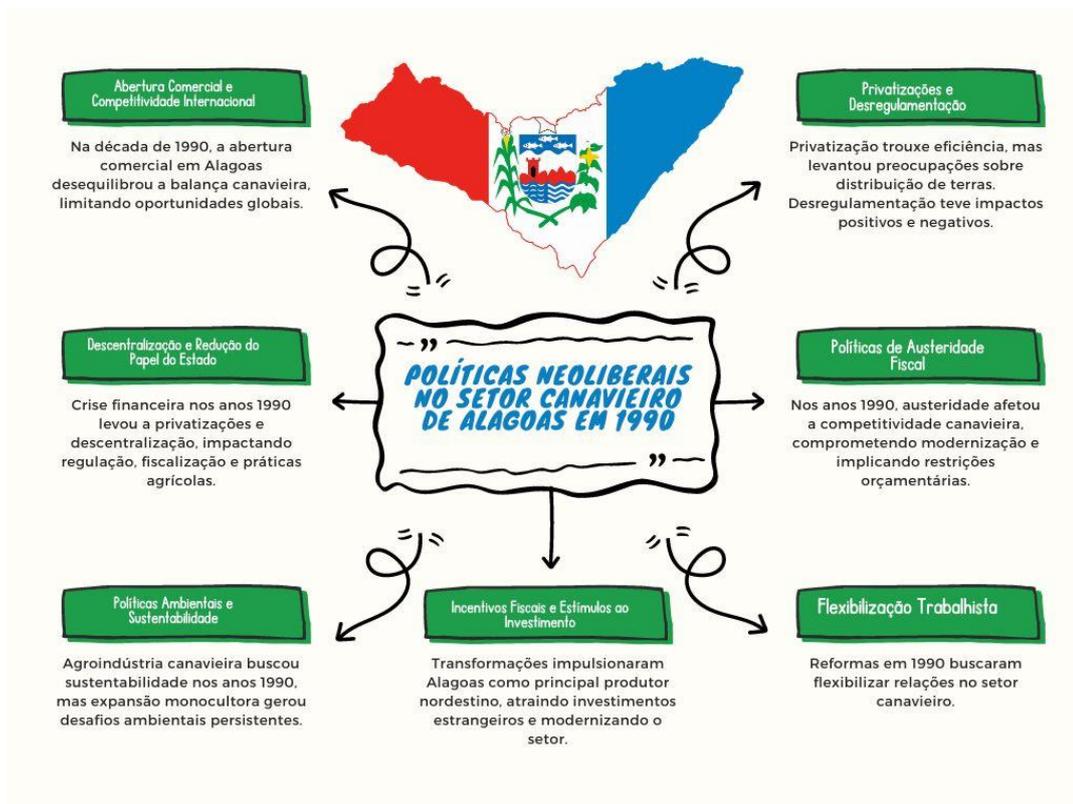
d) Oportunidades: Os Movimentos Sociais no ano de 1985 foram uma força propulsora para o impulsionamento do setor; os Investimentos em inovação e educação para impulsionar o desenvolvimento local; o aumento das exportações também são boas oportunidades para impulsionar o crescimento econômico dessa região; Eventos como o Simpósio da Agroindústria Canavieira também oferecem oportunidades de intercâmbio.

Algumas políticas neoliberais que surgiram ou ganharam força a partir dos anos 1990, deixaram uma marcante impressão em diversos setores econômicos, incluindo o agroindustrial. Nitidamente percebemos que essas políticas se estendem até o presente momento histórico, afetando o crescimento e o desenvolvimento do setor agroindustrial. Sendo assim a nossa pesquisa concentra-se em estudar as várias medidas implementadas a partir desse período, buscando compreender de que maneira essas políticas moldaram e influenciaram a realidade dessa significativa indústria no estado de Alagoas, que serviu como o cenário central de nossa investigação, como também compreender de que forma essas políticas afetam a economia alagoana atual.

Ao examinarmos essas medidas, procuramos discutir os impactos sobre o setor agroindustrial, considerando não apenas as transformações econômicas, mas também as implicações sociais e ambientais que se desdobraram ao longo do tempo. Para que isso acontecesse foi necessário mapearmos as principais políticas neoliberais que impactaram o

Setor Canavieiro de Alagoas com foco específico a partir da década de 1990 e entendermos o que foi que ocorreu a partir desse momento, além de compreendermos as mudanças ao longo da sua trajetória até o momento atual, conforme detalhado (Figura 13).

Figura 9 - Mapa Mental: Impactos das Políticas Neoliberais no Setor Canavieiro de Alagoas na Década de 1990: Um estudo aprofundado das mudanças socioeconômicas e ambientais



Fonte: Elaboração própria a partir das informações obtidas em Miranda (2001), Vitor Versore et al. (2013), IPEA (2016), Plancherel, Albuquerque e Melo (2007), Albuquerque Lopes (2018), Santos, Pereira e Cavalcanti (2009) e Monteiro Neto (2006).

Nota: Mapa Mental feito através do Canva.

1. Abertura Comercial e Competitividade Internacional: Na década de 1990, o Brasil implementou uma política de liberalização comercial, reduzindo tarifas de importação e eliminando barreiras não-tarifárias. Segundo Corseuil e Kume (2003, p. 70), as importações cresceram de “US\$ 20,7 bilhões para US\$ 57,5 bilhões, e as exportações de US\$ 31,4 bilhões para US\$ 51,1 bilhões entre 1990 e 1998”. Apesar do crescimento nas importações e exportações, o país registrou um saldo comercial negativo a partir de 1995. A formação do

Mercosul em 1995 contribuiu para o aumento do comércio inter-regional, porém, o desempenho exportador foi inferior, impactando negativamente a produção doméstica.

A política cambial no período, analisada por Corseuil e Kume (2003), inicialmente focou em minidesvalorizações. No Plano Collor, taxas flutuantes pouco efetivas foram introduzidas, e correções cambiais em 1990 e 1991 buscaram equilibrar o comércio. A persistente inflação resultou em uma valorização cambial, acentuada pelo Plano Real. A crise mexicana em 1994 provocou uma desvalorização anual de cerca de 7,5%. O regime de câmbio fixo durou até janeiro de 1999, quando o Brasil adotou o câmbio flutuante, abandonando a âncora cambial. A liberalização das importações e a formação de blocos impulsionaram positivamente as exportações ao facilitar o acesso a matérias-primas e bens de capital a preços internacionais, reduzindo custos e expandindo mercados. No entanto, o crescimento das exportações (57%) ficou aquém do aumento das importações (284,5%). A abertura comercial e a política cambial elevaram o coeficiente de exportação total de 7,4% (1990) para 9,4% (1998), mas o coeficiente de penetração das importações também cresceu (de 5,8% para 9,8%).

Segundo Corseuil e Kume (2003), a análise da taxa de crescimento só afirma que as propensões a exportar/importar exerceram maior impacto do que variações na produção e demanda doméstica. Por isso equilibrar o crescimento de exportações e importações foi necessário para manter a competitividade econômica. A implementação das políticas de abertura comercial e mudanças cambiais a partir da década de 1990 no Brasil teve repercussões no setor canavieiro de Alagoas. A competição global afetou a produção local de cana-de-açúcar, exigindo adaptações para enfrentar a concorrência estrangeira. A liberalização das importações e as variações cambiais influenciaram custos e competitividade, definindo o curso do desenvolvimento do setor canavieiro alagoano nesse período.

Conforme Franck et al. (2017), na década de 1990, o setor canavieiro de Alagoas passou por transformações importantes impulsionadas pela abertura comercial e pela estabilidade macroeconômica no Brasil. A globalização permitiu um crescimento nas exportações do estado, destacando os produtos derivados da cana-de-açúcar. Alagoas tornou-se um dos principais exportadores de açúcar e álcool, em grande parte devido à política de liberalização econômica. Além disso, a Lei Kandir, ao desonerar o ICMS sobre as exportações de produtos primários, contribuiu para aumentar a competitividade do setor canavieiro no mercado global.

Franck et al. (2017), entretanto discorrem sobre a dependência excessiva do setor canavieiro que gerou vulnerabilidades econômicas, especialmente em relação à Rússia, principal destino das exportações de cana-de-açúcar do estado. A concentração das exportações

em produtos primários ligados à cana-de-açúcar evidenciou a necessidade de diversificação e inovação nos setores produtivos de Alagoas. Assim, a década de 1990 foi um período marcante para o setor canavieiro de Alagoas, caracterizado por mudanças estruturais e desafios que moldaram o futuro da economia do estado.

A falta de foco internacional no setor agroindustrial canavieiro em Alagoas durante o Proálcool pode ser atribuída à conjuntura econômica e à dependência histórica do estado na produção de cana-de-açúcar. Por isso Lima (2008) destaca os pertinentes desafios enfrentados pelo setor durante a crise do petróleo e a implementação do Proálcool como resposta. A falta de uma abordagem internacional específica pode ter afetado a capacidade do setor em diversificar fontes de receita, impactando sua resiliência em meio a mudanças no mercado global.

Dessa maneira, autores como Nascimento e Santos (2004) enfatizam a histórica dependência da economia alagoana no setor agrícola, especialmente na produção de cana-de-açúcar. Essa dependência pode ter contribuído para a falta de uma visão mais globalizada durante o Proálcool, limitando a adaptação do setor às dinâmicas do mercado internacional. A ausência de foco internacional pode ser resultado da conjuntura econômica desafiadora, da dependência histórica do setor na produção local e da necessidade de enfrentar questões específicas do mercado nacional durante o período do Proálcool.

Na década de 1990, o setor sucroalcooleiro de Alagoas, segundo Carvalho (2008), perdeu oportunidades ao negligenciar a expansão internacional, prejudicando a exploração de mercados promissores. A falta de ênfase global destacou a necessidade de ajustes para garantir competitividade. Na década seguinte, estratégias especializadas foram adotadas, resultando em crescimento, maior produção de álcool e açúcar, exportações e expansão para Minas Gerais e São Paulo, consolidando uma posição forte no cenário nacional. Cruz et al. (2018) observam que o Proálcool, implementado de 1975 a 1990, surgiu como uma estratégia para enfrentar o desequilíbrio na balança comercial da agroindústria canavieira de Alagoas, que apresentou nesse período um aumento significativo nas importações, enquanto as exportações não acompanharam. Esse período foi marcado pela crise energética e uma forte dependência das importações de petróleo.

2. Privatizações e Desregulamentação: Na transição democrática brasileira nas décadas de 1980 e 1990, os debates acalorados sobre o destino das empresas estatais foram marcados pelo desentendimento entre defensores do neoliberalismo e nacional-desenvolvimentistas. Como afirma Almeida (2009), o Governo FHC na década de 1990

promoveu privatizações sob a influência do capital financeiro, alterando significativamente o panorama do emprego. As iniciativas na década de 1980 foram moldadas pela absorção prévia de empresas pelo BNDES e pela criação do BNDESPAR, estabelecendo relações complexas entre os setores público e privado. É interessante notar que, mesmo durante o governo Figueiredo, houve resistências à privatização, evidenciando a complexidade do processo, com ações como vendas, transferências e fusões de empresas.

Para Almeida (2009) as políticas de restrição ao capital estrangeiro exerceram influência significativa nas privatizações, gerando repercussões notáveis ao longo do processo. As relações entre empresas estatais e enriquecimento privado levantaram questões éticas e econômicas, incluindo a manipulação de preços e os desafios financeiros enfrentados pelas estatais. Durante esse período, as empresas estatais desempenharam um papel fundamental ao fornecer matérias-primas a empresas privadas a preços abaixo do mercado. No entanto, as restrições governamentais dificultaram a manutenção e o reinvestimento dessas estatais, contribuindo para seu declínio em favor das empresas privadas.

De acordo com Fontes (2010), a década de 1990 no Brasil foi um período de profunda reconfiguração da sociedade civil, caracterizado pela subalternização direta da força de trabalho, o que foi mediado por entidades associativas empresariais. Esse processo de reestruturação foi um reflexo da ascensão do neoliberalismo no país, que promovia uma reorganização articulada do capitalismo, intensamente influenciado pela fração financeira e especulativa da burguesia internacional.

Como ressaltado por Vieira et al. (2018), o neoliberalismo se consolidou como uma força predominante no Brasil durante essa década, moldando o cenário econômico e social com a imposição de políticas que visavam a desregulamentação do mercado, a privatização de ativos estatais e a flexibilização das leis trabalhistas. Essa transformação levou a uma nova dinâmica de poder e a um redesenho das relações de trabalho e da própria estrutura social, favorecendo a concentração de capital e o fortalecimento das entidades empresariais em detrimento da proteção dos direitos laborais e da inclusão social.

De acordo com Fontes (2010), a década de 1990 foi um momento no qual o Brasil testemunhou estímulos à privatização e demissões em massa de funcionários públicos, desde o governo do ex-presidente Fernando Collor até o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No entanto, os sindicatos não cumpriram seu papel de defesa dos direitos sociais, ao contrário, subalternizaram os trabalhadores estabelecendo ligações diretas com o setor empresarial e tendo embates com a Central Única de Trabalhadores – CUT.

Nesse momento, tornou-se evidente a agregação e incorporação de trabalhadores em atividades públicas sem contratos regulares. É válido afirmar que a burguesia tinha como principal objetivo a redução da democracia, com a ampliação das lutas sociais “espremidas entre a subalternidade externa e as lutas internas, o movimento das burguesias brasileiras foi hesitante e evidenciava sua profunda desconfiança com qualquer procedimento democrático” (Fontes, 2010, p. 238).

Portanto a década de 1990 trouxe mudanças para o setor canavieiro em Alagoas, com a adoção de políticas neoliberais que reduziram a intervenção estatal e incentivaram a modernização e competitividade do setor privado. A desregulamentação permitiu maior autonomia às empresas, que passaram a operar com menos restrições econômicas, ampliando a liberdade para negociar e aumentar a produção, ainda que permanecessem reguladas questões ambientais e trabalhistas.

3. Políticas de Austeridade Fiscal: A situação da indústria canavieira de Alagoas durante os anos 1990 foi agravada pelas políticas de austeridade fiscal que limitaram os investimentos em infraestrutura. Essa falta de investimento não apenas retardou o avanço tecnológico, mas também comprometeu a eficiência produtiva e a competitividade no mercado. Segundo Oliveira Neto (2022), a infraestrutura sempre desempenhou um papel essencial para o transporte e processamento da cana-de-açúcar, a redução de investimentos resultou em uma série de desafios operacionais e estratégicos para o setor.

A falta de modernização e atualização tecnológica nas usinas de cana-de-açúcar em Alagoas tem sido um obstáculo significativo para aumentar a produtividade e responder de forma ágil às demandas do mercado. A infraestrutura precária, especialmente no transporte da cana-de-açúcar, também contribui para a dificuldade das usinas alagoanas em competir nacional e internacionalmente. Esses problemas são ampliados pelas políticas de austeridade fiscal dos anos 1990, que limitaram os investimentos necessários para modernização e desenvolvimento tecnológico.

Dentro do contexto do sistema capitalista, a eficiente circulação de mercadorias, pessoas e recursos é de suma importância para a competitividade econômica, especialmente em setores industriais como o de açúcar e álcool. A escassez de investimentos em pesquisa e desenvolvimento tem impedido essas indústrias de se adaptarem adequadamente às mudanças climáticas e às evoluções do mercado. Em um ambiente onde a inovação e a adaptação são essenciais, a falta de suporte financeiro e político compromete não apenas o crescimento

econômico das usinas, mas também sua capacidade de enfrentar desafios futuros de forma sustentável e eficaz.

Todavia, Oliveira Neto (2022), aponta para a redução dos recursos destinados à logística e transporte que tem dificultado o escoamento da produção, resultando em aumento dos custos operacionais e comprometendo a competitividade das usinas tanto no mercado interno quanto externo. Estes desafios destacam a necessidade de investimentos em infraestrutura e inovação para sustentar o fluxo econômico e promover o desenvolvimento sustentável em regiões metropolitanas, a exemplo da Região Metropolitana de Maceió.

A análise de Oliveira Neto (2022) sobre a reestruturação produtiva capitalista elucida a complexidade dos investimentos em infraestrutura, como a duplicação da AL-145 em Alagoas. Esses projetos, financiados muitas vezes por empréstimos, exemplificam a autonomia da atividade capitalista na configuração urbana e no desenvolvimento regional. Contudo, esses investimentos enfrentam limitações fiscais, o que impacta significativamente o mercado de trabalho. No setor canavieiro, por exemplo, históricas reduções de empregos e cortes salariais têm sido observados, afetando não apenas a força de trabalho, mas também o desenvolvimento socioeconômico das áreas envolvidas. Esses desafios ilustram como os projetos de infraestrutura refletem e contribuem para as contradições e conflitos inerentes à dinâmica capitalista de desenvolvimento regional.

A safra da cana de açúcar cria um fenômeno sazonal de contratações e demissões no estado de Alagoas - quinto maior produtor brasileiro, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Com isso, no balanço do primeiro semestre do Ministério do Trabalho, as cidades do estado apresentam grande perda de vagas durante o período, mas basta vir o segundo semestre para Alagoas viver um pico de contratações. No primeiro semestre de 2011, por exemplo, houve mais de 73 mil demissões em Alagoas, contra 57.644 contratações. O município de Coruripe, com pouco mais de 52 mil habitantes, foi o que mais perdeu vagas no país. Foram apenas 756 admissões e 8.016 desligamentos no período, o que representa a perda de 7.260 postos de trabalho com carteira assinada – cerca de 15% da população da cidade. Mas, além de Coruripe, há outras três cidades alagoanas entre as 10 que mais demitiram: São Miguel dos Campos (-3.522 vagas), Rio Largo (-3.238) e Campo Alegre (-2.097) (Globo G1, 2011).

As políticas de austeridade fiscal podem ter prejudicado a sustentabilidade ambiental da indústria canavieira, ao reduzir os investimentos em tecnologias limpas e práticas agrícolas sustentáveis, aumentando os impactos negativos da produção de cana-de-açúcar sobre o meio ambiente. A preocupação com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável tem sido uma prioridade nos investimentos e esforços administrativos em diversos setores da atividade econômica do país desde os anos 1960. O desenvolvimento sustentável tem uma

função primordial para a economia e para o meio ambiente, e foi definido como “aquele que busca satisfazer as necessidades atuais sem comprometer as futuras, baseando-se na inter-relação entre sociedade, economia e meio ambiente” (Santos; Abreu, 2009, p. 207).

Segundo Santos e Abreu (2009), a partir da Rio-92, as empresas Brasileiras passaram a considerar mais seriamente a responsabilidade ambiental em suas decisões estratégicas. No entanto, desafios persistem, especialmente para o setor produtivo, que precisa manter e aumentar a competitividade enquanto atende às demandas dos stakeholders. A vinhaça da cana é um dos principais poluentes do complexo estuarino lagunar mundau-manguaba. Para que isso não aconteça, protocolos como o de Kioto buscam estabelecer metas para a redução das emissões de gases do efeito estufa, incentivando o desenvolvimento de tecnologias limpas. As certificações socioambientais também propõem a diferenciação dos produtos que devem seguir padrões de produção sustentável, buscando conciliar interesses econômicos, sociais e ambientais de forma equilibrada.

O Quadro 6 abaixo, apresenta uma visão geral dos principais instrumentos necessários para a implementação eficaz de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) no setor sucroalcooleiro de Alagoas. A implantação de um SGA adequado é fundamental para promover práticas sustentáveis, reduzir impactos ambientais e atender às exigências legais.

Quadro 5 - Instrumentos para a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental – SGA, para o Setor Sucroalcooleiro de Alagoas

Certificação Socioambiental	Diferencia produtos de processos de produção sustentáveis em termos ambientais, sociais e econômicos.
Rotulagem Ambiental	Comunica informações sobre aspectos ambientais, incentivando produtos com menor impacto ambiental.
Normatização - Série ISO 14000	Promove a implementação de sistemas de gestão ambiental eficazes, integráveis com outros requisitos de gestão.
Sistema de Gestão Ambiental (SGA) conforme ISO 14001	Estrutura de cinco etapas: Política Ambiental, Planejamento, Implementação e Operação, Verificação e Ações Corretivas, Análise Crítica e Melhoria. Beneficia a empresa em desempenho e imagem.

Fonte: Elaborado a partir das informações de Santos e Abreu (2009).

A análise de Silva (2023) revela que o neoliberalismo tem sido um dos principais responsáveis pela intensificação das desigualdades econômicas entre os países periféricos e

centrais, aprofundando a subordinação na divisão internacional do trabalho. A Revolução Industrial consolidou a concentração da produção global em mãos de oligopólios internacionais e resultou na exclusão crescente de trabalhadores, impulsionada pela mecanização e pela inteligência artificial.

No contexto nacional, essas dinâmicas de subordinação se refletem nas desigualdades regionais, como evidenciado na análise sobre o mercado de trabalho em Alagoas investigado por Silva (2023) em sua pesquisa: “*Estrutura e dinâmica do mercado de trabalho em Alagoas: Uma análise à luz das desigualdades territoriais*”. A falta de um projeto de desenvolvimento regional autônomo e a dependência do orçamento federal contribuem para profundas disparidades sociais e econômicas na região, apesar do seu potencial econômico significativo. As políticas de austeridade agravaram tais desigualdades ao concentrar renda e recursos em áreas urbanas, em detrimento das regiões canavieiras. Para autores como Belo e Santos (2013, p. 9), "a atividade econômica da cana-de-açúcar, desde o período colonial, além de impactar o meio ambiente, tem contribuído significativamente para a gritante concentração de renda e terras".

Contudo, ao analisarmos a trajetória do setor agroindustrial de Alagoas, percebemos que muitos municípios têm na agroindústria açucareira sua principal base econômica. Isso ressalta a necessidade de políticas mais abrangentes e integradas, que considerem não apenas os aspectos econômicos, mas também os sociais, ambientais e territoriais para promover a competitividade e sustentabilidade do setor. Por isso é importante uma abordagem que leve em consideração os diferentes aspectos envolvidos, visando não apenas o crescimento econômico, mas também a equidade social, a proteção ambiental e o fortalecimento das capacidades locais para enfrentar os desafios impostos pela globalização e pelas transformações tecnológicas.

4. Flexibilização Trabalhista: Queiroz (2013) descreve as mudanças no trabalho e no emprego dos trabalhadores canavieiros, com foco nos cortadores de cana da agroindústria canavieira de Alagoas. Segundo o autor, essas mudanças refletem um processo de reconfiguração da histórica e estrutural precariedade do trabalho na indústria canavieira alagoana. Isso se manifesta tanto na formalização dos contratos de trabalho entre capital e trabalho quanto na racionalização do trabalho manual dos cortadores de cana, resultando em exigências de produtividade individual mais elevadas e em uma intensificação do trabalho.

De acordo com Queiroz (2013), essas transformações no emprego e no trabalho na agricultura da indústria canavieira ocorreram no contexto da reestruturação produtiva promovida pelo setor sucroalcooleiro alagoano a partir dos anos 1990. Nesse período, as

inovações produtivas e organizacionais foram impulsionadas por um ambiente econômico marcado pela desregulamentação estatal, levando as empresas a adotarem estratégias para aumentar a produção, a produtividade e reduzir os custos.

O setor canavieiro emprega cerca de sessenta e cinco mil trabalhadores canavieiros anualmente, com a colheita da cana ocorrendo entre setembro e março. Quanto às relações de trabalho, Queiroz (2013) ainda enfatiza que a modernização visando à competitividade setorial resultou no aumento da produtividade agrícola por meio da formalização dos contratos de trabalho, os quais se tornaram caracteristicamente temporários.

Em relação às categorias sociais assumidas pelos cortadores de cana ao longo do século XX, Queiroz (2013) menciona que, conforme a literatura revisada, eles foram classificados como "moradores" ou "clandestinos", refletindo a precariedade das relações de trabalho: A revisitação à literatura acerca das diferentes categorias sociais que o cortador de cana assumira ao longo do século XX, seja como "morador" ou como "clandestino", permite clarificar aspectos de precariedade que estruturaram as relações de trabalho. No que concerne às mudanças ocorridas a partir da década de 1990, Queiroz (2013) destaca que a formalização das relações de trabalho indicou um declínio do assalariamento informal. Ele observa que houve um processo de regularização dos vínculos empregatícios, principalmente através de contratos temporários entre o capital agroindustrial e os trabalhadores canavieiros.

No entanto, Queiroz (2013) ressalta que mesmo sob o movimento de formalização, persistem a intermitência do emprego e as condições de trabalho degradantes. Ele afirma que a remuneração dos trabalhadores passou a estar atrelada à produtividade diária, aumentando a intensidade do trabalho. Sob o movimento de formalização, que passa a regular as relações entre capital e trabalho, restituem-se a intermitência do emprego, agora legalizada via contratação direta e a forma degradante de realização do trabalho canavieiro.

As mudanças nas normas trabalhistas na indústria canavieira de Alagoas têm gerado debates intensos devido aos impactos negativos nos trabalhadores e na economia local. Essas mudanças, focadas em terceirização e empregos temporários, pioram as condições de trabalho, reduzem os direitos dos trabalhadores e enfraquecem sua organização. Estudos, como o de Queiroz (2013), esclarecem que a precarização do trabalho afeta não apenas a estabilidade econômica, mas também a segurança social dos trabalhadores, levando à vulnerabilidade dos empregos, desigualdades sociais e perda de identidade profissional.

A prática da terceirização acarreta desafios para a garantia dos direitos trabalhistas e para a segurança dos trabalhadores. Nesse cenário, é comum observar a redução de benefícios

e a falta de proteção adequada para os terceirizados, criando um ambiente propício para abusos e exploração. Como ressaltado por Queiroz (2013, p. 37), “ao examinar os contratos, um indicador preciso é o da estabilidade oferecida aos trabalhadores”. Além disso, a incidência de acidentes laborais serve como outro indicador relevante dentro do processo de trabalho.

Esses exemplos evidenciam a necessidade de aprimorar as medidas de proteção e fiscalização. É fundamental garantir o respeito aos direitos trabalhistas e a segurança dos trabalhadores, independentemente do tipo de contrato que possuam. Como observado por Queiroz (2013), essa mudança paradigmática demonstra não apenas uma transformação nas estruturas do mercado de trabalho brasileiro, mas também um desafio para a representatividade sindical e para a proteção dos direitos dos trabalhadores diante das políticas de flexibilização adotadas nas últimas décadas.

As mudanças no trabalho têm impactos além do ambiente laboral, afetando também a economia. Quando o trabalho se torna precário, os trabalhadores podem perder poder de compra, reduzindo o consumo e a demanda na economia. A falta de segurança no trabalho também pode levar a mais acidentes e doenças, gerando custos extras para o sistema de saúde e para as empresas. Isso pode tornar as empresas menos competitivas, devido aos custos de substituição de funcionários e disputas legais. Como mencionado por Queiroz (2013, p. 115), “a pressão por produtividade no corte rápido pode levar a acidentes, especialmente quando combinado com condições imprevisíveis e equipamentos de proteção inadequados”.

É fundamental analisarmos as mudanças atuais para destacarmos a importância contínua da luta de classes e da proteção dos direitos dos trabalhadores. Devemos buscar alternativas que promovam uma maior igualdade social e garantam condições de trabalho adequadas. Portanto, para Queiroz (2013), apesar das leis trabalhistas, como a CLT de 1943 e o ETR da década de 1960, terem sido estabelecidas para regular o trabalho rural, é comum que essas normas específicas sejam frequentemente ignoradas. Recentemente, apesar das tentativas de formalização do trabalho, temos testemunhado uma crescente instabilidade na inserção laboral, especialmente nas relações entre agroindústrias, poder público e sindicatos.

Para ele, esse sistema foi fundamental para a produção de cana-de-açúcar no Nordeste, pois permitiu que as grandes propriedades se mantivessem autossustentáveis em tempos de condições desfavoráveis no mercado internacional, quando a produção comercial não era viável. Essa foi a reação típica do setor açucareiro do Nordeste diante das inconstâncias do mercado internacional. Contudo, a imobilização de parte da força de trabalho foi essencial para manter a grande propriedade nos momentos de crise das exportações de açúcar. Isso foi

apontado como um dos fatores que explicaram o predomínio do trabalho do morador após o fim da escravidão.

Segundo Verçoza (2016) ser morador em um domínio não apenas envolvia trabalhar para o senhor, mas também residir em suas propriedades. A ênfase na moradia tinha significado simbólico, indicando uma relação específica. Ao solicitar moradia, a pessoa não só buscava trabalho, mas demonstrava não ter melhores opções, caindo assim em estreita dependência do senhor, ao contrário dos pequenos proprietários que, mesmo sem meios, buscavam apenas trabalho sem assumir a mesma dependência. Ao abordar a relação de dependência entre os trabalhadores, sob a autoridade do senhor, é feita uma comparação com pequenos proprietários. Eles tinham alguma autonomia para discutir a remuneração do trabalho e possuíam habitação própria, já os trabalhadores que eram dependentes do senhor não tinham essa liberdade e estariam mais submissos às condições estabelecidas.

De acordo com Verçoza (2016), os trabalhadores solicitavam moradia aos senhores, e o emprego estava intrinsecamente ligado à obtenção de um lugar para viver. O pedido evidenciava a vulnerabilidade do aspirante a morador, pois revelava a falta de acesso a uma necessidade fundamental: *uma casa*. A condição para ser admitido como morador era ser chefe de família, com esposa e/ou filhos, uma restrição imposta pelos grandes proprietários de terras para maximizar sua influência social e econômica. Percebemos assim, um *sistema de dominação* que estruturava a *relação de moradia*. Verçoza (2016) também afirma que havia uma desvalorização nítida do trabalho dos moradores, pois a equiparação salarial em relação aos trabalhadores de fora era discrepante. Esses moradores deveriam estar disponíveis a qualquer momento, haja a necessidade de mão de obra para executar qualquer tipo de trabalho.

Há uma discussão nessa situação que é necessário refutar, sobre Economia Moral. Uma vez que os trabalhadores não seguissem as ordens do proprietário, “eram tidos como os ingratos que colocavam em risco a sua casa, o seu roçado e a própria reprodução social da sua família” (Verçoza, 2016, p. 54). Além do mais, o sistema de moradia não é caracterizado somente pela hierarquia entre o grande proprietário e os moradores.

Existem ainda complexas distinções entre os moradores no que tange a aspectos como: 1) o tamanho do roçado concedido; 2) o que pode ser plantado no trabalho para si; 3) os animais que podem ser criados; 4) o direito de frequentar as feiras; 5) o tipo de atividade exercida nos dias de trabalho para o grande proprietário.

Havia os moradores com sítio e os moradores que usufruíam apenas do roçado (moradores de condição). Ser morador com sítio “era o modelo que todos os moradores pretendiam atingir” (Verçoza, 2016, p. 56). O sistema de dominação era tão claro que os

moradores que estavam no topo da hierarquia eram os que tinham maior adesão ao senhor de engenho. O morador que tivesse mais fidelidade e lealdade tinha maiores regalias, mas se o morador não acatasse ordens impostas pelo proprietário podia sofrer consequências, como violência física.

Segundo Verçoza (2016, p. 56) “a reprodução social do morador ocorre sem ele ser proprietário de praticamente nada, sequer é plenamente proprietário da sua força de trabalho, do seu corpo”. A força de trabalho era somente do grande proprietário que cedeu a morada e essa mesma força só podia ser vendida para proprietários vizinhos com o crivo do proprietário inicial. As “formas limitadas de resistência”, que foram as mais praticadas durante o período em que o sistema de morada foi hegemônico.

Entre elas podemos citar: 1) a saída da grande propriedade: que era uma corriqueira estratégia de insubmissão a situações consideradas intoleráveis pelos moradores; 2) A dissimulação: mesmo o trabalhador desautorizado pelo grande proprietário a vender sua força de trabalho em outros engenhos, ele a vende e sempre sem assumir que a vendeu; 3) Os incêndios nos canaviais: que também podem ser considerados uma forma de enfrentamento velado. Durante o período em que o sistema de morada prevaleceu em Alagoas, formas extremamente limitadas de resistência eram comuns, sendo raros casos de greves ou ações sindicais combativas. Embora essas formas de resistência não desafiassem diretamente os fundamentos do processo de exploração e dominação, a discussão feita por Verçoza (2016) refere sobre sua importância.

Segundo Druck (2006), a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) surgiu como uma forma de resistência mais visível, congregando sindicatos, organizações populares e movimentos sociais com o propósito de enfrentar as reformas neoliberais promovidas pelo governo Lula. A CONLUTAS busca se consolidar como uma central sindical, inovando em sua estrutura ao manter uma composição diversificada. Entre as estratégias de resistência propostas pela CONLUTAS, destacam-se a mobilização ampla e a articulação de diferentes segmentos sociais e sindicais, visando criar uma frente unificada contra as políticas neoliberais. A organização enfatiza a importância da colaboração entre os diversos grupos envolvidos, promovendo uma resistência mais eficaz e coordenada. Estratégias de resistência:

A) Recusa à Cooptação Sindical: Diante do cooptação crescente dos sindicatos pelo Estado, movimentos como o MST e a CONLUTAS recusam a cooperação sindical convencional. Essa recusa reflete uma busca por autonomia em relação ao Estado e à legalidade do capital.

B) Pressão Direta sobre o Estado: Em vez de depender exclusivamente da cooperação sindical, os movimentos sociais adotam estratégias de pressão direta sobre órgãos e políticas do Estado. A CONLUTAS, por exemplo, visa organizar a luta contra as políticas neoliberais do governo Lula, evidenciando uma abordagem mais confrontacional.

Atualmente, o Brasil precisa urgentemente de políticas econômicas que equilibrem o desenvolvimento econômico com a preservação da cultura nacional. Os Movimentos Sociais são essenciais para a formulação dessas políticas, pois articulam e representam diversos segmentos da população, influenciando decisões que promovem tanto a justiça social quanto a valorização das identidades culturais. Sua participação ativa é essencial para criar soluções inclusivas e sustentáveis que atendam às necessidades de diferentes grupos sociais e assegurem um crescimento equilibrado e respeitoso com a diversidade cultural do país.

De acordo com Santos (2021) em Alagoas, a modernização agrícola aumentou a concentração de terras e tornou o trabalho rural mais precário. Os trabalhadores, frequentemente sem qualificação, enfrentam condições difíceis e são vulneráveis ao assistencialismo e às pressões do patronato. Nesse cenário, surgiu os movimentos como o MST, lutando pelos direitos dos trabalhadores rurais e recebendo o apoio de várias frentes, incluindo comunidades acadêmicas, grupos estudantis e até setores progressistas da Igreja Católica, como a Pastoral da Terra¹¹.

Figura 10 - Logomarca: Comissão Pastoral da Terra



¹¹ A CPT defende os direitos humanos e ambientais, especialmente dos trabalhadores rurais, combatendo práticas como trabalho escravo e privatização da água. Valoriza a diversidade camponesa e busca fortalecer as comunidades. Para o futuro, pretende manter sua espiritualidade, fortalecer as comunidades, promover relações equitativas de poder e adaptar-se aos desafios atuais (CPT, 2010).

Fonte: CPT (2024)¹².

Santos (2021) interpreta a atuação desses movimentos sendo de suma importância para a resistência contra os abusos dos grandes latifundiários e para a busca por uma distribuição mais justa da terra e do trabalho no campo, em um cenário marcado por tensões originadas pelo sistema capitalista e suas relações de troca. Essa luta pela justiça social e pela dignidade dos trabalhadores rurais determina a importância do ativismo e da solidariedade em enfrentar os desafios impostos pelo sistema econômico dominante.

Sousa e Guedes (2016) descrevem que a evolução da divisão sexual do trabalho reflete mudanças econômicas ao longo das décadas. O movimento feminista das décadas de 1970 na França ampliou o debate sobre as responsabilidades de gênero, mas, apesar da maior participação feminina no mercado de trabalho, as tarefas domésticas permanecem desigualmente distribuídas, prejudicando as carreiras das mulheres. A persistência da dicotomia entre trabalho remunerado e não remunerado, e a hierarquização de trabalhos como masculinos ou femininos, perpetua estereótipos de gênero e afeta a valorização das atividades realizadas por mulheres. Políticas públicas são essenciais para promover a equidade de gênero e transformar a divisão sexual do trabalho.

No Brasil, as décadas de 1980, 1990 e 2000 foram marcadas por transformações políticas e sociais significativas. O Quadro 7 ilustra os principais eventos dessas décadas, desde a emergência da CUT na década de 1980, em busca de autonomia sindical após o fim da ditadura militar, até a formação da CONLUTAS em 2004 e a crise política no PT em 2005.

Quadro 6 - Transformações Políticas e Sociais no Brasil: Da Autonomia Sindical à Desilusão Política (Década de 1980 a Década de 2000)

Década	Contexto Histórico
Década de 1980	Surge a CUT, expressando a luta por autonomia sindical após o fim da ditadura militar.
Década de 1990	Arrefecimento das lutas sociais na América Latina, incluindo o Brasil, com políticas liberais de Fernando Henrique Cardoso.
Década de 2000	2002: Eleição de Lula da Silva traz esperanças de superar o cenário neoliberal; 2004: Formação da CONLUTAS: Em resposta às políticas neoliberais,

¹² CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Logomarca**. 2024. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em: 01 abr. 2024.

	movimentos se unem em uma coordenação que transcende a estrutura sindical tradicional; 2005: Crise política no PT desencadeia desmoralização do governo, impactando os movimentos sociais.
--	--

Fonte: Elaboração própria a partir de informações de Druck (2006).

Na discussão sobre a flexibilização do trabalho na agricultura canavieira de Alagoas, emerge um panorama desafiador que remonta desde o período colonial até os dias contemporâneos. Nessa trajetória, destacam-se estruturas persistentes de dominação e exploração, que têm se adaptado às mudanças econômicas e políticas ao longo dos séculos. A transição do sistema de moradia para o trabalho assalariado após a abolição da escravatura, longe de representar uma melhoria nas condições de trabalho, muitas vezes resultou em uma intensificação da precarização laboral. As legislações trabalhistas, embora tenham introduzido alguns direitos mínimos, também serviram para manter uma estrutura de subordinação dos trabalhadores aos interesses dos grandes proprietários de terra.

A partir da década de 1990, com a ascensão das políticas neoliberais, essa precarização se aprofundou, resultando em uma maior vulnerabilidade dos trabalhadores rurais. No entanto, essa mesma época também testemunhou resistências por parte dos movimentos sociais, que buscaram formas inovadoras de enfrentar as políticas neoliberais e preservar sua autonomia.

5. Incentivos Fiscais e Estímulos ao Investimento: Os incentivos fiscais e estímulos ao investimento propostos pelo governo têm sido elementos essenciais na tentativa de impulsionar o desenvolvimento econômico e social de regiões como Alagoas, conforme descrito por Milagres (1986). Estes mecanismos, que envolvem a exclusão parcial ou total do crédito tributário, têm como objetivo atrair investimentos e promover a expansão econômica. No entanto, para Carvalho (2008), a eficácia dessas políticas tem sido limitada pela falta de um amplo mercado interno, polos dinâmicos e investimentos públicos na infraestrutura.

Sendo assim, Carvalho (2008) discute sobre a carência de um amplo mercado consumidor e de um empresariado disposto a investir no território alagoano como fatores que contribuem para a inércia econômica da região. A falta de investimentos em infraestrutura, independentemente das verbas federais disponíveis, também é apontada como uma barreira significativa para o desenvolvimento econômico de Alagoas. Por isso o autor sugere que o estado deve ser mais ativo na promoção de investimentos financeiros nas empresas já estabelecidas na região.

Por outro lado, é importante reconhecer que a dependência excessiva de incentivos fiscais pode ter efeitos adversos, como observado na agroindústria canavieira de Alagoas. Apesar dos incentivos oferecidos, a burocracia e a instabilidade política têm dificultado a implementação efetiva dessas políticas. Essa dependência também pode desencorajar a inovação e o investimento em pesquisa e desenvolvimento, limitando a capacidade do setor de competir em um mercado globalizado.

Nesse sentido, é preciso adotar uma abordagem mais diversificada na promoção de investimentos, como sugerido por Milagres (1986). Isso implica não apenas na simplificação dos procedimentos burocráticos, mas também na promoção da estabilidade política e econômica, no estímulo à inovação e no fortalecimento da capacidade técnica do setor. Somente com uma estratégia abrangente e integrada será possível superar as barreiras que limitam o pleno desenvolvimento da agroindústria canavieira de Alagoas.

Precisamos reconhecer que os incentivos fiscais por si só podem não ser suficientes para impulsionar o desenvolvimento econômico sustentável, como comentado por Milagres (1986). Embora esses incentivos sejam de suma importância para a atração de investimentos, eles devem ser complementados por outras políticas que promovam a inovação, a capacitação técnica e a diversificação dos investimentos. Somente assim a economia de Alagoas poderá se tornar mais competitiva e resistente às mudanças no mercado globalizado.

De acordo com Milagres (2008) a dependência exclusiva de incentivos fiscais também pode representar um risco para o desenvolvimento sustentável do setor. Se as empresas se basearem muito fortemente nesses incentivos, elas podem se tornar menos inclinadas a buscar soluções inovadoras ou a investir em pesquisa e desenvolvimento. Isso pode limitar sua capacidade de competir em um mercado em constante evolução e reduzir sua resiliência a choques econômicos ou mudanças nas políticas governamentais.

Para superar esses desafios, o poder público deve adotar políticas e ações mais intervencionistas na promoção do desenvolvimento econômico de Alagoas. Isso inclui não apenas a oferta de incentivos fiscais, mas também a criação de um ambiente propício aos negócios, o investimento em infraestrutura, a promoção da estabilidade política e econômica, e o estímulo à inovação e à diversificação econômica. Somente por meio de uma estratégia integrada será possível desbloquear todo o potencial econômico de Alagoas e promover um desenvolvimento sustentável a longo prazo.

6. Políticas Ambientais e Sustentabilidade: A atividade canavieira, ao longo do tempo, provocou uma série de impactos ambientais significativos em Alagoas. Desde os

primeiros dias da expansão dos engenhos até os desenvolvimentos mais modernos, a monocultura da cana-de-açúcar moldou a paisagem e afetou o equilíbrio ecológico da região. Segundo Mello (2010, p. 63-65), "a demanda por terra para o cultivo da cana resultou na derrubada de vastas extensões de mata, incluindo áreas de Mata Atlântica." Isso levou à perda de habitats naturais e à diminuição da biodiversidade na Zona da Mata alagoana.

A prática de queimar os canaviais para facilitar a colheita também teve consequências significativas. De acordo com Mello (201, p.63-65), "a queima contínua dos canaviais não apenas contribuiu para a poluição do ar, mas também degradou os solos ao longo do tempo". Isso resultou em mudanças na qualidade do solo e afetou sua capacidade de sustentar a vida vegetal. Outro ponto crítico identificado pela autora é a poluição dos recursos hídricos.

A Figura 16 retrata uma pesquisa conduzida por pesquisadores do IMA/UFAL no Complexo lagunar Mundaú-Manguaba em 2016, visando identificar os principais problemas ambientais na região. Este complexo lagunar, localizado em Alagoas, é de extrema importância ecológica e socioeconômica para o estado, enfrentando diversos problemas, como a poluição hídrica, a perda de biodiversidade e diversos impactos devido a urbanização desordenada. A iniciativa da pesquisa destaca a necessidade de medidas de conservação e manejo sustentável para proteger e restaurar esse ecossistema vital.

Figura 11 - Complexo lagunar Mundaú-Manguaba: Pesquisadores do IMA/UFAL percorrem a extensão do Complexo, para identificar os principais problemas ambientais em 2016



Fonte: Globo G1 Alagoas (2016)¹³.

¹³ GLOBO G1 ALAGOAS. IMA e UFAL pesquisam degradação no Complexo Mundaú-Manguaba. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/09/ima-e-ufal-pesquisam-degradacao-no-complexo-mundaui-manguaba.html>>. Acesso em: 03 mai. 2024.

A expansão da cultura da cana-de-açúcar para áreas antes consideradas inadequadas também é discutida por Mello (2010, p. 63-65). Segundo a autora, "a transformação da paisagem rural alagoana, especialmente com a incorporação dos tabuleiros à zona de cana propriamente dita, moldou a economia local em torno de uma monocultura agroindustrial". E, conforme Mello (2010) relata, essa dependência econômica da monocultura da cana-de-açúcar resultou em desigualdades sociais e empobrecimento de muitos agricultores no estado. A falta de diversificação na produção agrícola e a ausência de apoio aos pequenos agricultores foram fatores contribuintes para esses problemas. A história da atividade canavieira em Alagoas está intrinsecamente ligada a questões econômicas, sociais e ambientais desafiadoras.

Silva (2019) também apresenta uma análise abrangente da história ambiental da cana-de-açúcar em Alagoas, explorando as principais interações entre os elementos naturais da região e a atividade humana. Ao longo de sua pesquisa, o autor destaca a influência da geografia diversificada, caracterizada por lagoas ao norte e vastos tabuleiros ao sul, na distribuição espacial dos canaviais ao longo do tempo.

Silva (2019) observa que as fábricas e canaviais inicialmente se concentravam nos vales úmidos próximos às lagoas, onde as condições eram ideais para o cultivo de cana. Com o aumento da demanda por cana-de-açúcar, os tabuleiros ao sul, apesar de considerados inicialmente impróprios devido às suas terras arenosas e baixa capacidade de retenção de água, tornaram-se áreas de expansão da atividade canavieira. Esses tabuleiros, tradicionalmente usados para a criação extensiva de gado com mínimas intervenções humanas, foram fundamentais na preservação da biodiversidade local, evidenciando uma relação simbiótica entre os diferentes ecossistemas da região.

Silva (2019) continua sua discussão abordando a transição gradual do cultivo de cana-de-açúcar dos vales para os tabuleiros, à medida que novas técnicas agrícolas foram desenvolvidas e a tecnologia avançou. Essa mudança reflete não apenas os avanços na agricultura, mas também a capacidade de adaptação das práticas agrícolas às condições ambientais específicas da região. É importante compreender as nuances geográficas e ambientais ao analisar a história da atividade canavieira em Alagoas, sendo necessário enfatizar as diversas interações entre o homem e o meio ambiente ao longo do tempo. A relação entre o avanço dos canaviais, o meio ambiente e a sociedade em Alagoas revelam uma conexão entre os aspectos econômicos, ambientais e sociais.

Silva (2019) descreve sobre a importância histórica dos canaviais para a economia regional, desde os engenhos até as usinas, impulsionada por políticas governamentais como o Decreto-Lei 1.186/71. Ele aborda os impactos ambientais, como a redução das áreas florestais e os efeitos nos recursos hídricos, e as mudanças sociais, incluindo a concentração de trabalhadores nas usinas e o crescimento urbano. Silva também menciona os desafios da dependência histórica dos engenhos e usinas em relação aos recursos florestais, essenciais para a subsistência e produção rural.

O estudo da história ambiental da atividade canavieira em Alagoas, como apresentado por Mello (2010) e Silva (2019), esclarece sobre as principais interações entre a natureza e a sociedade ao longo do tempo. Desde os primeiros dias da expansão dos engenhos até a transição para as modernas usinas, os impactos ambientais e sociais sempre estiveram ligados à economia regional. A derrubada de vastas áreas de mata, a queima dos canaviais, a poluição dos recursos hídricos e as mudanças na paisagem rural demonstram as consequências dessa atividade.

A análise das transformações geográficas na distribuição das plantações de cana-de-açúcar, da evolução das técnicas agrícolas e do impacto das políticas governamentais também evidencia as interações entre a sociedade, o ambiente e a economia. Reconhecer essas interligações é fundamental para formular políticas ambientais e práticas agrícolas sustentáveis que promovam o equilíbrio ecológico e o bem-estar social em Alagoas. Compreender essas dinâmicas permite desenvolver estratégias integradas que beneficiem tanto os produtores locais quanto a conservação ambiental, contribuindo para um desenvolvimento da região.

Como ilustrado (Figura 17), a prática de queima de canaviais continua a ser comum na agroindústria de Alagoas. Esta técnica, amplamente empregada para facilitar a colheita e controlar pragas, resulta em efeitos notáveis tanto para o meio ambiente quanto para a saúde pública. A queima não apenas contribui para a degradação do solo e a poluição atmosférica, mas também apresenta riscos à saúde das comunidades locais, culminando em problemas respiratórios e outros distúrbios relacionados à exposição a partículas tóxicas. Ainda prevalece a persistência dessa prática e os desafios associados à sua regulamentação e adoção de alternativas sustentáveis.

Figura 12 - Fogo em Canavial ainda é uma prática corriqueira na Agroindústria Alagoana



Foto: Globo G1 Alagoas (2013)¹⁴.

Nota: Reprodução TV Globo.

7. Descentralização e Redução do Papel do Estado: Mello (2010) analisa o impacto da intervenção estatal no setor sucroalcooleiro, com ênfase nas transformações ocorridas a partir da década de 1990. Durante o regime militar, o Estado brasileiro desempenhou um papel central na promoção da expansão do setor por meio de políticas públicas como o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), instituído em 1975, que impulsionou o uso de etanol como combustível alternativo e renovável, especialmente em resposta à crise do petróleo. Essas políticas foram responsáveis por fomentar o crescimento da indústria sucroalcooleira, com especial concentração de capital e terras em São Paulo e no Nordeste.

No entanto, com a crise fiscal do Estado brasileiro na década de 1990, a capacidade do governo de continuar oferecendo subsídios e créditos ao setor foi drasticamente reduzida, marcando o início de um processo de retração na intervenção estatal. A redução do papel do Estado não foi apenas uma resposta à crise fiscal, mas também parte de uma reorientação mais ampla em direção a políticas neoliberais, que promoviam a descentralização, a privatização e a diminuição do aparato estatal em diversas áreas da economia.

Em Alagoas, essa reconfiguração trouxe consequências econômicas profundas. A falência de instituições financeiras regionais, como o Banco do Estado de Alagoas (PRODUBAN), agravou a situação econômica, já fragilizada pela queda na arrecadação de impostos, como o ICMS, e pela retração nos investimentos públicos. O impacto mais severo foi

¹⁴ GLOBO G1 Alagoas. **Lei estadual sobre fim da queima de cana é aprovada com veto em AL**. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/04/lei-estadual-sobre-fim-da-queima-de-cana-e-aprovada-com-veto-em-al.html>>. Acesso em: 01 abr. 2024.

sentido pelos pequenos e médios produtores canavieiros, que historicamente dependiam de linhas de crédito subsidiadas e de incentivos fiscais para sobreviver. Com o fim dessas políticas, o setor sucroalcooleiro em Alagoas enfrentou uma crise prolongada, marcada pela estagnação da produção e pela concentração de terras e capital em grandes grupos empresariais, aprofundando as desigualdades regionais e setoriais.

Nesse contexto, Mello (2010) destaca que o desmonte das políticas de apoio ao setor representou um deslocamento da economia canavieira para um modelo mais voltado ao mercado e menos dependente de intervenções estatais. Contudo, essa transição não resultou em um desenvolvimento equilibrado ou sustentável. A ausência de uma política pública consistente de apoio à diversificação produtiva e à inclusão de pequenos produtores contribuiu para a vulnerabilidade econômica da região, evidenciando a importância de políticas mais eficazes que considerem as particularidades regionais.

A análise de Mello (2010) sobre as transformações institucionais e econômicas sugere que a redução do papel do Estado na economia canavieira em Alagoas ampliou as dificuldades enfrentadas pela agroindústria local, principalmente em um cenário de crise fiscal. Com o fim de programas estatais de fomento e a diminuição de subsídios, o setor foi exposto a novas pressões econômicas e de mercado, que intensificaram as disparidades regionais e acentuaram o desequilíbrio no desenvolvimento do setor sucroalcooleiro no estado.

Figura 13 - Programa Nacional do Álcool – Proálcool em 1975



Fonte: Cana Online (2019)¹⁵.

¹⁵ CANA ONLINE. **O combustível que mudou nossa história**. 2019. Disponível em: <<https://www.canaonline.com.br/conteudo/o-combustivel-que-mudou-nossa-historia.html>>. Acesso em: 02 abr. 2024.

2.3 A Influência Política no Setor Canavieiro de Alagoas: Contradições, Resistência e Perspectivas de Mudança

O setor canavieiro em Alagoas tem sido fortemente influenciado ao longo da história por políticos locais, geralmente ligados aos interesses da elite e das grandes empresas do setor. De acordo com Moniz de Albuquerque (2016), essa influência se manifestou principalmente por meio de políticas públicas, regulamentações e apoio financeiro que favorece os grandes produtores em detrimento dos trabalhadores rurais, camponeses e pequenos proprietários. Essa relação entre políticos e grandes proprietários de terras no setor canavieiro contribuiu para a reprodução das desigualdades sociais características do capitalismo, conforme explica Andrade (2012).

Os políticos, predominantemente associados a partidos conservadores e à classe dominante, buscaram preservar um modelo de exploração capitalista no setor canavieiro de Alagoas. Conforme apontado por Santos (2008), essa abordagem se manifestou através de políticas de incentivo fiscal, isenções de impostos e subsídios que favoreceram as grandes usinas de açúcar e álcool, ao passo que ignoravam as condições de trabalho e os direitos dos trabalhadores rurais. Santos (2010) também analisa essa relação de poder entre políticos e grandes empresários do setor, e alega que a concentração de terras, a degradação ambiental e a marginalização das comunidades rurais são consequências desse processo.

Do ponto de vista marxista, essa relação entre políticos e o setor agroindustrial canavieiro de Alagoas pode ser entendida como uma expressão das contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Como Martins (2001) observa, os políticos, como representantes da classe dominante, utilizaram o Estado para promover os interesses do capital em detrimento do trabalho, perpetuando a exploração e a opressão das classes trabalhadoras. Desde 1990, houve uma trajetória de resistência e luta por parte dos trabalhadores rurais e movimentos sociais, como afirma Bacha (2018), que buscaram enfrentar essa dominação política e econômica.

O Jornalista Pittelkow (2021) explora a profunda influência dos políticos no setor canavieiro de Alagoas, revelando a marcante presença desses grupos políticos no estado. É notável que a política alagoana sempre tenha sido moldada por figuras proeminentes como Arthur Lira e Renan Calheiros. Pittelkow (2021) focaliza suas análises, não apenas sobre o domínio político exercido por esses líderes, mas também sobre os seus estreitos vínculos com o agronegócio, em particular com o setor canavieiro. Essa relação não apenas influencia o

cenário político, mas também tem repercussões significativas na economia e na sociedade de Alagoas. Conforme ilustrado (Figura 19), vários políticos possuem mandatos e exercem seu poder no Setor Canavieiro de Alagoas, incluindo Arthur Lira, Renan Calheiros, Renan Filho e Sérgio Toledo, entre outros.

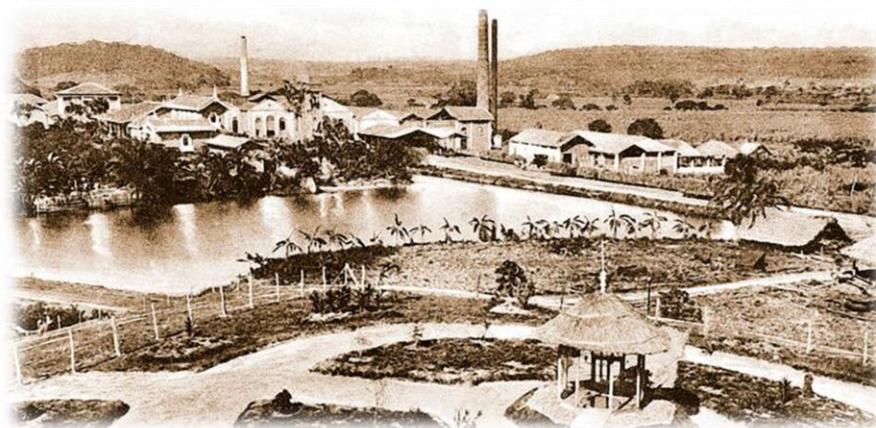
As ilustrações (Figura 20) e a (Figura 21) representam a Usina Utinga Leão que atualmente é mantida pelo Grupo EQM. Em 2019, um acordo extrajudicial entre o Ministério Público do Trabalho e a Usina Utinga Leão resultou no pagamento de R\$ 7 milhões aos trabalhadores. O proprietário, Eduardo Queiroz Monteiro, levava uma vida luxuosa enquanto mais de 1000 famílias enfrentavam dificuldades. Relatos mostram um cenário de desespero entre os trabalhadores, com dificuldades para alimentar suas famílias, pressões e ameaças constantes para silenciar denúncias. A falta de perspectiva para uma nova safra agrava a situação. Eduardo Queiroz Monteiro é descrito como um criminoso pelo Jornal Folha de Alagoas (2019)¹⁶ devido ao seu histórico e influência política, evidenciando os impactos negativos sobre os trabalhadores da Usina Utinga Leão.

Segundo o Folha de Alagoas (2019), o empresário Eduardo Queiroz Monteiro, dono do grupo EQM, foi condenado a nove anos de prisão por gestão fraudulenta no Banco Mercantil nos anos 90. Ele liderou um esquema de desvio de dinheiro e informações contábeis falsas, resultando em prejuízo para o Banco Central e intervenção no banco. Correntistas também foram lesados com dinheiro investido sem autorização. A ganância por lucro fácil foi apontada como motivação, e a influência política é definida pela conexão de Queiroz Monteiro com o Senador Armando Monteiro – Mandato (2016 -2019), seu irmão (Senado Federal, 2024)¹⁷. Além dele, outros envolvidos foram condenados, evidenciando uma inclinação para crimes.

Figura 14 - Usina Utinga Leão em 1921

¹⁶ FOLHA DE ALAGOAS. **Trabalhadores da Usina Utinga Leão estão passando fome; dono da usina tem histórico criminoso**. 2019. Disponível em: <<https://folhadealagoas.com.br/2019/07/16/trabalhadores-da-utinga-leao-estao-passando-fome-dono-da-usina-tem-historico-criminoso/>>. Acesso em: 03 abr. 2024.

¹⁷ SENADO FEDERAL. **Senadores – Armando Monteiro – Mandato (2016-2019)**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/715>>. Acesso em: 03 abr. 2024.



Fonte: História de Alagoas (2022)¹⁸.

Figura 15 - Usina Utinga Leão em 2023



Fonte: Blog do Magno (2023)¹⁹.

Segundo Pittelkow (2021) Arthur Lira é outro político que, além de exercer a presidência da Câmara dos Deputados, mantém conexões profundas com o agronegócio em Alagoas, o que amplifica sua influência tanto a nível federal quanto local. Sua família possui membros que ocuparam cargos estratégicos em órgãos como a Codevasf e o Incra, o que exemplifica claramente como o poder político e econômico se entrelaçam na região. De acordo com a Câmara dos Deputados (2024), Arthur Lira (PP-AL), de 51 anos, atualmente ocupa o

¹⁸ HISTÓRIA DE ALAGOAS. **História da Usina Utinga Leão**. 2022. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/historia-da-usina-utinga-leao.html>>. Acesso em: 05 mai. 2024.

¹⁹ BLOG DO MAGNO. **Na Usina Utinga, em Alagoas, Eduardo mostra ser possível produzir açúcar cuidando do meio ambiente e preservando a história**. 2023. Disponível em: <<https://blogdomagno.com.br/na-usina-utinga-em-alagoas-eduardo-mostra-ser-possivel-produzir-acucar-cuidando-do-meio-ambiente-e-preservando-a-historia/>>. Acesso em: 03 abr. 2024.

cargo de presidente da Câmara dos Deputados desde 2021. Este é seu quarto mandato como deputado federal, e além de político, ele é empresário, agropecuarista e bacharel em Direito. Antes de assumir seu cargo na Câmara dos Deputados, Lira foi deputado estadual em Alagoas e vereador em Maceió. É importante ressaltar que Arthur Lira é filho do atual prefeito de Barra de São Miguel (AL), o ex-senador Benedito de Lira.

A análise de Pittelkow (2021) revela as contradições inerentes a esse sistema, no qual figuras políticas exercem poder em um setor confrontado com desafios como crises cíclicas e questões socioambientais. Pittelkow (2021) enfatiza a resistência e a necessidade de mudanças e aponta para a urgência de uma maior transparência, bem como a importância de um sistema mais sustentável para o desenvolvimento do setor canavieiro em Alagoas e no Brasil como um todo.

Conforme Pittelkow (2021), para mudar essa realidade de dominação política e econômica, é necessário promover mudanças estruturais. Como sugere Singer (2007), fortalecer os movimentos sociais e sindicatos que representam os trabalhadores rurais, promover reforma agrária, implementar políticas de incentivo à agricultura familiar e agroecologia, e combater a corrupção e o clientelismo político são medidas fundamentais.

Embora algumas famílias políticas possam continuar exercendo poder, é possível que novos atores políticos surjam e que as relações de poder se reconfigurem ao longo do tempo, como defendido por Moraes (2008). Devemos promover uma análise crítica das estruturas de poder existentes e fortalecer a participação cidadã e política para garantir que os interesses da população em geral sejam adequadamente representados e atendidos.

Percebemos também que a dificuldade em descobrir os vínculos entre os políticos e o setor canavieiro de Alagoas, ocorre porque muitas vezes falta transparência e prestação de contas por parte dos envolvidos. A relação entre políticos e grandes empresários do setor nem sempre é clara, mas muitas vezes se baseia em interesses mútuos que podem prejudicar o desenvolvimento socioeconômico. É importante adotar abordagens didáticas e acessíveis, como campanhas de conscientização, oficinas comunitárias e materiais educativos simples, para explicar como os interesses políticos frequentemente se sobrepõem aos interesses da população.

É imprescindível que haja o fortalecimento de mecanismos de controle social e fiscalização, como acesso público às informações sobre doações de campanha e gastos políticos. Incentivar a participação ativa dos cidadãos na política local por meio de debates públicos e eleições transparentes é fundamental para aumentar a vigilância sobre as relações entre políticos e setores específicos, como o setor canavieiro. Investir em educação política

desde a escola primária até o ensino médio pode formar cidadãos mais críticos e conscientes, capacitando-os para exigir transparência, ética e responsabilidade de seus representantes políticos. Isso contribuirá para um desenvolvimento socioeconômico mais efetivo.

A discussão sobre a necessidade de fortalecer os mecanismos de controle social e fiscalização, particularmente em setores influentes como o açucareiro, é essencial para garantir a transparência e a responsabilidade na política. Ao longo da história, a intervenção estatal na indústria açucareira experimentou diversas fases, desde o rigoroso controle exercido pelo Instituto do Álcool e Açúcar (IAA) até a subsequente desregulamentação. Essa trajetória sublinha a importância de um engajamento cívico ativo para monitorar e regular as interações entre políticos e setores específicos, como o setor canavieiro. A implementação de mecanismos de controle social é fundamental para garantir que as práticas dentro dessa indústria estejam alinhadas com princípios de equidade e justiça. Esses mecanismos ajudam a prevenir abusos de poder e promovem a transparência nas relações entre o setor e as instituições públicas.

2.4 A Intervenção Estatal na Indústria Açucareira: Do Instituto do Álcool e Açúcar (IAA) à Desregulamentação

A história da indústria açucareira no Brasil é um rico enredo marcado por um ciclo de transformações ao longo do tempo. Essas mudanças foram influenciadas pelas políticas governamentais, demandas do mercado internacional e avanços tecnológicos. Desde a sua fundação até a sua extinção nos anos 90, o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) desempenhou um papel central nesse cenário.

O IAA, instituído em 1933 pelo Decreto N° 22.789, tinha sua sede no Rio de Janeiro e objetivava direcionar, fomentar e monitorar a produção de açúcar, álcool e suas matérias-primas em todo o território nacional, conforme apontado por Santos (2021). Suas intervenções incluíam medidas como a obrigatoriedade da mistura de álcool à gasolina e a implementação de estoques compulsórios, visando estabilizar os preços dos produtos. Porém, ao longo das décadas, o prestígio do IAA começou a declinar, especialmente durante a crise dos anos 80, quando perdeu sua influência reguladora e enfrentou dificuldades financeiras.

Nunes (2018) destaca que a criação do IAA foi uma resposta às demandas dos produtores por um órgão regulador que intermediasse conflitos de interesses. Inicialmente, o foco era controlar a produção açucareira nacional, estabelecendo preços e quotas de produção. No entanto, ao longo do tempo, especialmente na década de 1980, o instituto enfrentou limitações e desafios financeiros. Durante o período do IAA, o governo lançou o Programa

Nacional do Álcool (Proálcool), como observado por Nunes (2018). O Proálcool teve diferentes fases, impulsionando a produção de álcool como alternativa ao petróleo. No entanto, sua desativação na década de 1980 marcou uma mudança nas relações entre o setor agroindustrial do açúcar e o Estado brasileiro.

A década de 1990 foi caracterizada pela desregulamentação do setor sucroalcooleiro, conforme ressaltado por Carvalho (2008). Essa desregulamentação criou um ambiente competitivo que levou à reestruturação produtiva liderada por grandes grupos empresariais. A diversificação produtiva tornou-se crucial, buscando novas oportunidades além da produção de açúcar e álcool. As políticas governamentais desempenharam um papel relevante nesse percurso, como enfatizado por Da Silva (2021).

A reorganização da produção em Alagoas, segundo Anjos e Lages (2010) e Mello (2010), reflete as mudanças mais amplas no setor de açúcar e álcool. Enquanto Anjos e Lages estudaram os aspectos positivos, como o aumento da eficiência produtiva e a modernização da agricultura, Mello (2010) investigou os impactos sociais e econômicos, como a redução de postos de trabalho devido ao fechamento de usinas menos competitivas.

A extinção do IAA durante o governo de Fernando Collor de Melo, em 1990, marcou o fim de uma era na regulação da indústria sucroalcooleira do país. As consequências sociais e econômicas da falência de algumas usinas foram catastróficas, conforme apontado por Santos (2021), com muitos trabalhadores rurais perdendo seus empregos e buscando novas formas de subsistência. A Pastoral da Terra ganhou notoriedade ao lidar com os problemas enfrentados pelos trabalhadores afetados pela crise, enquanto o governo assumiu parte das dívidas dos usineiros para evitar o colapso total do setor, gerando debates sobre o uso de recursos públicos para beneficiar proprietários de usinas, em detrimento dos trabalhadores.

Ao examinarmos as transformações da indústria açucareira em Alagoas, é essencial considerarmos não apenas os aspectos econômicos e políticos, mas também os impactos tangíveis nas comunidades locais. Olhando para o panorama das usinas ao longo dos séculos XX e XXI, percebemos um cenário repleto de mudanças e adaptação, onde cada fechamento representa mais do que apenas números, mas sim histórias de vidas e meios de subsistência afetados.

Ao longo desse período, testemunhamos o encerramento de várias usinas, cada uma com sua própria trajetória e consequências. Por trás desses números estão comunidades inteiras que dependiam dessas usinas para emprego e sustento. Cada fechamento não apenas impactou os trabalhadores diretamente envolvidos, mas reverberou através de toda a economia local,

afetando fornecedores, comerciantes e serviços. Essas mudanças não são apenas o resultado das forças do mercado, mas também refletem as decisões políticas e a desregulamentação que moldaram o cenário empresarial.

Ao traçar o Quadro 8 detalhamos dos fechamentos de usinas, podemos não apenas quantificar o impacto, mas também entender melhor as implicações socioeconômicas dessas transformações. Assim, ao discutir a reorganização da produção açucareira em Alagoas, é fundamental manter um olhar humano sobre esses eventos, reconhecendo o impacto real nas vidas das pessoas e buscando soluções que promovam a resiliência e o bem-estar das comunidades locais.

Quadro 7 - Usinas que fecharam em Alagoas ao longo dos séculos XX e XXI

Século	Usina	Município	Microrregião Geográfica
XX	Brasileiro, Ouricuri, Rio Branco	Atalaia	Mata Alagoana
XX	Bititinga	Messias	Mata Alagoana
XX	Alegria, Campo Verde, Esperança, Mucuri e São Semeão	Murici	Mata Alagoana
XX	Água Comprida e Bom Jesus	Camaragibe	Mata Alagoana
XX	Conceição do Peixe e Pindoba	São Luís do Quitunde	Mata Alagoana
XX	Apolnário	São José da Laje	Serrana dos Quilombos
XX	Cansação do Sinimbu	São Miguel dos Campos	São Miguel dos Campos
XX	Santa Felisberta	São Miguel dos Campos	São Miguel dos Campos
XX	Pau Amarelo	Maragogi	Litoral Norte Alagoano
XX	Terra Nova	Pilar	Maceió
XXI	Cachoeira	Maceió	Maceió
XXI	Capriche	São Miguel dos Campos	Mata Alagoana

XXI	João de Deus	Capela	Mata Alagoana
XXI	Corupé	São Miguel dos Campos	São Miguel dos Campos
XXI	Temino	Boca da Mata	São Miguel dos Campos
XXI	Paisa (Ponedo)	Penedo	São Miguel dos Campos
XXI	Sinimbu	Jequia da Praia	São Miguel dos Campos
XXI	Roçadinho	São Miguel dos Campos	São Miguel dos Campos

Fonte: Silva (2021).

A intervenção estatal na indústria açucareira, exemplificada pelo IAA, estabeleceu um cenário de estratégias de ultraespecialização, como descreve Carvalho (2008). Essas estratégias emergiram como respostas à necessidade de diversificação dentro do setor. O IAA, como agente regulador, estimulou a busca por nichos específicos de produção, incentivando a adoção de práticas e tecnologias voltadas para a maximização da eficiência e qualidade na produção de açúcar e álcool. Esse enfoque não apenas influenciou, mas também moldou a dinâmica da indústria açucareira e as perspectivas de desregulamentação subsequente.

2.4.1 Estratégias de Ultraespecialização como respostas à necessidade de Diversificação

Na perspectiva de Carvalho (2008), o desenvolvimento do setor agroindustrial canavieiro em Alagoas desde a década de 1990 tem gerado intensos debates acadêmicos, principalmente em relação à dicotomia entre ultraespecialização e diversificação como estratégias para promover o crescimento econômico e social da região. Carvalho (2008) descreve que a ultraespecialização, definida pela concentração extrema de recursos na produção de cana-de-açúcar, é defendida como uma estratégia para maximizar a eficiência e os lucros, aproveitando as vantagens naturais da região, como o clima favorável e a disponibilidade de terras aráveis.

No entanto, Carvalho (2008) apresenta críticas substanciais a essa abordagem. A ultraespecialização, segundo o autor, torna o setor vulnerável a choques externos, como flutuações nos preços internacionais do açúcar, mudanças nas políticas governamentais e

eventos climáticos extremos. Essa dependência excessiva da cana-de-açúcar como principal fonte de receita pode expor os produtores a uma significativa volatilidade econômica, o que pode resultar em instabilidade financeira e social em períodos de crise.

Carvalho (2008) também aponta que a ultraespecialização pode acarretar desequilíbrios ambientais graves. A concentração de atividades na produção de cana-de-açúcar leva à perda de biodiversidade, degradação do solo e contaminação dos recursos hídricos devido ao uso intensivo de agroquímicos. Tais impactos não apenas comprometem a sustentabilidade a longo prazo da atividade canavieira, mas também afetam adversamente a saúde e o bem-estar das comunidades locais que dependem dos recursos naturais da região.

Carvalho (2008) argumenta que a ultraespecialização agrícola pode aprofundar desigualdades socioeconômicas de maneira significativa. A concentração de terras e de poder econômico nas mãos de poucos grandes produtores tende a intensificar as disparidades no acesso a recursos e à influência política nas regiões afetadas. Esta concentração pode resultar em uma marginalização crescente dos pequenos produtores e das comunidades locais, ampliando as desigualdades econômicas e sociais existentes. A ultraespecialização contribui para uma estrutura de poder assimétrica, onde grandes produtores dominam o mercado e têm maior capacidade de influenciar políticas e práticas econômicas, enquanto os pequenos produtores enfrentam barreiras cada vez maiores para acessar mercados, recursos e apoio governamental. O efeito cumulativo dessa dinâmica é o aumento das disparidades regionais e a perpetuação de um ciclo de exclusão e subdesenvolvimento para os atores menos favorecidos no sistema agrícola.

Diante dos desafios identificados, Carvalho (2008) advoga por uma abordagem mais equilibrada que integre tanto a eficiência econômica quanto a lucratividade com a promoção da diversificação econômica, da sustentabilidade ambiental e da inclusão social. Para alcançar esse equilíbrio, Carvalho sugere a adoção de medidas específicas, como o incentivo ao cultivo de alternativas que sejam compatíveis com o ecossistema local, o investimento em tecnologias agrícolas sustentáveis e a implementação de políticas de redistribuição de terras e renda. Essas políticas visam assegurar uma distribuição mais justa dos benefícios gerados pelo setor agroindustrial canavieiro. A diversificação econômica pode reduzir a dependência de monoculturas e promover a resiliência dos sistemas produtivos, enquanto a sustentabilidade ambiental garante a preservação dos recursos naturais e a inclusão social busca mitigar as desigualdades regionais, promovendo o desenvolvimento.

Portanto, Carvalho (2008) argumenta que a escolha entre ultraespecialização e diversificação não deve ser vista como uma alternativa exclusiva, mas sim como um processo dinâmico de adaptação e aprendizado contínuo. Encontrar um equilíbrio entre a maximização dos ganhos de curto prazo e a garantia da sustentabilidade a longo prazo é essencial. Isso exige uma consideração cuidadosa dos interesses econômicos dos produtores, das necessidades e aspirações das comunidades locais e das demandas ambientais. Carvalho (2008) sugere que o desenvolvimento sustentável da agroindústria canavieira em Alagoas deve buscar uma integração harmônica entre eficiência econômica e responsabilidade social e ambiental, promovendo um crescimento que seja inclusivo e sustentável.

3. DESIGUALDADES NO SETOR AGROINDUSTRIAL ALAGOANO

O terceiro capítulo dessa dissertação aborda de forma crítica e reflexiva as desigualdades existentes no setor agroindustrial canavieiro de Alagoas. Para isso, iniciamos a discussão examinando a contribuição econômica do estado no cenário nacional. Em que Alagoas, apesar de seu tamanho modesto, desempenha um papel significativo na economia do país, com o setor agroindustrial sendo uma parte vital dessa contribuição. Em seguida, analisamos os indicadores de desigualdade em Alagoas, destacando os aspectos econômicos do setor agroindustrial canavieiro.

Estes indicadores oferecem uma compreensão mais profunda das disparidades econômicas presentes na região, revelando desafios que precisam ser abordados. Dentro desses indicadores econômicos, realizamos uma análise específica do Índice de Gini. Este índice nos permite compreender melhor a distribuição de renda e a concentração de riqueza no setor agroindustrial canavieiro de Alagoas, fornecendo informações importantes para políticas de desenvolvimento econômico mais equitativas.

Além disso, exploramos o posicionamento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Alagoas no contexto regional. O IDH é uma medida abrangente que avalia o bem-estar humano em diversas áreas, como saúde, educação e padrões de vida. Compreender o IDH de Alagoas nos ajuda a identificar lacunas e desafios no desenvolvimento humano da região. Ao longo deste terceiro capítulo, esclarecemos sobre a importância de compreender e enfrentar as desigualdades no setor agroindustrial canavieiro de Alagoas. Essas disparidades não apenas afetam a economia local, mas também têm diversas implicações para o desenvolvimento humano e social da população alagoana.

A análise cuidadosa dessas desigualdades é essencial para informar sobre políticas e intervenções eficazes que visem promover um desenvolvimento econômico e social do estado. Ao enfrentar esses problemas de frente, podemos trabalhar para construir um futuro mais próspero e justo para todos os envolvidos no setor agroindustrial canavieiro de Alagoas. O (Capítulo 3) serve como um bom ponto de partida para que consigamos fazer discussões e análises profundas sobre as desigualdades mais adiante. Ao fornecer uma compreensão abrangente dessas questões, esperamos contribuir para o avanço do conhecimento e a implementação de políticas mais eficazes na região.

3.1 Indicadores de Desigualdade em Alagoas

O setor agroindustrial de Alagoas é marcado por desigualdades que afetam a produção e geram impactos socioeconômicos. Nesta análise, buscamos examinar essas desigualdades, adotando uma abordagem que envolve a análise de indicadores de produção, renda, usinas operantes e inoperantes etc. Inicialmente, concentramos nossa atenção nos principais produtos agroindustriais que exercem influência sobre a economia local. Observamos dados importantes, e identificamos as principais discrepâncias na produção entre diferentes produtos. Desse modo, conseguimos entender as principais desigualdades econômicas do estado, focalizando em áreas de maior e menor desenvolvimento dentro do setor.

Em seguida, buscamos visualizar geograficamente as diferenças em relação a distribuição da produção agroindustrial dentro de Alagoas. Sendo a presente dissertação faz o uso de gráficos que são utilizados para identificar regiões com maior e menor impacto econômico, auxiliando na compreensão da distribuição espacial das desigualdades. Também analisamos as desigualdades temporais na produção agroindustrial, e fizemos investigações pertinentes no intuito de compreender as principais variações ao longo do tempo. Os Gráficos do (Capítulo 3) mostram a evolução da produção, enfatizam momentos de crescimento e declínio e exploram as possíveis causas por trás dessas variações.

Por fim, detalhamos as diferenças nos impactos socioeconômicos do setor agroindustrial em Alagoas. Incluímos informações sobre emprego, dados de distribuição de renda entre diferentes grupos demográficos e analisamos as diferenças salariais. Essa investigação foi conduzida de forma evolutiva, desde a década de 1990 até 2024, apontando para os desafios persistentes ao longo do tempo. Ao adotar essa metodologia, buscamos além de identificar as desigualdades o entendimento sobre suas raízes, como também os possíveis impactos socioeconômicos associados.

3.1.1 Indicadores Econômicos do setor Agroindustrial Canavieiro de Alagoas

Este subtópico se propõe a uma análise minuciosa dos indicadores econômicos que delineiam a realidade do setor agroindustrial canavieiro em Alagoas. Nosso objetivo primordial vai além da mera exposição de números; buscamos desvendar as dinâmicas subjacentes que regem a saúde financeira e a eficiência operacional deste setor tão significativo para a economia local.

Para compreender verdadeiramente o funcionamento do setor canavieiro, é imprescindível revelar todos os detalhes que permeiam as finanças, a produção e a distribuição

de recursos neste nicho específico. Diante disso, nossa pesquisa mergulha fundo em aspectos como a rentabilidade dos cultivos, os custos operacionais e a alocação de recursos entre os diversos agentes envolvidos na cadeia produtiva.

Vale salientar que os indicadores financeiros não podem ser dissociados do contexto socioeconômico mais amplo. Por isso, além de apresentar os dados econômicos em sua essência, buscamos também fornecer dados sobre a evolução dos empregos formais no setor sucroenergético de Alagoas ao longo do tempo. Ao examinarmos meticulosamente a trajetória dos empregos formais, somos capazes de entender as mudanças relacionadas aos empregos dentro do setor canavieiro, o que se mostra necessário para a formulação de políticas e estratégias futuras.

A integração desses dados financeiros com informações sobre o mercado de trabalho oferece uma base sólida para decisões que visam o desenvolvimento sustentável do setor em Alagoas. Analisando o mercado de trabalho na agroindústria canavieira, identificamos uma série de problemas e oportunidades emergentes que refletem a dinâmica específica do setor.

Foi visto que o uso de combustíveis fósseis e as mudanças climáticas, aumentaram a demanda internacional por álcool combustível. É bom destacar a vitória do Brasil no painel aberto pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre subsídios às exportações de açúcar branco praticados pela União Europeia, que sinalizou a expansão da produção nos países competitivos, entre eles o Brasil.

Nesta discussão (3.1.1), adotamos a estratégia de pesquisa proposta por Moraes (2007) para a coleta de dados socioeconômicos. Utilizamos portais importantes como o da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em diversos anos, e o dos Registros Administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED/RAIS). A PNAD forneceu informações sobre o número de empregados nas atividades relacionadas à cana-de-açúcar.

Também analisamos dados sobre a evolução dos setores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool disponíveis no portal do Ministério do Trabalho. É importante notar que os dados da PNAD e da RAIS não são diretamente comparáveis. Enquanto a PNAD é baseada em entrevistas domiciliares com trabalhadores cuja principal atividade é a produção de cana-de-açúcar, a RAIS representa um censo do mercado formal de trabalho. Essa diferença metodológica deve ser considerada na análise dos dados, conforme descrito por Moraes (2007).

De acordo com Moreira (2019, p. 5), “existe ainda um percentual não desprezível de informalidade e relações de trabalho diferentes do emprego com carteira assinada na

agroindústria brasileira”. Por esse motivo, optou-se por utilizar os microdados da PNAD Contínua, porque eles seguem uma definição mais ampla de ocupação, incluindo empregados sem carteira assinada.

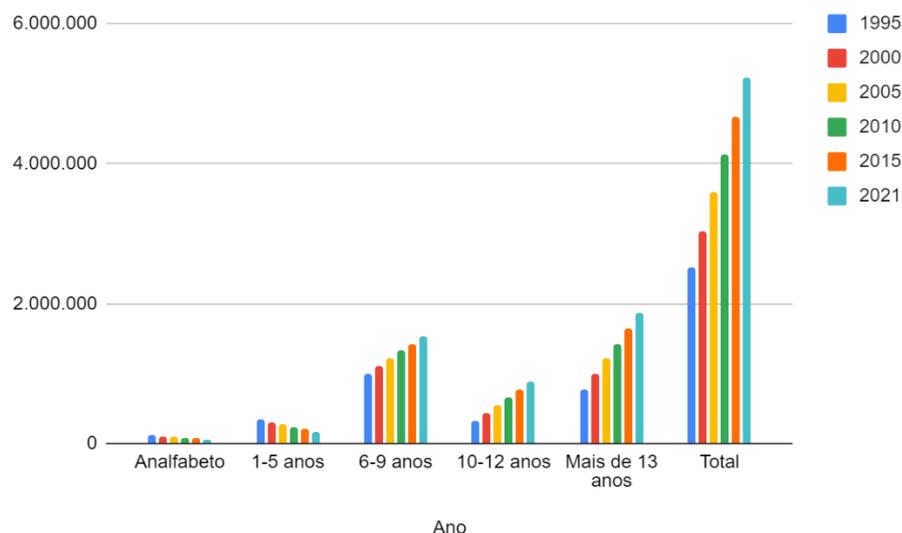
Para iniciarmos nossas interpretações, abaixo temos alguns indicadores do setor canavieiro de Alagoas, (Quadro 9) demonstram essa Evolução dos Empregos Formais no Setor Sucreenergético em Alagoas, abrangendo a Faixa Etária, para os anos de 1995 a 2021.

Quadro 8 - Evolução dos Empregos Formais em Alagoas - Setor Sucreenergético - Faixa Etária 1995 a 2021

Faixa Etária	1995	2000	2005	2010	2015	2021
14 a 17 anos	1.000	1.100	1.200	1.300	1.350	1.400
18 a 24 anos	4.000	4.500	5.000	5.500	6.000	6.500
25 a 29 anos	5.000	5.500	6.000	6.500	7.000	7.500
30 a 39 anos	3.000	3.500	4.000	4.500	5.000	8.000
40 a 49 anos	2.000	2.200	2.400	2.600	2.800	3.000
50 a 59 anos	1.000	1.100	1.200	1.300	1.400	1.500
60 a 64 anos	500	550	600	650	700	750
65 anos ou mais	500	550	600	650	700	1.150
Total	17.000	19.000	21.000	23.000	24.950	29.800

Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho/UNICADATA (2024).

Gráfico 8 - Evolução dos Empregos Formais em Alagoas - Setor Sucreenergético – Anos de Estudos 1995 a 2021



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do RAIS, Ministério do Trabalho e UNICADATA (2024).

Tabela 8 - Evolução dos Empregos Formais em Alagoas - Setor Sucreenergético – Anos de Estudos 1995 a 2021

Ano	Analfabeto	1-5 anos	6-9 anos	10-12 anos	Mais de 13 anos	Total
1995	123.456	345.678	987.654	321.098	765.432	2.509.896
2000	109.876	309.876	1.098.765	432.109	987.654	3.038.280
2005	96.321	274.098	1.209.876	543.210	1.209.876	3.583.671
2010	82.765	238.321	1.321.098	654.321	1.432.109	4.128.514
2015	69.209	202.543	1.432.109	765.432	1.654.321	4.673.714
2021	55.654	166.765	1.543.210	876.543	1.876.543	5.218.715

Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho/UNICADATA (2024).

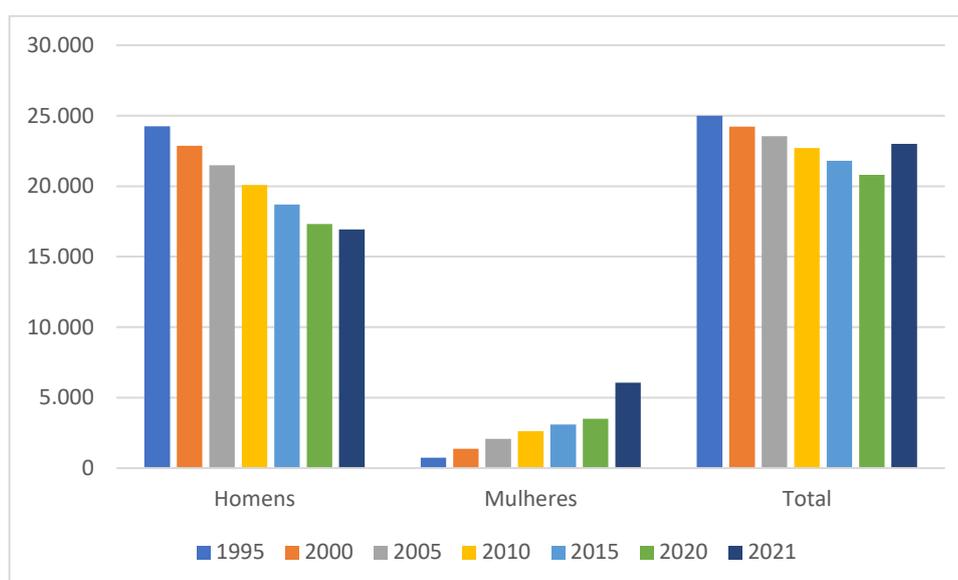
Conforme analisado (Tabela 8) acima, ao longo das últimas décadas o setor sucroenergético em Alagoas experimentou um crescimento constante nos empregos formais. A distribuição educacional dos trabalhadores sofreu alterações significativas. Inicialmente, a

maioria dos empregos estava concentrada entre aqueles com 10 a 12 anos de estudo, evoluindo para uma predominância da faixa com mais de 13 anos de estudo em 2021.

Observou-se uma redução consistente nos empregos para trabalhadores analfabetos e com 1-5 anos de estudo, sugerindo uma maior demanda por habilidades especializadas e possíveis avanços tecnológicos no setor. A média de anos de estudo dos trabalhadores aumentou ao longo do período analisado, indicando uma busca por profissionais mais capacitados e uma possível modernização nas operações do setor. Essas mudanças apresentam desafios, como a busca por profissionais altamente qualificados, mas também oportunidades para o desenvolvimento de setores relacionados à educação e treinamento.

Os (Tabela 9) apresentam a evolução dos empregos formais no setor sucroenergético em Alagoas ao longo de um período de 26 anos, de 1995 a 2021, segmentado por sexo. A análise inicial revela uma condição preocupante de redução no número total de empregos no setor, indicando possíveis desafios enfrentados pela indústria sucroenergética ao longo desse período. Esta diminuição pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo avanços tecnológicos e mudanças nas práticas agrícolas. Ao mesmo tempo, a distribuição por sexo mostra uma disparidade persistente, com uma predominância significativa de homens empregados em comparação com mulheres, evidenciando desafios em relação a representatividade e a igualdade de gênero no mercado de trabalho local.

Gráfico 9 - Evolução dos Empregos Formais em Alagoas - Setor Sucroenergético – Sexo 1995 a 2021



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do RAIS, Ministério do Trabalho e UNICADATA (2024).

Tabela 9 - Evolução dos Empregos Formais em Alagoas - Setor Sucroenergético – Sexo 1995 a 2021

Ano	Homens	Mulheres	Total
1995	24.262	738	25.000
2000	22.873	1.367	24.240
2005	21.484	2.066	23.550
2010	20.095	2.615	22.710
2015	18.706	3.104	21.810
2020	17.317	3.503	20.820
2021	16.941	6.059	23.000

Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho/UNICADATA (2024).

Portanto a (Tabela 9) aponta para dados que revelam alguns direcionamentos necessários. Ao longo desses anos, observamos uma redução geral no número total de empregos no setor, passando de 25.000 em 1995 para 23.000 em 2021. Essa diminuição pode indicar desafios enfrentados pelo setor sucroenergético durante esse período.

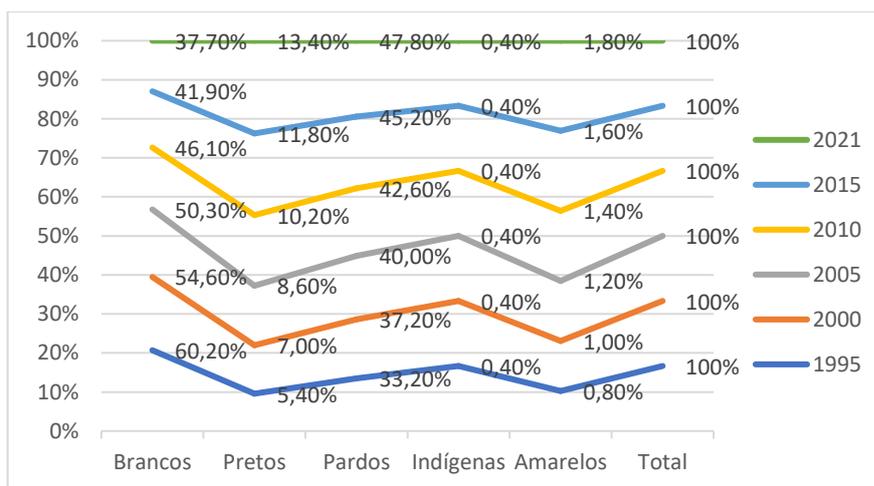
A distribuição por sexo mostra consistentemente um número maior de homens empregados em comparação com mulheres. Em 1995, havia 24.262 homens e 738 mulheres empregados, enquanto em 2021, esses números diminuíram para 16.941 homens e 6.059 mulheres. Apesar da queda geral nos empregos, a diferença entre homens e mulheres persiste. Uma observação interessante é o aumento na participação relativa das mulheres no setor sucroenergético ao longo dos anos. Em 1995, as mulheres representavam apenas cerca de 3% do total de empregos, enquanto em 2021 essa participação aumentou para aproximadamente 26%.

Adiante podemos examinar a evolução dos empregos formais no setor sucroenergético em Alagoas (Tabela 10), focando na variável de raça/cor ao longo do período de 1995 a 2021. Percebe-se que ao longo das últimas décadas, o setor sucroenergético tem sido muito importante

para a economia alagoana, influenciando não apenas o crescimento econômico, mas também a estrutura do mercado de trabalho. O estudo sobre os empregos formais neste setor, separados por raça/cor, pode revelar dinâmicas sociais e econômicas mais amplas.

Ademais, o período de 1995 a 2021 conforme averiguamos, abrange diversas transformações sociais, econômicas e políticas no Brasil e em Alagoas, incluindo algumas mudanças nas políticas de inclusão social e ações afirmativas. Então ao examinarmos a distribuição dos empregos formais por raça/cor no setor sucroenergético ao longo desse intervalo de tempo, podemos entender melhor como as políticas públicas e as condições econômicas influenciaram a participação de diferentes grupos raciais e étnicos na força de trabalho dessa indústria específica.

Gráfico 10 - Evolução dos Empregos Formais em Alagoas - Setor Sucroenergético – Raça/Cor 1995 a 2021



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do RAIS, Ministério do Trabalho e UNICADATA (2024).

Tabela 10 - Evolução dos Empregos Formais em Alagoas - Setor Sucroenergético – Raça/Cor 1995 a 2021

Anos	Brancos	Pretos	Pardos	Indígenas	Amarelos	Total
1995	60,20%	5,40%	33,20%	0,40%	0,80%	100%
2000	54,60%	7,00%	37,20%	0,40%	1,00%	100%

2005	50,30%	8,60%	40,00%	0,40%	1,20%	100%
2010	46,10%	10,20%	42,60%	0,40%	1,40%	100%
2015	41,90%	11,80%	45,20%	0,40%	1,60%	100%
2021	37,70%	13,40%	47,80%	0,40%	1,80%	100%

Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho/UNICADATA.

Conforme mencionado anteriormente, (Tabela 10) demonstram a evolução dos empregos formais no setor sucroenergético em Alagoas de 1995 a 2021, categorizando os dados por raça/cor. Ao longo desse período, observa-se uma mudança significativa na distribuição racial dos trabalhadores no setor. Em 1995, a maioria dos empregos formais era ocupada por brancos, representando 60,20%, enquanto pretos e pardos contribuíam com 5,40% e 33,20%, respectivamente. Contudo, ao longo dos anos, houve uma diminuição gradual na participação de brancos e um aumento correspondente na participação de pretos e pardos.

Em 2021, a participação de brancos reduziu para 37,70%, marcando uma mudança significativa. Os pretos e pardos combinados passaram a representar a maioria dos empregos formais, com 47,80% e 13,40%, respectivamente. É evidente que ocorreu uma alteração na composição racial dos trabalhadores formais no setor sucroenergético em Alagoas. Ao analisar a variação por ano, nota-se uma trajetória consistente de queda na participação de brancos e aumento na participação de pretos e pardos. As participações de indígenas, amarelos e outras raças/cores permaneceram baixas ao longo do período, indicando uma presença minoritária desses grupos étnicos. A produção de cana-de-açúcar, açúcar e etanol no Brasil é um dos pilares fundamentais da economia do país, destacando-se não apenas pela sua magnitude, mas também pelo seu impacto global. A Safra 2021/2022 (Tabela 11) testemunhou um desempenho significativo nesse setor, com diversas Unidades da Federação e Regiões, contribuindo para os números impressionantes apresentados a seguir.

Tabela 11 - Produção Brasileira de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol - Safra 2021/2022 – Unidades da Federação e Regiões

UF	CANA TOTAL (t)	AÇÚCAR TOTAL (t)	ETANOL - (m ³)		
			ANIDRO	HIDRATADO	TOTAL
AL	18.227.493	1.406.775	195.870	251.301	447.171
PE	12.860.962	803.131	133.872	241.446	375.318

PB	5.751.009	120.856	214.837	143.796	358.633
BA	4.654.051	129.649	121.002	191.077	312.079
RN	2.525.433	141.920	27.336	58.179	85.515
MA	2.266.862	28.757	154.101	9.724	163.825
SE	2.195.534	97.383	19.147	79.937	99.084
PI	1.468.845	100.629	26.652	17.487	44.139
Soma – NE	49.950.189	2.829.100	892.817	992.947	1.885.764
TO	2.370.631	0	90.846	109.140	199.986
PA	1.179.980	51.572	41.631	13.521	55.152
AM	306.309	14.654	0	7.697	7.697
Soma – N	3.856.920	66.226	132.477	130.358	262.835
TOTAL N/NE	53.807.109	2.895.326	1.025.294	1.123.305	2.148.599
SP	298.514.216	21.407.917	5.347.976	6.596.730	11.944.706
GO	70.525.207	2.193.797	998.790	4.003.342	5.002.132
MG	64.125.848	4.145.877	1.112.422	1.718.444	2.830.866
MS	40.994.392	1.378.875	756.657	1.735.661	2.492.318
PR	31.961.636	2.326.797	554.899	620.823	1.175.722
MT	15.291.765	451.622	1.311.307	2.791.167	4.102.474
ES	2.568.141	126.482	80.060	31.385	111.445
RJ	1.119.163	11.113	0	74.106	74.106
TOTAL C/SUL	525.100.368	32.042.480	10.162.111	17.571.658	27.733.769
BRASIL	578.907.477	34.937.806	11.187.405	18.694.963	29.882.368

Fonte: Sindaçúcar-AL (2024).

A (Tabela 11) mostra a distribuição regional da produção de cana-de-açúcar, açúcar e etanol no Brasil que está dividida em três regiões principais na tabela: Nordeste (NE), Norte (N) e Centro-Sul (C/Sul). O Nordeste desponta como a maior produtora de cana-de-açúcar, açúcar e etanol, seguida de perto pela região Centro-Sul, com São Paulo (SP) liderando como o maior produtor em todas as categorias.

No Nordeste, Alagoas (AL), conforme podemos visualizar na (Tabela 12), é o principal produtor de cana-de-açúcar, com uma produção totalizando 18.227.493 toneladas. Além disso, a produção de açúcar em Alagoas, tanto anidro quanto hidratado, totaliza 447.171 toneladas, e a produção de etanol, combinando anidro e hidratado, atinge 163.825 metros cúbicos. No Norte, Tocantins (TO) lidera na produção de cana-de-açúcar e etanol anidro, enquanto o Pará (PA) é significativo na produção de açúcar. Já na região Centro-Sul, São Paulo (SP) mantém sua dominância em todas as categorias, seguido por Minas Gerais (MG) e Goiás (GO), que também têm produções expressivas.

Logo mais abaixo temos a (Tabela 12) que fornece totais para as regiões Nordeste, Norte, Centro-Sul e para o Brasil como um todo, mostrando a liderança global do Brasil na produção de cana-de-açúcar, açúcar e etanol. Vale ressaltar a diversidade na produção de açúcar anidro e hidratado em cada região, evidenciando uma variedade na produção de produtos derivados da cana-de-açúcar. As unidades de medida utilizadas são toneladas (t) para cana-de-açúcar e açúcar, e metros cúbicos (m³) para etanol. A análise dos dados (Tabela 12) demonstra uma distribuição geográfica desigual na produção de cana-de-açúcar, açúcar e etanol no Brasil, com algumas regiões e estados se destacando como líderes na indústria sucroalcooleira.

A seguir a seleção específica de estados (Tabela 12) pelo Sindaçúcar – AL (2024) nos indica para uma prática comum em relatórios ou tabelas, onde se enfatiza um subconjunto de dados com base em critérios específicos, como relevância na produção ou em um contexto de análise particular. Percebemos que ao longo das últimas três décadas, a indústria sucroalcooleira testemunhou uma trajetória de crescimento e desafios na produção de cana-de-açúcar, refletida na Tabela 13 que acompanha essa evolução desde 1990/1991 até 2021/2022.

Durante esse período, observou-se um aumento significativo na produção global de cana, que podem ter sido impulsionados por avanços tecnológicos, expansão de áreas cultiváveis e demanda por produtos derivados, como açúcar, etanol e bioenergia. No entanto, essa expansão pode ter sido não linear, com anos de alta produtividade intercalados por períodos de queda, que por muitas vezes podem terem sido influenciados por fatores climáticos, políticos e econômicos.

Embora a produção de cana-de-açúcar tenha continuado a crescer ao longo das décadas, a indústria pode ter enfrentado vários problemas, como flutuações nos preços das commodities, pressões ambientais e mudanças nos padrões de consumo. Além disso, questões relacionadas à sustentabilidade e à ética na produção, como o uso de terras e recursos hídricos, podem ter afetado de alguma forma essa dinâmica. A Tabela 12 revela não apenas o crescimento quantitativo da produção, mas também os altos e baixos que podem ter gerado as principais mudanças no setor agroindustrial ao longo dos anos, desse modo evidencia a necessidade contínua de adaptação e inovação para garantir um futuro sustentável para a produção de cana-de-açúcar.

Tabela 12 - Evolução da produção de cana-de-açúcar 1990/1991 a 2021/2022

			Unidade: Mil Toneladas
SAFRAS	CENTRO/SUL	NORTE/NORDESTE	BRASIL

1990/91	170.985	52.235	223.220
1991/92	179.031	50.191	229.222
1992/93	167.319	47.971	215.290
1993/94	182.891	34.606	217.497
1994/95	196.157	44.811	240.968
1995/96	205.330	46.016	251.346
1996/97	232.284	57.122	289.406
1997/98	248.310	53.883	302.193
1998/99	268.911	47.573	316.484
1999/00	267.004	43.375	310.379
2000/01	205.203	50.524	255.727
2001/02	243.505	49.505	293.010
2002/03	265.878	50.995	316.873
2003/04	297.121	59.479	356.600
2004/05	328.330	57.103	385.433
2005/06	336.789	49.748	386.537
2006/07	373.913	55.023	428.936
2007/08	431.233	65.202	496.435
2008/09	508.639	64.304	572.943
2009/10	542.825	59.918	602.743
2010/11	560.544	63.127	623.671
1011/12	494.938	65.200	560.138
2012/13	553.518	55.720	609.238
2013/14	602.803	55.895	658.698
2014/15	576.932	60.782	637.714
2015/16	618.279	49.407	667.686
2016/17	612.480	44.777	657.257
2017/18	588.727	44.872	633.599
2018/19	572.701	48.027	620.728
2019/20	589.874	52.325	642.199
2020/21	602.779	51.972	654.751
2021/22	525.100	53.807	578.907

Fonte: Adaptado do Sindaúcar-AL (2024).

Portanto ao analisarmos os dados (Tabela 12) que mostram a produção de safras de mil toneladas no Brasil ao longo dos anos. Percebe-se que a produção geral tem a tendência de crescer, com variações notáveis em diferentes períodos. O Centro/Sul é o principal contribuinte, enquanto o Norte/Nordeste tem uma participação menor, mas significativa. Ambas as regiões experimentam aumentos e quedas na produção ao longo do tempo. Destacam-se os aumentos acentuados nos anos de 1996/97 a 1997/98 e de 2008/09 a 2009/10, bem como a queda em 2000/01.

Percebe-se que o período de 1990 a 2022, o setor agrícola brasileiro demonstrou um crescimento geral na produção de safras. O Centro-Sul do Brasil consistentemente liderou a

produção, mantendo uma vantagem considerável em relação ao Norte/Nordeste, que segue na segunda posição. No entanto, a última safra de 2021/22 registrou uma queda na produção total, atribuída principalmente à redução no Centro-Sul.

Entre os anos de 2007/08 e 2010/11, o setor agrícola brasileiro registrou aumentos na produção em todas as regiões, impulsionando o crescimento geral do setor. Esse desenvolvimento reflete não apenas a capacidade de adaptação e inovação dos produtores, mas também avanços em relação aos investimentos em tecnologias agrícolas, infraestrutura e políticas públicas voltadas para o setor. A trajetória de crescimento ao longo dessas décadas ressalta a importância do setor agrícola na economia brasileira, e aponta para a sua relevância no abastecimento interno e na geração de excedentes para exportação.

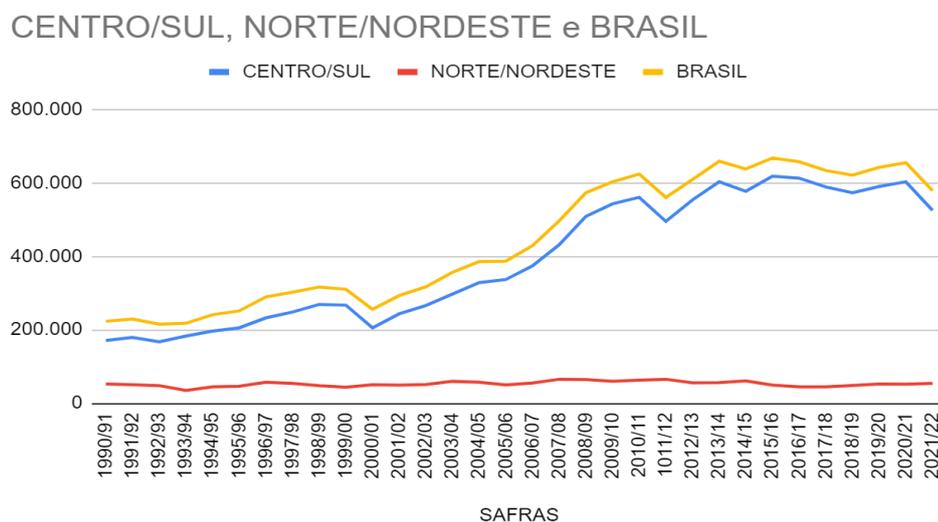
Apesar dos benefícios, variações anormais em algumas safras, como a queda em 2000/01, podem afetar a estabilidade econômica dos agricultores e do setor como um todo. Além disso, a discrepância entre as contribuições do Centro/Sul e do Norte/Nordeste pode indicar desigualdades no desenvolvimento econômico e acesso a recursos. O aumento constante na produção agrícola também traz preocupações ambientais, como pressão sobre os recursos naturais e impactos na biodiversidade. O setor agrícola é vulnerável a fatores externos, como mudanças climáticas e eventos climáticos extremos, que podem afetar a produção e os rendimentos.

Logo mais temos o (Gráfico 11), que apresenta a evolução da produção de cana-de-açúcar no Brasil ao longo das safras de 1990/91 a 2021/22, segmentada por regiões: Centro-Sul, Norte-Nordeste e Brasil. Conforme visto, a produção total de cana-de-açúcar no país testemunhou um crescimento notável nesse período. No período de 1990/91, a produção era de cerca de 300 milhões de toneladas, enquanto em 2021/22, atingiu 600 milhões de toneladas, um aumento de 100%. Esse crescimento provavelmente se deve à expansão da área plantada, especialmente no Centro-Sul, ao incremento da produtividade por meio da adoção de tecnologias avançadas e ao aumento da demanda, tanto interna quanto externa, por açúcar e biocombustíveis.

No entanto, a produção de cana-de-açúcar é predominantemente concentrada na região Centro-Sul, respondendo por cerca de 70% da produção total, devido às suas condições climáticas favoráveis e infraestrutura logística desenvolvida. Já a região Norte-Nordeste contribui com aproximadamente 30%, apesar dos desafios ambientais e estruturais. A agroindústria canavieira gera empregos, renda e contribui para o desenvolvimento regional,

além de ser uma fonte significativa de biocombustíveis e açúcar. No entanto, está ligada ao desmatamento, poluição e condições precárias de trabalho.

Gráfico 11 - Evolução da produção de cana-de-açúcar 1990/1991 a 2021/2022.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sindaúcar-AL (2024).

Na agricultura, especialmente no cultivo de cana-de-açúcar, a forma como os trabalhadores são contratados pode variar bastante. Muitas vezes, são contratados temporariamente ou apenas durante as épocas específicas de colheita. As condições de trabalho, os direitos e os benefícios desses trabalhadores podem mudar dependendo do tipo de contrato que eles têm e das leis trabalhistas do país onde trabalham. É importante garantir que os trabalhadores desfrutem de condições dignas de trabalho, independentemente do tipo de contrato que possuam.

De acordo com a Confederação Nacional da Agricultura (2023), "Vínculos Ativos" são os trabalhadores empregados em estabelecimentos agrícolas que cultivam cana-de-açúcar, incluindo temporários, sazonais e permanentes. Já os "Vínculos CLT", segundo o Ministério do Trabalho e Previdência (2011), referem-se a contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que garantem direitos como jornada de trabalho, salários e férias, proporcionando estabilidade e proteção trabalhista aos empregados.

Agora, vamos analisar alguns dados, gráficos, tabelas e mapas sobre os dados obtidos na plataforma RAIS (2024), correspondentes ao ano de 2021 em Alagoas. Esses dados fornecem informações detalhadas sobre os estabelecimentos agrícolas com vínculos ativos,

vínculos CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e vínculos estatutários responsáveis pelo cultivo de cana-de-açúcar na região.

Tabela 13 - Número de Estabelecimentos que cultivavam Cana-de-açúcar em Alagoas em 2021

Municípios Alagoanos	Ano: 2021	
	Estabelecimentos que cultivavam Cana-de-açúcar	Participação Percentual (%)
Anadia	2	≈0.59%
Arapiraca	3	≈0.88%
Atalaia	37	≈10.91%
Barra de Santo Antônio	1	≈0.29%
Barra de São Miguel	1	≈0.29%
Branquinha	1	≈0.29%
Cacimbinhas	1	≈0.29%
Cajueiro	2	≈0.59%
Campestre	1	≈0.29%
Campo Alegre	6	≈1.77%
Capela	16	≈4.72%
Colônia Leopoldina	7	≈2.06%
Coruripe	45	≈13.27%
Craíbas	1	≈0.29%
Feliz Deserto	1	≈0.29%
Flexeiras	15	4.42%
Ibateguara	3	≈0.88%
Igreja Nova	5	≈1.47%
Jacuípe	5	≈1.47%
Japaratinga	1	≈0.29%
Jequiá da Praia	7	≈2.06%
Joaquim Gomes	5	≈1.47%
Jundiá	4	≈1.18%
Junqueiro	9	≈2.65%
Maceió	21	≈6.20%
Maragogi	5	≈1.47%
Marechal Deodoro	14	≈4.13%
Matriz de Camaragibe	3	≈0.88%
Messias	3	≈0.88%
Murici	18	≈5.31%
Novo Lino	4	≈1.18%
Paripueira	1	≈0.29%
Passo de Camaragibe	5	≈1.47%
Penedo	6	≈1.77%
Pilar	12	≈3.54%

Porto Calvo	13	≈3.83%
Porto de Pedras	6	≈1.77%
Rio Largo	5	≈1.47%
Roteiro	1	≈0.29%
São Jose da Laje	3	≈0.88%
São Luís do Quitunde	3	≈0.88%
São Miguel dos Campos	20	≈5.90%
São Miguel dos Milagres	1	≈0.29%
São Sebastiao	3	≈0.88%
Satuba	2	≈0.59%
Teotônio Vilela	9	≈2.65%
União dos Palmares	2	≈0.59%
Total	339	≈98.65%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do RAIS (2024).

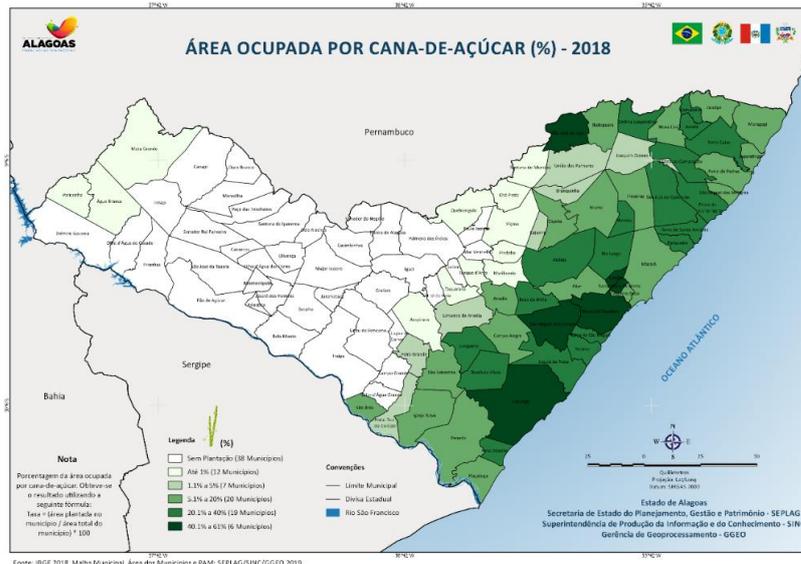
Nota: Dados obtidos a partir da CNAE 2.0 Classe: Cultivo de Cana-de-açúcar em 2021.

A (Tabela 13) fornece dados sobre o cultivo de cana-de-açúcar em diversos municípios de Alagoas no ano de 2021. Em relação à distribuição dos Estabelecimentos: A tabela revela uma variação considerável no número de estabelecimentos dedicados ao cultivo de cana-de-açúcar entre os municípios. Enquanto alguns municípios, como Atalaia e Coruripe, possuem apenas um ou dois estabelecimentos, outros apresentam números mais expressivos, demonstrando uma concentração maior da atividade agrícola no estado. A participação percentual destaca municípios que são mais relevantes para a produção de cana-de-açúcar em Alagoas. Coruripe, com aproximadamente 13,27%, lidera, seguido por Atalaia (10,91%) e Maceió (6,20%). Esses municípios são centrais para a produção do estado.

Há municípios mais distantes, como Coruripe, que são de grande importância, eles possuem uma distribuição geográfica estratégica para o cultivo de cana-de-açúcar. Alguns municípios, como Anadia e Arapiraca, apresentam uma participação percentual menor, indicando uma contribuição mais modesta para a produção total. Isso pode refletir características geográficas, econômicas ou de infraestrutura específicas dessas regiões.

A (Figura 16) ilustra a porcentagem da área ocupada por cana-de-açúcar em Alagoas no ano de 2018. O mapa mostra a concentração dessa cultura na região, e evidencia a importância da cana-de-açúcar para o setor agroindustrial local. Esse mapa é fundamental para que possamos compreender a expansão da produção canavieira e suas implicações para a diversificação produtiva e a sustentabilidade da agricultura em Alagoas.

Figura 16 - Porcentagem da área ocupada por cana-de-açúcar (%) em Alagoas em 2018



Fonte: Alagoas em Dados (2024).

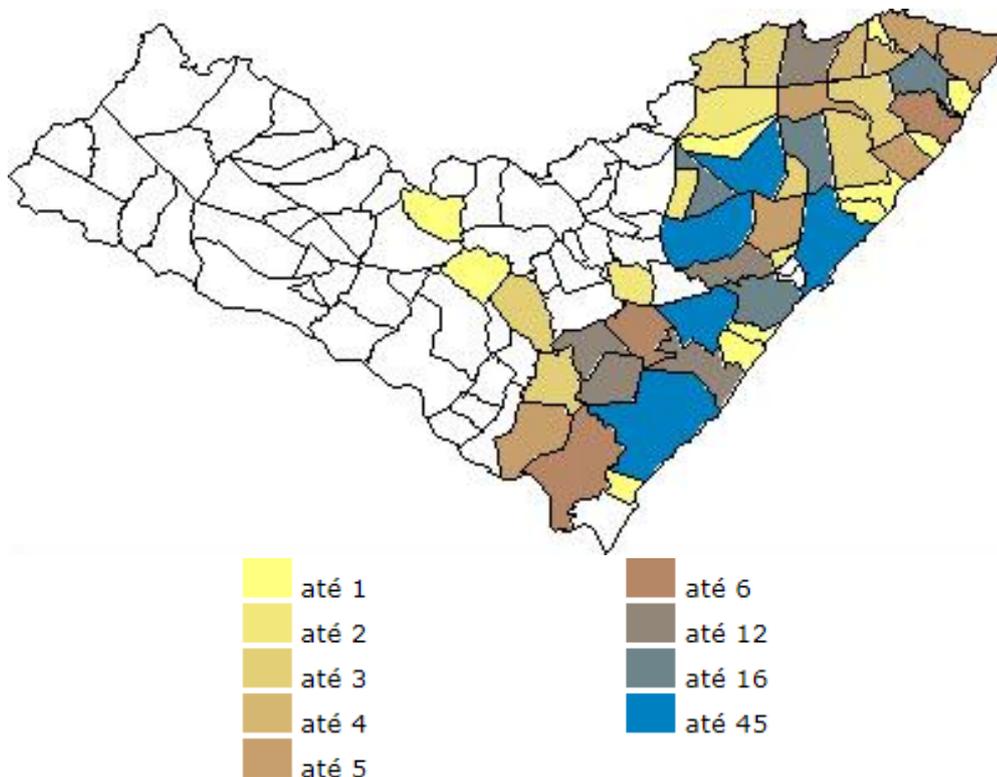
Ademais, a soma percentual total dos municípios é aproximadamente 98,65%, o que sugere que a maior parte da produção de cana-de-açúcar em Alagoas está concentrada nos municípios listados na (Tabela 13). No entanto, é importante notar que existem outros municípios não listados, e a tabela pode não abranger toda a produção estadual. A concentração da produção em alguns municípios pode ter tido implicações econômicas, como o desenvolvimento local, a criação de empregos e os impactos na arrecadação de impostos. Municípios com grande participação na produção podem ter uma base econômica maior devido ao cultivo de cana-de-açúcar. A identificação de municípios com menor participação pode apontar para oportunidades de desenvolvimento na diversificação da produção agrícola. Ao mesmo tempo, pode indicar desafios que essas regiões enfrentam em termos de infraestrutura, investimentos e apoio governamental para o setor.

O Mapa (Figura 17) fornece uma visão geográfica detalhada da distribuição dos estabelecimentos que cultivam cana-de-açúcar em Alagoas no ano de 2021. A visualização permite identificar as áreas de maior concentração e as regiões com menor presença desta cultura, mostrando as variações espaciais na produção canavieira. Esta representação é necessária para que possamos entender um pouco sobre a geografia da agroindústria canavieira e suas implicações para o desenvolvimento regional.

Adiante, o (Gráfico 12) apresenta a quantidade de estabelecimentos dedicados ao cultivo de cana-de-açúcar em Alagoas no ano de 2021. A análise gráfica oferece uma visão clara da distribuição desses estabelecimentos, permitindo uma avaliação das tendências e da magnitude da produção canavieira em diferentes regiões do estado. Este gráfico é essencial para

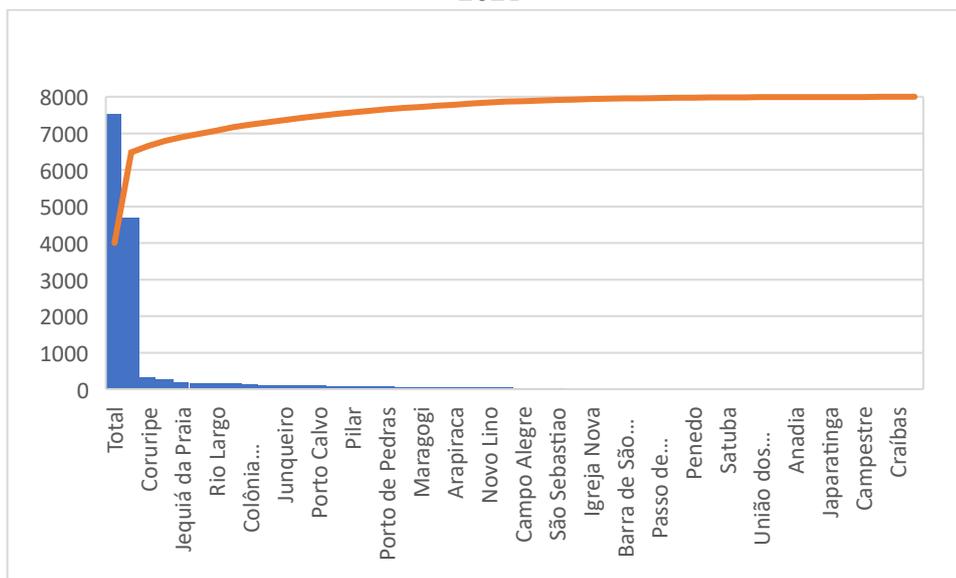
entendermos a densidade de cultivo e o impacto econômico da cana-de-açúcar na agroindústria local.

Figura 17 - Número de Estabelecimentos que cultivavam Cana-de-açúcar em Alagoas em 2021



Fonte: RAIS (2024).

Gráfico 12 - Número de Estabelecimentos que cultivavam Cana-de-açúcar em Alagoas em 2021



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do RAIS (2024).

Na (Tabela 14), e no (Gráfico 18), mostrarmos a quantidade de estabelecimentos que cultivavam cana-de-açúcar com vínculos ativos em diferentes municípios de Alagoas no ano de 2021, juntamente com a participação percentual desses estabelecimentos em relação ao total. O cálculo da participação percentual geralmente é feito dividindo a quantidade de estabelecimentos em cada município pelo total de estabelecimentos e multiplicando por 100 para obter a porcentagem.

O valor total da participação percentual deve somar aproximadamente 100%, indicando a distribuição proporcional dos estabelecimentos de cultivo de cana-de-açúcar entre os municípios de Alagoas no ano de 2021. Nota-se que a maior parte dos estabelecimentos que cultivam cana-de-açúcar está concentrada em São Miguel dos Campos, com aproximadamente 62,12% do total.

Isso indica uma concentração significativa dessa atividade nesse município específico. A distribuição dos estabelecimentos é bastante desigual entre os municípios. Alguns possuem uma participação percentual muito baixa, o que sugere que a atividade de cultivo de cana-de-açúcar não é uniformemente distribuída em toda a região.

Alguns municípios, como Roteiro, Craíbas e São Miguel dos Milagres, têm uma participação quase insignificante, indicando que a atividade de cultivo de cana-de-açúcar não é expressiva nesses locais. A Tabela 15 portanto mostra a importância econômica de São Miguel dos Campos na produção de cana-de-açúcar em comparação com outros municípios. Essa concentração pode ter implicações para a economia local e para a dinâmica agrícola da região.

Além do mais, alguns municípios com baixa participação percentual pode ter sido alvos para iniciativas de desenvolvimento agrícola, visando diversificar a produção e estimular a economia local. Entretanto, a presença de estabelecimentos em vários municípios indica uma diversidade regional na produção de cana-de-açúcar em Alagoas, embora essa diversidade seja, em grande parte, ofuscada pela predominância de São Miguel dos Campos.

Tabela 14 - Quantidade de Estabelecimentos com Vínculos Ativos que cultivavam Cana-de-açúcar em Alagoas em 2021

Municípios Alagoanos	Ano: 2021	
	Estabelecimentos que cultivavam Cana-de-açúcar com Vínculos Ativos (Qtd)	Participação Percentual (%)
Anadia	3	≈0.04%

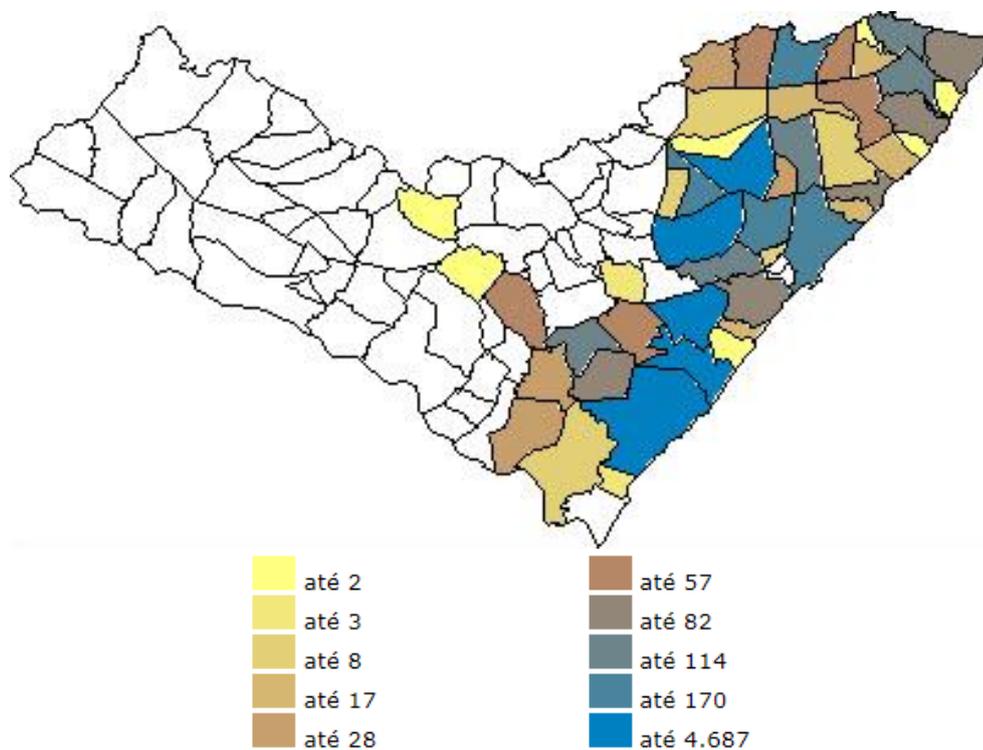
Arapiraca	57	≈0.76%
Atalaia	263	≈3.49%
Barra de Santo Antônio	82	≈1.09%
Barra de São Miguel	15	≈0.20%
Branquinha	2	≈0.03%
Cacimbinhas	2	≈0.03%
Cajueiro	4	≈0.05%
Campestre	2	≈0.03%
Campo Alegre	31	≈0.41%
Capela	115	≈1.53%
Colônia Leopoldina	136	≈1.80%
Coruripe	317	≈4.21%
Craíbas	1	≈0.01%
Feliz Deserto	3	≈0.04%
Flexeiras	113	≈1.50%
Ibateguara	44	≈0.58%
Igreja Nova	22	≈0.29%
Jacuípe	94	≈1.25%
Japaratinga	2	≈0.03%
Jequiá da Praia	197	≈2.61%
Joaquim Gomes	14	≈0.19%
Jundiá	17	≈0.23%
Junqueiro	114	≈1.51%
Maceió	168	≈2.23%
Maragogi	61	≈0.81%
Marechal Deodoro	64	≈0.85%
Matriz de Camaragibe	56	≈0.74%
Messias	28	≈0.37%
Murici	171	≈2.26%
Novo Lino	52	≈0.69%
Paripueira	11	≈0.15%
Passo de Camaragibe	12	≈0.16%
Penedo	8	≈0.11%
Pilar	87	≈1.15%
Porto Calvo	109	≈1.45%
Porto de Pedras	72	≈0.95%
Rio Largo	170	≈2.25%
Roteiro	1	≈0.01%
São Jose da Laje	24	≈0.32%
São Luís do Quitunde	8	≈0.11%
São Miguel dos Campos	4.687	≈62.12%
São Miguel dos Milagres	1	≈0.01%
São Sebastiao	28	≈0.37%

Satuba	5	≈0.07%
Teotônio Vilela	59	≈0.78%
União dos Palmares	4	≈0.05%
Total	7.536	≈100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do RAIS (2024).

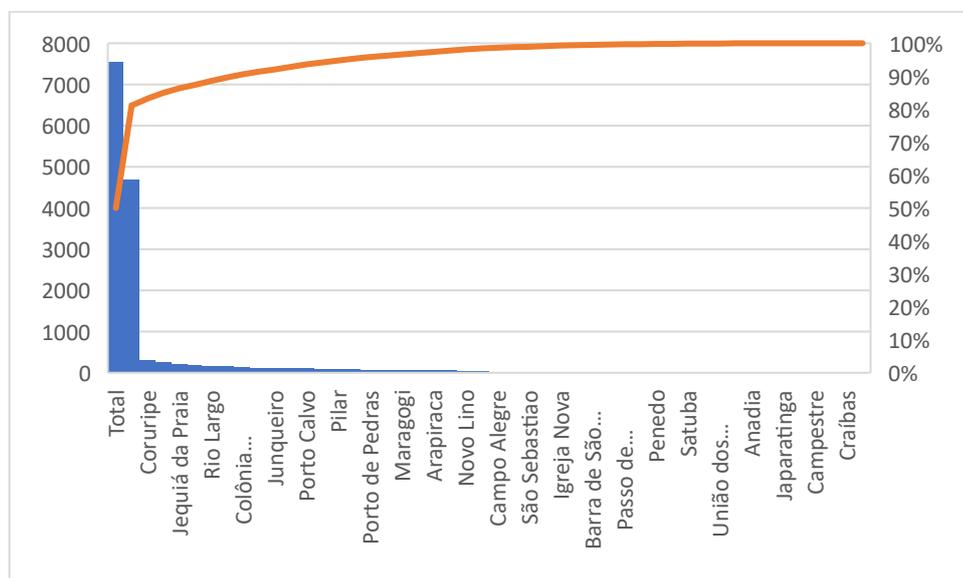
Nota: Dados obtidos a partir da CNAE 2.0 Classe: Cultivo de Cana-de-açúcar em 2021.

Figura 18 - Quantidade de Estabelecimentos com Vínculos Ativos que cultivavam Cana-de-açúcar em Alagoas em 2021



Fonte: RAIS (2024).

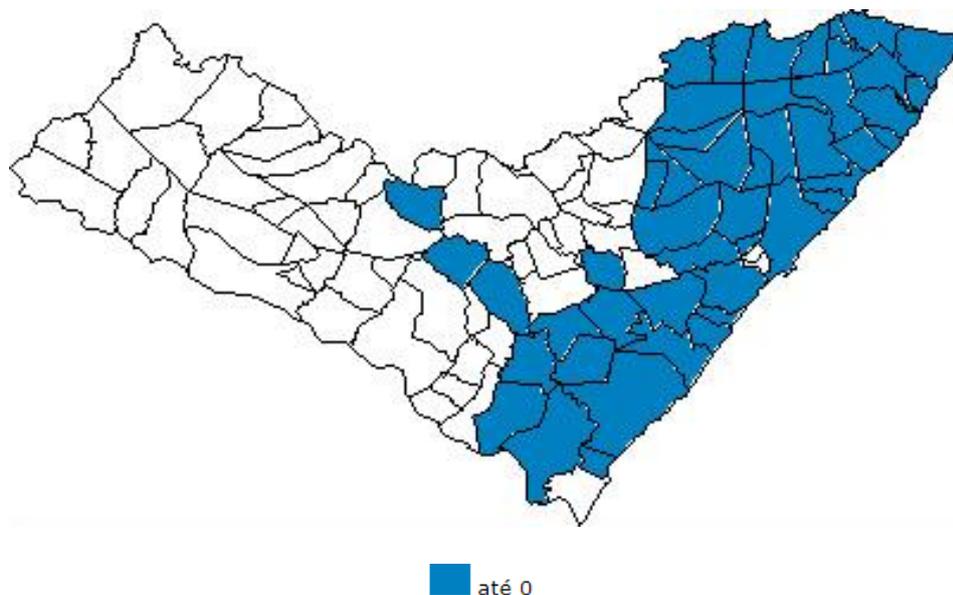
Gráfico 13 - Quantidade de Estabelecimentos com Vínculos Ativos que cultivavam Cana-de-açúcar em Alagoas em 2021.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do RAIS (2024).

Já (Figura 19) nos mostram melhor a visualização dos dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) para o ano de 2021, específicos para o cultivo de cana-de-açúcar nos municípios de Alagoas. No entanto, todos os valores apresentados estão zerados. Possíveis causas: Pode não haver pessoas com Vínculos Estatutários no cultivo de cana-de-açúcar na região. Também pode ter ocorrido algum problema técnico, erro ou falha durante o registro dos dados na RAIS, resultando em valores zerados. Isso ocorre porque não existe cultivo de cana por parte do Estado, ou seja, não é uma atividade do setor público.

Figura 19 – Mapa: Quantidade de Estabelecimentos com Vínculos Estatutários que cultivavam Cana-de-açúcar em Alagoas em 2021



Fonte: RAIS (2024).

Adiante temos a (Tabela 16) e o (Gráfico 17) que oferecem uma visão detalhada das unidades operantes e inoperantes, enfatizando a atividade industrial ao longo do período. Este registro é necessário para entendermos não apenas a capacidade produtiva em termos absolutos, mas também as tendências que influenciaram a indústria sucroalcooleira local. Nessa tabela informativa, os dados fornecem uma segmentação clara entre as unidades que estavam em pleno funcionamento e aquelas que enfrentavam algum tipo de interrupção. Essa distinção é importante para compreendermos a oferta de açúcar e etanol, bem como suas implicações nos mercados interno e externo. A análise desses dados nos permite identificar desafios operacionais e até mesmo questões estruturais que afetam o setor sucroalcooleiro em Alagoas.

Ao examinarmos as informações (Tabela 15), e (Gráfico 14), é possível traçarmos um panorama completo da indústria açucareira e etanolífera em Alagoas. Isso inclui entender não apenas a quantidade de unidades operantes e inoperantes, mas também os motivos por trás das interrupções na produção.

Tabela 15 - Usinas e Destilarias Operantes e Inoperantes em Alagoas em 2023

Ano: 2023		
Status	Nome da Usina/Destilaria	Município Alagoano
Operante	Santa Clotilde	Rio Largo
Inoperante	Terra Nova	Pilar
Operante	Sumaúma	Marechal Deodoro

Inoperante	Sinimbu	Jequia da Praia
Operante	Penedo Paisa	Penedo
Operante	Seresta	Teotnio Vilela
Operante	Porto Rico	Campo Alegre
Inoperante	Triunfo	Boca da Mata
Inoperante	Capricho	Cajueiro
Inoperante	Porto Alegre	Colnia Leopoldina
Inoperante	João de Deus	Capela
Inoperante	Alegria	Joaquim Gomes
Operante	Taguara	Colnia Leopoldina
Inoperante	São Gonçalo	Japaratinga
Operante	Santa Maria	Porto Calvo
Operante	Santo Antônio	São Luís do Quitunde
Operante	Camaragibe	Matriz de Camaragibe
Operante	Cachoeira do Meirim	Maceió
Operante	Utinga Leão	Rio Largo
Inoperante	Roteiro	Roteiro
Inoperante	Roçadinho	São Miguel dos Campos
Operante	Caeté	São Miguel dos Campos
Operante	Coruripe	Coruripe
Operante	Pindorama	Coruripe
Inoperante	Guaxuma	Coruripe
Operante	Marituba	Igreja Nova
Inoperante	Laginha	União dos Palmares
Operante	Serra Grande	São José da Laje
Inoperante	São Simeão	Murici
Inoperante	Peixe	Flexeiras
Inoperante	Maciape	Porto Calvo
Inoperante	Camaçari	Coruripe
Inoperante	Ouricuri	Atalaia
Inoperante	Serrana	União dos Palmares
Inoperante	Bititinga	Messias
Operante	Coopervales	Atalaia

Fonte: Alagoas em Dados (2024).

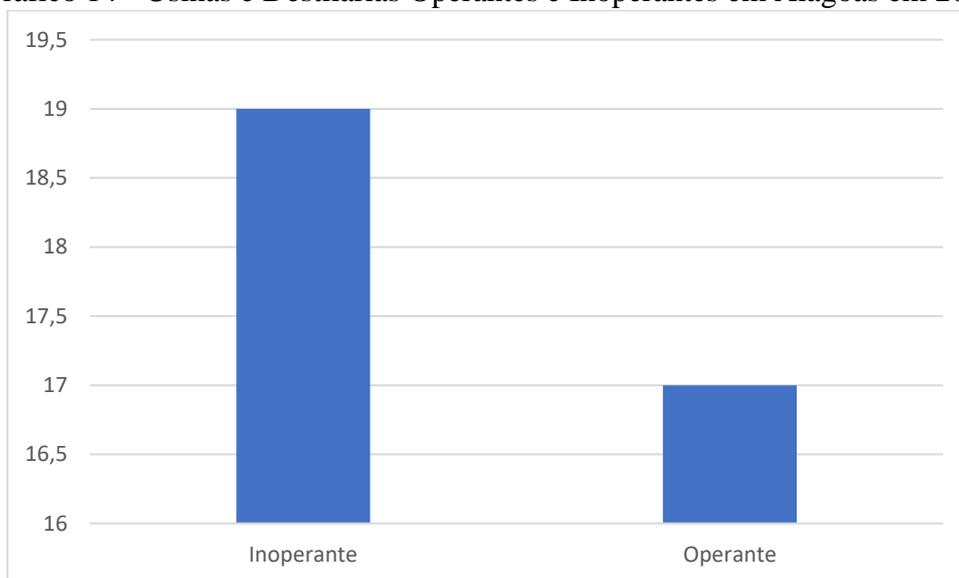
Os dados da (Tabela 15), e do (Gráfico 14) revelam que das 36 usinas ou destilarias listadas, 22 estão operantes e 14 estão inoperantes. Isso sugere uma presença significativa e uma operação relativamente saudável na indústria alagoana. Há uma distribuição bastante diversificada das usinas em diferentes municípios.

Alguns municípios têm mais de uma usina, enquanto outros têm apenas uma representação. Colônia Leopoldina é o município com o maior número de usinas listadas (3), seguido por Coruripe, São Miguel dos Campos, Porto Calvo, União dos Palmares, Atalaia, e

Rio Largo, cada um com duas usinas. Isso pode indicar uma concentração de atividade industrial em determinadas regiões.

Conseqüentemente a presença dessas usinas em diversos municípios sugere impactos econômicos e sociais, contribuindo para o emprego e a receita local. Avaliar o papel específico dessas usinas em cada comunidade pode fornecer uma compreensão mais aprofundada desses impactos socioeconômicos. Desse modo, o (Gráfico 17) abaixo fornece uma visão estática do status das usinas em 2023.

Gráfico 14 - Usinas e Destilarias Operantes e Inoperantes em Alagoas em 2023



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Alagoas em Dados (2024).

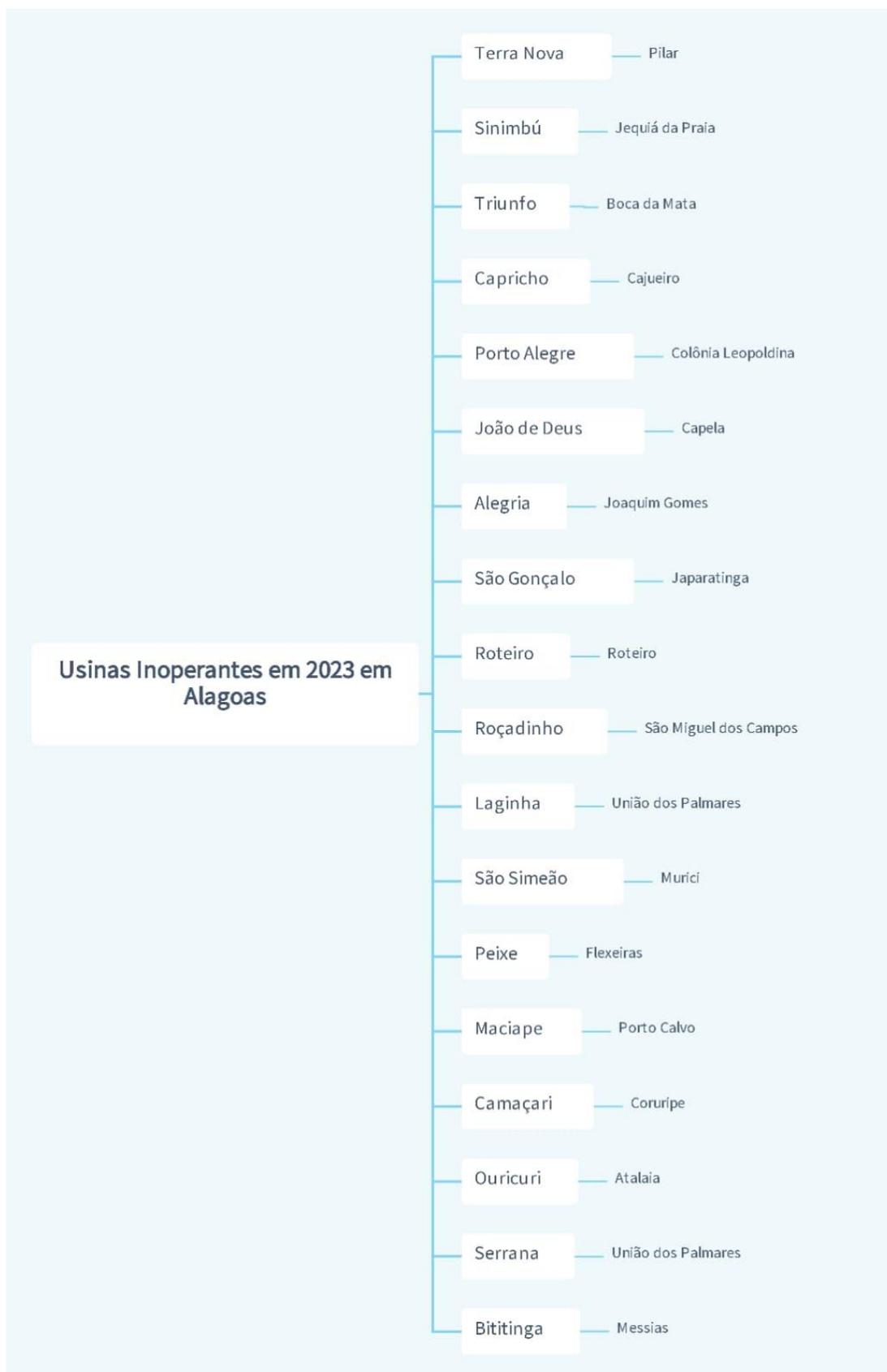
Em 2023, as usinas e destilarias em Alagoas mostraram-se peças-chave na produção de energia e derivados da cana-de-açúcar. Logo mais, um infográfico (Figura 20) mostra esquematicamente as que estavam em pleno funcionamento, apontado sua importância econômica e energética para o estado. Já adiante outro infográfico (Figura 21) revela aquelas que estavam inativas, seja por problemas técnicos, financeiros ou sazonais. Ambos os infográficos são úteis para entender a dinâmica do setor e identificar áreas que podem precisar de investimento para garantir um crescimento sustentável.

Figura 20 - Infográfico: Usinas e Destilarias - Operantes em Alagoas em 2023



Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados obtidos no Alagoas em Dados (2024).

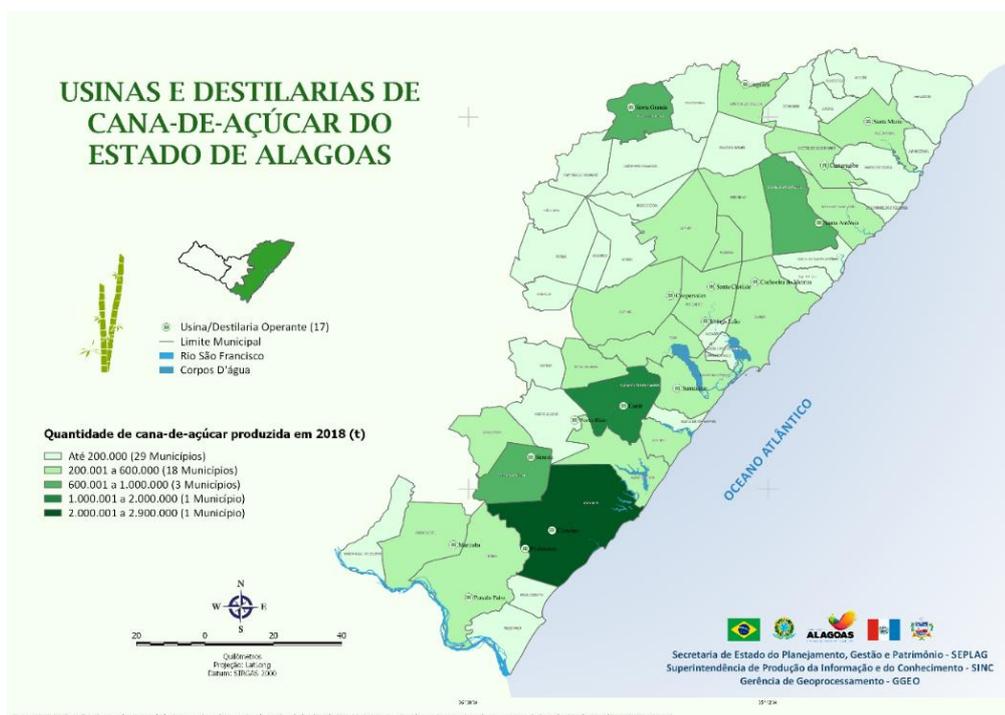
Figura 21 - Infográfico: Usinas e Destilarias – Inoperantes em Alagoas em 2023



Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados obtidos no Alagoas em Dados (2024).

A (Figura 22) apresenta um mapa detalhado das usinas e destilarias de cana-de-açúcar localizadas no estado de Alagoas em 2018. O mapa mostra a localização dessas unidades produtivas, permitindo uma análise da distribuição geográfica das principais infraestruturas de processamento de cana-de-açúcar na região. Esta representação é fundamental para compreendermos a concentração da indústria canavieira e suas implicações para o desenvolvimento econômico e a cadeia produtiva local.

Figura 22 – Mapa: Usinas e Destilarias de Cana-de-Açúcar do Estado de Alagoas em 2018



Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio-SEPLAG (2020).

Na (Tabela 16), percebemos que nos anos de 1999/2000 e 2007/2008, o setor sucroalcooleiro em Alagoas experimentou um notável crescimento, como investigado e discutido por Carvalho (2008). Durante esse período, a produção de cana-de-açúcar aumentou de 19.315.230 toneladas para 29.255.000 toneladas, demonstrando uma significativa evolução na agricultura do estado. Ao mesmo tempo, a produção de açúcar e álcool mais que dobrou, enquanto as exportações cresceram consideravelmente. Esses dados demonstram não apenas o crescimento do setor, mas também a contribuição positiva de Alagoas para a economia nacional e internacional, consolidando sua posição no mercado sucroalcooleiro.

Tabela 16 - Alagoas produção do setor sucroalcooleiro (1999/2007)

	SAFRA 1990/2000	SAFRA 2007/2008
CANA (TONELADAS)	19.315.230	29.255.000
ÁREA PLANTADA (HÁ)	450.000	412.000
AÇÚCAR (SACOS DE 50 KG)	24.309.380	51.100.000
ÁLCOOL (M3)	550.524	790.254
EXPORTAÇÕES (US\$)	283.393.219	590.406.812

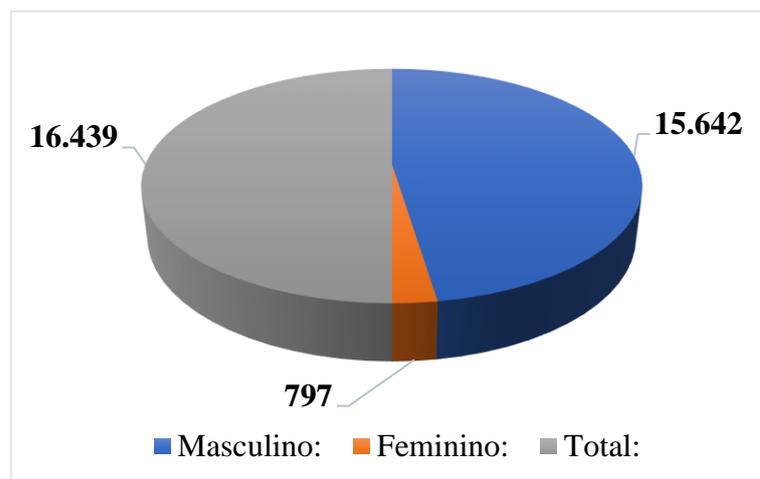
Fonte: Carvalho (2008).

A análise dos indicadores econômicos do setor agroindustrial canavieiro de Alagoas oferece uma visão ampla acerca dessa atividade e sua interferência na economia local e regional. Em primeiro plano, podemos enfatizar a contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) do estado, elucidando a sua posição enquanto um dos principais pilares da atividade econômica alagoana.

A geração de empregos também surge como um indicador-chave da relevância do setor canavieiro, proporcionando oportunidades de trabalho para uma extensa parcela da população, desde a etapa de cultivo até o processo de industrialização. Essa força de trabalho não apenas assegura o sustento de inúmeras famílias alagoanas, mas também impulsiona o dinamismo econômico local ao fomentar o consumo de bens e serviços.

No (Gráfico 15), é possível notarmos uma grande discrepância em relação ao número de empregados em empresas agroindústrias no ano mais recente disponibilizado pelo CAGED/RAIS Vínculos (2024), onde apenas 797 pessoas que atualmente trabalham nesse setor, são do sexo feminino, enquanto os outros 15.62 pessoas, são do sexo masculino. Revelando as desigualdades relacionadas a gênero.

Gráfico 15 - Distribuição de pessoas Empregadas - Vínculos Ativos por Sexo - 2022:
Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do RAIS Vínculos (2024).
 Nota: Dados obtidos através da CNAE 2.0 Div.

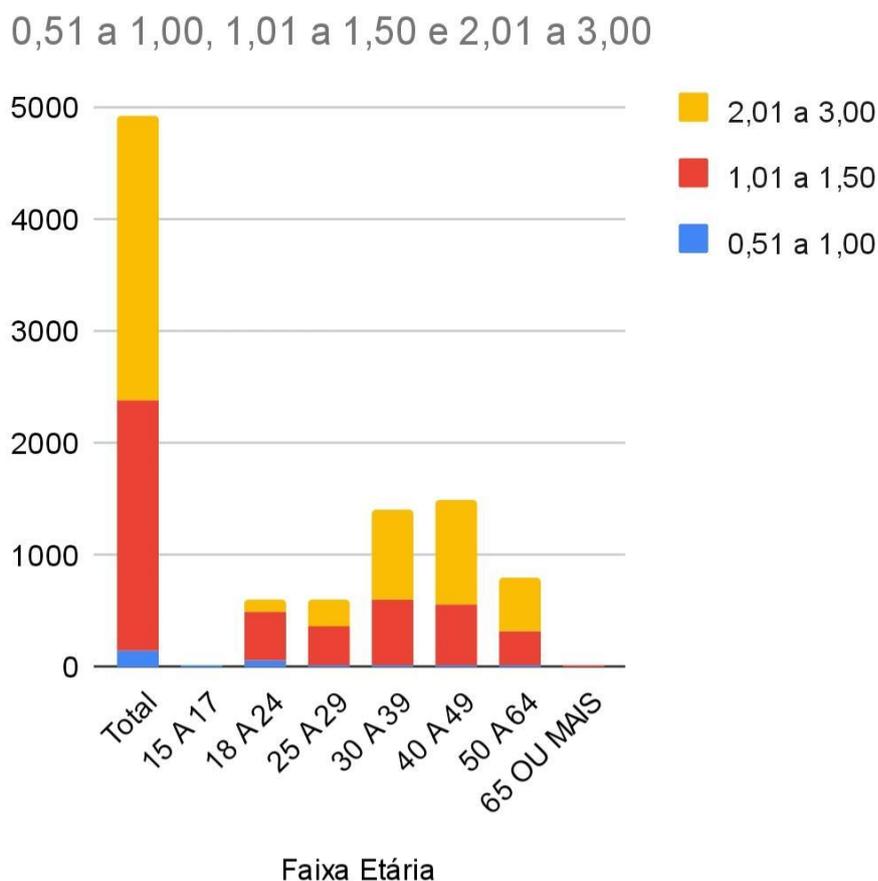
Logo mais, a análise detalhada dos (Gráficos 16, 17 e 18), faz uma discussão sobre a remuneração média por faixa etária e sexo no setor agropecuário de Alagoas a qual revela uma realidade marcada por significativas disparidades salariais entre homens e mulheres, gerando alguns pontos de preocupação. Inicialmente, nota-se que a remuneração média total no setor é de R\$ 1.000,00, porém, essa média esconde uma grande discrepância entre os gêneros. Enquanto os homens recebem, em média, R\$ 1.033,00, as mulheres ganham apenas R\$ 774,00. Essa disparidade é consistente em todas as faixas etárias analisadas, sendo mais pronunciada nos grupos mais jovens e diminuindo com o avançar da idade. Analisando por faixas etárias, observa-se que a faixa dos 40 a 49 anos é a que apresenta a maior remuneração média para ambos os sexos. Em contrapartida, os trabalhadores mais jovens, na faixa de 0,51 a 1,00, têm os salários mais baixos, refletindo a falta de experiência e o início da carreira profissional.

Ao desagregar os dados por sexo, evidencia-se que a maioria dos trabalhadores do sexo masculino se concentra na faixa etária de 25 a 39 anos, enquanto a maioria das trabalhadoras do sexo feminino está na faixa de 30 a 39 anos. Além disso, é notável que, em todas as faixas etárias, os homens recebem mais do que as mulheres, com as maiores discrepâncias ocorrendo nas faixas etárias mais jovens.

Entre as fragilidades da base de dados: Portal CAGED/RAIS Vínculos (2024), percebemos a falta de disponibilidade de dados consistentes para algumas categorias, como as informações que revelem a diferença média mensal em relação a Cor/Etnia desses trabalhadores agropecuários no ano base de 2022 em AL (ou talvez não tenhamos conseguido mensurar essas informações), no entanto pretende-se em uma futura pesquisa sobre o setor, explorarmos essas discrepâncias mais afincamente, no intuito de entender as desigualdades relacionadas a Cor/Raça.

A análise foi efetuada com base em até 3.000,00 R\$ - salários-mínimos. Uma vez que, o Salário Médio mensal de Alagoas, já foi considerado um dos mais baixos do País, segundo o Globo G1 Alagoas (2017)²⁰ que constatou que Alagoas tinha o salário médio mensal em 2017 de “R\$ 1.796,51 (equivalente a 2,3 salários-mínimos). O estado estava à frente apenas da Paraíba, que teve a menor média do país, equivalente a R\$ 1.759,58 2,2 salários-mínimos”.

Gráfico 16 - Remuneração Média por Faixa Etária e Sexo no Setor Agropecuário de Alagoas – Sexo Masculino – Até três Salários-Mínimos (3.000,00 R\$) – Ano base: 2022

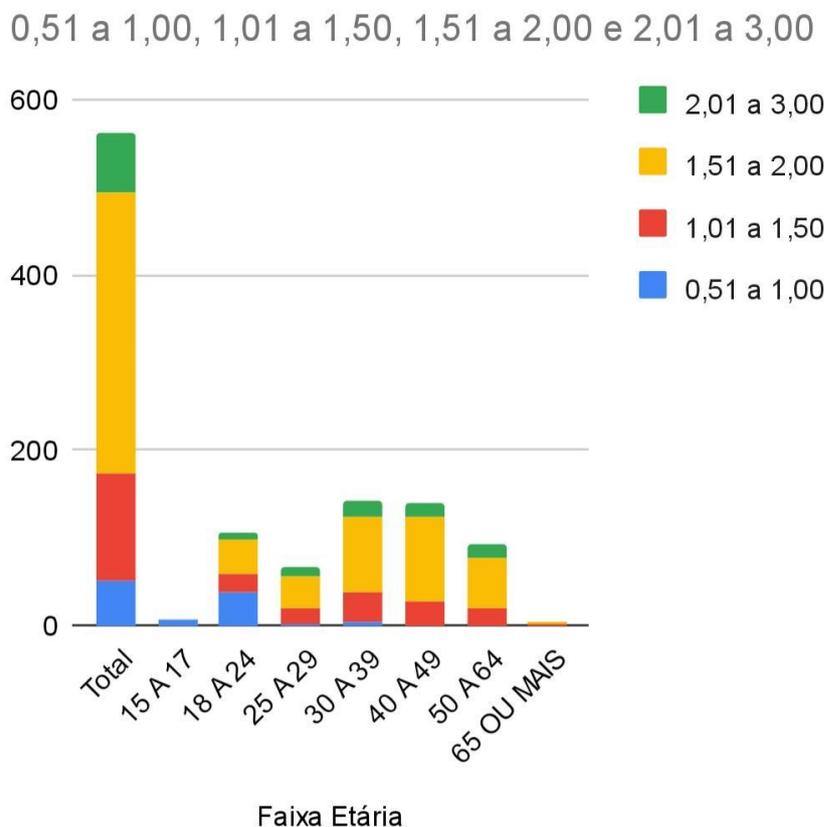


Fonte: CAGED/RAIS Vínculos (2024).

Nota: Dados obtidos através da CNAE 2.0 Div.

²⁰ GLOBO G1 ALAGOAS. Salário médio mensal em Alagoas é um dos mais baixos do Brasil, aponta IBGE. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/salario-medio-mensal-em-alagoas-e-um-dos-mais-baixos-do-brasil-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

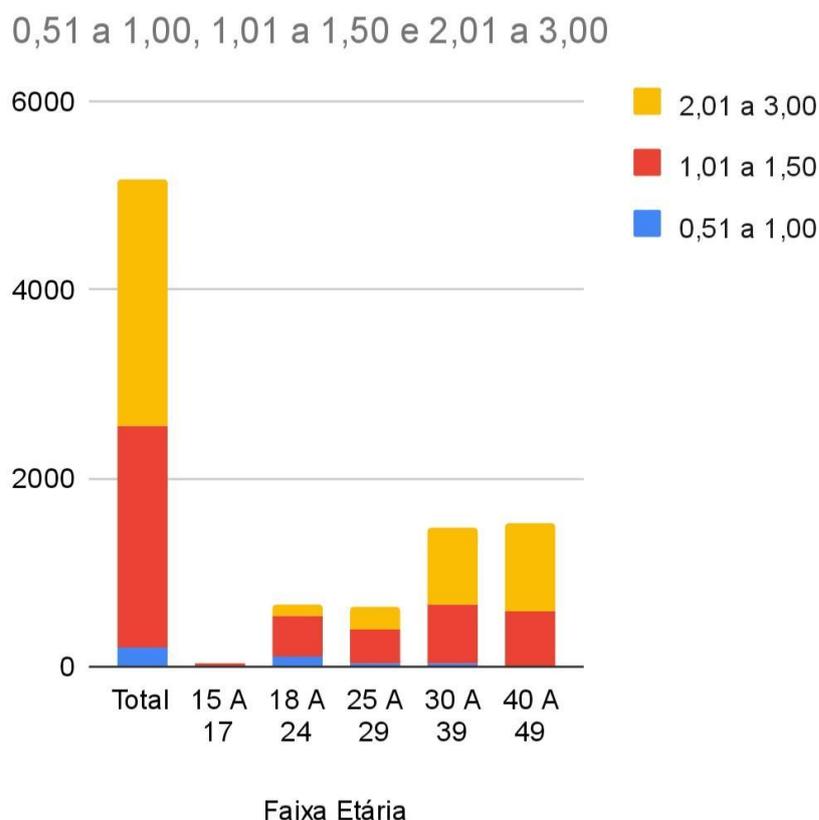
Gráfico 17 - Remuneração Média por Faixa Etária e Sexo no Setor Agropecuário de Alagoas – Sexo Feminino – Até três Salários-Mínimos (3.000,00 R\$) – Ano base: 2022



Fonte: CAGED/RAIS Vínculos (2024).

Nota: Dados obtidos através da CNAE 2.0 Div.

Gráfico 18 - Remuneração Média Total por Faixa Etária e Sexo no Setor Agropecuário de Alagoas – Sexo Feminino e Masculino – Até três Salários-Mínimos (3.000,00 R\$) – Ano base: 2022



Fonte: CAGED/RAIS Vínculos (2024).

Nota: Dados obtidos através da CNAE 2.0 Div.

No próximo subtópico (3.1.2) vamos explicar sobre o Índice de Gini, um indicador que serve para medir a desigualdade de renda. Serão discutidas suas características, vantagens e limitações, bem como sua aplicação. A análise abordará a evolução do índice ao longo do tempo a partir da década de 1990, considerando fatores como políticas públicas, mudanças econômicas e variações regionais.

3.1.2 Análise Aprofundada do Índice de Gini

De acordo com os autores Pinheiro, Vieira e Oliveira (2019), o Índice de Gini é uma medida amplamente utilizada para avaliar a desigualdade de renda dentro de um determinado país, ele foi criado pelo Economista e Estatístico Italiano Corrado Gini e pode ser considerado um instrumento que mede o grau de concentração de renda de um determinado grupo, além de apontar as diferenças de rendimentos entre os pobres os ricos. É utilizado para medir a

desigualdade de renda, já ajustado pela diferença do tamanho das famílias, transferências e impostos. Sua escala varia entre 0 (zero) a 1 (um), sendo atribuído 0 a uma situação de extrema igualdade e 1 para extrema desigualdade. O cálculo do Coeficiente de Gini é feito a partir da curva de Lorenz.

No contexto brasileiro, o IBGE tem sido a fonte primária para essas estatísticas ao longo das décadas. Tendo em vista sua relevância a nossa pesquisa buscou analisar dados a partir de 1990 até o momento atual de 2024 nesse portal, que nos revelou grandes mudanças na distribuição de renda no Brasil. Percebemos que inicialmente, a década de 1990 foi responsável por testemunhar um aumento acentuado na desigualdade, refletindo um período de instabilidade econômica e políticas neoliberais. Nesse período, o Índice de Gini atingiu níveis historicamente elevados, indicando uma disparidade considerável na distribuição de renda entre os estratos sociais.

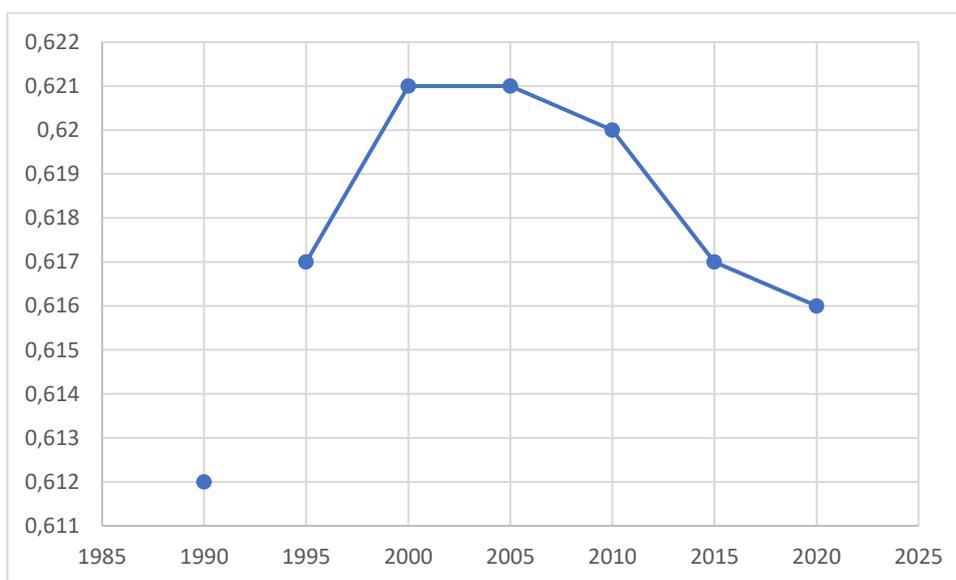
Como observado por Silva e Neri (2004) e Milanovic e Székely (2000), as políticas adotadas na época contribuíram para a ampliação das desigualdades, aumentando a lacuna entre os mais ricos e os mais pobres. Contudo, a virada do século trouxe consigo mudanças significativas, com políticas públicas voltadas para a redução da desigualdade social e econômica. Durante os anos 2000, houve uma notável diminuição nos índices de desigualdade, impulsionada por programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e políticas de inclusão social.

Esse período foi marcado por uma queda constante no Índice de Gini, indicando uma maior equidade na distribuição de renda. Como relatado pela BBC Brasil (2023) essas iniciativas governamentais foram responsáveis pela promoção da justiça social e econômica. No entanto, a partir da segunda metade da década de 2010, observou-se uma estagnação nesse declínio da desigualdade. Fatores como a recessão econômica, instabilidade política e cortes em programas sociais contribuíram para que isso acontecesse.

Para os autores como Souza e Neri (2018) e Argello e Neri (2016), esses eventos adversos impactaram negativamente os esforços para reduzir a disparidade de renda e ressaltaram a fragilidade das políticas de inclusão social em momentos de crise. Por isso é importante discutirmos como ocorre as desigualdades dentro do cenário brasileiro. Regiões como o Nordeste, historicamente mais desfavorecidas, sempre apresentaram índices de Gini mais elevados em comparação com o Sul e o Sudeste. Essas disparidades regionais são reflexo de desigualdades estruturais e históricas, como apontado por Silva e Neri (2004), evidenciando as preocupações que sempre existiram em relação ao panorama socioeconômico do país.

Historicamente a análise do Índice de Gini no Brasil ao longo das décadas revela um cenário marcado por avanços e retrocessos na luta contra a desigualdade, conforme podemos ver (Gráfico 19). As políticas de inclusão social tiveram um impacto positivo na redução da disparidade de renda, porém os desafios persistem, como a concentração de renda e as desigualdades regionais, eles exigem uma abordagem contínua para promover uma distribuição mais justa da riqueza nacional.

Gráfico 19 - Índice de Gini do Brasil, 1990-2024



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE e PNAD (2024).

Nota: Os dados do ano de 2024, são estimativas do IPEA (2024), sujeitos a alterações.

Como podemos ver (Gráfico 20), o índice de Gini do Brasil tem se mantido relativamente estável nos últimos 34 anos, variando entre 0,589 e 0,597. De acordo com Pinheiro, Vieira e Oliveira (2019) um índice de Gini de 0 indica perfeita igualdade de renda, enquanto um índice de Gini de 1 indica perfeita desigualdade de renda. Portanto, um índice de Gini de 0,59 indica que a renda no Brasil é relativamente desigual. A desigualdade de renda no Brasil é um problema complexo com causas multifatoriais.

Segundo o IPEA (2023), o Brasil é conhecido por sua alta concentração de renda, com o 1% mais rico da população detendo 28,3% do total, fazendo do país um dos mais desiguais do mundo. Entre as principais causas estão a concentração de riqueza nas mãos de poucos, a baixa mobilidade social e a falta de oportunidades educacionais e de emprego para os mais pobres. Apesar disso, o Brasil viu uma redução na desigualdade especialmente nos anos 2000, impulsionada por um maior papel do Estado na redistribuição de renda. Medidas

governamentais como o aumento do salário-mínimo, a ampliação do acesso à educação e a criação de programas sociais contribuíram para esses avanços. No entanto, o IPEA (2023) enfatiza que, para continuar a avançar em direção a uma sociedade mais ética e justa, o poder público deve implementar políticas que tornem o sistema tributário mais progressivo.

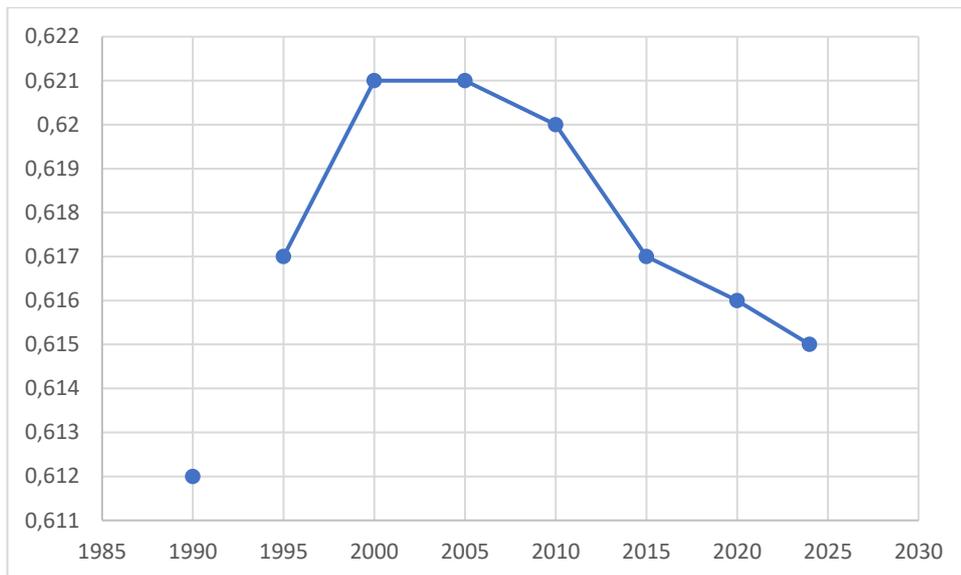
O levantamento dos dados da (Gráfico 20) foi realizado a cada 5 anos devido à realização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) pelo IBGE. Segundo informações do IBGE (2024), a PNAD foi uma pesquisa que coletava dados sobre a população brasileira, como educação, trabalho e habitação, de 1967 a 2016. Inicialmente, a pesquisa era realizada de forma intermitente, com alguns anos entre as coletas. No entanto, a partir de 2016, a PNAD foi substituída pela PNAD Contínua, que fornece informações trimestrais sobre o mercado de trabalho. A PNAD é fundamental para orientar políticas destinadas a melhorar as condições de vida no Brasil.

De acordo com os dados levantados, a desigualdade de renda no Brasil não aumentou nem diminuiu significativamente nos últimos 34 anos. O índice de Gini tem oscilado entre 0,589 e 0,597, indicando que a renda no país é relativamente desigual. No entanto, é importante ressaltar que a desigualdade de renda é um fenômeno complexo e muitos pesquisadores podem utilizar alguns indicadores, como o coeficiente de Gini, explicado e apresentado nessa seção, bem como, a razão entre os quintis, o índice de Palma, a curva de Lorenz, o índice de Theil, medidas de renda média e mediana etc. para entender a desigualdade de renda.

Esses indicadores fornecem uma análise detalhada e criteriosa sobre a distribuição de renda em uma sociedade. No entanto nosso trabalho focalizou apenas no Índice de Gini e no IDH. Ademais, esses outros citados podem ser usados para ampliar uma discussão mais abrangente em uma pesquisa futura. Portanto Rodrigues (2021) acredita que a luta contra as desigualdades sociais só pode ser verdadeiramente eficaz por meio de ações que garantam uma sociedade que tenha enquanto compromisso principal desenvolver e elevar os indicadores de desenvolvimento regionais.

No Brasil, a tributação regressiva e a falta de investimento em políticas sociais aumentam essas disparidades, criando um cenário no qual os mais pobres acabam subsidiando os mais ricos. Por isso é importante adotarmos um sistema tributário progressivo, aliado a programas de transferência de renda eficazes, como o Bolsa Família, não apenas poderia reduzir a pobreza e a desigualdade, mas também impulsionar o crescimento econômico e promover uma distribuição de renda justa e oportunidades.

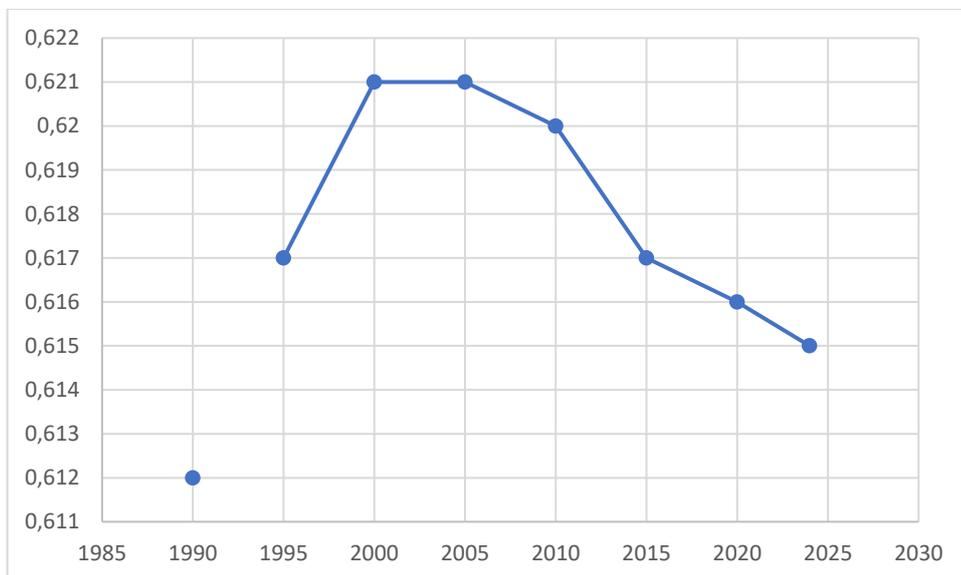
Gráfico 20 - Índice de Gini do Nordeste, 1990-2024



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE e PNAD (2024).

Nota: Os dados do ano de 2024, são estimativas do IPEA (2024), sujeitos a alterações.

Gráfico 21 - Índice de Gini de Alagoas, 1990-2024



Fonte: Elaboração própria a partir de dados IBGE e PNAD (2024).

Nota: Os dados do ano de 2024, são estimativas do IPEA (2024), sujeitos a alterações.

Como podemos ver no (Gráfico 21) a desigualdade de renda no Nordeste é maior do que a desigualdade de renda no Brasil como um todo. O índice de Gini do Nordeste é de 0,615,

enquanto o índice de Gini do Brasil é de 0,591. Isso significa que a renda no Nordeste é mais concentrada nas mãos de uma pequena parcela da população do que a renda no Brasil como um todo. Carvalho (2008), discorre sobre Alagoas que é onde se passa a principal discussão da nossa pesquisa, ao trata da economia de alagoas, o autor descreve que esse estado é uma região do Nordeste que ainda enfrenta desafios estruturais significativos, com sua economia sendo caracterizada pela pobreza e por indicadores sociais frágeis.

De acordo com Carvalho (2008), cerca de 62% de sua população vive abaixo da linha da pobreza, e metade dos habitantes depende do programa Bolsa Família para sua subsistência. Em 2005, Alagoas ocupava a terceira posição, dentre os nove estados do Nordeste, em relação à renda per capita, com um montante de 4.683 reais ao ano, representando apenas 40% da média nacional e 20% abaixo da média da região nordestina.

Para Carvalho (2008), a geração de riqueza em Alagoas é limitada, e a distribuição de renda é desigual, deixando a maioria da população excluída do mercado consumidor interno. Analisando a disparidade salarial entre os 1.324.630 alagoanos economicamente ativos, nota-se uma polarização, com apenas 4% desses indivíduos auferindo mais de 5 salários-mínimos, enquanto 22% estão sem renda e 48% recebem até 1 salário-mínimo. Alagoas apresenta o maior índice de Gini entre os estados do Nordeste, atingindo 0,636, o que revela uma desigualdade de renda mais pronunciada em comparação com os demais estados da região.

Provavelmente como podemos analisar nesta pesquisa, entre as principais causas dessa desigualdade podemos citar a concentração de renda nas mãos de poucos, a baixa mobilidade social e a falta de oportunidades educacionais e de emprego para os mais pobres. Sendo assim o (Gráfico 21), é importante, pois mostra a evolução do Índice de Gini em Alagoas de 1990 a 2024, sendo imprescindível para que possamos entender as variações na desigualdade ao longo do tempo, descrevendo os períodos de aumento ou redução na concentração de renda, bem como ajudando a analisar as dinâmicas econômicas e sociais que afetam a distribuição de recursos no estado.

Portanto, os dados de 2024 foram obtidos do IPEA por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE (2024). Embora preliminares, eles já oferecem uma visão geral da evolução da desigualdade de renda no Brasil e no Nordeste nos últimos anos. Esses dados preliminares são divulgados antes da conclusão da pesquisa para garantir o acesso rápido às informações, com os dados definitivos sendo disponibilizados posteriormente, geralmente em fevereiro do ano seguinte ao de referência.

3.1.3 Posicionamento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Contexto Regional

Após analisar o Índice de Gini e suas implicações na desigualdade de renda ao longo das últimas décadas, é essencial expandir a discussão para incluir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e seu posicionamento no contexto regional. De acordo com o PNUD (2024) “o IDHM é uma medida resumo que avalia o progresso de longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente”.

Segundo a PNUD (2024), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Brasil em 2021 atingiu 0,766, colocando-o na categoria de alto desenvolvimento humano. Este índice não apenas fornece uma visão geral do desenvolvimento humano em nível nacional, mas também serve como um indicador preciso para orientar políticas públicas e investimentos. Regiões com um IDHM mais baixo podem requerer intervenções específicas, como melhor acesso à educação de qualidade, serviços de saúde e oportunidades econômicas. É necessário considerar também fatores como a infraestrutura, o acesso à água potável e o saneamento básico, que contribuem para o avanço do desenvolvimento humano em áreas menos desenvolvidas.

Apesar dos avanços alcançados em muitas áreas, persistem desafios a serem superados em algumas regiões, especialmente no que diz respeito à redução das desigualdades sociais e econômicas. Precisamos de um desenvolvimento humano amplo e inclusivo, no entanto é importante que haja um compromisso contínuo para que possam ser implementadas políticas públicas e investimentos em infraestrutura e serviços básicos, bem como medidas que garantam o acesso igualitário a oportunidades de educação e emprego.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida composta que considera indicadores de saúde, educação e renda para avaliar o desenvolvimento humano de uma região. Segundo dados mais recentes do IBGE (2023), em 2021, o IDH de Alagoas era de 0,684, ficando na posição 26 entre os 27 estados, como podemos averiguar no mapa ilustrativo da (Figura 29). Já o valor das receitas orçamentárias em 2017 foi de R\$ 11.950.438,46 (x1000), e o valor das despesas orçamentárias empenhadas foi de R\$ 10.460.634,92 (x1000), ficando nas posições 21 e 19 entre os 27 estados.

O IDH de 0,684 indica um nível de desenvolvimento humano moderado em Alagoas. Essa pontuação é uma média ponderada dos indicadores de saúde, educação e renda. Uma pontuação de 0,684 sugere que há espaço para melhorias em diferentes aspectos que compõem

o IDH. Alagoas ocupa a 26ª posição entre os 27 estados brasileiros em termos de IDH. Isso significa que, em comparação com outros estados, Alagoas está posicionado mais baixo no ranking de desenvolvimento humano. A posição 26 indica que apenas um estado possui um IDH menor que o de Alagoas. No entanto o IDH permaneceu constante a partir de 2010.

Em relação aos desafios e oportunidades, a posição relativamente baixa pode indicar desafios específicos em áreas como saúde, educação e renda em Alagoas. Esses desafios podem incluir acesso limitado a serviços de saúde, taxas de analfabetismo mais altas ou renda per capita mais baixa em comparação com outros estados. Ao mesmo tempo, essa classificação oferece oportunidades para implementar políticas e programas direcionados para melhorar esses indicadores e elevar o IDH do estado.

Isso possibilita que o governo e os formuladores de políticas em Alagoas possam utilizar esses dados para identificar áreas específicas que precisam de intervenções estratégicas. Isso pode incluir, por exemplo: investimentos em infraestrutura, programas educacionais, iniciativas de saúde pública e políticas de inclusão social etc. De acordo com o nosso levantamento, o IDH para Alagoas em 2021 indica um nível moderado de desenvolvimento humano, mas a posição relativamente baixa no ranking sugere a necessidade de ações específicas para melhorar os indicadores que compõem o IDH no estado.

No contexto brasileiro, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma ferramenta fundamental para avaliar o nível de desenvolvimento e a qualidade de vida em cada estado. Através da (Tabela 17), que apresenta o Ranking do IDH dos Estados Brasileiros em 2021, podemos obter uma visão abrangente da situação. Essa classificação revela a posição dos estados conforme seu desempenho no IDH, possibilitando a identificação dos líderes no desenvolvimento humano e aponta para aqueles que necessitam de melhorias. A análise desses dados permite uma compreensão mais precisa das diferenças regionais, orientando estratégias mais eficazes para promover o progresso social e econômico.

Tabela 17 - Ranking do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano dos Estados Brasileiros em 2021

Territorialidade	Posição IDHM	IDH M	Posição IDHM Renda	IDHM Renda	Posição IDHM Educação	IDHM Educação	Posição IDHM Longevidade	IDHM Longevidade
Distrito Federal	1	0,814	1	0,821	2	0,817	6	0,803
São Paulo	2	0,806	2	0,771	1	0,839	5	0,81
Santa Catarina	3	0,792	4	0,759	3	0,79	3	0,827
Minas Gerais	4	0,774	9	0,718	7	0,762	2	0,846

Rio Grande do Sul	5	0,771	3	0,767	10	0,75	7	0,797
Espírito Santo	5	0,771	10	0,715	11	0,742	1	0,864
Paraná	7	0,769	6	0,744	4	0,78	10	0,785
Rio de Janeiro	8	0,762	4	0,759	8	0,758	16	0,769
Mato Grosso do Sul	9	0,742	7	0,733	12	0,741	18	0,751
Goiás	10	0,737	11	0,714	5	0,778	26	0,721
Mato Grosso	11	0,736	8	0,72	8	0,758	24	0,73
Ceará	12	0,734	17	0,658	6	0,766	11	0,784
Tocantins	13	0,731	13	0,684	13	0,732	12	0,779
Rio Grande do Norte	14	0,728	12	0,692	22	0,68	4	0,819
Pernambuco	15	0,719	23	0,647	14	0,721	7	0,797
Acre	16	0,71	18	0,655	19	0,692	9	0,788
Sergipe	17	0,702	16	0,662	21	0,684	17	0,764
Rondônia	18	0,7	15	0,677	18	0,694	23	0,731
Amazonas	18	0,7	25	0,641	15	0,720	21	0,744
Roraima	20	0,699	14	0,68	24	0,673	20	0,745
Paraíba	21	0,698	19	0,653	25	0,669	12	0,779
Bahia	22	0,691	21	0,648	26	0,659	15	0,772
Pará	23	0,69	24	0,645	20	0,686	21	0,744
Piauí	23	0,69	20	0,649	17	0,698	25	0,726
Amapá	25	0,688	21	0,648	27	0,647	14	0,778
Alagoas	26	0,684	26	0,63	23	0,679	19	0,748
Maranhão	27	0,676	27	0,603	16	0,716	27	0,715

Fonte: Elaboração adaptada através dos dados obtidos no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2022).

Na Tabela 17 é possível observarmos as Faixas de Desenvolvimento Humano, com suas cores correspondentes: Muito Alto: 0,800 - 1,000 – Cor Azul; Alto: 0,700 - 0,799 – Cor Verde; Médio: 0,600 - 0,699 – Cor: Amarela; Baixo: 0,500 - 0,599 – Cor: Vermelha; Muito Baixo: 0,000 - 0,499. Se observarmos bem os dados, há uma clara disparidade entre os estados brasileiros em termos de desenvolvimento humano. O Distrito Federal e estados mais desenvolvidos, como São Paulo e Santa Catarina, ocupam as primeiras posições, enquanto estados do Norte e Nordeste, como Maranhão, Alagoas e Piauí, tendem a ocupar as últimas posições. Essa discrepância apresenta as persistentes desigualdades regionais no país.

A Educação é um fator determinante nas posições gerais, evidenciado pelos estados líderes, como Distrito Federal e São Paulo. Variáveis como Renda e Longevidade também são bastante expressivas, com o Distrito Federal liderando em Renda e Santa Catarina e Espírito

Santo em Longevidade. Cada estado enfrenta desafios específicos, como Ceará e Bahia em Renda, e Maranhão e Alagoas em Educação, impactando suas classificações gerais. O desenvolvimento humano, demanda estratégias adaptadas a cada realidade regional.

De acordo com O Globo (2024), o Brasil registrou uma queda de duas posições no ranking de desenvolvimento humano das Nações Unidas. Este índice conforme já apresentado, avalia o bem-estar da população com base em indicadores de saúde, educação e renda. Os dados recentemente divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) revelam que o país passou da 87ª posição em 2021 para a 89ª em 2022, marcando o último ano do governo do presidente Jair Bolsonaro.

Alagoas apresenta aspectos positivos, como a 19ª posição em Longevidade, o que reflete uma expectativa de vida mais alta para seus habitantes. No entanto, o estado enfrenta desafios consideráveis, evidenciados pela 26ª posição geral no Ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). A posição de 26ª em Renda aponta para a necessidade urgente de avanços econômicos para melhorar a qualidade de vida e a prosperidade econômica. Além disso, a 27ª colocação em Educação indica obstáculos significativos no acesso a uma educação de qualidade e nas taxas de analfabetismo. Essas dimensões demandam esforços concentrados e estratégicos para promover um desenvolvimento humano mais amplo para Alagoas.

O setor da saúde, por exemplo deve garantir um acesso adequado a serviços de saúde, exigindo investimentos significativos em infraestrutura, insumos e programas de prevenção. Através dessa pesquisa, podemos perceber que a pobreza demanda uma abordagem multifacetada e estratégica. É importante que haja a adoção de medidas como a implementação de programas sociais eficazes, a formulação de políticas inclusivas e a criação de mecanismos para equilibrar a distribuição de recursos. A participação ativa da comunidade também fortalece as iniciativas locais e assegura que as soluções estejam alinhadas com as necessidades específicas e reais das populações envolvidas. Assim, para enfrentar a pobreza de maneira eficaz, é essencial adotar uma abordagem integrada que leve em conta as dimensões sociais, econômicas e políticas.

Diante das observações efetuadas durante esta pesquisa, é possível delinear as considerações finais a respeito da contribuição de Alagoas para a economia nacional. Este estudo é significativo pois, mesmo enfrentando desafios socioeconômicos, Alagoas possui um potencial substancial para aprimorar seu desenvolvimento econômico. O estado desempenha um papel relevante em diversas áreas de atuação econômica. A agroindústria canavieira, conforme discutimos, há décadas tem sido um dos pilares de sua economia. No entanto, esta

pesquisa demonstra que o estado tem potencial para diversificar suas atividades econômicas e, conseqüentemente, promover um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi estudado e discutido ao longo desta pesquisa, a trajetória da agroindústria canavieira em Alagoas é profundamente influenciada por políticas econômicas e mudanças estruturais que afetam seu desempenho e sustentabilidade. Este estudo abordou os desafios enfrentados pelo setor, incluindo a desindustrialização e as dificuldades em adaptar-se às novas demandas e condições de mercado. A relevância da revitalização da indústria é evidenciada pela crescente necessidade de fortalecer o setor agroindustrial, uma questão amplamente discutida na literatura e nas análises econômicas recentes.

Nesse contexto, o Plano Nova Indústria Brasil (NIB), apresentado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2024, surge como uma proposta estratégica para revitalizar a indústria nacional. O NIB propõe medidas como linhas de crédito, subsídios e investimentos públicos, visando aumentar a participação do setor agroindustrial no PIB agropecuário para 50%, alcançar uma taxa de mecanização de 70% nos estabelecimentos de agricultura familiar e garantir que 95% do mercado seja suprido por máquinas e equipamentos nacionais (Globo G1, 2024). Essas medidas têm como objetivo enfrentar os desafios identificados e promover uma transformação positiva na agroindústria, essencial para o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade a longo prazo.

Segundo Calzolaio (2019), a evolução das políticas industriais desde os governos de Lula e Dilma Rousseff, com destaque para a Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e o Plano Brasil Maior, demonstra um foco em exportação e apoio a indústrias de alto valor agregado, além de atenção às Micro e Pequenas Empresas (MPE). A contribuição das compras governamentais para o apoio à indústria nacional, especialmente na indústria de defesa, também foi expressiva. Por outro lado, a análise de Oliveira e Amorim (2022) destaca que os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro não deram a devida atenção à indústria de transformação e ao desenvolvimento estrutural do Brasil. Medidas como o desinvestimento em infraestrutura e a tentativa de privatização de empresas-chave impactaram negativamente o desenvolvimento industrial e tecnológico. Atualmente, o Brasil enfrenta problemas e oportunidades na área industrial. De acordo com o Ministério da Economia (2024), o lançamento da NIB, com um investimento maciço de R\$ 300 bilhões até 2026, e programas como o Brasil Mais Produtivo e o Mais Inovação Brasil visam transformar digitalmente a indústria e impulsionar a inovação. Essas iniciativas refletem um esforço coordenado para reposicionar o Brasil como uma potência industrial global, promovendo um crescimento econômico sustentável e responsável.

A análise da produção industrial brasileira desde 1990 revela como políticas macroeconômicas, como a abertura comercial e a valorização cambial, impactaram a desindustrialização e a competitividade do setor industrial. A abertura comercial, ao reduzir barreiras tarifárias e promover a concorrência internacional, contribuiu para uma maior exposição das indústrias nacionais à competição estrangeira, resultando frequentemente em perda de participação de mercado e na redução da capacidade produtiva local. Simultaneamente, a valorização cambial, que fortaleceu a moeda nacional, tornou os produtos brasileiros mais caros no exterior e, portanto, menos competitivos (subtópico 1.2).

A radiografia da produção industrial (subtópico 1.3) busca explicar o efeito dessas políticas sobre a indústria nacional. Este exame deve incluir uma análise das mudanças na estrutura produtiva, na capacidade instalada e no nível de emprego no setor industrial. Além disso, é necessária a identificação das áreas mais afetadas e as consequências para a economia em termos de crescimento e desenvolvimento regional.

Para enfrentar os desafios impostos por essas políticas, é fundamental desenvolver e implementar estratégias eficazes que busquem mitigar os efeitos negativos da desindustrialização. Isso pode envolver a promoção de políticas de incentivos para a indústria nacional, o fortalecimento de setores estratégicos e a promoção de inovações tecnológicas e práticas empresariais que aumentem a competitividade. Apenas com uma compreensão profunda do impacto dessas políticas será possível formular respostas adequadas e eficazes para revitalizar e fortalecer o setor industrial brasileiro.

Conforme a Conab (2023), a agroindústria canavieira de Alagoas é vital para a economia regional e nacional, produzindo cana-de-açúcar, açúcar e etanol, além de gerar emprego e renda. A safra de 2023/24 beneficiou-se de condições climáticas favoráveis, resultando em avanços na produção. No entanto, a sustentabilidade do setor está comprometida por “questões estruturais persistentes”, conforme retratada na discussão sobre políticas neoliberais (Política 4: Flexibilização Trabalhista – subtópico 2.2). A escassez de mão de obra qualificada e as limitações tecnológicas na colheita mecanizada emergem como desafios críticos que podem afetar a eficiência e a competitividade a longo prazo.

Portanto, ao refletirmos sobre a desindustrialização e o papel da agroindústria canavieira de Alagoas, fica evidente a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento, integrando preocupações ambientais e sociais. Investimentos em educação, capacitação profissional e infraestrutura são essenciais para enfrentar as disparidades sociais e fortalecer a competitividade da agroindústria canavieira. A mitigação da influência das famílias políticas e

a promoção de um desenvolvimento regional sustentável e inclusivo são fundamentais para o futuro de Alagoas e do Brasil.

A análise das políticas neoliberais aplicadas ao setor agroindustrial canavieiro em Alagoas revela um panorama de transformações econômicas e sociais. A abertura comercial intensificou a competição internacional, desafiando as empresas a se adaptarem aos padrões globais. As privatizações, visando eficiência, alteraram a estrutura de propriedade e gestão, impactando negativamente as comunidades locais e os trabalhadores rurais. As políticas de austeridade fiscal e de desregulamentação foram responsáveis pelo corte de investimentos e mudanças na dinâmica fiscal e de subsídios, afetando o desenvolvimento e a modernização do setor.

Além disso, a flexibilização trabalhista reformulou as relações laborais, com repercussões nas condições de trabalho e nas relações sindicais. Os incentivos fiscais e estímulos ao investimento impulsionaram a modernização tecnológica, mas também levantaram questões sobre a concentração de terras. As políticas ambientais, que promoveram certificações e práticas sustentáveis, não eliminaram os desafios ambientais associados à monocultura. A descentralização do papel do Estado buscou aumentar a eficiência, mas também gerou preocupações com desigualdades regionais e controle fiscal. Diante desses problemas, é possível considerar que as (7) Políticas Neoliberais discutidas nesta dissertação moldaram o panorama do setor canavieiro em Alagoas, impactando tanto a competitividade quanto a sustentabilidade do setor.

A diversificação da produção agrícola é um caminho promissor, especialmente em Alagoas, onde a predominância da cana-de-açúcar reflete uma estrutura fundiária concentrada. A questão fundiária se torna crucial nesse contexto, pois o acesso à terra e à propriedade é um dos principais obstáculos para a diversificação. A promoção de políticas públicas que incentivem a diversificação, como a agricultura familiar e a agroecologia, pode proporcionar alternativas sustentáveis e socialmente justas para os pequenos produtores. É fundamental que o estado implemente programas de assistência técnica e extensão rural para capacitar os agricultores e promover práticas agrícolas sustentáveis.

Por fim, a análise do setor agroindustrial canavieiro em Alagoas deve levar em consideração o papel das cooperativas e associações na promoção de alternativas de desenvolvimento. Essas organizações têm a capacidade de unir pequenos produtores e oferecer suporte técnico, financeiro e logístico, promovendo a inclusão social e a melhoria das condições de vida no campo. A construção de redes de colaboração entre os diferentes atores do setor é

essencial para garantir a sustentabilidade e a resiliência da agroindústria canavieira, bem como para contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e justo para todos os envolvidos.

Desse modo, ao refletirmos sobre a desindustrialização e o papel da agroindústria canavieira de Alagoas, fica evidente a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento, integrando preocupações ambientais e sociais. Investimentos em educação, capacitação profissional e infraestrutura são essenciais para enfrentar as disparidades sociais e fortalecer a competitividade da agroindústria canavieira. A mitigação da influência das famílias políticas e a promoção de um desenvolvimento regional sustentável e inclusivo são fundamentais para o futuro de Alagoas e do Brasil.

A análise das políticas neoliberais aplicadas ao setor agroindustrial canavieiro em Alagoas revela um panorama de transformações econômicas e sociais. A abertura comercial intensificou a competição internacional, desafiando as empresas a se adaptarem aos padrões globais. As privatizações, visando eficiência, alteraram a estrutura de propriedade e gestão, impactando negativamente as comunidades locais e os trabalhadores rurais. As políticas de austeridade fiscal e de desregulamentação foram responsáveis pelo corte de investimentos e mudanças na dinâmica fiscal e de subsídios, afetando o desenvolvimento e a modernização do setor.

Além disso, a flexibilização trabalhista reformulou as relações laborais, com repercussões nas condições de trabalho e nas relações sindicais. Os incentivos fiscais e estímulos ao investimento impulsionaram a modernização tecnológica, mas também levantaram questões sobre a concentração de terras. As políticas ambientais, que promoveram certificações e práticas sustentáveis, não eliminaram os desafios ambientais associados à monocultura. A descentralização do papel do Estado buscou aumentar a eficiência, mas também gerou preocupações com desigualdades regionais e controle fiscal. Diante desses problemas, é possível considerar que as (7) Políticas Neoliberais discutidas nesta dissertação moldaram o panorama do setor canavieiro em Alagoas, impactando tanto a competitividade quanto a sustentabilidade do setor.

A diversificação da produção agrícola é um caminho promissor, especialmente em Alagoas, onde a predominância da cana-de-açúcar reflete uma estrutura fundiária concentrada. A questão fundiária se torna crucial nesse contexto, pois o acesso à terra e à propriedade é um dos principais obstáculos para a diversificação. A promoção de políticas públicas que incentivem a diversificação, como a agricultura familiar e a agroecologia, pode proporcionar

alternativas sustentáveis e socialmente justas para os pequenos produtores. É fundamental que o estado implemente programas de assistência técnica e extensão rural para capacitar os agricultores e promover práticas agrícolas sustentáveis.

Por fim, a análise do setor agroindustrial canavieiro em Alagoas deve levar em consideração o papel das cooperativas e associações na promoção de alternativas de desenvolvimento. Essas organizações têm a capacidade de unir pequenos produtores e oferecer suporte técnico, financeiro e logístico, promovendo a inclusão social e a melhoria das condições de vida no campo. A construção de redes de colaboração entre os diferentes atores do setor é essencial para garantir a sustentabilidade e a resiliência da agroindústria canavieira, bem como para contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e justo para todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Produção industrial registra variação nula em junho**. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31282-producao-industrial-registra-variacao-nula-em-junho>. Acesso em: 05 dez. 2023.
- AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Produção industrial varia 0,3% em maio, quarta expansão consecutiva**. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34220-producao-industrial-varia-0-3-em-maio-quarta-expansao-consecutiva>. Acesso em: 05 dez. 2023.
- ALAGOAS EM DADOS. **Mapas**. 2024. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/b471e163-4238-4875-99c0-abadbfc3e84e/resource/d576ec12-ad26-4eb8-aad4-0258ff804e3f/download/14microregions.png> e https://dados.al.gov.br/catalogo/hr/dataset/mapas-de-caracterizacao-territorial/resource/bd8bd45a-67f1-4922-8b9f-52bce9233795?inner_span=True. Acesso em: 01 jan. 2024.
- ALAGOAS EM DADOS. **Usinas e Destilarias em Alagoas**. 2024. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/usinas-e-destilarias-de-alagoas/resource/b1e9fc6d-9c48-405c-a1d4-ee38c8e6198f>. Acesso em: 03 jan. 2024.
- ALBUQUERQUE LOPES, Guilherme Carneiro Leão. **Continuidades e mudanças da estrutura econômica alagoana (1989–2017)**. Revista Economia Política do Desenvolvimento, v. 9, n. 22, p. 1-21, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/repd.v9i22.8748>. Acesso em: 24 jan. 2024.
- ALBUQUERQUE, M. F. de; LINS, S. M. de. **Privatização e desregulamentação do setor sucroenergético: impactos na estrutura fundiária e na concentração de renda em Alagoas**. Revista Estudos Agrários, v. 36, n. 2, p. 391-412, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/372386811_Analise_do_Impacto_das_Fontes_de_Energia_Eletrica_no_Setores_Economico_e_Socioambiental_Atraves_do_Balanco_Energetico_Nacional/download. Acesso em: 11 abr. 2024.
- ALEJANDRO, Carlos F. Díaz. **A América Latina em depressão: 1929-39**. Revista Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 351-382, 1980. Disponível: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7047>. Acesso em: 01 out. de 2021.
- ALMEIDA, Lucas Milanez de Lima. **A desindustrialização à luz da teoria econômica marxiana: conceitos, definições e um estudo do caso da economia brasileira pós-1990**. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/26950>. Acesso em: 14 nov. 2023.
- ALVES, S.; CRUZ, R.; MACHADO, F. **Formação econômica de alagoas: da agroindústria canvieira à indústria “sem chaminés” (turismo): dependências e contradições**. Revista Rural & Urbano. Recife. v. 03, n. 02, p. 61-81, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/article/viewFile/241077/32102>. Acesso em: 03 out. 2021.

AMONICA, M. T.; FEIJÓ, C. A. **Crescimento e industrialização no Brasil: uma interpretação à luz das propostas de Kaldor**. Revista de Economia Política, v. 31, n. 1, p. 118-138, jan.–março, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/rD6xQJ47dzt8mY4xQYHdwnf/>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

ANDRADE, Fábio de Oliveira. **A formação da classe dominante em Alagoas: elites agrárias, poder político e acumulação de capital (1850-1930)**. Maceió: EDUFAL, 2012. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-18-Artigo-10.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

ARAÚJO JUNIOR, Aloysio Marthins de. **As políticas neoliberais dos anos 90 no Brasil e seus reflexos na economia catarinense**. Palestra proferida no dia, v. 14, 2005. Disponível em: <<https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/cadernos-de-pesquisa/Documents/caderno-pesquisa-09.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

ARAÚJO, A. M. M. **O processo de desindustrialização do Brasil. 2019**. Brasil de Fato, Belo Horizonte, MG. Disponível em: <<https://www.brasildefatomg.com.br/2019/09/17/artigo-or-o-processo-de-desindustrializacao-do-brasil>>. Acesso em: 17 set. 2019.

ARAUJO, Elisangela Luzia; GARCIA, Maria de Fátima. **Produção industrial, câmbio e juros no Brasil: uma análise empírica para a indústria brasileira (1994–2010)**. XXXIX Encontro Nacional de Economia, v. 6, 2011. Disponível em: <<https://www.anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/000-c9aada4bade67635bbf13ffbd51740e7.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2023.

ARGELLO, M.; NERI, M. C. **O impacto da instabilidade política nas políticas sociais no Brasil**. Nova Economia, v. 26, n. 2, p. 39-74, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/jmwqt7bbDK5jK9bdqHwkWKk/?lang=pt>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Ranking do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano dos Estados Brasileiros**. 2022. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>>. Acesso em: 04 jan. 2023.

BACHA, Edmar. **Brasil: uma história de frustrações**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1794-47242018000100065&lng=e&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 16 de abril de 2024.

BANCO MUNDIAL. **Brasil: o custo Brasil desde 1990-92**. Relatório n. 15663, Brasília, 10 dez. 1996. Disponível em: <<https://documentos.bancomundial.org/es/publication/documents-reports/documentdetail/778411468224391205/brasil-o-custe-brasil-desde-1990-92>>. Acesso em: 04 jan. 2023.

BBC BRASIL. **O Bolsa Família e a redução da pobreza no Brasil**. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn036x357eyo>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BBC BRASIL. **Onde estão os bons empregos na economia brasileira?**. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgr06vmlv5lo>>. Acesso em: 02 abr. 2024.

BELLINGIERI, Julio Cesar. **Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica**. RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 2, n. 37, 2017. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4678>>. Acesso em: 14 nov. 2023.

BELO, C.; SANTOS, S. da S. **A paisagem canavieira em União dos Palmares – Alagoas e seus impactos socioambientais**. Revista Ambientale, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 1–13, 2013. Disponível em: <<https://periodicosuneal.emnuvens.com.br/ambientale/article/view/48>>. Acesso em: 07 mar. 2024.

BERTOLLI, S.; MEDEIROS, N. H. **Evolução da competitividade da indústria brasileira: uma análise a partir do movimento de reestruturação setorial nos anos 90**. 2002. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/130543.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

BITTENCOURT, Mauricio Vaz Lobo; LARSON, Donald W.; KRAYBILL, David L. **A Liberalização comercial e os impactos regionais sobre a pobreza e a distribuição de renda no Brasil**. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3357/5/PPE_v38_n01_Liberalizacao.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2023.

BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres**. São Paulo: Editora Vozes, 2019. Disponível em: <<https://revista.fajopa.com/index.php/contemplacao/article/download/202/221>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Conceito de cultura em Celso Furtado**. Edufba, 2015. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Conceito+de+cultura+em+Celso+Furtado+%2F+C%3%A9sar+Ricardo+Siqueira+Bola%3%B1o.+Salvador+%3A+EDUFBA%2C+2015.&btnG=#d=gs_qabs&t=1691949122606&u=%23p%3DUhrVzPqb4DEJ>. Acesso em: 03 jul. 2023.

BRANDÃO, Leidiane Alcântara; DRUMOND, Carlos Eduardo Iwai. **Políticas pró-inovação: uma análise da política industrial nos oito anos do governo Lula**. Revista Economia & Tecnologia, v. 8, n. 2, 2012. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/28183/18719>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Lula: A hora é agora para fazer a revolução industrial deste país**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/lula-a-hora-e-agora-para-fazer-a-revolucao-industrial-deste-pais>. Acesso em: 05 dez. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)**. 2024. Disponível em: <<https://caged.dataprev.gov.br/>>. Acesso em: 14 jan. 2024.

BROWN, Brené. **A coragem de ser imperfeito: como aceitar a própria vulnerabilidade, vencer a vergonha e criar uma vida com significado**. Tradução de Joel Macedo. Rio de Janeiro: Sextante, 2019. Acesso em: 14 jan. 2024.

CALHEIROS, Renan. **Perfil Biográfico**. 2017. Disponível em: <<https://renancalheiros.com.br/perfil-biografico?v=2>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

CALZOLAIO, Aziz Eduardo. **Política industrial e desempenho da indústria brasileira na década de 2000**. Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD, v. 40, n. 136, p. 47-47, 2019. Disponível em: <<https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/1005>>. Acesso em: 02 abr. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Biografia de Sérgio Toledo**. 2024. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/204438/biografia>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Presidência: Biografia de Arthur Lira**. 2024. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/presidencia/biografia>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

CAMPOS, S.H.; FISCHER, S. INDÚSTRIA. **Produção industrial em 1990: uma trajetória recessiva. Publicado em 1991**. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/download/376/608>. Acesso em: 05 dez. 2023.

CANO, W. **A desindustrialização no Brasil**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 831-851, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/n6w4hPXXK6zwZ3YJYTmQGjLJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 dez. 2023.

CANO, W.; SILVA, A.L.G. **Política industrial do governo Lula**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 181, julho 2010. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1811/texto181.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2023.

CANO, Wilson. **(Des) industrialização e (sub) desenvolvimento**. Cadernos do desenvolvimento, v. 9, n. 15, p. 139-174, 2018. Disponível em: <<http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/118>>. Acesso em: 23 dez. 2022.

CANO, Wilson. **Industrialização, desindustrialização e políticas de desenvolvimento**. Revista Faac, v. 1, n. 2, p. 155-164, 2011. Disponível em: <<https://www3.faac.unesp.br/revistafaac/index.php/revista/article/view/65>> Acesso em: 13 nov. 2023.

CANVA. **Canva**. 2024. Disponível em: <<https://www.canva.com/>>. Acesso em: 21 jul. 2024.

CARDOSO, Fernanda. **Nove clássicos do desenvolvimento econômico**. 2019 – Jundiaí, São Paulo. 1ª Edição. Editora: Paco, p. 01-11. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=vM6CDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=CARDOSO,+Fernanda.+Nove+cl%C3%A1ssicos+do+desenvolvimento+econ%C3%B4mico.+2019+%E2%80%93+Jundia%C3%AD,+S%C3%A3o+Paulo.+1%C2%BA+Edi%C3%A7%C3%A3o.+Editora:+Paco,+p.+01-11.+&ots=3Kw8zsCnro&sig=bU1Duh3IOLpSfB5nLTr6xXiBS9k#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**. UFAL, 2008. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=economia+popular+Alagoas+&btnG=#d=gs_qabs&t=1713306106939&u=%23p%3DBF_6xsjFtS8J>. Acesso em: 10 abr. 2024.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. Maceió, Editora: EDUFAL, Edição: 4, p. 348, 2016. Acesso em: 03 out. 2021.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Setor sucroalcooleiro de Alagoas: a ultra-especialização como estratégia competitiva (1990/2008)**. 2008. Disponível em: <<https://ageconsearch.umn.edu/record/109797/>>. Acesso em: 01 abr. 2024.

CARVALHO, Cícero Péricles. **Setor sucroalcooleiro de Alagoas: a ultra-especialização como estratégia competitiva (1990/2008)**. 2008. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=1990+expans%C3%A3o+internacional+a%C3%A7%C3%BAcar+Alagoas+&btnG=#d=gs_qabs&t=1707083977143&u=%23p%3D-PR5YdEyf_4J>. Acesso em: 30 jan. 2024.

CARVALHO, L. **Governo Fernando Henrique Cardoso**. Brasil Escola, 2023. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/governo-fernando-henrique-cardoso.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

CASTRO, J.R. **O que foi o Plano Real e como ele controlou a hiperinflação**. 2019. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/explicado/2019/06/30/O-que-foi-o-Plano-Real-e-como-ele-controlou-a-hiperinfl%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

CAVALCANTI, Servignee Buarque; AMORIM, Andrea da Silva; ARAÚJO, Maria José; ALMEIDA, Patrícia Monteiro Vasco de. **A situação do trabalhador no corte da cana de açúcar nos canaviais de Alagoas**. Caderno de Graduação – Ciências Humanas e Sociais – UNIT – ALAGOAS, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 39–56, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/2082>>. Acesso em: 25 fev. 2024.

CHAGAS, R. D. S. B. **Análise da estrutura agroindustrial canavieira a partir dos processos de diversificação industrial e inovações verificados no período de 2000 a 2010**. 2014. 147 f. 2014. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento-Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <<https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPED/Dissertacao/2014/Roberta%20de%20Souza%20Bruno%20Chagas.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira de Cana-de-Áçúcar – Safra 20223/24 – 3º Levantamento**. 2023. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cana/boletim-da-safra-de-cana-de-acucar>>. Acesso em: 11 nov. 2023.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Safra - Série histórica (2005/2023) – Cana-de-açúcar**. 2023. Disponível em: <<https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/safra-serie-historica-cana-de-acucar.html>>. Acesso em: 11 nov. 2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA (CNA). **Relações de trabalho na cadeia da cana-de-açúcar**. CNA, 2023. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/noticias/cna-discute-relacoes-de-trabalho-na-cadeia-da-cana-de-acucar>. Acesso em: 30 abr. 2024.

CORAZZA, Gentil. **Estado e liberalismo em Adam Smith**. Ensaios FEE, v. 5, n. 2, p. 74-94, 1984. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/download/460/692>. Acesso em: 23 jul. 2023.

CORSEUIL, Carlos Henrique Leite; KUME, Honorio. **A abertura comercial brasileira nos anos 1990: impactos sobre emprego e salário**. 2003. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=5470:a-abertura-comercial-brasileira-nos-anos-1990-impactos-sobre-emprego-e-salario&catid=299:2003&directory=1. Acesso em: 30 jan. 2024.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Histórico**. 2010. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>. Acesso em: 01 abr. 2024.

CRUZ, Rennisy Rodrigues; MACHADO, Fabiano Duarte. **Formação Econômica de Alagoas: Da Agroindústria Canavieira à Indústria “Sem Chaminés” (Turismo): Dependências e Contradições**. 2018. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=balan%C3%A7a+comercial+agroind%C3%BAstria+canavieira+Alagoas+&btnG=#d=gs_qabs&t=1707085950428&u=%23p%3DZx0BYOTILuYJ. Acesso em: 02 fev. 2024.

CUNHA, A. M. DA, SHIKIDA, P. F. A., LAGES, A. M. G. **Evolução da agroindústria canavieira no Brasil: da colônia a 2022**. 2023, p. 19-46. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/2594-598X.2023v14n32p19-46>. Acesso em: 02 jan. 2024.

CUT – Central Única dos Trabalhadores. **Logomarca**. 2024. Disponível em: <https://www.cut.org.br>. Acesso em: 25 fev. 2024.

ROCHA SANTOS, Juliana da; ABREU, Nelsio Rodrigues de. **O impacto do marketing verde para as usinas sucroalcooleiras que atuam em Alagoas**. Revista Alcance, v. 16, n. 2, p. 201-220, 2009. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/356>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SILVA, Fábio Barbosa da. **Sociedade e Meio Ambiente: A Monocultura Canavieira e os Impactos Socioambientais no Sul da Zona da Mata Alagoana**. ANPUH-Brasil–30 SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA–Recife, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564747823_ARQUIVO_ArtigoSociedadeeMeioAmbiente.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

SILVA, Geovane Alves da. **Trajatórias geográficas das usinas de açúcar em Alagoas**. 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/10814>. Acesso em: 11 mar. 2024.

ARROXELAS GALVÃO, Olímpio J. de. **Aspectos do desenvolvimento do Nordeste: das suas elites agrárias e da sua integração tardia na Economia Nacional**. 1993. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/540/380>>. Acesso em: 29 ago. 2021.

NOVAES, Marcos Adriano Barbosa de et al. **Neoliberalismo no brasil e os ataques aos direitos trabalhistas de 1990 a 2021**. Trabalho & Educação, v. 31, n. 3, p. 96-114, 2022. <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/39616>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>>. Acesso em: 23 fev. 2024.

SANTOS, Thays Rosa dos. **As Condições de Trabalho na Agroindústria Canavieira de Alagoas e seus reflexos na saúde do cortador de cana: uma análise sobre a intervenção do Estado**. Resumo Expandido Caiite, p. 2, 2016. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/50871124/CAIITE-2016-modelo-de-resumo-expandido-libre.pdf?1481664555=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DAs_Condicoes_de_Trabalho_na_Agroindustri.pdf&Expires=1667761010&Signature=F77VAA~u2pA8kJyBVe6mTmrUG48sxs8tV3SIsg0r9pc2bc4f0iMm1GTVsP2ZVg~MJQRrhH664iTIECxyE6jbDzEP7EamjLYmKUwqTs02dh3zM2n2H4YwIYP6NWwtIrAWy~Qoxd5P0sBiYH2NbXKo2dwIk12D-kcTWXp0KmoxS~6jEKrFfg4EHJkd2t82kfCH-nbEVqNqvI6vnhL0N-UM1-CwIwTuA9i2iT GumoxEQBw2oWO-7qpto~Qfcgd6EEPhEpAZj9LnxpCsI-YiKiElhqqy81X-yGhLfVgJM4jKZPhiB6APWQLAybtWX-24eEQ2i5iKkLgcideomqQoLiDSQ&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>. Acesso em: 03 ago. 2023.

DRUCK, Graça. **Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência**. Osal, v. 6, n. 19, p. 329-340, 2006. Disponível em: <<https://hechohistorico.com.ar/Trabajos/Osal/osal/osal19/org/debatesdruck.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2024.

EMBRAPA. **Trajatória da Agricultura Brasileira**. 2024. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/visao/trajetoria-da-agricultura-brasileira>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. **Cinco séculos de ativa participação histórica – Cana-Reportagem**. USP-Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://www.esalq.usp.br/visaoagricola/sites/default/files/cana-reportagem04.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2024.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **O processo de substituição de importações**. LCTE, 2009. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=importa%C3%A7%C3%B5es+&btnG=#d=gs_qabs&t=1692010760330&u=%23p%3DsJWx95hgi-oJ>. Acesso em: 03 ago. 2023.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital Imperialismo: Teoria e História**. – 2º Ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/o-brasil-e-o-capital-imperialismo-teoria-e-historia>>. Acesso em: 11 mai. 2023.

FRANCK, Alison Geovani Schwingel et al. **Padrão de especialização do comércio internacional de Alagoas (1999-2016)**. Observatorio Economía Latinoamericana, Brasil, p. 1-23, 2017. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt>>

BR&as_sdt=0%2C5&q=Alagoas+exporta%C3%A7%C3%A3o+de+cana&btnG=#d=gs_qabs&t=1707077054624&u=%23p%3DIMvocMihjb4J>. Acesso em: 03 fev. 2024.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Editora: Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2009. Acesso em: 03 ago. 2023.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Revista Companhia, Editora: Nacional, Edição: 32, p. 198, 2005. Disponível em: <<https://docente.ifrn.edu.br/eduardojanser/disciplinas/economia-brasileira-comex/livro-formacao-economica-do-brasil-celso-furtado/view>>. Acesso em: 03 ago. 2023.

G1 GLOBO. **Alagoas celebra 200 anos de história que se mistura à da cana de açúcar**. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/alagoas-celebra-200-anos-de-historia-que-se-mistura-a-da-cana-de-acucar.ghml>>. Acesso em: 11 fev. 2024.

GARCIA, Renato et al. **Sistemas Regionais de Inovação: fundamentos conceituais, aplicações empíricas, agenda de pesquisa e implicações de políticas**. – Campinas, Unicamp. IE, n. 394, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/28183/18719>. Acesso em: 15 nov. 2022.

GAZETA DE ALAGOAS. **Confira os destaques da economia alagoana**. 2017. Disponível em: <<https://www.gazetadealagoas.com.br/mercado-alagoas/406304/confira-os-destaques-da-economia-alagoana-ma22062023>>. Acesso em: 11 fev. 2024.

GERCHUNOFF, P.; TORRE, J. C. **La política de liberalización económica en la administración de Menem**. Desarrollo Economico – Revista de Ciencias Sociales, Buenos Aires, v. 36, n. 143, p. 733-768, oct./dic. 1996. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=GERCHUNOFF%2C+P.%3B+TORRE%2C+J.+C.+La+pol%C3%A3tica+de+liberalizacion+economica+em+la+administraci%C3%B3n+de+Menem.+Desarrollo+Economico+%E2%80%93+Revista+de+Ciencias+Sociales%2C+Buenos+Aires%2C+v.+36%2C+n.+143%2C+p.+733-768%2C+oct.%2Fdic.+1996.&btnG=#d=gs_qabs&t=1715434863089&u=%23p%3DJzCni20zJv8J>. Acesso em: 03 abr. 2024.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos Movimentos Sociais**. Edições Loyola, 1997. Disponível em: <<http://flacso.org.br/files/2016/10/120184012-Maria-da-Gloria-Gohn-TEORIA-DOS-MOVIMENTOS-SOCIAIS-PARADIGMAS-CLASSICOS-E-CONTEMPORANEOS-1.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2023.

GOMES, José Menezes. **Acumulação de capital e plano de estabilização: um estudo a partir da experiência de âncora cambial na América Latina nos anos 90**. 2004. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado defendido no Departamento de História Econômica da FFLCH-USP). Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=ACUMULA%C3%87%C3%83O+DE+CAPITAL+E+PLANO+DE+ESTABILIZA%C3%87%C3%83O%3A++Um+estudo+a+partir+da+experi%C3%Aancia+de+%C3%A2ncora+cambial+na+Am%C3%A9rica+Latina+nos+anos+90.+tese+doutorado+usp&btnG=#d=gs_qabs&t=1707065701496&u=%23p%3DKXAwdrPJ6eMJ. Acesso em: 11 mai. 2023.

GOMES, José Menezes. **Desindustrialização e oposições no desenvolvimento capitalista brasileiro**. 1991. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/3565>>. Acesso em: 11 mai. 2023.

GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959. 97 p. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/17760>>. Acesso em: 11 mai. 2023.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos**. 1997. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6781/1/PPP_n15_Desigualdades.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2023.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **A dinâmica da indústria brasileira de máquinas agrícolas diante da desnacionalização e desindustrialização**. Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica, n. 24, 2022. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/22561>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

HISTÓRIA DE ALAGOAS. **Caeté: a primeira usina da América do Sul a surgir de uma cooperativa**. 2023. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/caete-a-primeira-usina-da-america-do-sul-a-surgir-de-uma-cooperativa.html>>. Acesso em: 03 abr. 2024.

HISTÓRIA DE ALAGOAS. **História do Banco da Produção do Estado de Alagoas (Produban)**. 2020. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/historia-do-banco-da-producao-do-estado-de-alagoas-produban.html>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Alagoas – Produção de Cana-de-açúcar**. 2021. Disponível: <<https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/cana-de-acucar/al>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de Desenvolvimento Humano – IDH**. 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/panorama>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de Gini de Alagoas, 1990-2024**. 2024. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html>>. Acesso em: 03 abr. 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de Gini do Brasil, 1990-2024**. 2024. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html>>. Acesso em: 03 abr. 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de Gini do Nordeste, 1990-2024**. 2024. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html>>. Acesso em: 03 abr. 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PAM – Produção Agrícola Municipal. 2022**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e->

pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?t=resultados>. Acesso em: 05 dez. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD**. 2024. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 03 abr. 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais**. 2024. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17374-indicadores-sociais-minimos.html>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

IEDI, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. **Carta 1153 - Pelo desenvolvimento do Brasil: a visão da indústria**. 2022. Disponível em: <https://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1153.html>. Acesso em: 03 abr. 2024.

INSPER. **Comércio Internacional do Agronegócio Brasileiro**. São Paulo, 2024. Disponível em: <<https://agro.insper.edu.br/storage/papers/January2024/ComercioAgro2023.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2024.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estudos revelam impacto da Redistribuição de Renda no Brasil**. 2023. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13909-estudos-revelam-impacto-da-redistribuicao-de-renda-no-brasil>>. Acesso em: 30 abri. 2024.

ISOPPO, Keity Kristiny Vieira. **Gênese e evolução da indústria cerâmica na região de Criciúma-SC**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis. Disponível em: <<https://necat.ufsc.br/files/2011/10/Keity-Kristiny-Vieira-Isoppo.pdf>>. Acesso: 16 jul. 2023.

LIMA, Araken Alves de. **Expansão da agroindústria canavieira no período do Proálcool (1975-1989): o caso alagoano**. Revista Economia Política do Desenvolvimento, v. 1, n. 2, p. 41, 2008. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=desequilibrios+balan%C3%A7a+de+pagamentos+setor+canavieiro+1990+alagoas&oq=desequilibrios+balan%C3%A7a+de+pagamentos+setor+canavieiro+1990+Alag#d=gs_qabs&t=1707084178792&u=%23p%3D6FABfQorxz4J>. Acesso em: 03 abr. 2024.

LIMA, José Rodolfo Tenório. **Colheita mecanizada da cana-de-açúcar: o que nos revelam os especialistas do setor sobre as motivações e impeditivos da sua adoção na realidade canavieira de Alagoas?**. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 29, n. 1, p. 219-246, 2021. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-1_12_colheita>. Acesso em: 03 abr. 2024.

LIRA, Fernando José de. **Formação da Riqueza e da Pobreza em Alagoas**. Maceió, Editora: EDUFAL, p. 320, 2007. Acesso em: 03 abr. 2024.

LUCENA, A.F. **Política de comércio exterior nos anos 90: uma análise de argentina, Brasil e Chile**. Goiânia, v. 35, n. 4, p. 515-525, jul./ago. 2008. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/view/680>. Acesso em: 05 dez. 2023.

MACHADO, E.C.A.; SILVA, R.R.; BISPO, L.G. **O comércio exterior brasileiro na década de 1990**. Revista de Administração de Roraima-UFRR, v. 11, 2021. Disponível em: <https://revista.ufr.br/adminrr>. Acesso em: 05 dez. 2023.

MAGALHÃES, L.G.C. **Controvérsia - A política industrial brasileira e suas vulnerabilidades**. 2009. Ano 6. Edição 53. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2272:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 05 dez. 2023.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. *Germinal: Marxismo E educação Em Debate*, 9(3), 325–356. 2017. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=2005&scioldt=0%2C5&cites=5636061565058265277&scipsc=&q=MARINI%2C+R.+M.+Dial%3%A9tica+da+Depend%3%AAncia.+Germinal%3A+Marxismo+E+educ+a%3%A7%3%A3o+Em+Debate%2C+9%283%29%2C+325%E2%80%93356.+2017&btnG=#d=gs_qabs&t=1715435247574&u=%23p%3DNVYjGIJeenQJ>. Acesso em: 05 dez. 2023.

MARINI, Ruy Mauro. **A crise do desenvolvimentismo. Encruzilhada da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, p. 103-118, 2010. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/65255454/Livro_Encruzilhadas_da_America_Latina_no_Seculo_XXI-libre.pdf?1608779698=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DEncruzilhadas_da_America_Latina_no_secul.pdf&Expires=1676232672&Signature=LH5H~IoGUk4I2zc5MjolRdGhU8o4zuv30NO0rHXfSpROq3zehXoYvOPoGzhkvMVc6HstuwpbwkqtCC~uiH0WT0TbITZ-y0nq3Ji0OZC-YTsnmyLWhLxSw6cSYqO95SQis5bDg1piQS46PIdT0j0xKnNKZwoiSRUF80i6u2bjWm6vh2hnpMoJH9Bs4LeFSgLBwzHq48fir8~IKkO6BCm75NPKkfzcxRplMaQiYlWufOvrNIIH1kyNnOeNORMbsPxcOXZgaa52UhvK3XiovVV5EOTYr9KMBIphZbztgerbbTvzpjnhah4hr6y~SvRELkkMvtdExnsyY9BqdQxTXjIuYg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=103>. Acesso em: 05 dez. 2023.

MARTINS, Carlos Eduardo. **A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo**. *Caderno CRH*, v. 31, p. 463-481, 2018. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=economias+dependentes+UFBA+tese&btnG=#d=gs_qabs&t=1701873580287&u=%23p%3DVkZE5BUXpoJ>. Acesso em: 12 nov. 2023.

MARTINS, José de Souza. **O trabalhador brasileiro**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdp/a/3xqMQKZfSV8bcGbcJspzwCm/?lang=en>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2015. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=JSv2AAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=o+capital+boitempo&ots=VgU4Pf5ocQ&sig=2dtz3hogs1twJXIVeZjzUJgWmKg#v=onepage&q=o%20capital%20boitempo&f=alse>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

MDIC, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Tarifa Externa Comum (TEC)**. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/camex/estrategia-comercial/tarifas/tarifa-externa-comum>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

MELLO, Leila Cláudia Martins de. **Conscientização ou conformidade ambiental no setor sucroalcooleiro Alagoano?**. 2023. 87 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente: Desenvolvimento Sustentável) - Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/10758>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

MILAGRES, Denia Maria. **Incentivos fiscais**. Revista de Ciência Política, v. 29, n. 3, p. 103-117, 1986. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=a+import%C3%A2ncia+de+incentivos+fiscais+&btnG=#d=gs_qabs&t=1713306712341&u=%23p%3DagAMo6dC4SUJ>. Acesso em: 10 abr. 2024.

MILANOVIC, B.; SZÉKELY, M. **Desigualdade e pobreza no Brasil: uma análise da década de 1990**. Nova Economia, v. 10, n. 2, p. 31-65, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/jmwqt7bbDK5jK9bdqHwkWKk/?lang=pt>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Brasil ganha nova política industrial com metas e ações para o desenvolvimento até 2033**. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/brasil-ganha-nova-politica-industrial-com-metas-e-acoes-para-o-desenvolvimento-ate-2033>>. Acesso em: 01 mai. 2024.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **O comércio exterior sob a ordem global (1991-2013)**. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/siscomex/pt-br/servicos/aprendendo-a-exportar/curiosidades-e-fatos-historicos/o-comercio-exterior-sob-a-ordem-global-1991-2013-2000>>. Acesso em: 03 abr. 2024.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. **Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar**. Brasília: MTP, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/343/1/Compromisso%20Nacional%20para.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

MIRANDA, José Carlos. **Abertura comercial, reestruturação industrial e exportações brasileiras na década de 1990**. 2001. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2063>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

MONIZ DE ALBUQUERQUE, João. **O Nordeste e o futuro do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/fYQzR8VGVT3v4prv6QFWstL/>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

MONTEIRO NETO, Aristides. **Intervenção estatal e desigualdades regionais no Brasil: contribuições ao debate contemporâneo**. 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1735>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de. **O mercado de trabalho da agroindústria canavieira: desafios e oportunidades**. Economia Aplicada, v. 11, p. 605-619, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-80502007000400008>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

MORAES, Marilena. **Poder local, clientelismo e corrupção: um estudo de caso no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dilemas/a/qZCzMYPCFkr4mqrvcnjVYPN/?lang=en>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

NASCIMENTO, Carlos Alves do; DILLENBURG, Fernando Frota; SOBRAL, Fábio Maia. **Exploração e superexploração da força de trabalho no Livro I de O Capital de Marx**. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas. Vitória da Conquista, BA. Vol. 10, n. 16 (jul./dez. 2013), p.[107]-128, 2013. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/download/2027/1731/3420>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

NASCIMENTO, I.; NEVES, O. **Impactos da pandemia na indústria nacional e desafios para o setor**. Revista Debate Econômico, v.8, n.2, jul-dez. 2020. Disponível em: <<https://publicacoes.unifalmg.edu.br/revistas/index.php/revistadebateeconomico/article/view/1754>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

NASCIMENTO, Rosana do Carmo; SANTOS, Fernando Antônio Agra. **Evolução da cultura da cana-de-açúcar no Estado de Alagoas em relação aos maiores produtores do Brasil, 1980/1996**. Estação Científica, v. 1, n. JUL./DEZ., 2005. Disponível em: <<https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/estacaocientifica/article/view/2548/2075>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

NUNES, Elisângela da Silva. **O setor sucroenergético na economia alagoana**. 2018. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=ELISANGELA+DA+SILVA+NUNES+2018&btnG=#d=gs_qabs&t=1707018759996&u=%23p%3DS0MHIRGEw2o.>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

O GLOBO. **Por que a educação é o principal fator que impede o avanço do Brasil no ranking do IDH**. O Globo, Rio de Janeiro. 2024. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/03/14/por-que-a-educacao-e-o-principal-fator-que-impede-o-avanco-do-brasil-no-ranking-do-idh.ghtml>>. Acesso em: 5 mai. 2024.

OLIVEIRA NETO, Manoel Nascimento de. **As novas configurações regionais de Alagoas: das microrregiões geográficas (1990) as regiões geográficas imediatas (2017)**. 2022. 74 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/8696>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

OLIVEIRA, G.N.; HERSCOVICI, N. **Os empresários industriais no primeiro mandato Dilma Rousseff (2011-2014): uma análise a partir do jornal Valor Econômico**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 37, p. 1-31. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/qJkmrFTQFT7hrkXcb8nKdrG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 47, p. 7-30, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/6Lv7CZfX9pcRdrHXffvH93H/>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

OLIVEIRA, Tiago; AMORIM, Ricardo Luiz Chagas. **Política econômica, neoliberalismo e mercado de trabalho no Brasil (2015-2021)**. RBEST Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho, v. 4, p. e022009-e022009, 2022. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rbest/article/view/16620>>. Acesso em: 02 abr. 2024.

OREIRO, J.L.; FEIJÓ, C.A. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro**. Revista de Economia Política, vol 30, n° 2 (118), pp 219-232, abril-junho/2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/rLLpcPDRQVXPj5BskzHqLqx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

PALLEY, Thomas I. **Del keynesianismo al neoliberalismo: paradigmas cambiantes en economía**. Economía UNAM, Ciudad de México, v. 2, n. 4, p. 138-148, abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-952X2005000100007&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 12 jan. 2024.

PEREIRA, Wallace Marcelino et al. **A dimensão regional da desindustrialização brasileira: uma contribuição ao debate nacional**. Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação-ENEI, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/44940>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

PINHEIRO, Wellington; VIEIRA, Edson Trajano; OLIVEIRA, Edson Aparecido de Araújo Querido. **As Relações entre o Índice de Gini com o Índice de Desenvolvimento Humano e o Produto Interno Bruto dos Municípios da Rmvpln Sob a Ótica do Desenvolvimento Regional**. Humanidades & Inovação, v. 6, n. 12, p. 43-66, 2019. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1274>>. Acesso em: 04 jan. 2024.

PITTELKOW, Nanci. **A cana, o boi e as comunicações comandam a política em Alagoas**. Portal de Notícias: De Olho nos Ruralistas. 2021. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2021/11/10/a-cana-o-boi-e-as-comunicacoes-comandam-a-politica-em-alagoas/>>. Acesso em: 4 mai. 2024.

PLANCHEREL, Alice Anabuki; ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de; MELO, S. R. G. S. **Trabalho na agroindústria açucareira de Alagoas**. Latitude, Maceió, v. 1, n. 2, p. 119-134, 2007. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/vl5kitfcfnicanipl3a2i7zxrqm/access/wayback/http://www.ser.ufal.br/index.php/latitude/article/download/81/pdf_2>. Acesso em: 13 jan. 2024.

PNUD. **Painel IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. 2024. Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/painel-idhm#:~:text=%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Humano%20Municipal,-O%20IDHM%20%C3%A9&text=O%20valor%20do%20IDHM%20do,categoria%20de%20a%20desenvolvimento%20humano.>> Acesso em: 05 abr. 2023.

POCHAMANN, M. **Neoliberalismo de Temer desmonta a indústria nacional. Publicado no ano de 2018.** Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/neoliberalismo-de-temer-desmonta-a-industria-nacional/>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

PORTAL DA INDÚSTRIA. **Alagoas.** 2023. Disponível em: <<https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/al>>. Acesso em: 12 jan. 2024. Acesso em: 12 jan. 2024.

PRADO, L. C. **Las políticas de comercio e industria en el Brasil: evolución y perspectivas.** Santiago do Chile: Cepal, 1998. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/31038/S9840347_en.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2023.

PREBISCH, Raúl. **O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus principais problemas.** Revista Brasileira de Economia, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443/>>. Acesso em: 07 out. 2023.

QUEIROZ, Allan Souza. **Entre a formalização e a precarização: o trabalho e o emprego dos cortadores de cana de Alagoas.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/78171>>. Acesso: 04 de Mar. 2024.

QUINTINO, C. **O efeito do pacote eleitoral de Bolsonaro na indústria.** Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/o-efeito-do-pacote-eleitoral-de-bolsonaro-na-industria>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

RAMOS, Pedro. **Trajatória e situação atual da agroindústria canavieira do Brasil e do mercado de álcool carburante.** In: Quarenta anos de etanol em larga escala no Brasil: desafios, crises e perspectivas. Brasília: IPEA, 2016, p. 47-72. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160315_livro_quarenta_anos_etanol_cap02.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2023.

RECEITA FEDERAL. **NCM – Nomenclatura Comum do MERCOSUL.** 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/classificacao-fiscal-de-mercadorias/download-ncm-nomenclatura-comum-do-mercosul>>. Acesso em: 03 ago. 2023.

RISSARDI JÚNIOR, Darcy Jacob et al. **Três ensaios sobre a agroindústria canavieira no Brasil pós-desregulamentação.** 2015. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160315_livro_quarenta_anos_etanol_cap02.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2023.

RODRIGUES, C.F.S.; SCHMIDT FILHO, R. **O processo de industrialização brasileiro: repercussões e perspectivas.** Economia em Revista Volume 25 Número 1 Junho de 2017. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/arquivos/2015_cryslaine_rodrigues_ricardo_schmidt_filho_o-processo-de-industrializacao-brasileiro-repercussoes-e-perspectivas.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2023.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes; JURGENFELD, Vanessa Follmann. **O Neoliberalismo no Governo Itamar Franco: uma análise de sua política de privatizações.** Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, p. 145-176, 2021. Disponível em: <<https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/698>>. Acesso em: 5 mai. 2024.

RODRIGUES, Robson. **Como reduzir as desigualdades.** Revista Darcy, Brasília, n. 25, 2021. Disponível em: <https://revistadarcy.unb.br/edicao-n-25/dossie/124-como-reduzir-as-desigualdades>. Acesso em: 01 mai. 2024.

RODRIGUEZ, F; RODRIK, D. Trade Policy and Economic Growth: a Skeptic's Guide to the cross-national evidence. Cambridge MA: MIT Press, 2001.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura.** Cultura do desenvolvimento. Organizações & Sociedade, v. 12, n. 33, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/download/10782/7730>>. Acesso em: 03 mai. 2023.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. **Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa.** Revista Serviço Social & Sociedade, p. 672-688, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/XSSKWS3N6nGBxSfFwy7cvTF/?lang=pt>>. Acesso em: 03 ago. 2023.

SAMPAIO, Daniel Pereira. **Desindustrialização e desenvolvimento regional no Brasil (1985-2015).** 2017. Disponível: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9056>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

SANTA RITA, Luciana Peixoto et al. **Alagoas contemporânea: economia e políticas públicas em perspectiva/Caracterização do Esforço Inovador nas Empresas Industriais Alagoanas.** Organização: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL. Maceió, p. 117-143, 2014. Disponível em: <<https://www.fapeal.br/wp-content/uploads/2015/06/ebookAlagoasContemporanea.pdf>>. Acesso em 02 de outubro de 2021.

SANTOS, André Luiz da Silva; PEREIRA, Eugênia Cristina Gonçalves; CAVALCANTI, Laise de Holanda. **A agroindústria canavieira e o ambiente: novos cenários econômicos que influenciaram o setor em Alagoas.** Revista Economia Política do Desenvolvimento, v. 1, n. 6, p. 113-113, 2009. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/view/132>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A epistemologia do sul: a reinvenção da emancipação social e a nova práxis universitária.** São Paulo: Cortez Editora, 2010. Disponível em: <<https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Epistemologias%20do%20Sul.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

SANTOS, Bruno Ranieri dos et al. **Do engenho à Usina: a influência da atividade canavieira no desenvolvimento social e econômico da população Alagoana, com destaque para o município de São Miguel dos Campos-AL.** 2021. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/9376>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

SANTOS, Milton. **Espaço e poder: fundamentos para uma geografia histórica**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2008. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/download/1389/1179>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

SANTOS, Rodolfo Strifezzi dos. **Política econômica e desindustrialização no Brasil: os impactos da política macroeconômica na desindustrialização brasileira no interstício temporal 1990 - 2010**. 2019. 114 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível: <<https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/22233>>. Acesso em: 05 de fev. 2023.

SARQUIS, J. **Business Cycles in a Credit Constrained Small Open Economy**. 2011. 198p. London School of Economics and Political Science, Londres, 2011. Disponível em: <<https://search.proquest.com/openview/f9393b39f4331c9fa03b26dc172826e9/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

SCATOLIN, Fábio Dória et al. **Desindustrialização? Uma análise comparativa entre Brasil e Paraná**. Indicadores Econômicos FEE, v. 35, n. 1, p. 105-120, 2007. Disponível: <<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/1546>>. Acesso em: 05 de Fev. 2023.

SENADO FEDERAL. **Ex-presidente da República: Fernando Collor**. 2024. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/historiaoral/fichas-tecnicas/ex-presidente-da-republica/fernando-collor/biografia>> e <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/4525>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

SENADO FEDERAL. **Senadores: Renan Filho**. 2024. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/5207>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

SENAS, LÍlian de Sousa et al. **O uso da nuvem de palavras como estratégia de inclusão e inovação pedagógica**. Video Journal of Social and Human Research, p. 70-84, 2022. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/13109>. Acesso em: 01 jan. 2024.

SEPLAG, Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Diversificação Produtiva como Alternativa para a área Canavieira de Alagoas**. – Maceió, p. 19, 2017. Disponível em: <<https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/fab1d5e2-e649-40fd-a965-cd5b73235914/resource/cba8eba9-8254-4056-ad08-dc8c07268188/download/canavieira.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2023.

SEPLAG, Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Usinas e Destilarias de Alagoas**. 2020. Disponível em: <<https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/usinas-e-destilarias-de-alagoas>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis. **Evolução e fases da agroindústria canavieira no Brasil**. Revista de Política Agrícola, v. 23, n. 4, p. 43-57, 2015. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/953>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis; AZEVEDO, Paulo Furquim de; VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. **Desafios da agroindústria canavieira no Brasil pós-desregulamentação: uma análise das capacidades tecnológicas**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 49, p. 599-628, 2015. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/resr/a/LB6MtCq8DfJ4ffmqfjKzNGM/>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis; BACHA, Carlos José Caetano. **Aspectos econômicos da geração de tecnologia e a utilização dos principais produtos e subprodutos da agroindústria canavieira do Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 36, n. 2, p. 9-30, 2019. Disponível em:

<<https://revistasober.org/journal/resr/article/5da34f2a0e88250378ba68e1>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

SILVA, José Alderir da. **A desindustrialização na Região Nordeste**. Interações (Campo Grande), v. 20, p. 221-238, 2019. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/inter/a/XR4Tt9BdPRzmYvBwxYsZJFj/?lang=pt>>. Acesso em: 05 abr. 2024.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas; CALHEIROS, Silvana Quintella Cavalcanti. **O Estado de Alagoas no contexto regional nordestino**. Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, n. 41, 2019. Disponível em:

<<https://journals.openedition.org/confins/21096>>. Acesso em: 02 abr. 2024.

SINDAÇÚCAR-AL, Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Alagoas. **História**. 2024. Disponível em: <<https://www.sindicucar-al.com.br/historia/#>> e

<<https://www.sindicucar-al.com.br/sindicucar/historico/#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20de%20Alagoas%20tem,rodu%C3%A7%C3%A3o%20canavieira%3A%20a%20ind%C3%BAstria%20sucroalcooleira>>.

>. Acesso em: 11 fev. 2024.

SINDAÇÚCAR-AL, Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Alagoas. **Salário canavieiro de Alagoas é maior do NE**. 2014. Disponível em: <<https://www.sindicucar-al.com.br/salario-canavieiro-de-alagoas-e-maior-do-ne-2/>>. Acesso em: 11 fev. 2024.

SINGER, André. **Capitalismo e democracia**. São Paulo: Editora Record, 2007. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4181839>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. **A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década**. Estudos avançados, v. 30, p. 123-139, 2016. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=SOUSA%2C+Luana+Passos+de%3B+GUEDES%2C+Dyeggo+Rocha.+A+desigual+divis%C3%A3o+sexual+do+trabalho%3A+um+olhar+sobre+a+%C3%BA+ltima+d%C3%A9cada.+&btnG=#d=gs_qabs&t=1715437168669&u=%23p%3DrWHp2dzKpz0J>.

>. Acesso em: 03 jan. 2024.

SOUTINHO, Liliana Cavalcante et al. **Dinâmica do setor sucroenergético no Brasil. o caso de Alagoas na década de noventa**. Revista Unieuro, Brasília, n. 22, 2017, p. 27-47.

Disponível em:

<[http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/revista_hegemonia_22/Liliana%20Cavalcante%20Soutinho%20\(3\).pdf](http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/revista_hegemonia_22/Liliana%20Cavalcante%20Soutinho%20(3).pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2023.

SQUEFF, G.C. **Desindustrialização: Luzes e Sombras no Debate Brasileiro**. Brasília, IPEA, 2012. Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1125/1/TD_1747.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2023.

STIFTUNG, F. **Austeridade e retrocesso: Finanças públicas e política fiscal no brasil**.

Brasil Debate: Brasília, 2016. Disponível em: <https://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/Austeridade-e-Retrocesso.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2024.

TAVARES, Maria da Conceição. **Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil**. Em: Cinquenta anos de pensamento na CEPAL-Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000-v. 1, p. 217-237, 2000. Disponível em:

<https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=industrializa%C3%A7%C3%A3o+por+substitui%C3%A7%C3%A3o+de+importa%C3%A7%C3%B5es+concei%C3%A7%C3%A3o+tavares&btnG=#d=gs_qab&t=1691960623258&u=%23p%3DeZR2yxzBYVgJ>. Acesso em: 13 ago. 2024.

UNICA. **Histórico do Setor Sucroenergético**. 2024. Disponível em:

<<https://unica.com.br/setor-sucroenergetico/historico-do-setor/>>. Acesso em: 02 janeiro 2024.

VELLOSO, Raul Wagner do Reis. **Origem e dimensões da crise fiscal brasileira**. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 23, n. Especial, p. 17-34, 1993. Disponível em:

<<https://doi.org/10.11606/1980-535723n2rwrw>>. Acesso: 16 jul. 2023.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. **Os saltos do “canguru” nos canaviais alagoanos. Um estudo sobre trabalho e saúde**. 2016. Disponível em:

<<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7196>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

VERMORE, V., et al. **Efeitos da desregulamentação econômica da década de 1990 sobre a agroindústria canvieira brasileira**. 2013. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103891>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

VIEIRA, Fabiola Sulpino et al. **Políticas sociais e austeridade fiscal: como as políticas sociais são afetadas pelo austericídio da agenda neoliberal no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: CEBES, 2018. 64 p. Disponível em:

<<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/26808>>. Acesso em: 11 fev. 2024.

VIEIRA, Fabiola Sulpino. **Crise econômica, austeridade fiscal e saúde: que lições podem ser aprendidas?**. 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7266>>. Acesso em: 11 fev. 2024.

WANDERLEY, Wanderley. **Reforma agrária e democracia: dilemas e alternativas**. São Paulo: Editora Cortez, 2011. Disponível em:

<<https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/download/81454/78040/174977>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

WINTERS, L. **Trade Liberalization and Economic Performance: an overview.** *Economic Jour.* 2004. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3590108>>. Acesso em: 17 abr. 2024.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa.** – 2. Ed. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Metodologia&btnG=#d=gs_qabs&t=1690321105462&u=%23p%3DdNR0MGo5rhIJ>. Acesso em: 17 jun. 2024.

APÊNDICE 1

A integração de dados estimativos por meio de uma análise minuciosa proporciona uma compreensão mais panorâmica da realidade do setor agroindustrial no Brasil, com enfoque específico no Nordeste e, mais particularmente, no estado de Alagoas, que é o principal foco de nossa pesquisa. Essas informações são necessárias para orientar a implementação de políticas e iniciativas direcionadas à redução das desigualdades existentes, com o objetivo de promover um desenvolvimento mais efetivo.

O Quadro 9 apresenta a estimativa da área, produtividade e produção para os períodos de 2022/2023 e 2023/2024. Este quadro fornece uma visão comparativa dos dados de produção agrícola, e mostra as variações em relação a área cultivada, aos índices de produtividade e a quantidade total produzida em ambos os períodos analisados.

Quadro 9 - 2022/2023 e 2023/2024 - Estimativa da área, produtividade e produção

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 2022/23	Safra 2023/24	VAR. %	Safra 2022/23	Safra 2023/24	VAR. %	Safra 2022/23	Safra 2023/24	VAR. %
NORTE	47,3	48,4	2,3	80.862	81.992	1,4	3.823,0	3.967,0	3,8
AM	3,8	3,9	0,3	56.653	78.736	39,0	218,0	304,0	39,4
PA	15,5	16,4	5,8	79.131	79.095	-	1.227,0	1.297,0	5,7
TO	27,9	28,1	0,7	85.160	84.127	(1,2)	2.378,0	2.366,0	(0,5)
NORDESTE	875,5	913,2	4,3	64.950	65.220	0,4	56.866,5	59.556,2	4,7
MA	28,3	29,3	3,5	76.231	70.909	(7,0)	2.158,1	2.078,2	(3,7)
PI	21,2	20,5	(3,3)	68.866	69.319	0,7	1.459,0	1.420,0	(2,7)
RN	66,1	67,5	2,0	55.370	54.499	(1,6)	3.662,3	3.677,2	0,4
PB	123,0	126,9	3,2	61.546	61.312	(0,4)	7.569,9	7.780,8	2,8
PE	238,8	238,2	(0,2)	61.583	62.159	0,9	14.703,2	14.806,6	0,7
AL	301,5	314,1	4,2	67.266	66.048	(1,8)	20.281,1	20.743,6	2,3
SE	39,6	46,5	17,2	59.929	59.942	-	2.375,2	2.785,1	17,3
BA	57,0	70,2	23,2	81.695	89.183	9,2	4.657,7	6.264,7	34,5
CENTRO-OESTE	1.767,5	1.788,1	1,2	74.347	80.409	8,2	131.406,8	143.775,2	9,4
MT	174,7	194,2	11,2	90.883	88.326	(2,8)	15.876,6	17.154,9	8,1

MS	636,0	637,3	0,2	70.174	79.188	12,8	44.627,1	50.466,4	13,1
GO	956,8	956,5	-	74.102	79.614	7,4	70.903,1	76.153,9	7,4
SUDESTE	5.127,1	5.114,7	(0,2)	75.629	85.046	12,5	387.755,3	434.981,4	12,2
MG	896,4	944,9	5,4	78.686	84.829	7,8	70.537,9	80.157,1	13,6
ES	47,5	48,7	2,5	58.082	57.455	(1,1)	2.759,7	2.798,8	1,4
RJ	35,5	29,8	(16,1)	44.442	46.619	4,9	1.578,2	1.389,1	(12,0)
SP	4.147,6	4.091,2	(1,4)	75.436	85.704	13,6	312.879,5	350.636,4	12,1
SUL	475,4	487,9	2,6	65.115	72.399	11,2	30.953,1	35.322,3	14,1
PR	475,4	487,9	2,6	65.115	72.399	11,2	30.953,1	35.322,3	14,1
NORTE/NORDESTE	922,8	961,5	4,2	65.765	66.064	0,5	60.689,5	63.523,2	4,7
CENTRO-SUL	7.369,9	7.390,6	0,3	74.643	83.089	11,3	550.115,3	614.078,9	11,6
10,9	10,9	10,9	10,9	10,9	10,9	10,9	10,9	10,9	10,9

Fonte: Conab (2023).

Nota: Estimativa em novembro/2023.

No (Quadro 9) temos a apresentação de uma análise detalhada das safras no Brasil para os períodos de 2022/2023 e 2023/2024, com dados sobre área plantada, produtividade e produção por região e estado. Vamos entender melhor os números: Na região Norte, houve um leve aumento na área plantada, contribuindo para um pequeno aumento na produção. A produtividade também cresceu ligeiramente. No Nordeste, vimos um aumento significativo na área plantada e na produção, mas a produtividade permaneceu praticamente estável. No Centro-Oeste, tanto a área plantada quanto a produtividade tiveram um aumento considerável, refletindo-se em um significativo aumento na produção. Na região Sudeste, embora a área plantada tenha se mantido estável, a produtividade aumentou consideravelmente, impulsionando uma significativa elevação na produção. Já na região Sul, houve um aumento na área plantada e uma elevação na produção, acompanhada por um aumento na produtividade.

Conforme o (Quadro 9) o estado de Alagoas, localizado na região Nordeste, registrou um aumento na área plantada de 301,5 mil hectares para 314,1 mil hectares, representando um crescimento de 4,2%. Isso resultou em uma produção que aumentou de 20.281,1 mil toneladas para 20.743,6 mil toneladas, um aumento de 2,3%. No entanto, a produtividade teve uma queda leve, de 67.266 kg/há para 66.048 kg/há, uma redução de 1,8%. Esses números indicam que,

apesar do aumento na área plantada e na produção, a produtividade em Alagoas diminuiu ligeiramente.

Logo mais a (Tabela 18) descreve que durante as safras 2022/23 e 2023/24, a produção de açúcar na indústria sucroalcooleira do Brasil apresentou um crescimento significativo em todas as regiões do país. No Norte, a produção aumentou de 72,3 mil toneladas para 93,7 mil toneladas, representando um aumento absoluto de 26,8 mil toneladas e uma variação percentual de 37%. No Nordeste, embora tenha havido um aumento na produção de açúcar de uma safra para outra, passando de 3.204,8 mil toneladas para 3.576,4 mil toneladas, houve uma leve queda em relação à estimativa anterior para a safra 2023/24. É perceptível que ocorreram aumentos significativos em estados como Pernambuco e Paraíba, enquanto outros estados como Maranhão e Alagoas registraram variações negativas.

Na região Centro-Oeste, a produção de açúcar teve um dos maiores aumentos absolutos, passando de 4.165,0 mil toneladas para 4.949,1 mil toneladas. Isso representa um aumento absoluto de 1.050,6 mil toneladas e uma variação percentual de 25,2%. Estados como Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás contribuíram significativamente para esse crescimento. A região Sudeste, que é a maior produtora de açúcar do Brasil, registrou um aumento expressivo na produção, passando de 27.146,0 mil toneladas para 29.754,8 mil toneladas. Isso representa um aumento absoluto de 8.302,8 mil toneladas e uma variação percentual de 30,6%. Destaca-se o estado de São Paulo, que lidera a produção na região.

Na região Sul, a produção de açúcar também aumentou, passando de 2.218,8 mil toneladas para 2.519,4 mil toneladas, representando um aumento absoluto de 338,6 mil toneladas e uma variação percentual de 15,3%. O estado do Paraná foi o principal responsável por esse aumento. No contexto geral, a estimativa mostra que o Brasil registrou um aumento considerável na produção de açúcar, passando de 36.806,9 mil toneladas para 40.893,4 mil toneladas, representando um aumento absoluto de 10.073,8 mil toneladas e uma variação percentual de 27,4%. Esse crescimento reflete a tendência de expansão e desenvolvimento da indústria sucroalcooleira do país, impulsionada por fatores como investimentos em tecnologia e aumento da produtividade.

Tabela 18 - Produtos da Indústria Sucroalcooleira – Estimativa da produção de Açúcar – Safras 2022/23 e 2023/24

REGIÃO/UF	AÇÚCAR (Em mil t)			
	Safra 2023/24	Safra 2023/24	Variação	Variação

	Safra 2022/23 (a)	Lev. Anterior (b)	Lev. Atual (c)	Absoluta (c-a)	% (c/a)	Absoluta (c-b)	% (c/b)
NORTE	72,3	93,7	99,1	26,8	37,0	5,4	5,7
AM	12,1	14,9	20,2	8,2	67,9	5,4	36,2
PA	60,3	78,8	78,8	18,6	30,9	-	-
NORDESTE	3.204,8	3.576,4	3.559,9	355,1	11,1	(16,5)	(0,5)
MA	26,1	25,8	19,5	(6,7)	(25,5)	(6,3)	(24,4)
PI	101,0	104,0	111,0	10,0	9,9	7,0	6,7
RN	206,9	218,7	218,7	11,8	5,7	-	-
PB	125,0	210,5	214,8	89,8	71,9	4,3	2,0
PE	982,7	1.103,4	1.145,5	162,8	16,6	42,1	3,8
AL	1.545,8	1.639,4	1.571,4	25,6	1,7	(68,0)	(4,1)
SE	129,8	124,6	129,0	(0,8)	(0,6)	4,4	3,5
BA	87,5	150,0	150,0	62,5	71,4	-	-
CENTRO- OESTE	4.165,0	4.949,1	5.215,6	1.050,6	25,2	266,5	5,4
MT	501,6	536,3	538,3	36,7	7,3	2,0	0,4
MS	1.500,3	1.786,3	2.097,4	597,1	39,8	311,2	17,4
GO	2.163,1	2.626,5	2.579,9	416,8	19,3	(46,7)	(1,8)
SUDESTE	27.146,0	29.754,8	35.448,7	8.302,8	30,6	5.694,0	19,1
MG	4.501,9	5.109,2	5.289,6	787,7	17,5	180,4	3,5
ES	127,8	153,1	150,6	22,8	17,9	(2,6)	(1,7)
RJ	28,7	59,7	62,0	33,3	116,1	2,3	3,9
SP	22.487,6	24.432,7	29.946,5	7.459,0	33,2	5.513,8	22,6
SUL	2.218,8	2.519,4	2.557,4	338,6	15,3	37,9	1,5
PR	2.218,8	2.519,4	2.557,4	338,6	15,3	37,9	1,5
NORTE/NORDE STE	3.277,1	3.670,1	3.659,0	381,8	11,7	(11,1)	(0,3)
CENTRO-SUL	33.529,8	37.223,3	43.221,7	9.691,9	28,9	5.998,4	16,1
BRASIL	36.806,9	40.893,4	46.880,7	10.073,8	27,4	5.987,2	14,6

Fonte: Conab (2024).

Nota: Estimativa em novembro/2023.

A (Tabela 19) mostra a produção de etanol a partir da cana-de-açúcar é uma parte vital da indústria sucroalcooleira brasileira, com diferentes regiões do país contribuindo significativamente para essa atividade. As safras 2022/23 e 2023/24 apresentaram variações na produção em diferentes estados e regiões, refletindo uma série de fatores que influenciam a indústria. Região Norte: Apesar de uma pequena redução na produção total de etanol (-5,2%), observou-se um aumento significativo no Amazonas (25,3%), compensando parcialmente as quedas no Pará e no Tocantins.

Região Nordeste: Houve uma diminuição na produção total de etanol (-2,6%), com quedas substanciais na Paraíba (-25,4%) e em Pernambuco (-17,4%), enquanto outros estados mantiveram ou aumentaram sua produção. Região Centro-Oeste: Esta região experimentou um aumento na produção total de etanol (7,0%), liderado por Mato Grosso (1,2%) e Goiás (1,0%), refletindo investimentos e condições favoráveis.

Região Sudeste: Apresentou um crescimento na produção total de etanol (5,6%), impulsionado principalmente por Minas Gerais (0,9%) e São Paulo (2,3%), embora o Rio de Janeiro tenha registrado uma queda significativa (-27,9%). Região Sul: A produção total de etanol aumentou (11,9%) nesta região, liderada pelo Paraná (1,0%), mostrando um cenário promissor para a indústria sucroalcooleira sulista. Alagoas: No estado de Alagoas, houve uma diminuição na produção de etanol entre as safras, com uma variação absoluta de -7.338,0 mil litros (-1,6%).

Embora essa redução seja modesta em comparação com outros estados, reflete desafios específicos enfrentados pela indústria sucroalcooleira alagoana, que pode ser atribuída a fatores como condições climáticas, variações na produtividade da cana-de-açúcar e investimentos na infraestrutura e tecnologia da região. Apesar das variações regionais, o Brasil como um todo experimentou um aumento na produção de etanol entre as safras 2022/23 e 2023/24, destacando a importância contínua da indústria sucroalcooleira para a economia nacional.

Tabela 19 - Produtos da Indústria Sucroalcooleira – Estimativa da produção de Etanol Total a partir da cana-de-açúcar – Safras 2022/23 e 2023/24

REGIÃO/UF	ETANOL (Em mil litros)						
	Safras 2022/23 (a)	Safras 2023/24 Lev. Anterior (b)	Safras 2023/24 Lev. Atual (c)	Variação		Variação	
				Absoluta (c-a)	% (c/a)	Absoluta (c-b)	% (c/b)

NORTE	263.151,0	257.714,0	249.471,0	(13.680,0)	(5,2)	(8.243,0)	(3,2)
AM	5.586,0	6.495,0	7.000,0	1.414,0	25,3	505,0	7,8
PA	52.427,0	49.762,0	49.762,0	(2.665,0)	(5,1)	-	-
TO	205.138,0	201.457,0	192.709,0	(12.429,0)	(6,1)	(8.748,0)	(4,3)
NORDESTE	2.074.997,6	2.094.763,5	2.020.283,4	(54.714,2)	(2,6)	(74.480,2)	(3,6)
MA	158.968,0	171.536,0	160.687,8	1.719,8	1,1	(10.848,2)	(6,3)
PI	45.031,0	44.029,0	44.029,0	(1.002,0)	(2,2)	-	-
RN	127.576,5	137.398,6	137.398,6	9.822,1	7,7	-	-
PB	466.019,0	400.732,0	347.439,0	(118.580,0)	(25,4)	(53.293,0)	(13,3)
PE	398.287,1	351.182,0	328.872,0	(69.415,2)	(17,4)	(22.310,0)	(6,4)
AL	451.949,0	485.944,0	444.611,0	(7.338,0)	(1,6)	(41.333,0)	(8,5)
SE	102.501,0	98.401,0	139.400,0	36.899,0	36,0	40.999,0	41,7
BA	324.666,0	405.541,0	417.846,0	93.180,0	28,7	12.305,0	3,0
CENTRO-OESTE	8.264.530,2	8.757.180,8	8.842.200,2	577.670,0	7,0	85.019,4	1,0
MT	1.075.045,0	1.072.284,1	1.084.820,1	9.775,1	0,9	12.536,0	1,2
MS	2.632.351,5	2.912.594,7	2.936.502,1	304.150,6	11,6	23.907,4	0,8
GO	4.557.133,7	4.772.302,0	4.820.878,0	263.744,3	5,8	48.576,0	1,0
SUDESTE	14.828.334,1	15.378.058,2	15.653.120,4	824.786,3	5,6	275.062,2	1,8
MG	2.639.510,1	3.022.310,7	3.050.216,9	410.706,8	15,6	27.906,2	0,9
ES	110.542,0	117.954,0	115.230,0	4.688,0	4,2	(2.724,0)	(2,3)
RJ	109.622,0	87.611,0	63.204,6	(46.417,4)	(42,3)	(24.406,4)	(27,9)
SP	11.968.660,0	12.150.182,5	12.424.468,9	455.808,9	3,8	274.286,4	2,3

SUL	1.091.807,0	1.233.792,3	1.221.365,5	129.558,5	11,9	(12.426,8)	(1,0)
PR	1.091.807,0	1.233.792,3	1.221.365,5	129.558,5	11,9	(12.426,8)	(1,0)
NORTE/NORDESTE	2.338.148,6	2.352.477,5	2.269.754,4	(68.394,2)	(2,9)	(82.723,2)	(3,5)
CENTRO-SUL	24.184.671,3	25.369.031,3	25.716.686,1	1.532.014,9	6,3	347.654,8	1,4
BRASIL	26.522.819,9	27.721.508,8	27.986.440,5	1.463.620,6	5,5	264.931,7	1,0

Fonte: Conab (2024).

Nota: Estimativa em novembro/2023.

A (Tabela 20) fornece dados das estimativas das safras no Brasil para os anos de 2022/2023 e 2023/2024. Ela se divide em diferentes regiões e estados, com ênfase na área plantada, na produtividade e na produção de cada localidade. Na região Norte, a área plantada teve um pequeno aumento de 2,3%, impulsionada pelo crescimento no estado do Pará. A produtividade também subiu levemente, contribuindo para um aumento de 3,8% na produção total. No Nordeste, houve um aumento significativo na área plantada, especialmente em estados como Bahia e Pernambuco. Isso resultou em um aumento de 4,7% na produção regional.

No Centro-Oeste, a produção também aumentou, principalmente devido aos bons resultados em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Por outro lado, a região Sudeste viu um aumento notável na produtividade, especialmente em Minas Gerais e São Paulo, o que impulsionou a produção total da região. Quanto a Alagoas, o estado teve um aumento na área plantada de 4,2%, refletindo um cenário positivo para a agricultura local. No entanto, a produtividade diminuiu em 1,8%, o que impactou ligeiramente a produção, que aumentou apenas 2,3%. Esses números mostram que, apesar do crescimento na área plantada, Alagoas enfrentou desafios em termos de produtividade na safra analisada.

Tabela 20 - Brasil – Safras 2022/2023 e 2023/2024 – Estimativa da área, produtividade e produção

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 2022/23	Safra 2023/24	VAR. %	Safra 2022/23	Safra 2023/24	VAR. %	Safra 2022/23	Safra 2023/24	VAR. %

NORTE	47,3	48,4	2,3	80.862	81.992	1,4	3.823,0	3.967,0	3,8
AM	3,8	3,9	0,3	56.653	78.736	39,0	218,0	304,0	39,4
PA	15,5	16,4	5,8	79.131	79.095	-	1.227,0	1.297,0	5,7
TO	27,9	28,1	0,7	85.160	84.127	(1,2)	2.378,0	2.366,0	(0,5)
NORDESTE	875,5	913,2	4,3	64.950	65.220	0,4	56.866,5	59.556,2	4,7
MA	28,3	29,3	3,5	76.231	70.909	(7,0)	2.158,1	2.078,2	(3,7)
PI	21,2	20,5	(3,3)	68.866	69.319	0,7	1.459,0	1.420,0	(2,7)
RN	66,1	67,5	2,0	55.370	54.499	(1,6)	3.662,3	3.677,2	0,4
PB	123,0	126,9	3,2	61.546	61.312	(0,4)	7.569,9	7.780,8	2,8
PE	238,8	238,2	(0,2)	61.583	62.159	0,9	14.703,2	14.806,6	0,7
AL	301,5	314,1	4,2	67.266	66.048	(1,8)	20.281,1	20.743,6	2,3
SE	39,6	46,5	17,2	59.929	59.942	-	2.375,2	2.785,1	17,3
BA	57,0	70,2	23,2	81.695	89.183	9,2	4.657,7	6.264,7	34,5
CENTRO-OESTE	1.767,5	1.788,1	1,2	74.347	80.409	8,2	131.406,8	143.775,2	9,4
MT	174,7	194,2	11,2	90.883	88.326	(2,8)	15.876,6	17.154,9	8,1
MS	636,0	637,3	0,2	70.174	79.188	12,8	44.627,1	50.466,4	13,1
GO	956,8	956,5	-	74.102	79.614	7,4	70.903,1	76.153,9	7,4
SUDESTE	5.127,1	5.114,7	(0,2)	75.629	85.046	12,5	387.755,3	434.981,4	12,2
MG	896,4	944,9	5,4	78.686	84.829	7,8	70.537,9	80.157,1	13,6
ES	47,5	48,7	2,5	58.082	57.455	(1,1)	2.759,7	2.798,8	1,4
RJ	35,5	29,8	(16,1)	44.442	46.619	4,9	1.578,2	1.389,1	(12,0)
SP	4.147,6	4.091,2	(1,4)	75.436	85.704	13,6	312.879,5	350.636,4	12,1
SUL	475,4	487,9	2,6	65.115	72.399	11,2	30.953,1	35.322,3	14,1
PR	475,4	487,9	2,6	65.115	72.399	11,2	30.953,1	35.322,3	14,1
NORTE/NORDESTE	922,8	961,5	4,2	65.765	66.064	0,5	60.689,5	63.523,2	4,7
CENTRO-SUL	7.369,9	7.390,6	0,3	74.643	83.089	11,3	550.115,3	614.078,9	11,6
10,9	10,9	10,9	10,9	10,9	10,9	10,9	10,9	10,9	10,9

Fonte: Conab (2023).

Nota: Estimativa em novembro/2023.

APÊNDICE 2

A (Figura 23) ilustra um mapa detalhado da Estrutura Geomorfológica de Alagoas, oferecendo uma análise visual da interrelação entre a geografia e a economia da região. A ênfase dada à região dos tabuleiros mostra uma configuração geomorfológica singular que molda a paisagem e orienta as atividades econômicas locais. Essa estrutura peculiar pode exercer um impacto importante para o desenvolvimento urbano e agrícola, influenciando tanto o uso da terra quanto as práticas econômicas estabelecidas. Compreender essas dinâmicas é necessário para abordar as dificuldades e potencialidades da região de forma mais eficaz.

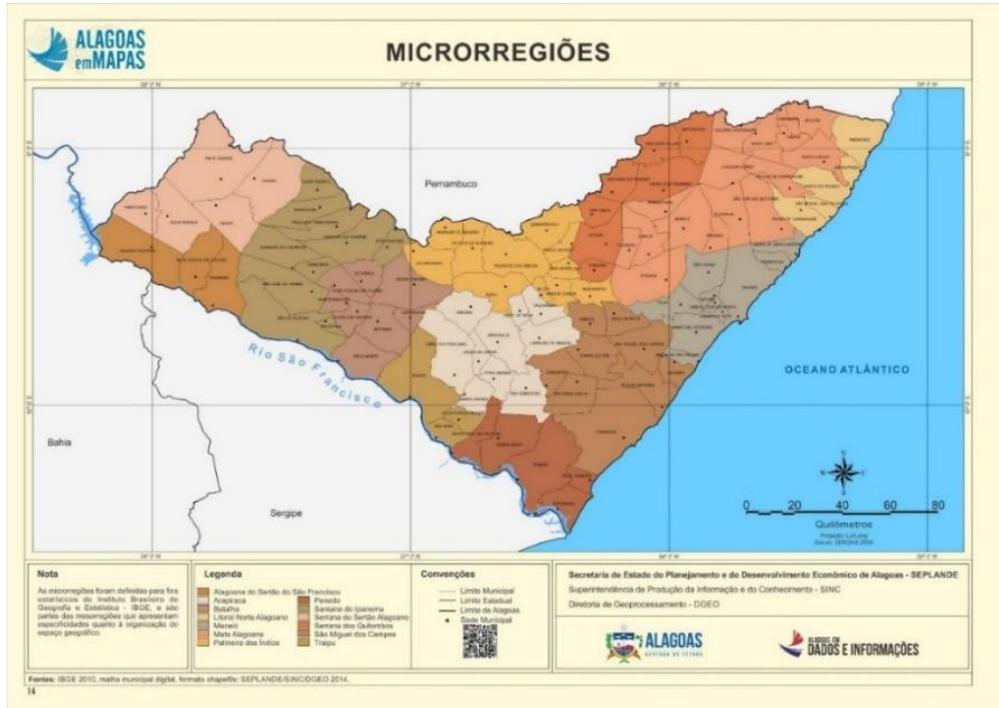
Figura 23 - Mapa: Estrutura Geomorfológica do Estado de Alagoas: destaque para o relevo da região dos tabuleiros



Fonte: Alagoas em Dados (2023).

Além disso, a (Figura 24) ilustra outro mapa visual das Microregiões geográficas de Alagoas, proporcionando uma visão da diversidade física e socioeconômica do estado. Essa segmentação geográfica é importante para entender as variações nas características regionais e para identificar as disparidades socioeconômicas que existem entre as diferentes áreas. A análise dessas microregiões permite um planejamento e desenvolvimento mais precisos e direcionados, adaptados às necessidades específicas de cada localidade, promovendo assim uma abordagem mais eficaz no desenvolvimento regional.

Figura 24 - Mapa: Microregiões geográficas em Alagoas



Fonte: Alagoas em Dados (2023).

Na (Figura 25), é possível observar como o contexto regional nordestino influenciou o posicionamento estratégico do estado de Alagoas no mercado de açúcar e álcool. Como um dos principais produtores no cenário socioeconômico nacional, Alagoas sempre foi historicamente proeminente em relação a produção desses produtos, refletindo a relevância econômica e o impacto regional dentro da cadeia produtiva.

Figura 25 - Mapa: O Estado de Alagoas no Contexto Regional Nordestino



Fonte: Silva e Calheiros (2019).

A Figura 26 apresenta um mapa do clima do Estado de Alagoas, elaborado em 2010. Este mapa permite visualizar as diferentes zonas climáticas da região, refletindo as variações importantes no padrão climático do estado. As áreas demarcadas no mapa refletem as variações na precipitação e temperatura, essenciais para entender as condições ambientais que influenciam a agroindústria e outros setores econômicos locais.

Figura 26 – Mapa: Clima do Estado de Alagoas – 2010



Fonte: Alagoas em Dados (2024).

A Figura 27 apresenta a Usina Caeté durante o processo de construção em 1944, localizada em São Miguel dos Campos, Alagoas. A imagem proporciona uma visão histórica do desenvolvimento infraestrutural da usina, onde podemos visualizar o processo de expansão da agroindústria canavieira na região. Este período marca um ponto importante na trajetória da usina e no impacto econômico e social da agroindústria canavieira em Alagoas.

Figura 27 - Usina Caeté em construção no ano de 1944 – São Miguel dos Campos – AL



Fonte: História de Alagoas (2023).

A Figura 28 apresenta a Usina Caeté, localizada em São Miguel dos Campos, Alagoas, no ano de 2023. Esta usina é um dos principais centros de processamento de cana-de-açúcar na região, refletindo a continuidade e a evolução do setor agroindustrial canavieiro em Alagoas. Na imagem, é possível observar a infraestrutura moderna da usina, bem como a integração de tecnologias avançadas no processo de produção.

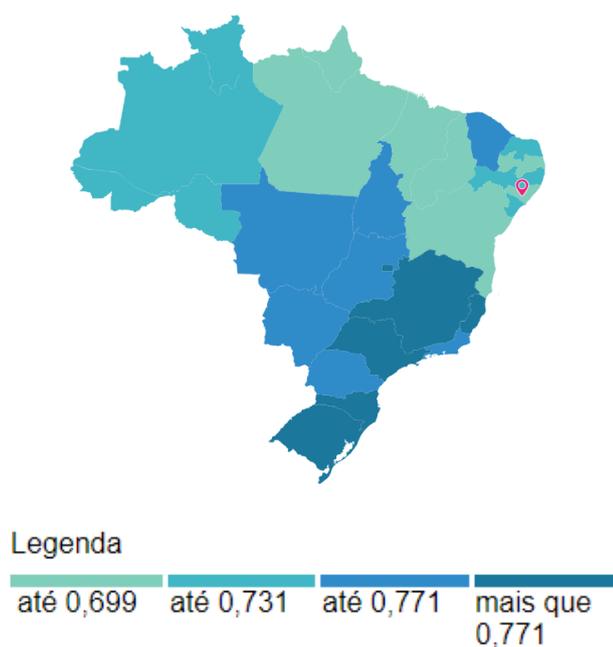
Figura 28 - Usina Caeté em São Miguel dos Campos – AL em 2023



Fonte: História de Alagoas (2023).

A (Figura 29) apresenta de forma clara e didática o Índice de Desenvolvimento Humano no Estado de Alagoas em 2021 que foi o ano mais recente que o IBGE (2023) divulgou em suas estatísticas e análises.

Figura 29 – Mapa: Índice de Desenvolvimento Humano de Alagoas em 2021



Fonte: IBGE (2023).